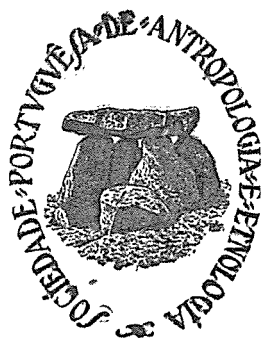


TRABALHOS
DE
ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

VOLUME XXVI — FASC. 1-4



PORTO

SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

1986



SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

Fundada em 1918. Instituição colectiva de utilidade pública (D.R. n.º 89, 2.ª série, de 16/4/1987). Inscrita na Conservatória do Registo C. do Porto sob o n.º 49. Contribuinte n.º 501663614.

Sede: Faculdade de Ciências do Porto
Praça Gomes Teixeira
4000 Porto (Portugal)

Órgãos sociais

Mesa da Assembleia Geral: *Presidente* — Vítor Manuel Oliveira Jorge;
Secretários — João Pedro Paiva da Cunha Ribeiro; Orlando Castro Ferreira de Sousa.

Direcção: *Presidente* — Eduardo Jorge Lopes da Silva; *Vice-Presidente* — Domingos de Jesus da Cruz; *Secretária* — Maria de Jesus Sanches; *Tesoureiro* — António A. Huet de Bacelar Gonçalves; *Vogais* — José António Viale Moutinho; Ana Maria C. Leite da Cunha.

Conselho Fiscal: *Presidente* — Manuel Ferreira Coelho; *Secretários* — Mário Jorge Lopes Neto Barroca; Mário Armando Nogueira Pereira de Brito.

Trabalhos de Antropologia e Etnologia





TRABALHOS

DE

Antropologia e Etnologia

VOL. XXVI

(Fasc. 1-4)

PORTO

SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

1986

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

publicação da

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
(Registada na D.-G. da Comunicação Social sob o n.º 112408)

Ano: 68.º vol.: XXVI fasc.: 1-4 1986

Director

Domingos de Jesus da Cruz

Secretariado da Redacção

Ana Maria C. Leite da Cunha
António A. Huet de B. Gonçalves
Crisanda Unsworth

Edição e Propriedade

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
Faculdade de Ciências do Porto
Praça Gomes Teixeira
4000 Porto (Portugal)
(Inscrita na D.-G. da Comunicação Social sob o n.º 212407)

Composição, Impressão e Acabamento

Imprensa Portuguesa
R. Formosa, 108-116
4000 Porto

Novembro de 1987

Tiragem: 1500

Preço de capa: 1200\$00

Depósito Legal n.º 1790/87

ISSN: 0304-243X

Edição subsidiada pelo Instituto Nacional de Investigação Científica,
Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica
e Governo Civil do Porto.

Desejamos estabelecer intercâmbio com outras publicações.
Nous souhaitons établir l'échange avec d'autres publications.
We wish to establish exchange with others publications.
Tauchverkehr erwünscht. Sollicitiamo intercambio.

SUMÁRIO

ESTUDOS E ENSAIOS

<i>Preliminary results of the fauna of «Cabeço de Amoreira» and «Cabeço de Arruda» (Muge, Portugal), por An Lentacker</i>	9
<i>Arte rupestre em Portugal, por Vítor Oliveira Jorge</i>	27
<i>Monumentos megalíticos da freguesia de Escariz (Arouca): ponto da situação à luz dos primeiros trabalhos, por Fernando Augusto Pereira da Silva</i>	51
<i>Escavação da Mamoa 3 de Meninas do Crasto (Serra da Aboboreira—Baião), por Vítor Oliveira Jorge et alli</i>	75
<i>A Mamoa da «Mama do Furo» (Figueira da Foz), por Raquel Vilaça ...</i>	95
<i>O abrigo gravado com arte esquemática da Solhapa (Duas Igrejas—Miranda do Douro), por Maria de Jesus Sanches & Anabela Gomes Lebre ...</i>	129
<i>Contribution à l'étude des faïences poitevines, por Charles Merle & José António Falcão</i>	153
<i>La migracion caboverdeana hacia la Argentina. Análisis de una alternativa, por Marta M. Maffia</i>	191

DOCUMENTOS

<i>Os inéditos de Rui Serpa Pinto sobre as escavações arqueológicas de Muge, por António A. Huet de Bacelar Gonçalves</i>	211
--	-----

VÁRIA

<i>«Monumentalização» e «necropolização» no megalitismo europeu, por Vítor Oliveira Jorge</i>	233
<i>A Cultura de El Argar, por Maria de Jesus Sanches</i>	238
<i>O Judaísmo nas Beiras (e a génese do discursivismo teórico) em A. N. Ribeiro Sanches, por Manuel Cadafaz de Matos</i>	242

<i>Para uma definição operacional de Antropologia nas Universidades europeias,</i> por Maria Cristina Santos Neto	250
<i>Notas de Leitura</i>	252
<i>Notícias</i>	255

ACTIVIDADES DA SPAE

<i>Relatório de Actividades e Contas (1986)</i>	267
<i>Relatório Financeiro do Exercício de 1986</i>	273
<i>Parecer do Conselho Fiscal</i>	274
<i>Sessões científicas e conferências</i>	275
<i>Assembleias gerais</i>	278
<i>Biblioteca</i>	279
<i>Regulamento eleitoral</i>	284
<i>Lista de sócios</i>	288
<i>Regulamento da revista</i>	290

A revista *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* é uma publicação destinada à divulgação e discussão de temas e assuntos nos diferentes domínios da Antropologia, visando os fins estatutários da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. O seu principal objectivo consiste em encorajar e facilitar o desenvolvimento da Antropologia em Portugal, contribuindo, assim, para o seu avanço como ciência.

O conteúdo dos *T. A. & E.* abrange diferentes áreas e especialidades da Antropologia, numa perspectiva actualizada e interdisciplinar. Poderá, assim, inserir artigos e estudos de carácter teórico e metodológico, discussão de problemas actuais da Antropologia, sínteses temáticas, resultados de investigações recentes, além de uma rubrica denominada *Vária* onde terão lugar pequenos textos, notas de leitura, informações de carácter geral e notícias sobre reuniões científicas, nacionais e internacionais. Será, também, meio de comunicação entre a SPAE e os seus membros, publicando, em secção própria, relatos das suas principais actividades (relatórios, resumos das sessões científicas, movimento da Biblioteca, etc.).

A revista encontra-se aberta à colaboração dos membros da Sociedade e de outros investigadores, nacionais e estrangeiros.

001

ESTUDOS E ENSAIOS

PRELIMINARY RESULTS OF THE FAUNA OF CABEÇO DE AMOREIRA AND CABEÇO DE ARRUDA (Muge, Portugal)

BY

An Lentacker (*)

1. INTRODUCTION

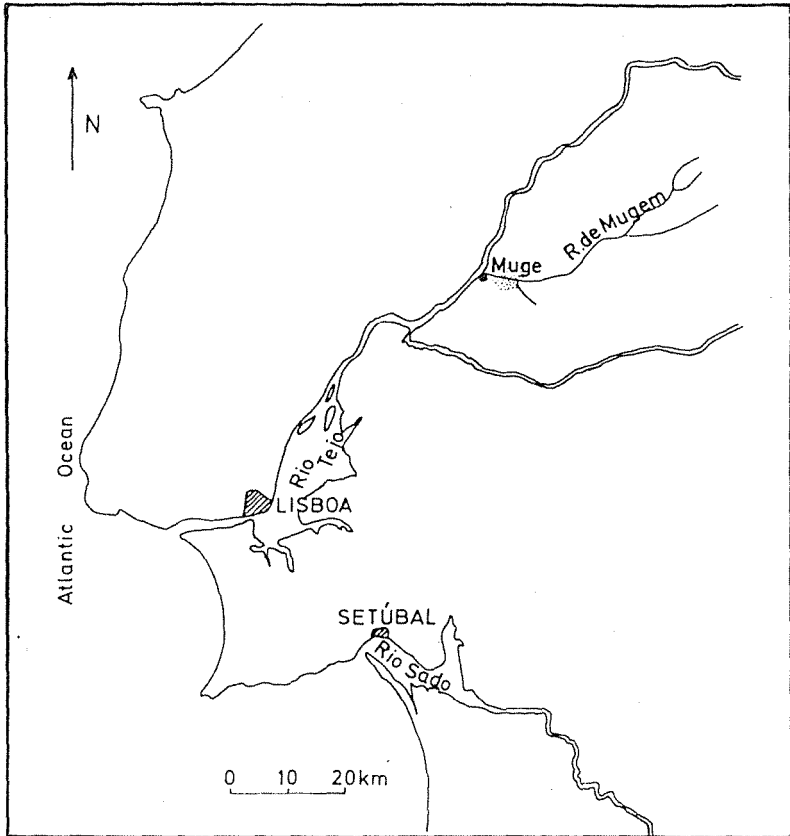
During Mesolithic times very important changes occurred in the social behaviour of man. The prehistoric hunter and gatherer appears to have switched to a broad spectrum economy which included the collecting of shells, the catching of fish, birds and other small vertebrates. Prehistoric people went to live near the sea or streams leaving the waste of their mollusc consumption in so-called shell-middens. These waste mounds of empty shells were also used as refuse-dumps for other waste. Evidence for this behaviour is found on the whole of the European Atlantic coast in the *kjōkkenmōddings* of Denmark, the *escargotières* of France and the *concheiros* of Portugal.

The Portuguese Mesolithic is famous through the *concheiros* of the Sado and Tagus valley, but little is known about the fauna and economy of these sites. Recently, Peter Rowley-Conwy (pers. comm.) has made a faunal analysis of some sites in the Sado valley which were excavated by J. E. Morais Arnaud. We have been given the opportunity to investigate in detail the Muge shell-middens in the Tagus bassin.

This paper discusses the faunal remains of two sites: Cabeço de Amoreira and Cabeço de Arruda. These shell-middens were discovered by C. Ribeiro during a prospection in 1863. Prof. A. Mendes Corrêa coordinated the excavations at Cabeço de Amoreira in 1930-31-33, and at Cabeço de Arruda in 1937. The excavations were continued by J. Roche at Cabeço de Amoreira in 1960-1967 and at Cabeço de Arruda in 1964-1965. The collections were stored in the university of Porto but never completely

(*) Geologisch Instituut-R.U.C.-Laboratorium voor Paleontologie. Krijgslaan, 281 —Gent (Belgium).

analysed. We could make the faunal study by the permission of Prof. Dr. J. Machado Cruz and through the kind help of Dr. A. Huet Bacelar. The fauna of a third Mesolithic concheiro in the Muge bassin, Moita de Sebastião will be reported on elsewhere.



Map. 1 — View of the Tagus bassin (Rio Tejo).
 :::: Area where Muge sites are situated.

The three sites are situated near the Muge river at proximately 80 km northeast of Lisbon (see map 1 and 2). Recently completed C_{14} datings give the following results (Lubell, pers. comm.).

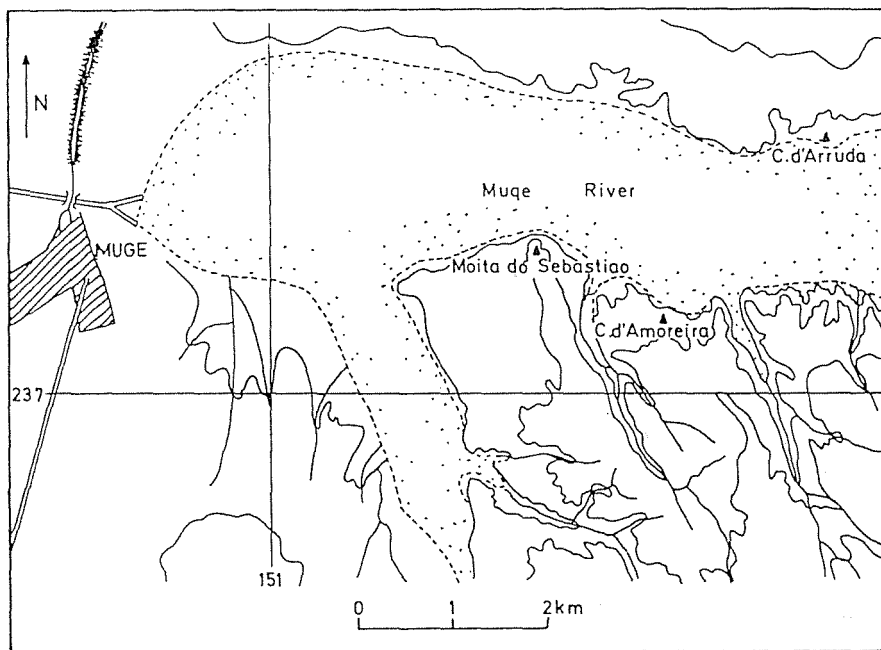
Moita de Sebastião	: 7350 to 7080 \pm 350 BP
Cabeço de Amoreira	: 7030 to 6050 \pm 300 BP
Cabeço de Arruda	: 6430 to 5210 \pm 300 BP

2. ANALYSIS OF THE FAUNAL MATERIAL

Tables 1 to 4 give the identified animal groups of Cabeço de Amoreira, tables 5 and 6 those of Cabeço de Arruda. In the list the assemblages are labeled A, B, C and X, representing

- A : lowest layer
- B : middle layer
- C : upper layer
- X : no exact provenance

We analysed the material in the Instituto de Antropologia «Prof. Mendes Corrêa» of the Science Faculty of the University of Porto from 17-28 February 1986 and 26 May to 20 June 1986. Problematic species were compared with the osteological material from the Laboratory of Palaeontology (Ghent). Two of the amphibian remains could not be identified.



Map. 2 — View of the Muge area with indication of the Mesolithic shell-middens.

Osteologically, they belong to the Bufonidae family. Within the group of the European toads, the females of *Bufo bufo* are the biggest. The two bones found in the collection of Cabeço de Amoreira are however twice as big as is usual in that family! According to Dr. Rage (Paris), whom we thank for his professional opinion, they correspond in size with African species. Among the fishes only 12 to 16 % of the fragments counted could be determined. None of the vertebrae, which are the most abundant remains, could be labeled precisely (with the exception of *Lamna nasus*).

TABLE 1 — Molluscan fauna of Cabeço de Amoreira

Species	Assemblage				Total
	A	B	C	X	
Marine bivalves					
<i>Pecten maximus</i>	3	5	10	—	18
<i>Ostrea angulata</i>	4	6	3	4	17
<i>Ostrea</i> sp.	12	11	4	8	35
<i>Laevicardium norvegicum</i>	10	7	6	4	27
<i>Cardium glaucum</i> + <i>C. edule</i>	7.502	3.479	3.587	10.704	25.272
<i>Venerupis decussata</i>	2	1	3	5	10
<i>Scrobicularia plana</i>	871	716	229	765	2.581
<i>Solen</i> or <i>Ensis</i> sp.	89	19	25	22	155
Not identified marine bivalves	1	4	1	1	7
Marine gastropods					
<i>Neritina fluviatilis</i>	74	92	93	21	280
<i>Cypraea</i> sp.	75	23	14	5	57
<i>Charonia nodifera</i>	—	1	—	—	1
<i>Charonia nodifera/Thais haemastoma</i>	—	1	1	1	3
<i>Nassa reticulata</i>	9	4	6	8	27
Not identified marine gastropods	—	—	—	2	2
Landsnails and Freshwater molluscs					
<i>Hydrobia</i> sp.	3	3	42	30	78
<i>Helicella</i> sp.	46	21	33	106	206
<i>Theba pisana</i>	389	122	156	612	1.279
<i>Helix</i> spp.	52	6	26	92	176
Not identified landsnails	—	—	3	—	3
Cephalopoda (Cuttlefishes, Squids and Octopuses)					
<i>Sepia officinalis</i> (Common Cuttlefish)	4	3	2	2	11

As to the canid remains, none of the measurements which could be taken, did exceed the range of the measurements of the dogs found at Manching (Boessneck *et al.*, 1971) and Eketorp (Boessneck and von den Driech, 1979).

TABLE 2—Crustaceans, fishes, amphibians and reptiles of Cabeço de Amoreira

Species	Assemblage				
	A	B	C	X	Total
Cirripedia (Barnacles)					
<i>Balanus balanoides?</i> (Acorn Barnacle)	17	2	—	—	19
Decapoda					
Brachyura (True Crabs)	4.141	2.870	1.507	1.901	10.419
Pisces (Fishes)					
Selachii (Sharks)	—	—	1	—	1
<i>Lamna nasus</i> (Porbeagle)	6 (1)	(1)	—	1 (2)	7 (4)
<i>Myliobatis aquila</i> (Eagle Ray)	107	146	166	83	502
<i>Acipenser sturio</i> (Sturgeon)	1	—	—	—	1
Sparidae (Sea-breems)	2	2	2	—	6
<i>Sparus aurata</i> (Gilthead)	—	—	1	1	2
<i>Argyrosomus regius</i> (Meagre)	12	7	9	1	29
Cyprinidae (Minnows)	3	1	—	—	3
Percidae (Perches)	—	—	2	1	3
Not identified fishes	1.171	931	482	368	2.952
Amphibia (Amphibians)					
<i>Salamandra salamandra</i> (Fire Salamander)	1	—	—	—	1
<i>Discoglossus pictus</i> (Discoglossid)	11	—	—	2	13
<i>Pelobates cultripes</i>	2	—	—	1	3
<i>Bufo bufo</i> (Common Toad)	39	—	1	10	50
Ranidae (True Frogs)	72	4	—	5	81
<i>Anura</i> (Frogs and Toads)	124	1	—	18	143
Not identified amphibians	236	33	14	20	303
Reptilia (Reptiles)					
<i>Emys orbicularis</i> (Swamp Turtle)/ <i>Mauremys caspica</i>	—	2	—	1	3
<i>Lacerta lepida</i> (Eyed Lizard)/ <i>L. schreiberi</i> (Schreiber's Lizard)	12 (1)	7	8	6	33 (1)
<i>Anguis fragilis</i> (Slow-worm)	1	—	—	—	1
Serpentes (Snakes)	69	28	9	11	117

Some of the bones, however, were, too fragmented to be measured and among these we could not exclude the presence of wolf; therefore this carnivore is listed in tables 4 and 6. Dogs may have been hunting partners, but they also could live at the site as commensals: eating the abandoned

TABLE 3 — Avian fauna of Cabeço de Amoreira

Species	Assemblage				Total
	A	B	C	X	
<i>Podiceps ruficollis</i> (Little Grebe)/ <i>P. nigricollis</i> (Black-necked Grebe)	—	—	2	—	2
<i>Botaurus stellaris</i> (Bittern)	—	1	—	—	1
Anseriformes (Waterfowl and Screamers)	3	1	1	1	6
<i>Anser anser</i> (Greylag Goose)	2	1	—	—	3
<i>Tadorna tadorna</i> (Shelduck)?	—	(1)	1	1	2 (1)
<i>Anas platyrhynchos</i> (Mallard)	7	5	2	4	18
<i>Anas platyrhynchos/A. strepera</i> (Gadwall)	1	—	—	—	1
<i>Anas crecca</i> (Teal)	—	1	—	—	1
<i>Anas crecca/A. querquedula</i> (Garganey)	1	—	—	—	1
<i>Anas penelope</i> (Wigeon)/ <i>Aythya fuligula</i> (Tufted Duck)	—	—	—	1	1
Falconiformes (Diurnal Birds of Prey)	1	—	—	—	1
<i>Buteo buteo</i> (Buzzard)	2	—	2	—	4
<i>Falco columbarius</i> (Merlin)/ <i>F. naumanni</i> (Lesser Kestrel)	—	1	—	—	1
<i>Falco naumanni</i> (Lesser Kestrel)	1	—	—	—	1
<i>Alectoris rufa</i> (Red-legged Partridge)	7	—	—	—	7
<i>Otis tarda</i> (Great Bustard)	1	—	—	—	1
Charadriiformes	2	—	2	1	5
<i>Vanellus vanellus</i> (Lapwing)	—	—	1	—	1
<i>Numenius arquata</i> (Curlew)	4	—	—	—	4
<i>Scolopax rusticola</i> (Woodcock)	2	2	—	—	4
<i>Scolopax rusticola/Gallinago gallinago</i> (Snipe)	1	—	—	—	1
<i>Larus argentatus</i> (Herring Gull)	1	1	1	—	3
<i>Columba palumbus</i> (Woodpigeon)	4	2	1	1	8
<i>Tyto alba</i> (Barn Owl)	—	—	1	—	1
<i>Asio otus</i> (Long-eared Owl)/ <i>Strix aluco</i> (Tawny Owl)	1	—	—	—	1
<i>Strix aluco</i> (Tawny Owl)	—	1	—	—	1
Passeriformes (Sparrows)	—	—	—	1	1
<i>Turdus philomelos</i> (Song Thrush)	1	—	(1)	2	3 (1)
<i>Corvus corone</i> (Carrion Crow)	4	2	6	1	13
Not identified birds	60	26	23	12	121

TABLE 4—Mammalian fauna of Cabeço de Amoreira

Species	Assemblage	A	B	C	X	Total
<i>Erinaceus europaeus</i> (Hedgehog)		7	7	7	5	26
<i>Talpa caeca</i> (Blind Mole)		20	6	—	4	30
<i>Oryctolagus cuniculus</i> (Rabbit)		3.717	2.538	2.157	1.273	9.685
<i>Lepus capensis</i> (Brown Hare)		39	43	40	28	150
Rodentia (Rodents)		73	—	2	—	75
<i>Sciurus vulgaris</i> (Red Squirrel)		30	19	20	11	80
<i>Eliomys quercinus</i> (Garden Dormouse)		1	—	—	—	1
Microtidae (Voles)		36	13	3	6	58
<i>Arvicola amphibius</i> (Water Vole)		247	123	46	74	490
<i>Pitymys savii</i> (Savi's Pine Vole)/ <i>P. duodecimcostatus</i> (Mediterranean Pine Vole)		5	1	—	—	6
<i>Microtus agrestis</i> (Short-tailed Vole)		1	—	—	—	1
<i>Pitymys sp./Microtus agrestis</i>		2	—	—	—	2
Muridae (Old World Rats and Mice)		—	—	1	—	1
<i>Sylvaemus sylvaticus</i> (Wood Mouse)		1	—	—	—	1
Carnivora (Carnivores)		—	2	—	5	7
Canidae (Canids)		4	4	—	2	10
<i>Canis lupus</i> (Wolf)/ <i>C. lupus</i> f. <i>familiaris</i> (dog)		11	7 (1)	12	16 (1)	46 (2)
<i>Vulpes vulpes</i> (Red Fox)		15 (2)	9 (1)	20 (2)	13 (1)	57 (6)
<i>Meles meles</i> (Badger)		11 (6)	12 (3)	1 (2)	56	80 (11)
<i>Putorius putorius</i> (Polecat)		1	—	—	1	2
<i>Lutra lutra</i> (Otter)		1	3	4	1	9
<i>Martes foina</i> (Beech Marten)		1	—	—	1	2
<i>Martes foina/M. martes</i> (Pine Marten)		1	—	—	—	1
<i>Felis silvestris</i> (Wild Cat)		11	9	8 (1)	4 (1)	32 (2)
<i>Lynx pardina</i> (Pardel Lynx)		11	1 (1)	—	1	13 (1)
<i>Equus przewalskii</i> (Wild Horse)		8	17 (1)	8	1 (1)	34 (2)
<i>Sus scrofa</i> (Wild Boar)		244 (8)	385 (3)	308	174	1.111 (11)
<i>Cervus elaphus</i> (Red Deer)		317	407	458	305	1.487
<i>Capreolus capreolus</i> (Roe Deer)		39	81 (1)	73 (1)	47	240 (2)
<i>Bos primigenius</i> (Aurochs)		24 (3)	28 (1)	7	30	89 (4)
Not identified mammals		9.956	6.818	7.132	4.909	28.815

TABLE 5—Molluscs, crustaceans, fishes, amphibians and reptiles of Cabeço de Arruda

Species	Assemblage				Total
	A	B	C	X	
Marine bivalves					
<i>Mytilus edulis</i>	1	—	—	—	1
<i>Pecten maximus</i>	2	2	1	—	5
<i>Ostrea</i> sp.	1	1	—	—	2
<i>Laevicardium norvegicum</i>	4	2	2	1	9
<i>Cardium glaucum</i> + <i>C. edule</i>	1.102	31	122	4	1.259
<i>Venerupis decussata</i>	3	2	—	—	5
<i>Scrobicularia plana</i>	103	15	18	6	132
<i>Solen</i> or <i>Ensis</i> sp.	6	3	3	2	14
Marine gastropods					
<i>Neritina fluviatilis</i>	55	27	45	209	336
<i>Bittium</i> sp.	1	2	1	—	4
<i>Cypraea</i> sp.	7	6	2	5	20
Landsnails and Freshwater molluscs					
<i>Hydrobia</i> sp.	1	1	—	15	17
<i>Helicella</i> sp.	9	1	5	2	17
<i>Theba pisana</i>	77	41	26	44	188
<i>Helix</i> spp.	1	1	1	2	5
<i>Unio tumidus</i>	4	—	—	1	5
Cephalopoda (Cuttlefishes, Squids and Octopuses)					
<i>Sepia officinalis</i> (Common Cuttlefish)	2	—	—	—	2
Decapoda					
Brachyura (True Crabs)	660	178	134	69	1.041
Pisces (Fishes)					
<i>Myliobatis aquila</i> (Eagle Ray)	—	1	1	—	2
<i>Acipenser sturio</i> (Sturgeon)	3	—	—	—	3
Sparidae (Sea-breems)	1	—	1	—	2
<i>Sparus aurata</i> (Gilthead)	3	2	1	—	6
<i>Argyrosomus regius</i> (Meagre)	265	94	24	21	404
Not identified fishes	1	1	2	—	4
Amphibia (Amphibians)					
Not identified amphibians					
Reptilia (Reptiles)					
<i>Emys orbicularis</i> (Swamp Turtle)/ <i>Mauremys caspica</i>	—	1	—	—	1
<i>Lacerta lepida</i> (Eyed Lizard)/ <i>L. schreiberi</i> (Schreiber's Lizard)	12	—	4	3	19
Serpentes (Snakes)	2	2	1	—	5

TABLE 6—Avian and mammalian fauna of Cabeço de Arruda

Species	Assemblage				Total
	A	B	C	X	
Aves (Birds)					
Anseriformes (Waterfowl and Screemers)	2	—	2	—	4
<i>Anser anser</i> (Greylag Goose)	2	2	2	—	6
<i>Anser fabalis</i> (Bear Goose)	—	—	1	—	1
<i>Anas platyrhynchos</i> (Mallard)	2	1	1	—	4
<i>Anas crecca</i> (Teal)/ <i>A. querquedula</i> (Garganey)	2	—	—	—	2
<i>Spatula clypeata</i> (Schoveler)/ <i>Aythya ferina</i> (Pochard)	—	1	—	—	1
Falconiformes (Diurnal Birds of Prey)	—	—	1	—	1
<i>Accipiter nisus</i> (Sparrow Hawk)	1	1	—	—	2
<i>Buteo buteo</i> (Buzzard)	—	1	—	—	1
<i>Alectoris rufa</i> (Red-legged Partridge)	1	—	—	—	1
<i>Grus grus</i> (Crane)	1	—	—	—	1
<i>Scolopax rusticola</i> (Woodcock)	1	—	—	—	1
<i>Columba palumbus</i> (Woodpigeon)	4	2	3	—	9
<i>Columba livia</i> (Rock Dove)	—	1	—	—	1
Passeriformes (Sparrows)	2	—	1	—	3
<i>Corvus corone</i> (Carrion Crow)	1	—	1	—	2
Not identified birds	11	12	5	1	29
Mammalia (Mammals)					
<i>Erinaceus europaeus</i> (Hedgehog)	2	4	2	5	13
<i>Oryctolagus cuniculus</i> (Rabbit)	1.497	1.158	1.092	213	3.960
<i>Lepus capensis</i> (Brown Hare)	35	24	11	—	70
Rodentia (Rodents)	1	—	—	—	1
<i>Sciurus vulgaris</i> (Red Squirrel)	19	14	7	4	44
<i>Arvicola amphibius</i> (Water Vole)	32	12	17	6	67
<i>Sylvaemus sylvaticus</i> (Wood Mouse)	1	—	—	—	1
<i>Canis lupus</i> (Wolf)/ <i>C. lupus</i> f. <i>familiaris</i> (dog)	1	1	1	1	4
<i>Vulpes vulpes</i> (Red Fox)	7	4	7	—	18
<i>Meles meles</i> (Badger)	—	2	1	—	3
<i>Mustela nivalis</i> ? (Weasel)	—	1	—	—	1
<i>Lutra lutra</i> (Otter)	—	3	—	—	3
<i>Felis silvestris</i> (Wild Cat)	2	5	5	—	12
<i>Lynx pardina</i> (Pardel Lynx)	—	—	1	—	1
<i>Equus przewalskii</i> (Wild Horse)	—	—	1	—	1
<i>Sus scrofa</i> (Wild Boar)	56	48	44	12	160
<i>Cervus elaphus</i> (Red Deer)	61	89	64	17	231
<i>Capreolus capreolus</i> (Roe Deer)	4	20	6	2	32
<i>Bos primigenius</i> (Aurochs)	23	15	27	6	71
Not identified mammals	2.872	736	961	167	4.736

meat and thus cleaning the campsite (Rozoy, 1978). According to Mendes Corrêa (1933) all canids at Muge were still wild, because no gnawed bones were found. Indeed we recognised only a few carnivore gnawed fragments in the collections, but one should consider that if food supply is ample, domestic dogs do not necessary gnaw bones intensively.

2.1. Taphonomy

As known, taphonomy is a subdiscipline of palaeontology, which tries to analyse what happens with the animal remains between death and the eventual recovery of these remains as fossils. We can divide our faunal material in three taphonomical groups (cf. Gautier in press): (1) remains of animals collected for human consumption; (2) debris of artisanal activity; (3) intrusives. There is little doubt that the shells, together with most of the other fauna, were primarily collected for consumption by man and thus form the first taphonomic group. Especially at Cabeço de Amoreira the abundant shell remains suggest that marine molluscs are an important food resource. However many recent authors (see for example Bailey, 1975) have pointed out that molluscan remains from even a large and imposing looking shell-midden may represent a minor rather than a major component in the diet.

Among the molluscan food remains, cockles (*Cardium glaucum* and *C. edule*) are the most frequently represented animals. They predominate by tenfold the second most abundant bivalve group which is the peppery furrow shell (*Scrobicularia plana*). We also classify the cephalopods, the fishes, the lizard, the birds and the larger mammals in the food remains group. Crustaceans are abundantly represented by the extremities of the main claws of crabs. With Arnaud (pers. comm.), we believe that these crabs were mainly used as bait. Their meat amount is too small to be of any economic value. If, however, these crab claws are the remains of part of the diet, they could indicate a scarcity of other, more valuable or more palatable food.

Our second taphonomical group consists of the remains of artisanal activity. Up to 95 % of the recovered shells pertaining to little marine gastropods like *Neritina fluviatilis* and *Cypraea* have been perforated by people. Veiga Ferreira (1954) already proposed that they were used essentially to make necklaces. A few of the worked canines of red deer (*Cervus elaphus*) were probably also used to make articles of adornment, e.g. earrings

(Rozoy, 1978). Many carnivores like fox, wild cat, pardel lynx etc. may have been hunted for their fur or skin. The few antlers of red deer recovered show working traces and were no doubt used for tool-making as prehistoric man was used to do.

The third taphonomical division, the intrusives are animals which are not consumed nor used in any other way by the site occupants. Some of these animals invaded the site contemporaneously or almost contemporaneously with the occupation, others are more recent intrusives. The barnacles, for example, probably arrived at the site attached to other marine animals or to marine plants gathered by people. The landsnails found their natural habitat in or around the site and died there accidentally. The same could apply for the amphibians, some of the reptiles and the micromammals. It should also be noted that, as rabbits and badgers make burrows, some of them may also be intrusives. We could date some bones of these creatures as being recent intrusives in older archaeological layers by their state of preservation. In the lower layer of Amoreira 127 fragments of rabbit bones are considered as recent. In the unlabeled layer X of Amoreira we found 27 bones of one young badger which could also be intrusive. These finds are included in the counts of table 1 to 4.

2.2. Palaeoecology

Many site reports tend to restrict themselves to the palaeontological and chronological study of the recovered remains (Freeman, 1973). However, an ecological interpretation of the identified wild species may enable us to sketch a picture of the site catchment area: the natural habitat around the occupation area.

In this evaluation only the most abundant marine molluscs and vertebrates are considered. Cockles (*Cardium glaucum* and *C. edule*) can live in a variety of substrates ranging from mud, clay, coarse sand to gravel and pebbles. The lagoon cockle (*Cardium glaucum*), which is the most abundant shell, is an euryhaline species of which the upper and lower limits of salinity tolerance are 3 to 60 per mil (Gaillard and Testud, 1980). The peppery furrow shell (*Scrobicularia plana*) burrows in mud and sand in shallow brackish water (e.g. estuaries) and has a salinity tolerance of 6 to 30 per mil. The razor shells (*Ensis* sp.; *Solen* sp.) burrow in sand on the lower shore and in shallow water.

The eagle ray (*Myliobatis aquila*) lives in surface water and on soft substrates down to about 250 m. Fishes of the Sparidae family can tolerate brackish conditions. They are normally found among rocks overgrown with seaweed in the shallow water near the coast, but migrate to deeper water when it becomes cold. Only during the spawning season, from June to September are these fishes found in the estuary. Occasionally, they also migrate into brackish lagoons, where they find large food resources. The meagre (*Argyrosomus regius*) is an erratic species that follows banks of Mugilidae or other fishes especially near sandy beaches. During the spawning season (April to August), these fishes are found in estuaries and the young sometimes migrate into freshwater.

Most of the amphibians, with the exception of *Bufo bufo* live in humid localities including marshes. The turtles (*Emys orbicularis* and *Mauremys caspica*) can tolerate a relatively high salinity. They also occur in marshes, or in streams with a dense vegetation on the banks. The lizards (*Lacerta lepida* and *L. schreiberi*) require a high air humidity. They sometimes live in rabbit burrows.

For much of the bird species, marshes can constitute the natural habitat: e.g. the bittern (*Botaurus stellaris*), almost all waterfowl, the curlew (*Numenius arquata*) etc. Many of these birds require a dense vegetation or reedland near the banks of these marshes. The mallard (*Anas platyrhynchos*) and the tawny owl (*Strix aluco*) may breed in rabbit burrows. Only a few birdspecies are restricted to woods, such as the sparrow hawk (*Accipiter nisus*), that breeds in pine trees or mixed woods. The woodpigeon (*Columba palumbus*) and the buzzard (*Buteo buteo*) live in wooded areas. The carrion crow (*Corvus corone*) prefers open or wooded grounds.

Among the mammals, some species can live in marshes: brown hare, short-tailed vole, otter, wild cat, pardel lynx and wild boar. The wild rabbit (*Oryctolagus cuniculus*) prefers the open fields for the location of its burrows, but may be found in deciduous or coniferous forest with widely spaced trees. The brown hare (*Lepus capensis*) lives in all sorts of open country, but sometimes inhabits deciduous forests. Coniferous forests or mixed woodlands form the habitat of the red squirrel (*Sciurus vulgaris*). Antunes (1985) states that in Portugal this animal became extinct in the first decades of the 16th century. This extinction probably occurred as a result of degradation of the forests, especially those with pines. Hunting pressure probably played a minor role in the extinction process. The water vole (*Arvicola amphibius*) lives near streams with dense vegetation on the banks. Wolves (*Canis lupus*) frequent wooded plains or mountains as much as open country with sufficient cover. These animals are now extinct over

most of Western Europe but are still present in parts of Portugal. The red fox (*Vulpes vulpes*) is well represented in a diversity of landscapes. Badgers (*Meles meles*) are primarily animals of open woodland, but occur commonly in open country, if there are banks to burrow in or rocks to provide a den (Mallinson, 1978). They may also use the burrows of wild rabbits. The wild cat (*Felis silvestris*) inhabits extensive and varied forests with dense undergrowth and is often found near streams and ponds (Walker, 1964). In southern Europe, it is often encountered in the scrubby type of bush known as *macchia*. The pardel lynx (*Lynx pardina*) lives in mixed forests with dense undergrowth but can colonise a variety of other habitats. In Portugal, it still inhabits some areas in the south and east of the country.

The most important mammals in the prehistoric diet are wild boar (*Sus scrofa*), red deer (*Cervus elaphus*), roe deer (*Capreolus capreolus*) and the aurochs (*Bos primigenius*). The wild boar likes to live in closed forests, often near small lakes or marshes where food is abundant. On the whole red deer prefers deciduous woodland with dense undergrowth. Aurochs are often considered forest-specific (Walker, *ibid*), but recent evidence suggests that forest margins or wooded parkland rather than closed forest were their favorite haunt.

The foregoing data suggest a picture of the site-catchment area. Fishes and molluscs point to a sandy estuary with at some distance a rocky coastal configuration. Landwards there were marshes with reed-fields or dense vegetation near the banks, as indicated by the birds. The actual situation is much comparable, since the sites are located near the still existing *do Duque* marshes. The abundance of the lagomorphs suggests that the landscape was relatively open. The habitat preference of the larger mammals indicates that a rather open mixed woodland was also present. This environment however is being destroyed by recent man.

2.3. Palaeoeconomy and seasonality

The most common molluscs, the cockles (*Cardium glaucum* and *C. edule*), the peppery furrow shell (*Scrobicularia plana*) and the razor shells (*Ensis* sp.; *Solen* sp.) all burrow in sandy bottoms, the peppery furrow shell up to 25 cm. Hence, these creatures are not easily gathered and collecting them in quantities requires a special effort.

The ease or difficulty with which the various fish species can be collected gives us information about the techniques and the form of group cooperation used by prehistoric people. The presence of porbeagle (*Lamna*

nasus) does not necessarily indicate an active catch of these fishes, since they are known to become stranded easily (Chaix and Desse, 1978). Probably catching sparid fishes was easiest, when they were feeding on mussels in shallow water or when they penetrated into the estuary during the spawning season. During this migration (June-September), they were no doubt coming by in great numbers. Meagre (*Argyrosomus regius*) are predatory fishes probably caught through chasing smaller individuals into shallows, but during their spawning season they also migrate into the estuary. Fishes are normally difficult to catch in winter because the inactivity of certain species, their migration into deeper water and the fact that bad weather upsets fishing activities (Wilkinson, 1981). Spring and summer are and were therefore the most successful seasons for fishing.

As for the birds, most of the species occur in Portugal only as winter guests or during the migration to their breeding places. This information indicates at least winter-occupation of the site.

The identified mammals lived in the area all year round, although some are hunted more efficiently in certain periods of the year: red deer from January to March; wild boar from November to March (Price, 1978). The study of the age distribution of the game bag of wild rabbit, red deer and wild boar has not been finished, but at first sight it would seem that these species are represented by all age-categories. This fact could indicate an overyear occupation.

Table 7 shows the diversification of the diet calculated on the counted fragments. At Cabeço de Amoreira, marine bivalves and crabs represent a high percentage although we know that this does not implicate a great importance in the diet of the prehistoric people.

Table 8 gives, within the group of mammals, the percentage of the most important species. Calculated on the amount of counted fragments, wild rabbit was the most important food resource (74,2-86,8). If we take into account that the amount of usable meat from one rabbit is much smaller than from one red deer, other percentages can be estimated. We calculated the relative importance in weight for our most important animals, by multiplying each counted fragments with the average amount of usable meat of the species to which it was assigned; the values obtained are given in table 8. It becomes clear that the importance of wild rabbit was in fact much smaller (3,3 to 5,1 %) than that of larger game, but no doubt it was easier to come by, with the use of snares or digging the animals out of their holes.

TABLE 7 — Diversification of the diet calculated on the counted fragments

	Amoreira		Arruda	
	Total number	%	Total number	%
Marine bivalves	28.123	31,6	1.437	11
Marine gastropods	703	0,8	360	2,8
Landsnails and Freshwater molluscs	2.644	3	232	1,8
Cuttlefishes, Squids and Octopuses	11	0,01	2	0,02
Barnacles	19	0,02	—	—
True crabs	10.419	11,7	1.041	8
Fishes	3.511	3,9	458	3,5
Amphibians	593	0,7	4	0,03
Reptiles	155	0,2	25	0,2
Birds	220	0,2	69	0,5
Mammals				
Identified mammals	13.867	15,6	4.693	35,9
Not identified mammals	28.815	32,3	4.736	36,2
Total	42.682	47,9	9.429	72,2

TABLE 8 — Percentages of the most important mammals calculated on the total number and on the total weight

Species	Usuable meat (kg)	Amoreira				Arruda			
		Total number	%	Total weight	%	Total number	%	Total weight	%
<i>Oryctolagus cuniculus</i>	1	9.685	74,2	9.685	3,3	3.960	86,8	3.960	5,1
<i>Lepus capensis</i>	2,7	150	1,1	405	0,1	70	1,5	189	0,2
<i>Canis lupus</i> (1)	27	47	0,4	1.269	0,4	4	0,09	108	0,1
<i>Vulpes vulpes</i>	4	63	0,5	252	0,08	18	0,4	72	0,1
<i>Meles meles</i>	8	91	0,7	728	0,3	3	0,07	24	0,03
<i>Felis silvestris</i>	6	34	0,3	204	0,07	12	0,3	72	0,1
<i>Equus przewalskii</i>	210	36	0,3	7.560	2,6	1	0,02	210	0,3
<i>Sus scrofa</i>	60	1.122	8,6	67.320	22,7	160	3,5	9.600	12,4
<i>Cervus elaphus</i>	105	1.487	11,4	156.135	52,6	231	5,1	24.255	31,4
<i>Capreolus capreolus</i>	13	242	1,9	3.146	1,1	32	0,7	417	0,5
<i>Bos primigenius</i>	540	93	0,7	50.220	16,9	71	1,6	38.340	49,6

(1) These counts may include dog remains as is explained in the text.

In table 9 we consider the largest mammals. At Cabeço de Amoreira, the red deer (*Cervus elaphus*) is the most important food resource (in total number and total weight), followed by wild boar (*Sus scrofa*) and aurochs (*Bos primigenius*). At Cabeço de Arruda, however, aurochs becomes more important and even the most important when we consider the weight percentages. At first sight we can not give a logical explanation for these differences. The sites are situated at 2 km distance only from each other, but are located on different banks of the *do Duque* marshes. This location could implicate a different environment or a different accessibility to where aurochs could be found.

TABLE 9 — Percentages of the largest mammals calculated on the total number and on the total weight

Species	Usuable meat (kg)	Amoreira				Arruda			
		Total number	%	Total weight	%	Total number	%	Total weight	%
<i>Equus przewalskii</i>	210	36	1,2	7.560	2,7	1	0,2	210	0,3
<i>Sus scrofa</i>	60	1.122	37,7	67.320	23,7	160	32,3	9.600	13,2
<i>Cervus elaphus</i>	105	1.487	49,9	156.135	54,9	231	46,7	24.255	33,3
<i>Capreolus capreolus</i>	13	242	8,1	3.146	1,1	32	6,7	416	0,6
<i>Bos primigenius</i>	540	93	3,1	50.220	17,7	71	14,3	38.340	52,6

Further investigations on the fauna of these collections together with the comparison of these sites with other Mesolithic shell-middens will hopefully shed more light on the exact status of the sites.

ABSTRACT

This preliminary archaeozoological study, analysed the faunal material of two Mesolithic shell-middens: Cabeço de Amoreira and Cabeço de Arruda. A taphonomical division is made. We recognize consumption remains (mainly red deer, wild boar and aurochs); debris of artisanal activity (little gastropods, antler and teeth of red deer etc.); penecontemporaneous intrusives (herpetofauna, little mammals etc.) and late intrusives (rabbit, badger). The palaeoecological and palaeoeconomical analysis provides some information on the importance of each animal group in the diet of the Mesolithic Muge people and on the season of occupation of the two sites.

RESUMO

A fauna analisada, preliminarmente, neste trabalho arqueozoológico, provém das escavações sistemáticas dos dois concheiros mesolíticos de Muge: Cabeço de Amoreira e Cabeço de Arruda. O estudo tafonómico mostra-nos que a fauna destes dois sítios é constituída por restos alimentares (essencialmente, veado, javali e auroque), alguns restos artesanais (pequenos gasterópodes, pontas e dentes de veado, etc.), intrusões contemporâneas da ocupação dos concheiros (répteis, pequenos mamíferos, etc.) e intrusões mais tardias (coelhos e texugos). O estudo paleoecológico e paleo-económico fornece-nos informações sobre o carácter sazonal da ocupação de Muge, revelando ao mesmo tempo a importância dos diferentes animais na alimentação dos seus habitantes.

RÉSUMÉ

La faune de cette analyse archéozoologique préliminaire provient des fouilles systématiques de deux escargotières mésolithiques de Muge: Cabeço de Amoreira et Cabeço de Arruda. L'étude taphonomique indique que la faune des deux sites consiste de déchets de consommation (essentiellement cerf élaphe, sanglier et auroch), quelques déchets artisanaux (petites gastropodes, bois et dents de cerf élaphe etc.), d'intrusions pénécotemporaines (herpétofaune, micromammifères etc.) et d'intrusions plus tardives (lapins, blaireaux). L'étude de la paléocologie et de la paléoeconomie donne des informations sur le caractère saisonnier de l'occupation et sur l'importance des différents animaux dans l'alimentation des occupants du site.

REFERENCES

- ANTUNES, M. T., 1985 — *Sciurus vulgaris* no Cabeço de Arruda, Muge. Presença e extinção em Portugal. *Arqueologia*, **12**, 71-84.
- BAILLEY, G. N., 1975 — The role of molluscs in coastal economies: the results of midden-analysis in Australia. *Journal of Archaeological Science*, **2**, 45-62.
- BOESSNECK, J.; von den DRIESCH, A.; MEYER-LEMPENAU, V.; WECHSLER-VON OHLEN, E., 1971 — Die Tierknochenfunde aus dem keltischen Oppidum von Manching. *Die Ausgrabungen in Manching*, **6**, Wiesbaden.
- BOESSNECK, J.; von den DRIESCH, A.; STENBERGER, L., 1979 — Eketorp. Befestigung und Siedlung auf Öland, Sweden. Die fauna. *Almqvist & Wiksell International Stockholm Schweden*.
- CHAIX, L.; DESSE, J., 1978 — Notes sur quelques vertèbres de requins (*Lamna nasus* Bon.) trouvés dans la vallée d'Aoste. *X^e Bulletin d'Etudes préhistoriques alpines*.
- FREEMAN, L. G., 1973 — The significance of mammalian faunas from Paleolithic occupations in Cantabrian Spain. *American Antiquity*, **38**, no. 1, 3-44.
- GAILLARD, J. M.; TESTUD, A.-M., 1980 — Comparative Study of Quaternary and Present-day Lagoon Populations of *Cardium glaucum* (syn. *Cerastoderma*

- glaucum (Bruguière)), Mollusca, Bivalvia. In: M. J. SALEM & M. T. BUSREWIL (eds.), *The Geology of Lybia*. Volume III. Academic Press. London, New York, Toronto, Sydney, San Francisco.
- GAUTIER, A., in press — Taphonomic groups: how and why. *Archaeologia*.
- MALLINSON, J., 1978 — *The Shadow of Extinction. Europe's Threatened Wild Mammals*. Mc. Millan. London Ltd.
- MENDES CORRÊA, A. A., 1933 — Les nouvelles fouilles à Muge (Portugal). C. R. do XV Congr. Int. d'Anthrop. et d'Arch. Preh. 1931, Paris.
- PRICE, T. D., 1978 — Mesolithic settlement systems in the Netherlands. In: P. MELLARS (ed.), *The Early Postglacial Settlement of Northern Europe. An Ecological Perspective*. Duckworth, London
- ROZOY, J.-G., 1978 — Les derniers chasseur. *L'Épipaléolithique en France et en Belgique*.
- VEIGA FERREIRA, O., 1954 — Faune malacologique; crustacées et poissons. Muge (Moita do Sebastião). Congr. Internac. Ciencias Prehist. y Photohist., Madrid, 339-346.
- WALKER, E. P., 1964 — *Mammals of the World* (3 volumes). John Hopkins. Baltimore.
- WILKINSON, M., 1981 — The use of fish in resource scheduling and seasonality studies in temperate latitudes. In: D. BROTHWELL & G. DIHLEBY (eds.), *Environmental aspects of coasts and islands*. B. A. R. International Series 94, 181-194.

ARTE RUPESTRE EM PORTUGAL

POR

Vitor Oliveira Jorge (*)

«A imagem possui então uma liberdade dimensional que faltará sempre à escrita; ela pode provocar o processo verbal que leva à recitação de um mito, mas não está presa a ele e o seu contexto desaparece juntamente com o recitador.»

André Leroi-Gourhan

(*Le Geste et la Parole. Technique et Langage*, 1964, p. 272).

«Eu não sou cronologista.»

Idem

(Em conversa com o autor, a propósito das primeiras fotos da arte do Tejo, no Collège de France, Paris, Março de 1972).

1. Arte paleolítica

As manifestações artísticas mais significativas, de estilo paleolítico, até hoje reconhecidas em Portugal, resumem-se à gruta ornamentada da Herdade da Sala, Santiago do Escoural (Montemor-o-Novo), descoberta em 1963, e às gravuras de ar livre de Mazouco (Freixo de Espada-à-Cinta), detectadas em 1981.

A *gruta do Escoural* apresenta-se como uma cavidade cársica composta por um intrincado labirinto de galerias, que mede, em linha recta, e desde a entrada primitiva até à actual (produzida artificialmente por uma pedreira), cerca de 37 metros. O núcleo do santuário situar-se-ia precisamente na grande sala do fundo (cuja amplitude contrasta com a exiguidade

(*) Faculdade de Letras do Porto.

dos acessos), em cujo espaço, extensivo às galerias e divertículos adjacentes, foram praticadas diversas pinturas e mais de uma centena de gravuras, estas últimas pelo menos em parte posteriores às primeiras ⁽¹⁾. Estas representações, segundo a equipa que recentemente retomou o seu estudo, enquadrar-se-iam fundamentalmente nos estilos II (Perigordense superior — Solutrense antigo) e III (Solutrense e Madalenense antigo) de Leroi-Gourhan, podendo algumas, no entanto, perdurar até fases mais recentes, do Paleolítico Superior final ou, mesmo, pós-paleolíticas ⁽²⁾. Quanto à temática, ela abrange figuras animalistas, sobretudo de bóvidos e equídeos, e diversos ideomorfos, contrastando os motivos da 1.^a fase, na sua nitidez e visibilidade, com os da 2.^a e 3.^a fases, em que vai dominando, nas gravuras, uma técnica de incisão cada vez mais fina, ao mesmo tempo que as representações têm tendência a dissimular-se em zonas recônditas ⁽³⁾. Recentemente, Jordá Cerdá emitiu a opinião de que a arte do Escoural se escalonaria em duas fases, que atribuiu, respectivamente, ao Madalenense inferior e ao Superior ⁽⁴⁾.

As gravuras de *Mazouco* são constituídas por três motivos zoomórficos, que utilizam como suporte as rochas, dispostas em posição subvertical, de um afloramento do complexo xisto-grauváquico, situadas nas proximidades da confluência da ribeira de Albagueira com o Douro, junto à fronteira com a Espanha, no extremo Leste transmontano. Delas, a mais bem conservada é um cavalo com mais de 60 cm de comprimento, definido por um sulco profundo, ao contrário das duas restantes, que apresentam a técnica do picotado; é possível que estas últimas sejam também equídeos, o que nos permitiria falar, como o tem feito Jordá Cerdá, de um santuário monotemático ⁽⁵⁾. O cavalo principal apresenta uma curva cérico-dorsal acentuada, crina muito saliente e arqueada, cauda e patas traseiras dispostas de modo a sugerir um certo movimento, contrastando com o estatismo das

(1) Cf. M. Farinha dos Santos, M. Varela Gomes e J. Pinho Monteiro, Descobertas de arte rupestre na gruta do Escoural (Évora, Portugal), *Altamira Symposium*, Madrid, Ministério de Cultura, 1981, pp. 205-243.

(2) V. M. V. Gomes, A Gruta do Escoural, um santuário paleolítico, *História de Portugal*, Lisboa, Publ. Alfa, vol. 1, 1983, pp. 60-61.

(3) *Id., ib.*

(4) F. Jordá Cerdá, Paleolítico, *História de España. vol. I. Prehistória*, Madrid, Ed. Gredos, 1986, pp. 117-118.

(5) F. Jordá Cerdá, Algunas consideraciones sobre los problemas del arte rupestre del area centroccidental luso española, *Portugalia*, n.s., vol. IV/V, 1938/84, pp. 89-95; idem, Los grabados de Mazouco, los santuarios monotemáticos y los animales dominantes en el arte paleolítico peninsular, *Revista de Guimarães*, vol. XCIV, 1984, pp. 307-327.

patas dianteiras, inteiramente figuradas, mas muito curtas. De notar o aspecto atarracado do animal, com o ventre marcado por uma linha dupla, a perspectiva torcida ou semi-torcida dada pelos dois membros do lado direito em relação ao resto do corpo (de perfil), e certos aspectos realistas no detalhe, como a saliência do maxilar inferior, os cascos dianteiros, e a representação do sexo masculino. Acrescente-se que Jordá Cerdá considera as gravuras de Mazouco como pertencentes ao Madalenense médio (estilo IV de Leroi-Gourhan), tal como o cavalo picotado de Domingo García, Segóvia ⁽⁶⁾.

A concluir esta rubrica, deve referir-se que, recentemente, foi descrita como estatueta paleolítica uma pequena peça rolada, em sílex, proveniente de uma cavidade subterrânea dos arredores de Setúbal, a Toca do Pai Lopes, onde foi achada de forma fortuita ⁽⁷⁾; de idêntico modo teria surgido (há cerca de 25 anos, mas só agora revelada) no concelho de Montemor-o-Novo uma outra estatueta, esta talvez em osso de rena e com carácter feminino, semelhante à chamada «Vénus impúdica» de Laugerie-Basse (Dordonha) ⁽⁸⁾. Qualquer que seja o significado destas descobertas, não há dúvida de que os estudos de arte paleolítica em Portugal estão ainda longe de terem dito a sua última palavra.

2. Arte megalítica

Prescindindo, aqui, de abordar a arquitectura megalítica (no seu duplo aspecto de funerária — mamoas e suas estruturas internas — e de relacionada com a erecção de menires, simples ou múltiplos) e a arte móvel que frequentemente surge entre o espólio dos dólmens, ficamos reduzidos às pinturas e/ou gravuras que ornamentam os esteios das antas, ou a superfície de certos menires.

Portugal (sobretudo as regiões Centro-Norte e Norte), juntamente com a Galiza, contém a maior parte dos monumentos megalíticos decorados da

⁽⁶⁾ V. *op. cit.* na nota 4, p. 118. Sobre as gravuras de Mazouco, consulte-se: Susana O. Jorge *et alii*, Gravuras rupestres de Mazouco (Freixo de Espada à Cinta), *Arqueologia*, Porto, G.E.A.P., n.º 3, Junho 1981, pp. 3-12; dos mesmos autores, Descoberta de gravuras rupestres em Mazouco, Freixo de Espada-à-Cinta (Portugal), *Zephyrus*, vol. XXXIV-XXXV, 1982, pp. 65-70.

⁽⁷⁾ V. M. Farinha dos Santos, Estatueta paleolítica descoberta em Setúbal (notícia preliminar), *Setúbal Arqueológica*, vols. VI-VII, 1980-81, pp. 29-37.

⁽⁸⁾ V. G. Zbyszewski e O. da Veiga Ferreira, Uma estatueta madalenense «tipo Laugerie Basse» encontrada em Portugal, *Memórias da Acad. das Ciências de Lisboa*, T. XXVI, 1984-85, pp. 207-277.

Península. Além disso, é também no nosso país, sobretudo na região de Viseu, que se encontra a esmagadora maioria das pinturas dolménicas conhecidas, infelizmente em muito mau estado de conservação.

Reduzir a arte megalítica a um conjunto de «motivos primários» é certamente, como em tantos outros casos, um recurso simplista, embora possa ser útil a uma primeira abordagem. E. S. Twohig⁽⁹⁾ considerou a existência, na Península, de dez motivos principais: figura humana; representação da pele esticada de um animal; fiadas de triângulos ou de Vs; motivos em dente de serra; serpentiformes verticais; serpentiformes horizontais; motivos lineares radiados; motivos em U; um elemento indecifrável, designado simplesmente «a coisa». Os cinco primeiros seriam característicos do seu *grupo 1*, ou «grupo de Viseu», e os seis últimos (incluindo portanto também os serpentiformes verticais) próprios do *grupo 2*, grupo aliás algo artificial, porque abarcando não só os dólmenes situados ao Norte do Douro, como também um certo número de monumentos variados do Sul. Trata-se de um esquema que dificilmente exprime a riqueza e complexidade do assunto, sobre o qual também não nos podemos aqui alongar.

Conhecemos dólmenes apenas pintados⁽¹⁰⁾, outros, aparentemente pelo menos, tão só gravados, e outros ainda contendo pinturas e gravuras⁽¹¹⁾. Evidentemente que não podemos assegurar que os monumentos em que só ocorrem gravuras não tenham sido também pintados⁽¹²⁾, impondo-se escl-

⁽⁹⁾ E. S. Twohig, *The Megalithic Art of Western Europe*, Oxford, Clarendon Press, 1981.

⁽¹⁰⁾ Recentemente foi descoberto mais um, Chã de Parada 3, na Serra da Aboboreira, distrito do Porto, bem como novos vestígios de pintura no dólmen de Fontão, Seia. V., sobre o primeiro caso: V. O. Jorge, *Descoberta de pinturas megalíticas na Serra da Aboboreira*, jornal *Repórter do Marão*, Baião, n.º 77, 16/8/85; F. A. Pereira da Silva, *Escavação da Mamoa 3 de Chã de Parada — Serra da Aboboreira, Concelho de Baião, 1982-1983*, *Arqueologia*, Junho 1985, pp. 39-50. O descalque das pinturas foi recentemente realizado por técnicos do Instituto Português do Património Cultural (Serviços Regionais de Arqueologia da Zona Norte), aguardando publicação. Sobre o segundo caso, consulte-se: E. J. Lopes da Silva, *Notícia sobre a descoberta de novas pinturas rupestres no dólmen de Fontão (Paranhos da Beira — Seia)*, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXV, 1985, fasc. 2-4, pp. 381-386.

⁽¹¹⁾ Destes últimos assinalou-se há pouco mais um exemplar no Alto Minho, na Serra Amarela, o de Chã de Cabanas 1; trata-se de um dólmen de corredor. V. resumo da comunicação dos descobridores à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (Porto), em *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXV, 1985, fasc. 2-4, p. 442.

⁽¹²⁾ Sabemos ser esse o caso, por ex., de Chã de Parada 1, na Serra da Aboboreira, onde hoje apenas se vêem gravuras, embora Serpa Pinto ali tenha descortinado restos de pinturas, nos anos 30 (v. revista *Arqueologia*, n.º 9, Junho 1984, p. 125).

recer, em cada um dos que ostentam simultaneamente pinturas e gravuras, qual a relação cronológica, simbólica, etc., entre as duas ordens de figurações. Menires gravados têm surgido também com relativa frequência após a elaboração da obra de E. S. Twohig, aliás omissa em relação a certos elementos (embora dispersos) já então conhecidos ⁽¹³⁾; especial destaque merece a progressiva identificação, no Barlavento Algarvio, de um vasto grupo de menires, em calcário ou grés vermelho, normalmente de forma cónica ou ovóide, e de relativamente pequenas dimensões, muitos dos quais decorados em relevo (cordões ondulantes ou séries de elipses, dispostos na vertical). Na estação da *Caramujeira* (Lagoa) tais menires encontravam-se em relação com um povoado, e em particular, ao que parece, com a sua segunda fase de ocupação, atribuída à 2.^a metade do IV milénio a.C. ⁽¹⁴⁾.

Talvez que o elemento mais surpreendente de toda a arte megalítica portuguesa seja a cena de caça ao veado que preenche um dos esteios da câmara da *Orca dos Juncais* (Queiriga, Viseu). Como composição, é um caso único, mas tal pode dever-se às más condições de conservação de outros exemplares em que surgem figuras humanas (por ex., dois homens, um dos quais com arco, em *Lubagueira 4*, Viseu) ou animais (*Fontão*, Seia); também não é de excluir que esses elementos pudessem ocorrer sem estarem incluídos em cenas, como parecem sugerir, por ex., os dois veados que encimam a laje de cabeceira da própria *Orca dos Juncais*. Mesmo a inserção estilística daquela figuração de caça levanta problemas, tal é a sua originalidade: Abélanet ⁽¹⁵⁾ caracteriza-a como semi-naturalista; Jordá

⁽¹³⁾ No Norte do país foi recentemente identificado o «menir» da Bouça (Mirandela), fálco, e com gravuras — v. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXV, fasc. 2-4, p. 442 — e o menir de S. Bartolomeu do Mar (Esposende, com covinhas — v. V. O. Jorge, A. M. Baptista e A. B. Gonçalves, Menir de S. Bartolomeu do Mar (Esposende), *Boletim Cultural de Esposende*, n.º 9/10, Dez. 1986, pp. 13-20. Relativamente ao resto do país, veja-se, por ex.: H. L. Pina, Cromlechs und menhire bei Évora in Portugal, *Madriider Mitteilungen*, 17, 1976, pp. 9-20; V. O. Jorge, Menhirs du Portugal, *L'Architecture Mégalithique*, Vannes, Société Polymathique du Morbihan, 1977, pp. 99-124; J. P. Monteiro e M. V. Gomes, Os menires da Charneca do Vale Sobral (Nisa), *Revista de Guimarães*, vol. LXXXVII, 1977, pp. 189-206; *idem*, Menires do Algarve, *Actas del XV Congreso Nacional de Arqueologia*, Zaragoza, 1979, pp. 355-374; *idem*, The menhirs of Portugal, *Bolletino del Centro Camuno di Studi Preistorici*, vol. XVIII, 1981, pp. 75-88.

⁽¹⁴⁾ Cf. M. V. Gomes, J. P. Monteiro e E. C. Serrão, A estação pré-histórica da Caramujeira. Trabalhos de 1975/76, *Actas das III Jornadas Arqueológicas — 1977*, Lisboa, Assoc. dos Arqueól. Portug., 1978, pp. 33-72.

⁽¹⁵⁾ Cf. J. Abélanet, *Signes Sans Paroles. Cent siècles d'art rupestre en Europe Occidentale*, Hachette, 1986, p. 91.

Cerdá atribui a decoração com figuras humanas dos dólmenes portugueses a influências, por um lado, da pintura esquemática, e, por outro, da arte levantina ⁽¹⁶⁾; por seu turno, A. Beltrán é de parecer que as figuras do dólmen dos Juncas não são esquemáticas nem levantinas, não se enquadrando bem em qualquer estilo ⁽¹⁷⁾.

Trata-se de um assunto que nos levaria longe. Limitemo-nos a referir que, na arte megalítica portuguesa, confluem motivos semi-naturalistas, esquemáticos e abstractos, e que, por outro lado, umas vezes a «ornamentação» é invasora (em relação à superfície do esteio ou, mesmo, relativamente à totalidade dos ortostatos, como em *Antelas*), outras ela está limitada a algumas figurações, como que «perdidas» no espaço operativo da pedra (aspecto particularmente evidente quando se trata de gravuras, a menos que evoquemos a hipótese destas terem sido originalmente «completadas» com pinturas). A imagem que nos fica é a de uma arte simbolicamente muito elaborada, à qual poderia subjazer uma mesma «mitologia», mas cuja concretização, em termos plásticos, se apresenta relativamente diversificada. Por outro lado, é óbvio que há relações entre alguns dos seus aspectos e temas da pintura esquemática e da arte dos rochedos ao ar livre, nomeadamente do vale do Tejo.

3. Arte dos «abrigos» pintados

Os locais com pintura esquemática localizam-se, por ora, em duas regiões do país: Trás-os-Montes e Alto Douro, e Alto Alentejo. À primeira, pertencem as estações de *Penas Róias* (Mogadouro), *Pala Pinta* (Alijó) e *Cachão da Rapa* (Carrazeda de Ansiães); à segunda, as de *Igreja dos Mouros*, *Lapa dos Louções* e *Lapa dos Gaivões*, todas na Serra dos Louções (Arronches), e o denominado *Abrigo Pinho Monteiro*, na Serra do Monte Novo (mesmo concelho) ⁽¹⁸⁾.

⁽¹⁶⁾ V. F. Jordá Cerdá, Arte de la Edad de Piedra, *Historia del Arte Hispánico*, 11. *La Antigüedad*, Madrid, Ed. Alhambra, 1978, p. 132.

⁽¹⁷⁾ Com. apresentada à Mesa-Redonda sobre Megalitismo Peninsular, Madrid, Outubro de 1984.

⁽¹⁸⁾ Temos ainda conhecimento de duas outras estações com pinturas, um abrigo existente em Paredes da Beira (S. João da Pesqueira), detectado pelo Dr. Agostinho Ferreira (sócio da S.P.A.E.), e do qual este nos mostrou fotografias; e um local existente em Poiães (Freixo de Espada-à-Cinta) conhecido como a «fraga do gato», recentemente revelado plos Drs. Nelson Rebanda e Fernando Morgado no I Congresso Internacional sobre o rio Douro (Abril-Maio de 1986).

Os «abrigos» de Penas Róias e de Pala Pinta e o rochedo pintado do Cachão da Rapa ⁽¹⁹⁾ mostram temática muito diversificada entre si. Em Penas Róias predominam as figuras humanas com braços em arco, algumas das quais apresentam toucados; uma delas tem os braços em asa, ou em *fi*. Na Pala Pinta encontramos também um motivo em *fi*, mas os temas que mais se impõem são os de forma radiada, de vários tipos, evocando, para alguns autores, conotações astrais; existem também «ramiformes» que se podem interpretar como estilizações antropomórficas. Ambos os locais citados apresentam pinturas monocromáticas, a vermelho. Já no Cachão da Rapa, cujas figurações são *sui generis* sob diversos pontos de vista, encontramos a utilização simultânea do vermelho cor de vinho e do azul escuro. A temática é, aqui, de cariz geométrico, predominando os motivos quadrangulares (interiormente preenchidos por forma a sugerir um reticulado) ou elípticos (alguns dos quais com o eixo maior e menor marcados); certos desses motivos quadrangulares apresentam apêndices distais, por vezes constituídos por duas fiadas verticais de pequenas linhas rectas horizontais e paralelas.

Dos abrigos conhecidos na Serra dos Louções, a Lapa dos Gaivões é a que encerra o maior e mais significativo número de pinturas, subdivisíveis em vários painéis, que Breuil pôde estudar em 1916 ⁽²⁰⁾. São de destacar as esquematizações antropomórficas, várias delas com braços e pernas arqueados, por vezes mesmo com três pares de apêndices, ora virados para baixo, ora para cima; num caso, pelo menos, existem protuberâncias distais, evocando chifres. Estão também presentes zoomorfos, entre os quais um que parece ser um bovídeo, de grandes dimensões, veados, um canídeo, um animal de tipo pectiniforme, além de linhas serpentiformes ou em zigue-zague, séries de pontos e de traços, etc., etc. A. e Castro e V. Ferreira advogaram, em 1961 ⁽²¹⁾, a presença da figuração de um elefante no painel do tecto. Também na Igreja dos Mouros existem antropomorfos, destacando-se, aí, um ramiforme, enquanto que relativamente à Lapa dos

(19) Sobre estas estações, v., respectivamente: C. A. Ferreira de Almeida e A. M. Mourinho, Pinturas esquemáticas de Penas Róias, terra de Miranda do Douro, *Arqueologia*, n.º 3, Junho 1981, pp. 43-48; J. R. dos Santos Júnior, O abrigo pré-histórico da «Pala Pinta», *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, vol. VI, fasc. 1, 1933, pp. 5-15; *idem*, As pinturas pré-históricas do Cachão da Rapa, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, vol. VI, fasc. 3, 1933, pp. 5-43.

(20) Cf. H. Breuil, La roche peinte de Valdejunco à la Esperança, près Arronches (Portalegre), *Terra Portuguesa*, n.ºs 13-14, Fev.-Março 1917, pp. 17-27. Sobre os restantes abrigos, v. L. A. e Castro e O. V. Ferreira, As pinturas rupestres esquemáticas da Serra dos Louções, *Conimbriga*, Vols. II-III, 1960-61, pp. 203-222.

(21) *Op. cit.* na nota anterior.

Louções se podem mencionar figuras em *fi* e uma mão em positivo, entre outras pinturas.

No Abrigo Pinho Monteiro voltam a aparecer-nos as estilizações humanas, com braços e pernas em arco, além de figuras em I, motivos radiados, um antropomorfo com apêndices distais em forma de chifres, um outro que se interpretou como estando de pé sobre um quadrúpede, etc. ⁽²²⁾.

É evidente que os «abrigos» pintados portugueses, todos situados na área oriental do território, e apesar da notória diversidade da sua temática, constituem apenas o natural prolongamento, para oeste, da rica arte esquemática andaluza, e mais genericamente mesetanha, na qual podemos achar inúmeros paralelos para as suas figurações. De notar, todavia, e mais uma vez, a originalidade do Cachão da Rapa, que resiste às diversas tentativas de «decifração» que lhe têm sido feitas.

4. Arte do vale do Tejo

As gravuras deste complexo, em número de algumas dezenas de milhar, localizam-se nos bancos xistoso-grauvácicos das margens do médio Tejo (e de alguns dos seus afluentes), para montante e juzante das «Portas do Ródão», junto à fronteira com a Espanha (em cujo território contíguo ainda existem gravuras), concentrando-se em dezasseis núcleos principais ⁽²³⁾ e estendendo-se por um troço do rio com mais de 40 Km. Descobertas em 1971, e submersas pouco depois, na sua maioria, pela albufeira criada pela barragem de Fratel, têm dado origem a larga controvérsia em torno da sua cronologia. As diversas propostas ⁽²⁴⁾ têm oscilado entre uma ampla

⁽²²⁾ V. M. V. Gomes, Abrigo Pinho Monteiro — 1982, *Informação Arqueológica*, n.º 5, Lisboa, I.P.P.C., 1985, pp. 90-91.

⁽²³⁾ São os seguintes, de montante para juzante: Herrera de Alcantara; S. Simão; Alagadouro; Lomba da Barca; Cachão do Algarve; Ficalho; Fivenco; Fratel; Casca-lheira do Tejo; Foz da Ribeira de Nisa; Chão da Velha; Silveira; Gardete; Figueiró; Ocreza; Pracana (seg. A. M. Baptista *et alii*, *Felskunst im Tejo-tal, Madrider Mitteilungen*, 19, 1978, p. 90.

⁽²⁴⁾ V. os seguintes trabalhos: E. C. Serrão, F. S. Lemos, J. P. Monteiro, M. A. Querol, S. R. Lopes e V. O. Jorge, O complexo de arte rupestre do Tejo (Vila Velha de Ródão — Nisa): notícia preliminar, *Arqueologia e História*, 9.ª sér., vol. IV, 1972, pp. 349-380; E. Anati, Incisioni rupestri nell'alta valle del Fiume Tago, Portogallo, *Bolletino del Centro Camuno di Studi Preistorici*, vol. XII, 1975, pp. 156-160; A. M. Baptista, M. Martins e E. C. Serrão, *Felskunst im Tejo-tal. São Simão (Nisa, Portalegre), Portugal, Madrider Mitteilungen*, 19, 1978, pp. 89-111; A. M. Baptista, *A Rocha F-155 e a Origem da Arte do Vale do Tejo*, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 1981; M. V. Gomes, Arte esquemática do Vale do Tejo, *Zephyrus*, vol. XXXVI, 1983, pp. 277-285.

sequência evolutiva — indo do Epipaleolítico ou Neolítico à Idade do Ferro (Serrão e outros; Gomes e Monteiro) — e uma periodização mais limitada, situada ora entre o Epipaleolítico e o Neolítico tardio (Anati), ora entre o Neolítico e a Idade do Bronze (Baptista). Seja como for, estamos perante o maior conjunto de gravuras praticadas em rochedos ao ar livre não só de Portugal, como da Península, ainda em larga parte inédito, e portanto de cujo estudo se podem esperar importantes desenvolvimentos, uma vez que uma grande percentagem da informação que contém pôde ser registada a tempo, numa das maiores operações de salvamento arqueológico que se levaram a cabo no país.

Praticadas nas rochas xistoso-grauváquicas intensamente polidas pelas águas do rio, normalmente em superfícies horizontais, as gravuras do Tejo foram obtidas por picotagem. Ao contrário da arte levantina, ou, até certo ponto, da pintura esquemática ibérica, a temática não apresenta, aqui, um conteúdo narrativo identificável: estamos em geral perante mitogramas⁽²⁵⁾, composições que se não apoiam na representação de «cenas», testemunhando um elevado grau de simbolismo gráfico. Mesmo quando surgem motivos claramente reconhecíveis, como antropomorfos ou zoomorfos, é nítido que eles se encontram integrados em toda uma «linguagem» de difícil decifração, porque constituída essencialmente por signos geométrico-abstractos, à base do círculo. Círculos simples, círculos com covinha central, círculos concêntricos, ovais, círculos radiados, linhas meandriformes, espirais, constituem de facto os elementos mais repetitivos no vale do Tejo, normalmente associados entre si ou a antropomorfos e zoomorfos. Numa obra recente, J. Abélanet pôde mesmo escrever que «os motivos à base de círculos e espirais, que se encontram em grande número e, por assim dizer, em estado puro, nos rochedos da região do Tejo, podem ser considerados como um contributo propriamente português à constituição da arte rupestre atlântica. Estão praticamente ausentes na arte pintada do Sudeste e são raros na bacia do Guadiana, no entanto aberta a influências vindas do litoral atlântico»⁽²⁶⁾. De notar que, mesmo quando dois ou mais motivos se encontram em nítida e directa articulação, se trata menos de exprimir uma acção (implicando portanto o factor tempo) do que um conceito, ou entidade eventualmente mítica: pode dar-se como exemplos,

(25) Utilizamos esta palavra no sentido que lhe dá Leroi-Gourhan. Cf. por ex., *Le Geste et la Parole. I. Technique et Langage*, Paris, Albin Michel, 1964, pp. 260-300; *idem*, *Simbolos, Artes y Creencias de la Prehistoria* (colect. de artigos), Madrid, Ed. Istmo, 1984, pp. 530-538 e 603-612.

(26) *Op. cit.* na nota 15, p. 104.

entre outros, o da rocha 12 de *Ficalho* (27), em que um antropomorfo esquemático parece «erguer» nos braços uma figuração circular radiada (motivo solar?), ou o da rocha 241 de *S. Simão* (28), em que um outro antropomorfo, desta feita menos esquemático, sustém, segundo tudo leva a crer, um cervídeo morto.

A arte do vale do Tejo não será toda, certamente, da mesma época. Há aqui uma diversidade de estilos, que vão do semi-naturalista ao esquemático, ao simbólico, e ao abstracto. Mas esse facto não permite automaticamente elaborar uma periodização que pressuponha uma evolução linear, do género da que Anati aduziu para a arte «galaico-portuguesa» conhecida anteriormente à descoberta do Tejo (29). O grau de certeza quase peremptória com que têm sido apresentadas certas propostas a este respeito (30), em que cada estilo ou grupo de motivos é visto como uma espécie de «tipo-fóssil» de uma dada fase cronológico-cultural, pode induzir em erro os menos advertidos, além de correr o risco de «fechar» a investigação a um constante esforço de auto-revisão e de ampliação de observações que, se é a sua própria razão de ser, no caso do vale do Tejo se impõe muito particularmente, dada a pequena percentagem das respectivas gravuras até hoje exaustivamente publicadas e comentadas.

Por outro lado, é evidente que há temas no vale do Tejo que também surgem noutros «círculos» artísticos peninsulares, como na arte dolménica (parietal ou móvel), na pintura esquemática, ou noutros complexos ou estações de gravuras pré-históricas. Tudo isso nos faz intuir a intersecção, ou intersecções complexas, que decerto se verificaram nesses diversos «mundos» artísticos. Não deixaremos porém sempre de nos interrogar sobre se a um determinado motivo, mesmo adentro de uma cronologia curta, se pode sempre atribuir o mesmo significado, independentemente do suporte e contexto específicos em que surge.

Qualquer que seja a sua evolução interna, e os «círculos» artísticos que terá «influenciado» ou dos quais terá recebido «influxos», o complexo de arte tagana apresenta marcada homogeneidade e originalidade, que o tornam, apesar da dificuldade da sua interpretação, um dos mais fascinantes monumentos da nossa arte pré-histórica.

(27) Cf. A. M. Baptista, 1981, *op. cit.* na nota 24 *supra*, p. 38, fig. 7.

(28) Cf. A. M. Baptista *et alii*, 1978, *op. cit.* na nota 24 *supra*, fig. 5.

(29) E. Anati, *Arte Rupestre nelle Regioni Occidentali della Penisola Iberica*, Capo di Ponte, Ed. del Centro, 1968.

(30) Cf., por ex., M. V. Gomes, *op. cit.* na nota 24 *supra*.

5. Arte dos rochedos gravados do Norte e da Beira

Esta alínea abrange um grande conjunto de locais com gravuras rupestres situados no Norte e Centro-Norte do país. O seu tratamento simultâneo é apenas resultante de uma opção de comodidade, num texto curto e alusivo como este, uma vez que à dispersão geográfica destas estações se soma a heterogeneidade temática, técnica e estilística dos motivos que apresentam, revelando estarmos perante uma vasta «nebulosa» de muito difícil classificação.

Santos Júnior, em 1940, apresentou um primeiro balanço de conjunto ⁽³¹⁾, considerando que uma pequena percentagem das gravuras então conhecidas seria do Neolítico, pertencendo outras à Idade do Bronze e, a maior parte, à Idade do Ferro; admitia ainda que algumas fossem simples marcas territoriais. Nos anos 60, com uma metodologia completamente diferente, Anati veio propor a existência, na arte do Noroeste peninsular, de um ciclo artístico de larga pervivência, periodizando o que se tornou hábito designar como «grupo galaico-português» em cinco fases, entre o Epipaleolítico e a Idade do Ferro ⁽³²⁾. O desenvolvimento da investigação, tanto na Galiza como no Norte de Portugal, que a obra de Anati estimulou, haveria porém de pôr em causa o evolucionismo linear subjacente à sua teoria. Note-se que, em 1980, A. M. Baptista escrevia: «(...) a maior parte dos investigadores aceita (...) a existência de um único «grupo» ou «ciclo» artístico nas gravuras do Noroeste, hipótese de trabalho que, segundo pensamos, carece hoje de uma melhor precisão» ⁽³³⁾. No ano seguinte, ao tratar do vasto «santuário» do Gião (Arcos de Valdevez), o mesmo investigador, apesar de afirmar que se trata «de uma grande estação na zona de expansão do grupo galaico-português», conclui, mais adiante, que nela «ressalta a ausência absoluta das formas clássicas do grupo galaico-português (...)» ⁽³⁴⁾. No desenvolvimento destes trabalhos e reflexões, coube-nos a oportunidade de, em 1982, propormos ao «Colóquio Internacional sobre Arte Esquemático de la Península Ibérica» (Salamanca) ⁽³⁵⁾ a revisão do

⁽³¹⁾ J. R. dos Santos Júnior, Arte rupestre, *Congresso do Mundo Português. Publicações*, vol. I, 1940, pp. 329-376.

⁽³²⁾ Cf. *op. cit.* na nota 29 supra.

⁽³³⁾ Introdução ao estudo da arte pré-histórica do Noroeste Peninsular. 1. Gravuras rupestres do Gião, *Minia*, 2.^a série, ano III, n.º 4, 1980, p. 84.

⁽³⁴⁾ Cf. A arte do Gião, *Arqueologia*, n.º 3, Junho 1981, respectivamente, p. 59 e p. 65.

⁽³⁵⁾ V. O. Jorge, Gravuras portuguesas, *Zephyrus*, vol. XXXVI, 1983, pp. 53-61.

conceito de «grupo galaico-português», porque manifestamente inadequado à complexa realidade que pretendia traduzir. A prova de que tal sugestão foi aceite é que, logo no ano seguinte, A. M. Baptista apresentava ao «Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste» (Porto) um importante trabalho em que, pela primeira vez, as gravuras rupestres do Norte de Portugal vinham subdivididas em dois grupos, apartando-se num terceiro as de tipo filiforme (feitas por abrasão, em oposição às primeiras, obtidas pela técnica da picotagem) ⁽³⁶⁾. É evidente, no entanto, que se trata de um primeiro contributo para uma classificação que poderia ser mais discriminante. Vão nesse sentido, aliás, sugestões apresentadas em 1986 por Susana Oliveira Jorge na sua obra *Povoados da Pré-história Recente da Região de Chaves — Vila Pouca de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental)* ⁽³⁷⁾.

O Grupo I de Martinho Baptista coincide genericamente, segundo o próprio autor, com as gravuras «galego-atlânticas» de Lorenzo-Ruza, tanto na sua distribuição litoral, como na sua temática, a qual inclui círculos simples, círculos concêntricos, frequentemente com covinha ao centro, e por vezes combinados entre si, meandros, linhas rectas e curvas, «proto-labirintos» e labirintos, espirais, algumas armas, zoomorfos, antropomorfos e os chamados «idoliformes» ⁽³⁸⁾. A maior parte das suas estações situa-se no Sudoeste da Galiza (província de Pontevedra), sendo os exemplares portugueses do Alto Minho considerados como um prolongamento periférico daquele núcleo ⁽³⁹⁾. De notar, porém, que esse mesmo núcleo da Galiza

⁽³⁶⁾ A. M. Baptista, *Arte rupestre do Norte de Portugal: uma perspectiva, Portugalia*, n.s., vol. IV/V, 1983/84, pp. 71-82.

⁽³⁷⁾ Título completo: *Povoados da Pré-história Recente da Região de Chaves — Vila Pouca de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental): Bases para o Conhecimento do III.º e Princípios do II.º Milénios a.C. no Norte de Portugal*, Porto, Fac. Letras, dissert. de doutoramento policopiada, vol. I, pp. 945 e seg. (obra actualmente no prelo).

⁽³⁸⁾ *Op. cit.* na nota 36 supra, p. 73.

⁽³⁹⁾ Na região do Vouga existem também estações de arte rupestre com motivos comparáveis a alguns deste «Grupo I» de A. M. Baptista, como, por exemplo, o Outeiro dos Riscos, em Cepelos (Vale de Cambra), ou a Pedra dos Fornos dos Moiros (Sever do Vouga) (cf. por ex., A. Souto, *Arqueologia Pré-histórica do Distrito de Aveiro. Arte Rupestre. As insculpturas do Arestal e o problema das combinações circulares e espiralóides do Noreste peninsular*, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, n.º 13, 1938, pp. 5-19; C. Tavares da Silva, *As gravuras rupestres de Lufinha. Dois motivos labirínticos na região de Viseu*, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, Guimarães, vol. II, 1980, pp. 155-169; *idem*, *A arte rupestre da região do Vouga e a problemática da sua cronologia, comunicação apresentada ao Congresso «Os Portugueses e o Mundo»*, Porto, Maio 1985).

está longe de ser homogéneo. Há nele notórias variações que podem eventualmente ultrapassar o mero nível das «variantes» de um grupo para exigirem a criação de *vários grupos* (ou/e fases artísticas muito demarcadas entre si), não só em função dos temas representados (cujo «isolamento», neste contexto, tem sempre algo de artificial), mas também e sobretudo da sua organização relativa (disposição dos motivos uns em relação aos outros e em relação ao espaço útil da rocha, ou seja, concepção de conjunto expressa pelos painéis) ⁽⁴⁰⁾.

De entre as estações portuguesas atribuídas ao «Grupo I» destacam-se, não só pela sua importância intrínseca, como pelo facto de terem sido objecto de cuidada análise, a da Bouça do Colado (Lindoso, Ponte da

⁽⁴⁰⁾ Ao consultarmos o *corpus* da província de Pontevedra de García Alén e Peña Santos — *Grabados Rupestres de la Provincia de Pontevedra*, Fundación «Barrié de la Maza, Conde de Fenosa», 1980 — imediatamente verificamos a distância conceptual que vai, por ex., da Laxe das Lebres (Poio), onde os cervídeos dominam quase completamente (*op. cit.*, fig. 99), ao grupo I de Parada (Campo Lameiro), onde os cervídeos surgem juntamente com combinações circulares e proto-labirintos, entre outros (fig. 18), à Laxe das Rodas (Cotobade), onde já dominam, numa estética de «horror ao vazio», as combinações de círculos concêntricos, ligadas por traços longitudinais, em relação aos pequenos cervídeos, que por vezes surgem nelas embutidos (fig. 53), e, finalmente, à Pedra Grande de Montecelo (Poio), onde combinações circulares diversas, com muitas covinhas, preenchem a superfície «decorada» (fig. 101). Dir-se-ia que os motivos animalistas que imperam nuns painéis, noutros são «afogados» numa gramática abstractizante, ou dela são mesmo arredados. Dir-se-ia, ainda, que nuns casos as figuras «polvilham» a rocha de uma maneira mais ou menos «solta», enquanto que, noutros, a composição tende a ser invasora, sendo de destacar a presença, em alguns painéis, de sulcos que, saindo das figurações geométricas, vão unir vários motivos entre si, como que estabelecendo uma «rede» cada vez mais densa. Qualquer que seja a significação destas variações, a «mensagem» gráfica transmitida é completamente diferente de uns casos para outros. Ampliando agora o campo da comparação, consideremos o contraste de todas as gravuras anteriores, no seu conjunto, com as do Grupo I de Primadorno (Silleda), onde se encontram figuradas armas (punhais e alabardas) entre outros motivos (*op. cit.*, fig. 122), ou com o Grupo I de la Poza da Lagoa (Redondela), também com representações de punhais e alabardas (fig. 121), por ex. De novo encontramos, noutra temática, um tipo de organização em que os motivos se encontram como que desgarrados, sem aparente conexão entre si, deixando espaços maiores ou menores de rocha por preencher. Poderíamos dar ainda outros exemplos de polimorfismo das gravuras do Noroeste — mas cremos que é o bastante para sinalizar a importância de uma via de pesquisa atenta ao todo compositivo, sugerida por S. O. Jorge (*op. cit.*, p. 947), a qual não tem sido explorada pelos colegas galegos como mereceria.

Barca) ⁽⁴¹⁾ e a do Monte da Laje (Valença) ⁽⁴²⁾. Na *Bouça do Colado* existem oito rochas insculturadas, das quais a maior e mais significativa é a rocha 1. No seu centro, aproximadamente, encontra-se um conjunto de elementos composto por círculos concêntricos, formas subcirculares, covinhas, uma espiral e outras linhas, que A. M. Baptista interpreta como uma figura antropomórfica «idoliforme» feminina. Não é impossível que estejamos aqui, de facto, perante um motivo de carácter antropomórfico, curiosamente composto por elementos geometrizes, e portanto revelando um grau de estilização invulgar, maior ainda do que o do chamado «ídolo» do Coto dos Mouros, Viladesuso (Galiza), por ex., como também aquele autor acentua; mas trata-se, obviamente, de uma mera hipótese de trabalho. Nas imediações daquele «idoliforme», e ainda na mesma rocha, encontra-se uma série de motivos que têm também como base os círculos, as covinhas e as linhas de diversos tipos, entre os quais «proto-labirintos». Estamos aqui, portanto, perante um exemplo típico de arte geométrico-abstracta, em que figuras que têm como base o círculo surgem frequentemente ligadas entre si por linhas mais ou menos rectas ou onduladas, constituindo uma espécie de «teia» potencialmente envolvente de todo ou de um amplo espaço operativo da rocha. Em posição periférica na rocha 1, e também na rocha 4, encontram-se figuras quadrangulares (mais propriamente, uma quadrada, e a outra rectangular) com o interior reticulado, que serão posteriores às antes mencionadas ⁽⁴³⁾. Por seu turno, no *Monte da Laje*

(41) V. A. M. Baptista, O complexo de gravuras rupestres da Bouça do Colado (Parada-Lindoso), *Giesta*, 4, Out. 1981, pp. 6-16. Um levantamento completo da rocha 1 da mesma estação pode encontrar-se no trabalho do mesmo autor citado na nota 36 *supra*. Num outro estudo — A estátua-menir da Ermida (Ponte da Barca, Portugal), *O Arqueólogo Português*, sér. IV, vol. 3, 1985, pp. 7-44 — A. M. Baptista procura demonstrar a relação entre o «idoliforme» da rocha 1 da Bouça do Colado e aquela estátua-menir em termos que, quanto a nós, não são convincentes. Fala-se aí, repetidamente, de um fenómeno que não tem comprovação: o do «movimento das estátuas-menires». Esta problemática será por nós abordada num próximo estudo.

(42) V. E. J. Lopes da Silva e A. M. C. Leite da Cunha, As gravuras rupestres do Monte da Laje (Valença), *Arqueologia*, n.º 13, Junho 1986, pp. 143-158. Além desta estação, os autores identificaram, no concelho de Valença, os seguintes locais com arte rupestre: Monte de Fortes (Taião) I, II e III; Regata I e II; Ozão I, II e III (*op. cit.*, p. 144). V. também, dos mesmos autores, Gravuras rupestres do Concelho de Valença. Monte de Fortes (Taião) — Tapada de Ozão — Monte de Laje, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, Guimarães, Soc. M. Sarmiento, vol. II, 1980, pp. 121-131.

(43) Cf. A. M. Baptista, 1981 (*op. cit.* na nota 41 *supra*), p. 10.

temos uma grande rocha em que se destaca a figuração de duas armas (punhais ou espadas curtas), próximo das quais se encontram diversos círculos, normalmente concêntricos e, para a esquerda e direita do painel, figuras mais ou menos alongadas, com o interior segmentado, descritas como «idoliformes» (44). Uma delas (motivo n.º 3) é mesmo de dimensões excepcionais, longilínea, e com dois círculos com covinha central na extremidade distal. Existe ainda, entre outros motivos, um reticulado, descentrado em relação aos outros motivos da rocha. Esta associação de armas a figuras alongadas de tipo «idoliforme» (um conceito a exigir, por parte dos especialistas, um maior esforço de clarificação) e a motivos circulares é muito raro, se não mesmo único (como acentua S. O. Jorge, *op. cit.*, p. 947), na arte rupestre do Noroeste peninsular. Por outro lado, não se nota no Monte da Laje (à excepção da linha interrompida que parte do «idoliforme» n.º 19) essa organização tão característica da Bouça do Colado e de algumas outras rochas gravadas do NW., em que os diversos «motivos» estão interligados por linhas, numa tessitura intrincada que parece querer exprimir, simbolicamente, as múltiplas relações entre os elementos da «narrativa» mitográfica (no sentido de Leroi-Gourhan) (45).

Merecem ainda uma referência, no Alto Minho, as gravuras dadas a conhecer por A. Viana (46) em Lanhelas (Caminha) — particularmente a Laje das Fogaças e a Laje da Chã das Carvalheiras — e de Carreço (Viana do Castelo). As de *Lanhelas* são as mais interessantes, porquanto nelas ocorrem figurações semi-esquemáticas de quadrúpedes estáticos, um dos quais, na primeira laje, está na proximidade de um conjunto de composições circulares, incluindo ainda figuras subquadrangulares, espirais, etc. O estilo de tais quadrúpedes não destoa demasiadamente das figurações congêneres galegas.

O «Grupo II» de Martinho Baptista, com tendência para uma distribuição mais interior (em contraste com o «Grupo I»), estender-se-ia da província de Pontevedra às Beiras, abarcando portanto o Norte e o Centro-

(44) *Cf. op. cit.* na nota 42 *supra*.

(45) Não conhecemos directamente a estação de gravuras rupestres de Lamelas (Ribeira de Pena), mas, pela descrição e fotografias publicadas, admitimos que possa vir a ter interesse a sua comparação com os «idoliformes» do Alto Minho (*cf.* Domingos J. Cruz, A necrópole megalítica da Serra do Alvão, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXV, fasc. 2-4, 1985, pp. 403 e 404). De notar, no entanto, que M. Baptista liga esta estação ao seu grupo II (*cf. op. cit.* na nota 36, p. 75).

(46) *Cf.* Insculturas rupestres do Alto Minho (Lanhelas e Carreço — Viana do Castelo, Portugal), *Boletín de la Comisión de Monumentos de Orense* (vol. de homenagem a Florentino Cuevillas), Orense, 1960, pp. 209-231.

-Norte de Portugal ⁽⁴⁷⁾. Se o «Grupo I» é heterogéneo, este outro, representado por um grande número de estações, é-o ainda mais; nele caberiam locais insculturados que, quanto a nós, são suficientemente diversificados em termos estilístico-temáticos para aconselharem uma classificação mais fina (mesmo que de futuro o desenvolvimento da pesquisa viesse a sugerir reagrupamentos) ⁽⁴⁸⁾. Porém, também é certo que a inexistência de bons levantamentos e de estudos monográficos modernos para amplas áreas dificulta extraordinariamente uma visão de conjunto dos problemas.

De um ponto de vista temático, este «Grupo II» apresenta uma grande variedade de antropomorfos esquemáticos, diversos tipos de motivos geométricos (quadrados ou rectângulos, frequentemente segmentados no interior; círculos com diâmetros marcados; semi-círculos em forma de «ferradura»), além de outros sinais, como «ganchos» (cavinha prolongada por recta curvando na extremidade), espirais, podomorfos, «paletas», suásticas, etc. Entre os antropomorfos são de referir os de membros curvos ou rectos (em posição oblíqua, ou seja, em V invertido, ou em posição horizontal); casos especiais são os antropomorfos estilizados em forma de *fi* grego, considerados por A. M. Baptista como de filiação meridional, dada a sua frequência na pintura esquemática, e os cruciformes, que o mesmo autor encara como estilizações extremas da figura humana, não ignorando, é claro, o risco de serem confundidas com marcas de termo cristãs ⁽⁴⁹⁾.

Entre as estações que aquele investigador integra neste Grupo II merecem referência especial a do Gião (Cabana Maior, Arcos de Valdevez) e a do Tripe (Mairós, Chaves). No *Gião* existem, na parte central de um vasto anfiteatro natural envolvido por um muro de grandes blocos (Gião 1), cerca de meia centena de rochas insculturadas, correspondentes a afloramentos graníticos; o próprio muro ostenta abundantes gravuras (predominantemente cruciformes) em 27 das rochas que o constituem, embora aquelas últimas possam ser já históricas. Quanto aos afloramentos gravados, neles se distinguem, seg. A. M. Baptista ⁽⁵⁰⁾, motivos quadrangulares (por vezes de cantos arredondados) cuja superfície interior se encontra dividida por linhas perpendiculares entre si; antropomorfos em *fi*; diversos outros

⁽⁴⁷⁾ V. A. M. Baptista, *op. cit.* na nota 36, p. 75 e seg. A ampla distribuição geográfica indicada consta de um trabalho inédito de A. M. Baptista, a publicar no decurso de 1987, o qual foi gentilmente comunicado ao autor, que aqui exprime, pelo facto, o seu reconhecimento.

⁽⁴⁸⁾ O próprio A. M. Baptista admite a relativa precaridade deste conceito de «Grupo II» no estudo inédito referido na nota anterior.

⁽⁴⁹⁾ Cf. A. M. Baptista, *op. cit.* na nota 36, pp. 75-76 e p. 81.

⁽⁵⁰⁾ V. A. M. Baptista, *op. cit.* nas notas 33 e 34 *supra*.

motivos antropomórficos esquemáticos; cruciformes de vários tipos, alguns dos quais envolvidos por um círculo, etc. Com razão aquele autor se interroga «se as gravuras de quadrados ou rectângulos de bordos arredondados, segmentados por uma linha, às vezes duas paralelas, cortada(s) por uma perpendicular, não serão também figuras tipologicamente antropomórficas» ⁽⁵¹⁾. De facto, na rocha 15 do Gião 1, por ex., certos motivos rectangulares parecem resultar de uma complexificação da forma em *fi* por adições sucessivas de rectângulos segmentados, um pouco como se passa na pintura esquemática com certas formas «arborescentes», em que se multiplicam os membros arqueados dos antropomorfos mais simples (sugerindo o aspecto de centopeias). Trata-se de uma tendência frequente da arte esquemática: as formas, chegadas a um certo grau de estilização, como que se «geram» umas às outras quase que «instintivamente», por adição ou subtracção de elementos, numa transmutação que poderia veicular subtis modificações de sentido (hierarquização dos elementos representados, por ex.), mas onde também pode ter jogado um desejo de ambivalência, de ambiguidade voluntária, ao figurar imagens de facto interpretáveis de diversos modos, a sugerir o seu carácter polissémico, como símbolos que são. Acrescente-se, a propósito ainda do Gião, que, exteriormente ao «anfiteatro» referido, foi localizada uma rocha (Gião 2) em que se notam, entre outros motivos, «soliformes» e figuras quadrangulares (por vezes quase circulares, dado o carácter arredondado dos seus cantos), segmentadas interiormente em quatro partes iguais por linhas perpendiculares, por vezes com covinhas no seu interior ⁽⁵²⁾.

Quanto à estação do *Tripe*, é ela composta por 82 rochas gravadas, pertencentes (embora algumas sejam blocos soltos, e até gravados em mais de uma face) a um conjunto de afloramentos graníticos insertos também num espaço aberto em anfiteatro, dominando a veiga de Chaves. A sua iconografia inclui sobretudo antropomorfos esquemáticos de vários tipos, entre os quais diversas variantes da forma em *fi*; um antropomorfo semi-naturalista; um antropomorfo montado num quadrúpede; um equídeo; «ferraduras», círculos, pequenas espirais embrionárias, podomorfos, «paletas», covinhas, etc. Os cruciformes são particularmente abundantes; em contrapartida, estão ausentes as composições «reticuladas», típicas do Gião ⁽⁵³⁾. Eis por que, embora haja paralelos evidentes entre as duas estações, seja de esperar por uma publicação integral de ambas para se poder ajuizar globalmente, em termos comparativos, do estilo ou estilos nelas presentes.

⁽⁵¹⁾ *Idem, op. cit.* na nota 34, p. 62.

⁽⁵²⁾ *Ibidem*, pp. 63-65.

⁽⁵³⁾ *Cf. A. M. Baptista, op. cit.* na nota 36 *supra*, pp. 77-78.

Na vasta região que temos vindo a considerar nesta alínea existem muitas outras estações de arte rupestre com gravuras litostícticas (obtidas por martelagem) cuja filiação num dos dois grupos convencionais expostos seria por vezes muito discutível, se não mesmo forçada. Poderíamos desde já dar como exemplos as insculpturas do Monte de Eiró (Penha Longa, Marco de Canaveses), as das Fragas da Lapa (Atenor, Miranda do Douro) ou as das Mestras (Góis); façamos-lhes uma breve referência. Nas insculpturas de *Eiró* ⁽⁵⁴⁾ existem espirais que se prolongam em linhas onduladas ou meandriformes, as quais, nalguns casos, se voltam a enrolar numa espiral de sentido inverso. Espirais, linhas serpenteantes e grandes motivos reticulados são os temas aparentemente mais salientes, faltando no entanto realizar um estudo minucioso, com recurso ao método bicromático, para intentar detectar outras gravuras que ainda subsistam no local e a eventual relação temporal entre os diversos motivos. Nas *Fragas da Lapa* ⁽⁵⁵⁾ estamos perante seis painéis onde ocorrem linhas meândricas, espirais unidas entre si, uma figura humana semi-esquemática, cruciformes, etc.; é porém no painel 3 que surgem as figurações mais importantes. Para lá de dois antropomorfos ictifálicos, ele é dominado por motivos quadrangulares, interiormente seccionados por linhas rectas em partes aproximadamente iguais; de dois deles irradia uma proliferação de linhas meândricas, que se espalham pela superfície circundante, podendo ir ligar-se a outros motivos. Embora com uma temática muito própria, onde parece encontrarem-se ecos da arte megalítica ou de motivos que também ocorrem na arte do Tejo e em Eiró, por ex., volta no entanto a surgir aqui a tendência para a união de vários motivos por meio de linhas mais ou menos simples ou serpenteantes que já encontrámos no chamado «Grupo I» do Noroeste. Nas *Mestras* ⁽⁵⁶⁾ deparamos com um conjunto de três locais onde, além de «ferraduras» e de cruciformes, estão presentes figuras quadrangulares ou rectangulares, de cantos arredondados (por vezes mesmo tendendo para a forma ovóide), seccionadas internamente por linhas perpendiculares entre si. Algumas destas figuras terminam em apêndices, bem representados em Mestras III, onde um desses motivos foi preenchido a cheio, tendo a forma de «paleta». Seria tentador fazer um paralelo entre estas figuras quadrangulares interiormente seccionadas das Mestras com tantos outros «reti-

⁽⁵⁴⁾ V. Domingos de Pinho Brandão, *Insculpturas do Monte de Eiró*. Penha Longa (Marco de Canaveses), *Lucerna*, vol. I, 1961, n.º 2, pp. 45-58.

⁽⁵⁵⁾ V. Maria de Jesus Sanches, O abrigo com gravuras esquemáticas das Fragas da Lapa — Atenor, Miranda do Douro, *Portugalia*, Vol. VI-VII, 1985/1986 (no prelo).

⁽⁵⁶⁾ Cf. J. de Castro Nunes e A. Nunes Pereira, A Pedra Riscada, *Revista dos Cursos de Letras*. Universidade de Luanda, Sá da Bandeira, Vol. I, 1974 (separata).

culados» da arte esquemática (no sentido geral), motivos esses por vezes providos de apêndices como os da grande figura «central» do painel 3 das Fragas da Lapa; seria também aliciante, com base em Mestras III, associar as formas em «paleta» a tais reticulados, e mesmo, às pinturas que nos surgem no Cachão da Rapa... mas este método, de aproximações pontuais e impressionistas, em cadeia sucessiva, que permite a certos arqueólogos construir o seu discurso generalizante e erudito (no sentido negativo), não é o nosso.

Ao observarmos as gravuras feitas por percussão no território do Norte de Portugal e da Beira Alta e Beira Litoral, verificamos pois uma tal variabilidade, que nos perguntamos se, mesmo a admitirmos a existência de certos «grupos» mais ou menos bem caracterizáveis, não se imporá, a par disso, a consideração de um autêntico «polimorfismo» de fundo, isto é, a existência de temas e de estilos que se espalham e combinam por forma a constituir uma «nebulosa» de manifestações rupestres onde podem ocorrer, em cada caso, combinatórias muito diversificadas. É certamente cedo para avançar mais nesta problemática, enquanto se não realizarem os exaustivos levantamentos que exigem tempo e especialistas; mas convém estarmos abertos a todas as possibilidades interpretativas, não nos confinando, hoje, a dois «grupos», como antes nos não deveríamos ter confinado a apenas um. Mais: não nos obrigando a constituir «grupos», pelo menos de grande âmbito cronológico e espacial, custe o que custar. O polimorfismo de que falámos acima torna-se ainda mais notório se nos recordarmos de manifestações tão diversas como a pedra decorada de *Ardegães* (Águas Santas, Maia), que ostenta círculos concêntricos e um amplo reticulado, com semelhanças com a «pedra escrita» de Serrazes (S. Pedro do Sul) ⁽⁵⁷⁾; o *Outeiro Machado* (Val d'Anta, Chaves), um dos conjuntos rupestres com maior número de gravuras do Norte do país, contendo cruciformes, covinhas, «ferraduras», «paletas», motivos em *fi*, pares de covinhas unidas por uma recta, e os chamados «machados» ⁽⁵⁸⁾; o abrigo da *Solhapa* (Duas Igrejas, Miranda do Douro), com gravuras feitas por percussão e por abrasão ⁽⁵⁹⁾, as quais foram recentemente alvo de um novo estudo por parte de M. J. San-

(57) V. E. Shee Twohig, A pedra decorada de Ardegães de Águas Santas (Concelho da Maia), *Arqueologia*, n.º 3, Junho 1981, pp. 49-55.

(58) V. J. R. dos Santos Júnior, As gravuras rupestres do Outeiro Machado (Val d'Anta — Chaves), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXIII, fasc. 2-3, 1978, pp. 207-234.

(59) V. A. M. Mourinho, O abrigo rupestre da «Solhapa» — em Duas Igrejas, Miranda do Douro, *O Arqueólogo Português*, s. III, vol. VI, 1972, pp. 33-61.

ches ⁽⁶⁰⁾, etc., etc. Para já não falarmos da diversidade das gravuras da Beira Alta, onde, na esteira dos trabalhos de Celso T. da Silva ⁽⁶¹⁾, se imporia a realização de um estudo sistemático de conjunto. Até agora, por métodos exaustivos (decalque após aplicação de contraste bicromático) só foram, que saibamos, estudadas as rochas com podomorfos gravados da *Alagoa* (Tondela, Viseu) ⁽⁶²⁾.

A concluir, vamos abordar as gravuras obtidas pela técnica da abrasão, ou filiformes, que Santos Júnior denominou litotrípticas ⁽⁶³⁾. As estações mais conhecidas situam-se no vale do Douro — Vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa) e Pedra Escrita de Ridevides (Alfândega da Fé) — e na Beira — Pedra Letreira (Góis) e Molelinhos (Tondela) ⁽⁶⁴⁾. Em *Vale da Casa* ⁽⁶⁵⁾ um levantamento de emergência (em condições semelhantes às do Tejo, provocadas pela construção de uma barragem) permitiu ainda o registo de 21 rochas com gravuras antigas. São bancos xisto-grauvâquicos onde a maior parte das insculpturas foi feita por abrasão (também estão presentes gravuras obtidas por percussão, a que aqui, por exigências de espaço, nos não referiremos). Encontram-se representados zoomorfos (cavalos sobretudo, mas também cervídeos e canídeos), antropomorfos, armas, algumas figuras geométricas e uma inscrição que recorda a escrita ibérica. Apesar das inúmeras sobreposições, que tornaram extremamente delicado o estudo das gravuras (a rocha 10, considerada a mais importante do conjunto, constituía à primeira vista um verdadeiro emaranhado de formas),

⁽⁶⁰⁾ Cf. M. J. Sanches e A. G. Lebre, O abrigo com arte esquemática da Solhapa — Duas Igrejas, Miranda do Douro, neste volume.

⁽⁶¹⁾ Além dos citados na nota 39 *supra*, v. A. A. Tavares e C. T. da Silva, Gravuras e inscrições rupestres da região de Viseu, *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. I, Coimbra, 1971, pp. 261-270; C. T. da Silva, Gravuras rupestres inéditas da Beira Alta, *Actas das III Jornadas Arqueológicas* da Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. I, 1978, pp. 167-184; idem, O conjunto da arte rupestre da Serra da Gralheira (Viseu), comunicação apresentada ao IV Congresso Nac. de Arqueologia (Faro, Maio 1980).

⁽⁶²⁾ V. M. V. Gomes e J. P. Monteiro, As rochas decoradas de Alagoa. Tondela-Viseu, *O Arqueólogo Português* s. III, vol. VIII-IX, 1974-77, pp. 145-164.

⁽⁶³⁾ Cf. J. R. dos Santos Júnior, *op. cit.* na nota 31 *supra*, pp. 366-367; idem, As gravuras litotrípticas de Ridevides (Vilarça), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XIX, 1963, fasc. 2, pp. 111-144.

⁽⁶⁴⁾ Outras existem, de menor interesse ou menos estudadas. V. L. de Albuquerque e Castro, A Pedra Escrita da Tapada do Cordeiro, *Actas das I Jornadas Arqueológicas* da Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1969, vol. I, pp. 289-296.

⁽⁶⁵⁾ V. A. M. Baptista, O complexo de gravuras rupestres do Vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa), *Arqueologia*, n.º 8, Dezembro 1983, pp. 57-69; idem, *op. cit.* na nota 36 *supra*, pp. 78-81.

esta estação rupestre é, pela sua iconografia, das mais claramente datáveis do país. Os cavalos, embora adentro de uma certa variedade, são de um estilo típico da Idade do Ferro, o que é acentuado pela presença de falcatas, entre outras armas (lanças ou dardos, arcos e setas, uma espada ou machete, talvez escudos). Na rocha 23 surge-nos um cavaleiro montado que, de lança erguida, acomete um veado rodeado por cães; esta cena (ainda por cima ladeada pela inscrição referida), recorda-nos composições idênticas da «arte linear» dos Pirenéus catalães, estudada por Abélanet no seu recente livro ⁽⁶⁶⁾ (v. fig. 71, por ex.). Aliás, o próprio autor refere (embora só cite a Pedra Letreira de Góis), que as gravuras filiformes portuguesas parecem inserir-se nesse «mundo» da arte linear; trata-se pelo menos de uma hipótese interessante ⁽⁶⁷⁾. A *Pedra Escrita de Ridevides* ⁽⁶⁸⁾ ostenta, numa (pelo menos aparente) desordem, uma grande quantidade de figurações simbólicas, incluindo reticulados, escalariformes, linhas rectas ou ligeiramente onduladas, algumas alongadas e por vezes arrancando de covinhas, formas triangulares, quadrangulares, cruciformes, etc. Parte das figuras filiformes são sobrepostas por motivos gravados a picotado, nas margens do painel. Também na *Pedra Letreira* ⁽⁶⁹⁾ existem reticulados (dois dos quais com uma morfologia peculiar, descritos como «escutiformes»), escalariformes e figuras triangulares com o interior segmentado. Em alguns casos podemos estar em presença de figurações de setas de ponta triangular; num deles, pelo menos, a sua associação a um arco parece óbvia. Esta representação de armas volta a repetir-se em *Molelinhos* (onde lamentavelmente nunca foi feito um estudo sistemático) ⁽⁷⁰⁾, estação em que, por entre uma profusão de motivos, se notam lâminas afalcatadas, lâminas em forma de «foice», além de possíveis punhais, pontas de lança, etc. Apesar da identidade de técnica, de uma tendência para a proliferação de motivos de pendor geométrico a invadirem as rochas, e da figuração de armas (parcas em Portugal nas gravuras litostícticas) em vários casos, as inscul-

⁽⁶⁶⁾ *Op. cit.* na nota 15 *supra*, pp. 285 e seg.

⁽⁶⁷⁾ Ainda a propósito da referida cena de caça ao veado, talvez seja interessante ponderar no que Abélanet diz sobre o significado religioso que tal acto assumia entre os Gauleses (*op. cit.*, p. 297); não é impossível que ele tivesse um conteúdo comparável entre povos mais ocidentais.

⁽⁶⁸⁾ *Cf.* Santos Júnior, *op. cit.* na nota 63 *supra*.

⁽⁶⁹⁾ V. J. de Castro Nunes, Pereira e A. Melão Barros, *A Pedra Letreira*, Góis, Museu da Câmara Municipal, 1959.

⁽⁷⁰⁾ V. F. R. Cortez, Contribución al estudio de la protohistoria de los «Lusitani» (entre el Duero y el Tejo), *Archivo Español de Arqueología*, vol. XXVIII, 1955, pp. 90-101; M. F. dos Santos, *Pré-história de Portugal*, Lisboa, Ed. Verbo, 3.^a ed., 1985, fotos das pp. 128-129.

turas filiformes poderão também estar ligadas a uma maior ou menor diacronia, sendo necessários estudos mais completos para se ter uma visão de conjunto, e se compreender melhor a sua eventual relação com outros conjuntos filiformes peninsulares (região de Cáceres e área pirenaica catalã). É evidente que pelo menos em parte estamos perante figurações proto-históricas (I. do Ferro), mas que obviamente podem ter raízes mais antigas e prolongamentos ulteriores ⁽⁷¹⁾.

6. Palavras finais

Os investigadores consagrados à nossa arte pré-histórica são relativamente poucos, e só nos últimos quinze anos, aproximadamente, se têm intensificado as pesquisas de campo metodologicamente bem baseadas. Por outro lado, este é um dos domínios da arqueologia em que o subjectivismo mais facilmente se infiltra, através de diversos sintomas, como sejam a hipervalorização de um dado inédito que se estuda e se considera a «chave» de todo um conjunto de problemas, a comparação descontextualizada de factos com vista a estabelecer conclusões cronológico-culturais, a perda de noção da «escala» a que se situam determinadas inferências, o fácil deslize da fase da análise descritiva para a da interpretação, sugerido pela própria terminologia (carregada de subjectivismo) tornada familiar pelo uso repetido, etc., etc. O estilo das descrições é, ele mesmo, muitas vezes literatizante, numa con-fusão entre o objecto do estudo e a metodologia deste, notando-se também, com frequência, o uso de expressões peremptórias, como se a conclusão apontada fosse a única possível, no que (sem pretender fazer psicanálise fácil...) parece ser uma compensação subconsciente para a própria dificuldade, muito natural, com que se defronta o autor, ao querer interpretar as tantas vezes enigmáticas figurações rupestres pré-históricas ⁽⁷²⁾.

⁽⁷¹⁾ Não gostaríamos de concluir este breve trabalho sem mencionar a descoberta, realizada no Sul do país, em 1979, de um núcleo de gravuras no exterior da Gruta da Herdade da Sala (Escoural, Montemor-o-Novo), feitas por martelagem sobre um suporte calcário. A raridade de gravuras na área meridional de Portugal, somada à especificidade temática deste «santuário» (onde avultam os corniformes, a lembrar o Vale das Maravilhas, no Sul de França, por ex.) tornam esta descoberta num dado de muito interesse. V. R. V. Gomes, M. V. Gomes e M. F. dos Santos, O santuário exterior do Escoural. Sector NE (Montemor-o-Novo, Évora), *Zephyrus*, vol. XXXVI, 1983, pp. 287-307.

⁽⁷²⁾ As anotações críticas que acabamos de fazer não significam que nós próprios, que nem sequer somos especialista deste domínio específico, nos consideremos imune aos vícios metodológicos apontados, quando escrevemos sobre o tema.

«Arte megalítica», «arte dos «abrigos» pintados», «arte do Vale do Tejo», «arte dos rochedos gravados da área setentrional do país», designações de alíneas deste trabalho, mostram, elas próprias, uma ordenação do tema da nossa arte rupestre fundamentalmente arbitrária. Uma vez baseia-se no tipo de estações em que se encontra — megálitos, «abrigos» — outras, num critério geográfico — vale do Tejo, Norte do país — de âmbito muito variável. Nenhum desses temas se pode compreender de forma estanque, dada a facilidade com que encontramos os mesmos motivos tratados em contextos diferentes (sem que possamos garantir que correspondam aos mesmos conteúdos!), nem, afinal de contas, se pode encerrar adentro das aleatórias fronteiras históricas do nosso país. De entre os «círculos» (passe a comodidade do termo, por um momento...) considerados, só o do vale do Tejo se encontra todo praticamente inscrito no território português, mas mesmo nele ecoam (ou dele partiram) as mais distintas «influências» peninsulares.

Mau grado a específica metodologia que exige, o estudo da arte rupestre só tem a ganhar se for inserido em projectos de pesquisa regionais que possam desvendar o contexto do povoamento e sua evolução, estabelecendo um cada vez mais sólido enquadramento cultural em que possam vir a integrar-se aquelas manifestações. O Norte de Portugal é um caso paradigmático. Desconhecemos por completo como se efectuou a neolitização desta região; o que pode ser um Calcolítico original desta zona começa agora a ser desvendado; os estudos tradicionais sobre a Idade do Bronze só se baseavam em algumas sepulturas e nas eternas discussões eruditas sobre os achados, a maior parte das vezes avulsos, de objectos metálicos... e, no entanto, neste contexto, os autores pretendiam definir a cronologia de determinadas estações rupestres, atribuindo-as eventualmente ao Epipaleolítico, Neolítico, Bronze antigo, Bronze médio, etc., os quais, como etapas cronológico-culturais, com um conteúdo sócio-económico e mental mais ou menos preciso, eram (e em larga medida continuam a ser) pouco menos que desconhecidas. Encaremos de frente a magreza dos nossos dados e, orientados por uma constante auto-crítica, sem nos demitirmos de estabelecer hipóteses e de ver mais além, aceitemos que, neste momento, um esforço de campo e de descrição objectiva é a atitude que melhor pode contribuir para o avanço dos conhecimentos. Resistamos, como Leroi-Gourhan em tantos dos seus escritos, às respostas mais fáceis e mais óbvias, aos esquemas demasiado coerentes. A realidade é tão complexa que, quando tudo «bate certo», algo na base está errado. Frequentemente, assumir que se não sabe é dar um passo de gigante em relação aos que julgam que já sabem.

RESUMO

Ensaio de síntese, embora mais descritivo do que interpretativo, dos nossos conhecimentos sobre a Arte Rupestre em Portugal. São sucessivamente abordadas: a arte paleolítica; a arte megalítica (pintura e gravura); a arte dos «abrigos» pintados; o complexo de arte do Tejo; e a arte dos rochedos gravados do Norte do país e da Beira (Beira Alta e Beira Litoral). Relativamente a este último aspecto, discute-se se a diversidade dos casos conhecidos é susceptível de se integrar em três «grupos», ou se não estaremos, pelo menos em termos gerais, perante um polimorfismo que exigirá, no futuro, uma classificação mais fina. Para além disso, acentua-se o carácter até certo ponto convencional da sub-divisão da arte rupestre pós-paleolítica portuguesa que presidiu à organização do artigo, dadas as evidentes «relações» temático-estilísticas entre alguns dos seus aspectos, independentemente do tipo de suporte, técnica empregada (pintura ou gravura) e localização geográfica dos mesmos.

MONUMENTOS MEGALÍTICOS DA FREGUESIA DE ESCARIZ (AROUCA)

PONTO DA SITUAÇÃO À LUZ DOS PRIMEIROS TRABALHOS (*)

POR

Fernando Augusto P. da Silva (**)

1. Introdução

Os trabalhos pioneiros de investigação sobre os monumentos megalíticos do concelho de Arouca devem-se a D. Domingos de Pinho Brandão que, por alturas dos anos cinquenta, procedeu à escavação de alguns monumentos megalíticos do concelho de Arouca, mais propriamente na freguesia de Escariz, tendo então recolhido variado espólio que hoje se guarda no Museu do Seminário Maior do Porto. Dos monumentos escavados, num total de sete, distribuídos do lugar do Coval ao lugar de Aliviada, na freguesia de Escariz, deu o autor de tais trabalhos algumas notas de carácter geral no jornal regional «Defesa de Arouca» (1), aguardando-se, porém, a publicação dos resultados obtidos na escavação desses monumentos (2).

Embora só nessa altura se tenha verificado o interesse pelo estudo de tais monumentos, isto não significa que não fossem conhecidos desde já algum tempo, não entre os meios eruditos, mas entre as populações, que

(*) Comunicação apresentada à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia em 11/10/85.

(**) Arqueólogo. Centro de Arqueologia de Arouca. Sócio Efectivo da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

(1) Brandão, D. Domingos de Pinho (1957), O Fenómeno Megalítico em Terras do Concelho de Arouca in, *Defesa de Arouca*, n.º 102.

(2) Segundo informação de Vítor Jorge, tais resultados serão publicados nos «Trabalhos» do G.E.A.P.

os designam por «mámoas». Também do ponto de vista documental há referências a alguns dos *tumuli* da região, considerados como marcos de divisória administrativa. Pinho Leal ⁽³⁾ refere-se a alguns deles no seu *Portugal Antigo e Moderno* porém, fá-lo com as imprecisões que caracterizam a sua obra, dando-nos dos mesmos, para já não falarmos das interpretações que permite aduzir, gravíssimos erros de localização, utilizando a toponímia a seu belo prazer, em prejuízo da «toponímia local» ⁽⁴⁾.

Posteriormente aos trabalhos de Pinho Brandão, Filomeno Silva, num relatório de Seminário, apresentado à Faculdade de Letras do Porto, refere alguns desses monumentos, sem, porém, em muitos dos casos indicar a localização precisa dos mesmos, chegando mesmo a trocar os micro-topónimos ⁽⁵⁾. Mais modernamente, Vítor Jorge, a propósito do megalitismo do Norte de Portugal ⁽⁶⁾ refere-se a esta região como sendo a que apresenta uma das maiores densidades de monumentos megalíticos ⁽⁷⁾. Alguns dos monumentos do concelho mereceram um tratamento isolado, como é o caso da Mamoa de Casal Mau, classificada em 1912 como monumento nacional, classificação retirada em nossos dias ⁽⁸⁾; o Dólmen da Portela da Anta, na Serra da Freita, referido primeiramente por Amorim Girão ⁽⁹⁾ e posteriormente por Vera Leisner, sob a designação de Dólmen da Junqueira ⁽¹⁰⁾, de que publica a planta; e, ainda, o dólmen da Mamoa 1 da Aliviada, primeiramente escavado por Pinho Brandão e que, posteriormente, vai merecer a atenção de E. Shee Twohig devido a apresentar, na altura em que esta investigadora o visitou (quando recolhia dados para a sua obra

⁽³⁾ Leal, Pinho (1874), Escariz in, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. III, pp 55-6.

⁽⁴⁾ *Idem*.

⁽⁵⁾ Por exemplo, referindo-se às mamoas da Aliviada, indica-as sob a designação de «mamoas da Venda da Serra».

⁽⁶⁾ Jorge, V. O. (1982), *Megalitismo do Norte de Portugal: O Distrito do Porto — Os Monumentos e a sua Problemática no Contexto Europeu*, vol. I, Diss. Dout. Fac. Letras da Universidade do Porto.

⁽⁷⁾ *Idem*, Vd. Fig. 1-Est. I in, Jorge, V. O. (1983), *Megalitismo do Norte de Portugal: Um novo balanço*. *Portugalia*, N/S, vol. IV/V (Act. Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste. Homenagem a Rui de Serpa Pinto), pp. 37-45.

⁽⁸⁾ Tal deveu-se a uma informação incorrecta fornecida à Câmara Municipal de Arouca e que a mesma veiculou junto das autoridades competentes, Instituto Português do Património Cultural. Na realidade, o que se verifica é que, não sendo visível o dólmen propriamente dito devido aos esteios terem sido retirados, a mamoa continua a existir.

⁽⁹⁾ Girão, Amorim (1921), *Antiguidades Pré-históricas de Lafões*.

⁽¹⁰⁾ Leisner, G. e V. (1956), *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*, Deutsches Arch. Inst., *Madridischer Forschungen*, Band I. 1.

sobre a arte megalítica da Europa Ocidental) ⁽¹¹⁾, três esteios com motivos decorativos pintados e/ou gravados ⁽¹²⁾.

Era este, em resumo, o panorama dos conhecimentos que se possuía para os monumentos megalíticos do concelho de Arouca, até iniciarmos os nossos trabalhos de investigação ⁽¹³⁾, o que era muito pouco, se comparado com o de outras regiões onde, desde alguns anos, se vêm levando a cabo estudos sistemáticos, como é o caso dos trabalhos que, desde o ano de 1978, têm a Serra da Aboboreira por centro principal, sob a direcção de Vítor Oliveira Jorge ⁽¹⁴⁾.

2. Ambiente geográfico e implantação dos monumentos

A freguesia de Escariz, outrora pertencente ao concelho de Fermêdo, extinto em 1855, localiza-se na parte mais ocidental do concelho de Arouca, confinando a Norte com a freguesia de Fermêdo, a Nordeste com o concelho de Castelo de Paiva, a Este com a freguesia de Mansores, a Sudeste com a freguesia de Chave, a Sul com o concelho de Vale de Cambra (numa pequena extensão a que a estrada 224-1 serve de divisória), a Sudoeste com o concelho de Oliveira de Azeméis e, a Oeste-Noroeste com o concelho da Feira (Fig. 1). Apresenta uma grande variedade geológica, como todo o concelho, predominando contudo, os granitos hercínicos sintectónicos e os metassedimentos, pertencentes ao complexo xisto-grauváquico, de formação ante-ordoviciana, como querem alguns ⁽¹⁵⁾, ou de idade infracâmbrica segundo L. J. Schermerhorn ⁽¹⁶⁾; contudo, Brum Ferreira é de opinião que tais metassedimentos são de formação infracâmbrica e primeiros tempos do Câmbrico ⁽¹⁷⁾ (Fig. 2).

⁽¹¹⁾ Twohig, E. Shee (1981), *The Megalithic Art of Western Europe*.

⁽¹²⁾ Shee, E. (1974), Painted Megalithic Art in Western Iberia in, *Actas III Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. I, pp. 105-123.

⁽¹³⁾ Tais trabalhos iniciaram-se no final do ano de 1983, com o estudo do Dólmen da Mamoa 1 da Aliviada. Silva, Fernando A. P. (1984), *O Dólmen Pintado de Escariz-Arouca: Estudo e Protecção*. Relatório inédito.

⁽¹⁴⁾ Jorge, V. O. (1981), A propósito da Aboboreira... in, *Arqueologia*, n.º 3, pp. 1-2.

⁽¹⁵⁾ Teixeira, Carlos (1955), Lévolution du territoire portugais... in, *Bol. da Sociedade Geológica de Portugal*, vol. XIII.

⁽¹⁶⁾ Schermerhorn, L. G. B. (1956), Igneous, metamorphic and ore geology of the Castro Daire-São Pedro do Sul-Sátão region... in, *Serviços Geológicos de Portugal*, T. XXXVII.

⁽¹⁷⁾ Ferreira, António de Brum (1978), *Planaltos e Montanhas do Norte da Beira — Estudo de Geomorfologia*, pp. 16.

O aspecto que importa principalmente realçar é que as características geo-morfológicas desta área — e referimo-nos à freguesia de Escariz — derivam principalmente do condicionamento a que está sujeito o relevo, pela tectónica hercínica, particularmente na zona de Alagoas-Nabais, com

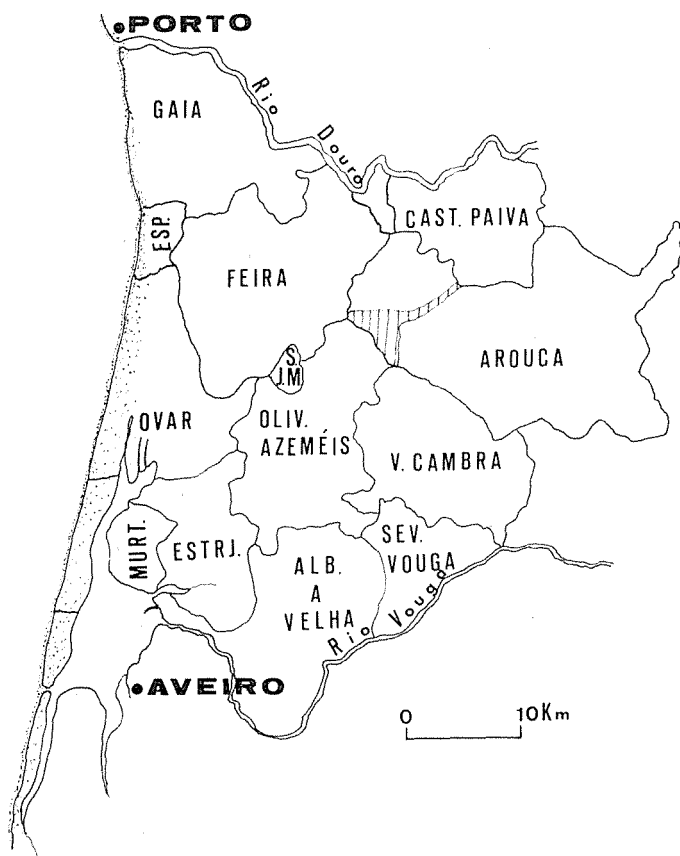


Fig. 1 — Localização da freguesia de Escariz, a tracejado, no concelho de Arouca e no Entre-Douro e Vouga.

um bem desenvolvido nível dos 500-600 metros, que corresponderá à plataforma de Arões e restantes superfícies com idêntica altitude ⁽¹⁸⁾. É assim que o sistema orográfico se faz sentir a Este, com altitudes compreendidas entre os 634 e 638 metros, enquanto na parte Norte/Noroeste o ponto mais alto não ultrapassa os 515 metros, favorecendo esta distri-

(18) *Idem.*

buição do relevo, a existência de inúmeras chãs e rechãs, locais propícios para a implantação dos monumentos megalíticos ⁽¹⁹⁾.



Fig. 2 — Características geológicas da «Área de Estudo».

Toda esta região apresenta uma grande riqueza aquífera, particularmente no que diz respeito às águas freáticas, que se encontram a pouca profundidade, verificando-se também a existência de alguns ribeiros, a que uma pluviosidade quase constante anualmente, traz em consequência a alta fertilidade dos solos; este meio físico apresenta, assim, excelentes condições para a fixação de comunidades humanas, como o parece atestar a

⁽¹⁹⁾ Silva, Fernando A. P. (1984), *Contribuição para o Inventário do Megalitismo no Concelho de Arouca: 1 — Monumentos Megalíticos da Freguesia de Escariz*. No prelo.

alta densidade e concentração de *tumuli* megalíticos e não megalíticos, não muito compatível com um nomadismo «tout court» (20).

A cobertura vegetal é hoje predominantemente de pinheiros e eucaliptos, tendo levado ao recuo de espécies autóctones como o castanheiro, o carvalho e o sobreiro que, muito dificilmente, vão subsistindo (21).

A fauna, no seu conjunto, não apresenta grande variedade, sendo as espécies comuns às restantes regiões do País. Destaca-se contudo, a presença do coelho bravo e algumas aves como tordos, estorninhos, pombos bravos e galinholas, ainda que em crescente declínio. Os répteis e os batráquios estão aqui bem representados, particularmente os segundos.

Para os *tumuli* pudemos verificar que, no seu conjunto, se encontram implantados em dois tipos de solos: solos de constituição geológica à base de rochas pertencentes ao complexo xisto-grauváquico e que indicaremos sob a designação de solos tipo 1 e em solos graníticos, hercínicos sintectónicos (solos tipo 2), localizando-se a maior densidade de monumentos nos primeiros, parecendo mesmo detectar-se uma certa «simpatia» por parte dos construtores dos megálitos pelos solos de metassedimentos, verificando-se uma certa correspondência entre os monumentos, a capacidade agrícola dos solos e a composição geológica dos mesmos pois, é nos solos pertencentes ao complexo xisto-grauváquico que é maior a aptidão agrícola, hoje transformados em solos de aptidão florestal (Fig. 3); daí, talvez, a razão porque se verifica uma maior densidade de monumentos megalíticos, o que já não acontece com os solos graníticos, onde a rentabilidade é menor, registando-se uma menor quantidade de monumentos (22). Conjugando-se estes dados com as cotas em que foram implantados os *tumuli*, assinalam-se dois grandes grupos: um com cotas entre os cerca de 500 e 570 metros e outro em que aquelas estão compreendidas entre os cerca de 400 e 490 metros, seguindo aproximadamente a orografia desta área que, como já se referiu, diminui de Este para Oeste, correspondendo por sua vez aos solos tipo 1 e tipo 2 respectivamente (23).

Esta implantação, que se verifica de um modo geral para os monumentos da área considerada, não é observada quando se trata da localização de cada monumento em particular, assinalando-se uma grande variedade, embora dentro dos dois tipos principais de implantação — chãs e plateaux —, com raríssimas excepções. Temos, assim, monumentos implantados directamente numa chã, numa elevação inscrita numa chã, num plateau, numa

(20) Jarman, M. R., Bailey, G. N. e Jarman, H. N., Edited by (1982), *European Agriculture. Its Foundation and Development*.

(21) Birot, Pierre (1950), *Portugal*.

(22) Vd. *op. cit.* nota 19.

(23) *Idem*.

elevação inscrita num plateau e apenas cinco casos em que essa implantação é feita a meia encosta de um pequeno plateau — apenas um é um tumulus megalítico. Percentualmente isso significa que 50 % dos monumentos têm

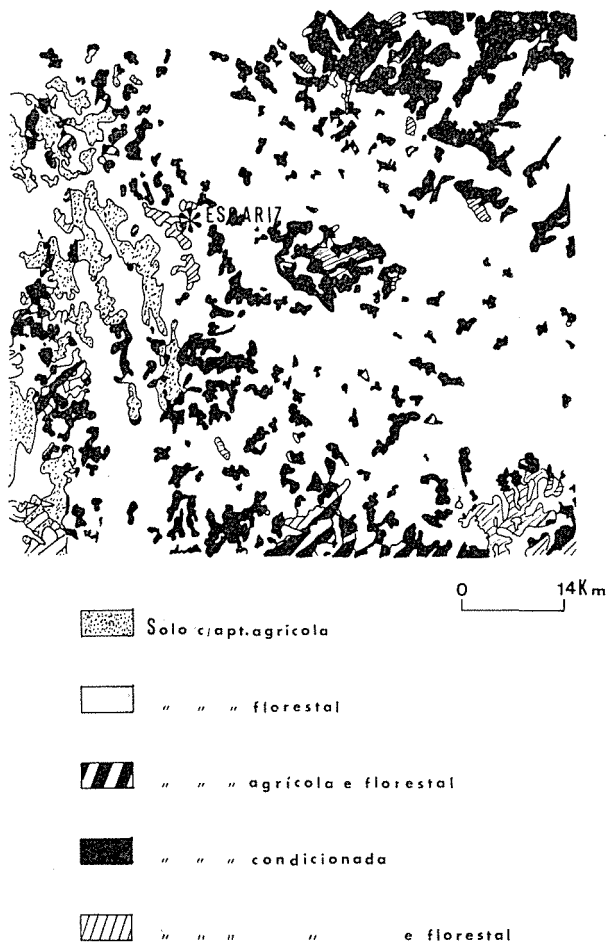


Fig. 3 — Capacidade agrícola dos solos da «Área de Estudo».

uma implantação numa elevação inscrita numa chã, 20 % numa chã, 12,5 % a meia encosta de um pequeno plateau, 10 % estão implantados numa elevação inscrita num plateau e apenas 7,5 % estão directamente implantados num plateau ⁽²⁴⁾.

(24) *Idem.*

Tipologicamente os *tumuli* estão organizados em dois grandes grupos, com as suas subdivisões: circulares e elípticos com, respectivamente, os subcirculares e os subelípticos, o predomínio vai porém para os *tumuli* subcirculares com 42,5 %, logo seguidos pelos subelípticos com 30 %,

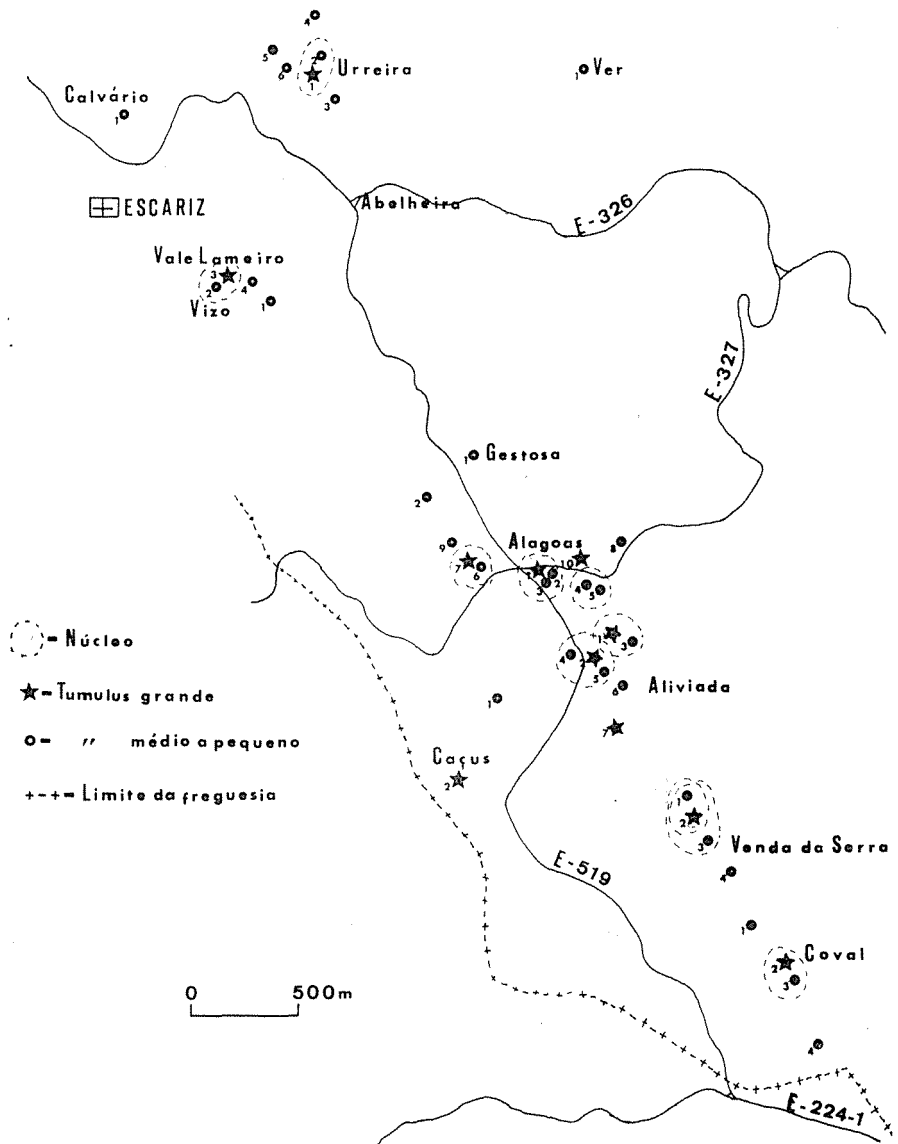


Fig. 4 — Distribuição espacial dos monumentos megalíticos da freguesia de Escariz.

os circulares com 17,5 % e, finalmente, os elípticos com 10 %. Pudemos ainda verificar que não há correspondência alguma entre o tipo de implantação e a tipologia das mamoadas (25).

Um último facto a reter diz respeito à relação dos monumentos uns com os outros. Assim, temos quer monumentos isolados quer monumentos agrupados, quer em posição dominante, quer em posição subalterna. Num total de 40 monumentos (26), na sua grande maioria estão agrupados em núcleos de dois ou mais monumentos, isto num total de dez núcleos, verificando-se ainda que, dentro de grande parte dos núcleos, há monumentos satélites como, por exemplo, no Coval onde um *tumulus* de grandes proporções tem como satélite um *tumulus* bem menor, ou no caso do núcleo de Alagoas em que o monumento de maior tamanho é satelizado por dois *tumuli* de pequenas dimensões (Fig. 4). No caso dos *tumuli* isolados verifica-se uma grande diversidade de tamanhos. Há ainda que referir um caso que, não sendo embora na freguesia de Escariz, mas na freguesia de Albergaria das Cabras, na Serra da Freita, um *tumulus* cobre quatro câmaras megalíticas, uma das quais um dólmen de corredor (27) (Fig. 5).

3. As mamoadas, suas estruturas

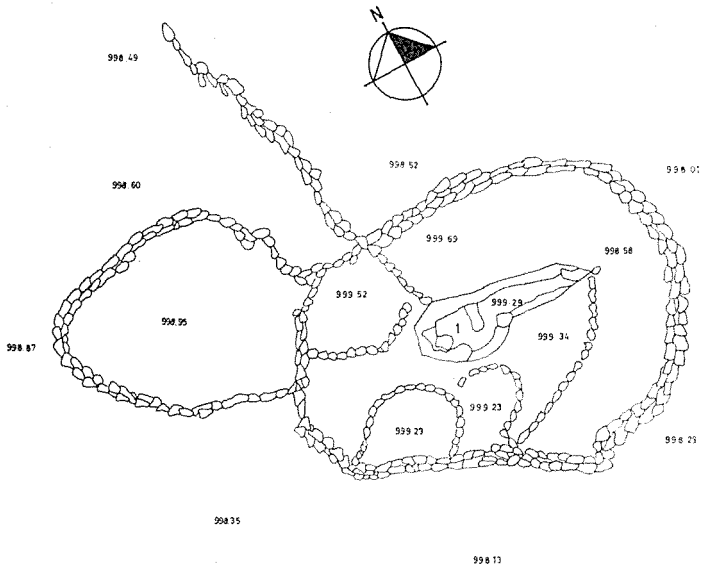
O aspecto visual mais saliente, e daí a denominação popular de «mámoas», é o seu formato monticular mais ou menos circular ou elíptico, formado principalmente, de um modo geral, por terra e pedras. Materiais esses recolhidos preferencialmente nas redondezas da erecção dos monumentos, recorrendo para tal às matérias-primas existentes na região. No geral dos monumentos conhecidos para a região, os montículos são formados de terras húmidas superficiais e recobertos por elementos líticos de pequena e médias dimensões, vulgarmente designada por couraça lítica. Porém, a partir dos monumentos que nestes três anos têm sido por nós escavados, pudemos verificar que se a regra geral das mamoadas é aquele tipo de cobertura, casos há em que a estrutura da mamoadas é completamente diferente. Assim, no caso da Mamoadas 2 da Aliviada ou Alviada, não temos um *tumulus* de terra e pedras mas um *tumulus* pétreo, ou seja, um verdadeiro

(25) *Idem*.

(26) Presentemente são 41 os monumentos assinalados para a freguesia de Escariz porém, aquando da redacção do trabalho, ainda não tinha sido referenciada a Mamoadas de Ver.

(27) Trata-se da Mamoadas da Portela da Anta, referida por Leisner como sendo a Mamoadas da Junqueira, conforme tivemos oportunidade de confirmar juntamente com a Dr.^a Philine Kalb, a quem muito agradecemos.

«cairn»; neste caso, o *tumulus* que cobria a câmara megalítica, tinha uma composição toda ela à base de elementos líticos de médias e grandes dimensões, verdadeiros blocos, bem imbricados, formando um invólucro



1 - Dolmen de corredor

Mamoia da Portela da Anta

Albergaria da Serra - Arouca

Escala 1:200

Ano: 1987

Fig. 5 — Planta da Mamoa da Portela da Anta (Mamoia da Junqueira, seg. Leisner). Levantamento planimétrico dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Arouca.

compacto sobre a câmara megalítica (Fig. 6), e na Mamoa 1 do Calvário, cuja cobertura lítica se reduz à periferia. De momento desconhecemos a existência de *tumuli* megalíticos formados unicamente de terras húmidas, sem cobertura pétreia alguma, já que para os monumentos escavados se pôde observar, após remoção das terras superficiais, a cobertura, o que não acontece com os monumentos em que tais trabalhos se não realizaram. Daí a necessidade de um alargamento do estudo a outros monumentos, pois nada nos garante que a regra geral da estrutura de cobertura seja uma couraça lítica (do mesmo modo que o único caso de um *tumulus* unicamente

constituído por blocos seja, isso mesmo, caso único), antes parecendo confirmar-se uma grande variabilidade de soluções.

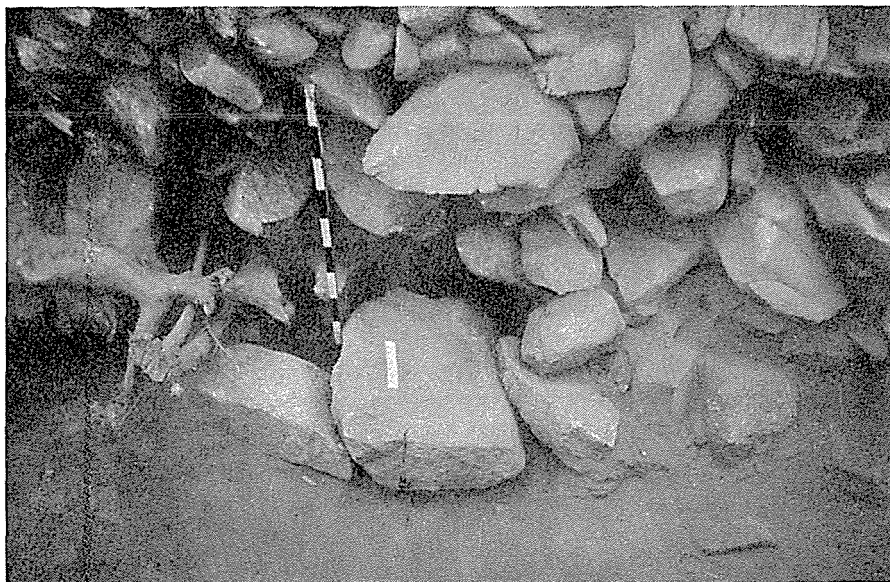


Fig. 6 — Pormenor do *cairn* da Mamoa 2 da Aliviada, Escariz, concelho de Arouca.

Todos os monumentos por nós referenciados apresentam vestígios de violação, de que sobressai a típica cratera mais ou menos profunda, no centro do *tumulus*, não se vislumbrando, no geral, qualquer esteio que possa *a priori* dar algumas indicações sobre a tipologia da câmara que encerra no seu interior, razão por que nos vemos quase unicamente confrontados com *tumuli*.

4. As estruturas internas das mamoas

Como se disse anteriormente, poucos são os *tumuli* que apresentam vestígios visíveis das câmaras funerárias que encerram no seu interior; porém, num ou noutro caso, tal pode ser observado. Temos assim a Mamoa 3 da Venda da Serra, que encerra um dólmen poligonal, formado por seis esteios; a Mamoa 3 da Aliviada que, com os seus três esteios, parece definir uma pequena câmara poligonal do tipo cista; a Mamoa 1

de Chave, com um único esteio, parece encerrar uma câmara poligonal; a Mamoa 1 de Ver ⁽²⁸⁾, com dois esteios visíveis, também parece indicar a existência de uma câmara poligonal e, na freguesia de Albergaria das Cabras, na Serra da Freita, no lugar da Portela da Anta, um *tumulus* de grandes dimensões encerra, entre outras estruturas funerárias, um dólmen de corredor e câmara subrectangular, formada por sete esteios ⁽²⁹⁾.

Nesta indicação não entramos em linha de conta com os *tumuli* que, embora apresentem esteios, estes se mostrem em posição demasiado duvidosa não se encontrando fincados de forma consistente, dando a aparência de estarem *in situ*; se o fizéssemos poderíamos ser induzidos em erro, como se verificou no dólmen da Mamoa 2 da Aliviada que, antes de escavada ⁽³⁰⁾, parecia possuir um dólmen poligonal simples e, após os trabalhos, revelou tratar-se de uma estrutura completamente diferente ⁽³¹⁾.

Tudo o que se deixou dito atrás refere-se a monumentos referenciados no seguimento do levantamento efectuado na freguesia de Escariz e, portanto, ainda não escavados, com excepção do dólmen de corredor, cujo estudo se iniciou durante o corrente ano. No que se refere aos monumentos já escavados e para os quais, como é óbvio, possuímos dados concretos, a tipologia é a seguinte: Mamoa 1 da Aliviada, com um dólmen de câmara alongada, sub-rectangular, formada por nove esteios, na quase totalidade gravados e/ou pintados, com abertura voltada a SSE ⁽³²⁾ (Fig. 7); a Mamoa 2 da Aliviada, cobriu inicialmente uma grande câmara poligonal simples e, posteriormente, foi substituída por uma câmara oblonga ou subcircular, tipo cista megalítica (Fig. 8); a Mamoa 1 de Alagoas encerrava um grande dólmen poligonal simples, com esteios pintados — segundo a tradição local — de que hoje nada resta a não ser uma pequena porção do *tumulus* e os negativos e valas de colocação dos esteios ⁽³³⁾; a Mamoa 1 do Calvário, com um pequeno dólmen de câmara poligonal simples, de que se podem apreciar as valas de colocação dos esteios ⁽³⁴⁾; e o dólmen 1

⁽²⁸⁾ Cf. nota 26.

⁽²⁹⁾ Vd. *op. cit.*, nota 10, e cf. nota 27.

⁽³⁰⁾ Este monumento foi um dos intervencionados por Pinho Brandão, sendo visível, antes de iniciarmos as escavações, a extremidade superior de um esteio.

⁽³¹⁾ Numa mamoa com dólmen de câmara poligonal foi construída uma câmara tipo cistóide de formato oblongo ou subcircular, composta por sete esteios e muretes de pedra vã.

⁽³²⁾ Silva, Fernando A. P., *A Arte Parietal do Dólmen da Aliviada — Escariz in, Aveiro e o Seu Distrito*, no prelo.

⁽³³⁾ Silva, Fernando A. P. (1985), *Escavação da Mamoa 1 de Alagoas*. Relatório inédito.

⁽³⁴⁾ Silva, Fernando A. P. (1985), *Escavação da Mamoa 1 do Calvário*. Relatório inédito.

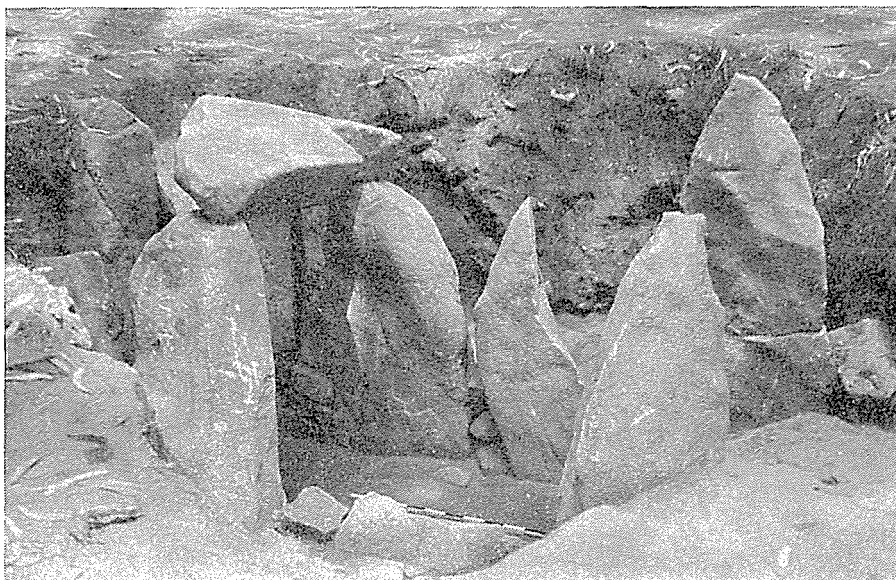


Fig. 7 — Dólmen da Mamoa 1 da Alviada (Alviada), Escariz, concelho de Arouca.



Fig. 8 — Aspecto da câmara funerária, tipo cista megalítica, da Mamoa 2 da Alviada (Alviada), Escariz, concelho de Arouca.

da Mamoa da Portela da Anta ⁽³⁵⁾, monumento de corredor curto e câmara sub-rectangular (Fig. 9).



Fig. 9 — Dólmen 1 da Mamoa da Portela de Anta, Serra da Freita, Albergaria das Cabras (Albergaria da Serra), concelho de Arouca.

Do exposto se verifica, para os monumentos escavados, o predomínio das câmaras poligonais simples, embora uma observação genérica mas atenta dos *tumuli* da região pareça indicar uma preponderância dos monumentos megalíticos de câmara poligonal alongada, o que só se poderá

⁽³⁵⁾ Cf. nota 27. Silva, Fernando A. P. (1985), *1.ª Campanha de Escavações no Dólmen 1 da Mamoa da Portela da Anta*. Relatório inédito.

confirmar, ou não, com a continuação das escavações em tais monumentos. Refira-se que, para todo o concelho de Arouca, apenas é conhecido um único monumento de corredor, que se localiza a grande altitude, não cabendo, portanto, e de momento, para a região considerada.

Quanto ao tipo de contrafortagem das câmaras megalíticas, no geral trata-se de um anel de blocos, melhor ou pior imbricados, rodeando exteriormente os esteios que, na sua grande maioria, foram colocados em fossas abertas para o efeito. Apenas num caso, dentre os monumentos estudados, se verificou que tal anel de contrafortagem não existia — Mamoia 2 da Aliviada. Aqui, alguns dos esteios foram colocados em fossas, servindo o afloramento de xisto-grauvaque para que outros a ele se adossassem, pousados directamente sobre a rocha de base. Também para a câmara funerária coberta pela Mamoia 1 do Calvário, embora a mesma seja rodeada por um anel lítico, de planta circular, aberto sensivelmente a Este-Sudeste, a sua função parece-nos mais de ordem cultural que funcional já que se apresenta muito distanciado da exígua câmara funerária, a qual se encontra claramente descentrada, tocando o anel apenas no sector Este-Sudeste (Fig. 10).

Em nenhum dos casos até agora estudados foi possível verificar a existência de pavimentação das câmaras megalíticas já que, em todas, a

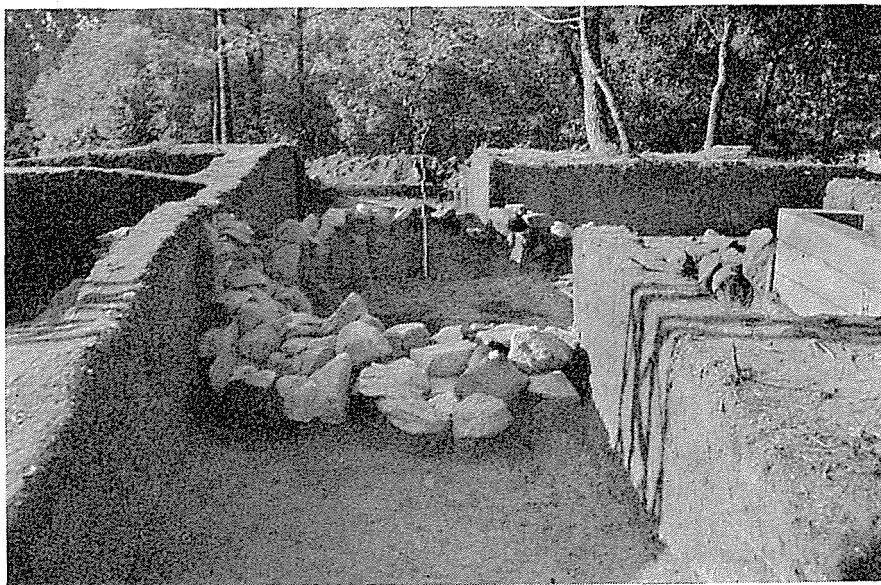


Fig. 10 — Pormenor do anel lítico periférico à câmara funerária da Mamoia 1 do Calvário, Escariz, Arouca.

violação atingiu o seu interior até ao nível rochoso, embora não nos queira parecer que os corpos fossem depositados directamente nos afloramentos pois muitos deles são de tal modo irregulares que não permitiriam uma acomodação ideal dos corpos. Apenas para um caso possuímos informação referente ao pavimento de uma câmara megalítica: a da Mamoa 1 da Aliviada. Segundo o Prof. Ferreira de Almeida, quando Pinho Brandão escavou este monumento, era visível no interior da câmara um piso de coloração vermelha, com alguns centímetros de espessura, possivelmente ocre; porém, quando procedemos ao reestudo do monumento em causa, nas poucas zonas não remexidas do monumento, nada foi assinalado. Também na Mamoa 1 do Calvário, quando se procedia à decapagem das terras do interior da câmara foi possível assinalar, junto de um dos blocos graníticos que, no bordo da fossa de um esteio, teria tido a função de calce, um machado polido *in situ*, sobre um nível pouco espesso de areia colorida de vermelho, resto provável do nível de uniformização do solo da câmara; porém, a reduzida área ocupada por este nível não permite afirmar que o solo desta câmara tenha sido pavimentado com areia, a que se juntou matéria colorante.

Outro aspecto a referir diz respeito à orientação das câmaras megalíticas; sendo todas abertas, estão voltadas, duas para SSE — Mamoa 1 e Mamoa 2 da Aliviada —, duas voltadas a ESE — Mamoa 1 de Alagoas e Mamoa 1 do Calvário —, e apenas uma voltada nitidamente a Este — Dólmen 1 da Mamoa da Portela da Anta (monumento de corredor).

De tudo o que se deixou dito anteriormente, verifica-se que também para esta região o polimorfismo é muito acentuado, quer ao nível de cada monumento isolado, quer mesmo entre os monumentos de um mesmo núcleo; porém, como ainda não possuímos datações absolutas para estes monumentos, desconhecemos se tal polimorfismo se deve a aspectos cronológicos, ou não, ou seja: serão os monumentos dos núcleos coetâneos entre si ou, pelo contrário, estaremos perante diferentes momentos de construção? De momento apenas podemos constatar o facto sem que possamos tomar partido algum, pois faltam-nos dados para tal.

5. Estruturas periféricas nas mamoas

Poucos são os *tumuli* em que se pode observar nitidamente a existência de utilizações não coetâneas com os monumentos megalíticos, embora esta afirmação não inviabilize a existência de tais estruturas pois trata-se de uma verificação, antes do mais, superficial. Casos há, porém, em que possuímos mais que meros indícios porque em tais monumentos foram

realizados trabalhos arqueológicos. Queremos referir-nos, particularmente, a um, já que foi nesse monumento megalítico que se detectaram vestígios iniludíveis de utilizações «secundárias», a Mamoa 2 da Aliviada.

Neste *tumulus* foram assinaladas duas estruturas periféricas, ambas funerárias. Uma, que genericamente podemos designar por Estrutura 1, é uma cista formada por sete esteios dispostos de forma piramidal, de base heptagonal com cerca de 80 cm de eixo maior. Localizou-se aquando da abertura do sector Este, estando «encaixada» no corte ESE-OSO (Fig. 11), não havendo à superfície da mamoa o mínimo vestígio que indicasse a sua existência; daí, o dever-se a mera casualidade a sua detecção. Tal estrutura, de perfil piramidal, com os sete esteios inclinados para o centro, formando vértice (Fig. 12), estava rodeada por um anel de lajes e blocos dispostos obliquamente, no sentido das lajes da cista, formando uma autêntica carapaça envolvente daquela, fechando-a do topo ao fundo, hermeticamente, não apresentando sinal algum de violação. Apesar do seu aspecto inviolado, como se verificou, o estudo do seu conteúdo não revelou espólio algum.

A outra estrutura, ou Estrutura 2, é de um tipo completamente diferente, ou seja, não tinha câmara pétreia alguma, antes se compo de uma depressão não muito funda, na qual estavam dispostos carvões à mistura com fragmentos cerâmicos e uma lâmina espessa, em sílex, com a ponta distal retocada em raspador. A cobrir este «cinzeiro», uma calote subcircular em pedra miúda, formando como que uma «couraça», espessada no centro, escorando uma pequena laje em granito, orientada de NNE-SSO, em posição obliqua e que, já antes do início dos trabalhos de escavação, era visível à superfície do *tumulus*.

Na Mamoa 10 de Alagoas pode-se observar, na periferia da mamoa, uma pequena laje fincada, em tudo semelhante à que «assinalava» a estrutura funerária de incineração que se acaba de referir, podendo indicar uma estrutura semelhante, embora tal só se possa corroborar após a escavação deste monumento.

Outro monumento onde se podem observar nítidas «estruturas periféricas» é na Mamoa da Portela da Anta, na freguesia de Albergaria das Cabras-Serra da Freita, concelho de Arouca ⁽³⁶⁾. Neste *tumulus*, que encerra um dólmen de corredor, foram construídas três outras estruturas funerárias que tudo parece indicar tratar-se de dólmens simples de câmara poligonal, embora Vera Leisner se tenha referido a elas como se de cistas se tratassem ⁽³⁷⁾.

⁽³⁶⁾ Vd. *op. cit.* nota 10 e cf. nota 35

⁽³⁷⁾ Vd. *op. cit.* nota 10.

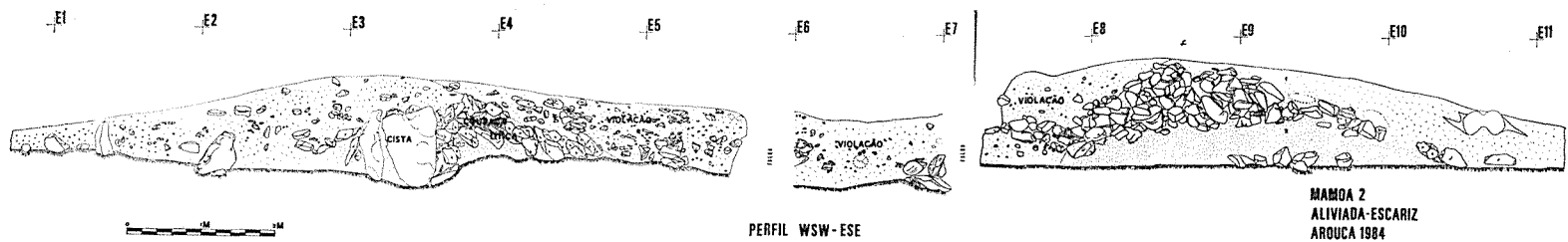


Fig. 11 — Cista inserta no *tumulus* da Mamoa 2 da Alviada (Alviada), Escariz, concelho de Arouca, corte Este-Sudeste/Oeste-Sudoeste.

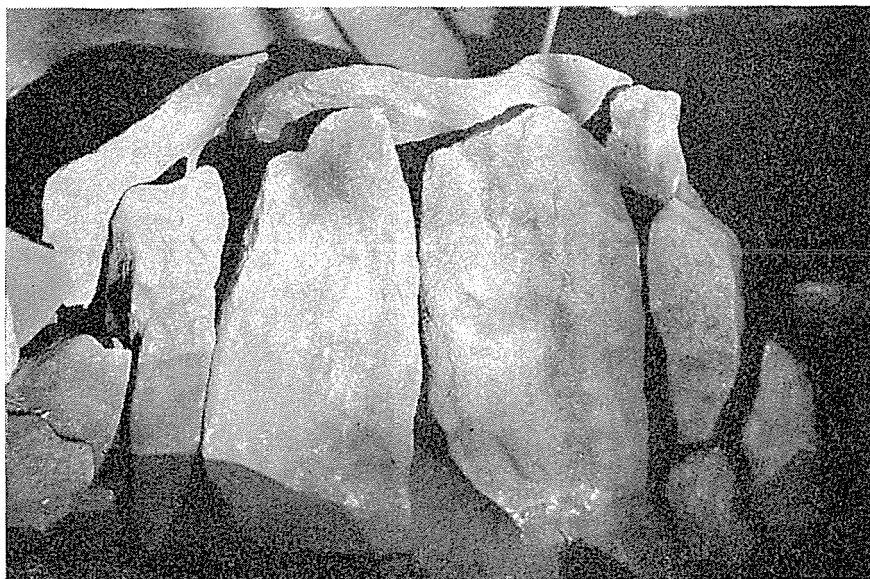


Fig. 12 — Estrutura periférica 1 (cista).

6. Espólio dos monumentos

Contrariamente ao que se verifica para os monumentos a Norte do Douro que, como vários investigadores têm acentuado ⁽³⁸⁾, é no geral muito escasso e fragmentário, o espólio dos monumentos desta região é abundante e de boa qualidade, particularmente no que diz respeito aos artefactos líticos pois, a cerâmica, conquanto muito abundante, apresenta-se quase sempre muito fragmentada, a que não serão estranhas as diversas violações a que estes monumentos foram sujeitos ao longo do tempo.

Assim, o espólio que caracteriza estes monumentos, para um total de cinco já estudados, é o seguinte:

A — Material lítico (Fig. 13).

a) em pedra lascada:

a.1. *micrólitos geométricos*, predominantemente em sílex (apenas num caso, Mamoia 1 do Calvário, em cristal de rocha). Predomínio dos trapézios, sobre os crescentes e os triângulos, na variedade assimétrica.

⁽³⁸⁾ Jorge, V. O. (1982), Le mégalitisme du Nord du Portugal: un premier bilan in, *Bull. Soc. Préhist. Franç.*, T. 79, n.º 1, pp. 15-22.

a.2. *pontas de seta*, em que a maior percentagem pertence às pontas de recorte triangular, com um ligeiro pedúnculo, logo seguidas pelas de base recta. Em dois casos o material utilizado foi o quartzo (Mamoia 2 da Aliviada), nos restantes o sílex.

a.3. *lâminas e lamelas*, tanto em sílex como em quartzo, embora o predomínio vá para o primeiro, particularmente no caso das lâminas, predominantes sobre as lamelas. Aquelas caracterizam-se pelo seu perfil curvo e secção trapezoidal.

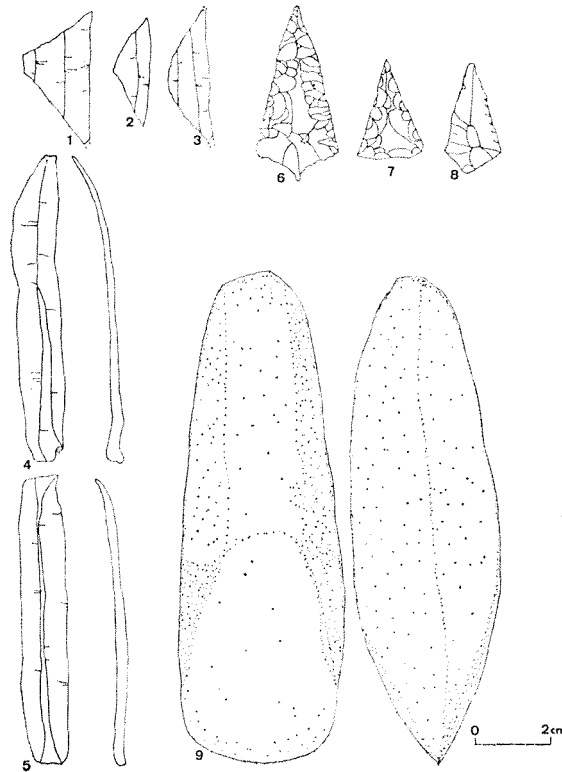


Fig. 13 — Espólio lítico de monumentos megalíticos da freguesia de Escariz, concelho de Arouca; n.ºs 1, 3, 6-8, Mamoia 2 de Aliviada e 2, 4, 5, 9, Mamoia 1 do Calvário.

b) em pedra polida:

b.1. *machados*, até ao momento os únicos artefactos em pedra polida. A matéria-prima utilizada na sua confecção divide-se entre o quartzito e

a fibrolite. Uma machadinha votiva, de proveniência desconhecida ⁽³⁹⁾, tem como matéria-prima a selimanite ⁽⁴⁰⁾.

c) diversos:

c.1. *elementos de moinho manual*, tanto dormentes como moventes, em granito.

c.2. *percutor*, em granito, na Mamoa 1 de Alagoas.

c.3. *lascas*, em sílex e em quartzo, assinaladas em todos os monumentos, com excepção do Dólmen da Mamoa da Portela da Anta.

B — Material cerâmico.

Em todos os monumentos é constante a grande abundância de cerâmica porém, na maior parte dos casos, apresenta-se muito fragmentada, não permitindo a reconstituição das formas.

b.1. *cerâmica lisa*, divide-se em dois grandes grupos de pastas, assim o forno utilizado na cozedura, seja redutor ou oxidante, daí as diversas tonalidades laranja e castanho. As formas predominantes são os recipientes esféricos abertos.

b.2. *cerâmica decorada*, a mesma divisão de pastas. Nos poucos fragmentos decorados, a técnica utilizada foi a da incisão e o puncionamento. Temos, assim, decoração feita à base de linhas rectas oblíquas, paralelas, incisas; linhas onduladas paralelas (decoração penteada), incisas, associadas num mesmo fragmento a puncionamentos espaçados, dispostos obliquamente em paralelo — decoração contida num fragmento cerâmico de recipiente de base recta lobulada, proveniente da Mamoa 1 do Calvário. No geral, a forma destas cerâmicas não é claramente discernível, embora nos pareça tratar-se também de recipientes abertos.

Quanto à cerâmica campaniforme, até ao momento, é completamente desconhecida.

C — Elementos de adorno.

c.1. *contas discoidais em xisto*, são os únicos elementos de adorno claramente documentados, aparecendo em grande profusão — só na Mamoa 2 da Aliviada foram assinaladas 935. Elisabeth Shee Twohig ⁽⁴¹⁾ refere, para o dólmen da Mamoa 1 da Aliviada, entre o espólio recolhido por Pinho Brandão, a existência de uma conta verde.

⁽³⁹⁾ Coleção particular de José Manuel Teixeira, a quem muito agradecemos.

⁽⁴⁰⁾ Informação prestada pelo Dr. Huet de Bacelar Gonçalves, da Faculdade de Ciências do Porto, a quem muito agradecemos.

⁽⁴¹⁾ Vd. *op. cit.* nota 11.

D — Elementos metálicos.

d.1. *lâmina em cobre*, de reduzidas dimensões, muito oxidada, assinalada no corredor do Dólmen da Mamoa da Portela da Anta.

7. Manifestações artísticas

Para a região considerada conhecem-se alguns monumentos em que os seus esteios apresentam motivos decorativos gravados e(ou) pintados. O caso mais representativo, e melhor documentado, é sem dúvida o do Dólmen da Mamoa 1 da Aliviada, que mereceu a atenção de Elisabeth



Fig. 14 — Representações simbólico-decorativas no esteio n.º 2 do Dólmen da Mamoa 1 da Aliviada, Escariz, concelho de Arouca. A técnica utilizada foi a da gravação que, após ter sido preenchida com base branca, foi colorida de vermelho.

Shee Twohig ⁽⁴²⁾, nele reconhecendo alguns dos seus motivos decorativos.

Posteriormente, no seguimento dos trabalhos de estudo e protecção do monumento em causa ⁽⁴³⁾, novos motivos simólico-decorativos foram assinalados ⁽⁴⁴⁾. Em alguns dos esteios postos então a descoberto, para além dos motivos lineares ondulados, pintados a vermelho, assinalaram-se as representações sub-recangulares radiadas, gravadas e pintadas de vermelho, entre outros motivos, sobressaindo, porém, no esteio n.º 2, uma composição mais realista (Fig. 14).

Outro monumento que, segundo a tradição popular, teria os seus esteios com motivos decorativos, era o Dólmen da Mamoia 1 de Alagoas, do qual, infelizmente, hoje nada resta, podendo-se apenas ainda observar parte da mamoa que o cobria e que foi objecto de estudo, por nós, durante a campanha da Páscoa do corrente ano ⁽⁴⁵⁾. É bem possível que noutros monumentos da região existam manifestações simbólico-decorativas, tão perto nos encontramos do «grupo de Viseu» porém, só a continuação dos trabalhos arqueológicos poderá revelar tal existência ⁽⁴⁶⁾.

8. Conclusão

De tudo o que se deixou dito para os monumentos do concelho de Arouca e, de modo mais particular, para a freguesia de Escariz, alguns dados importa reter:

— os monumentos distribuem-se entre os terrenos pertencentes ao complexo xisto-grauváquico e os terrenos graníticos, sendo porém nestes que a densidade é menor;

— em ambos os tipos de solos, a implantação segue a regra geral ou seja, quer em chãs quer em plateaux, sobre uma elevação ou não, e também na vertente de pequenos plateaux;

— distribuem-se, no geral, em núcleos, parecendo detectar-se, em alguns deles, uma certa hierarquização;

— verifica-se a existência de acentuado polimorfismo entre os vários monumentos, mesmo ao nível de núcleos;

— no geral apresentam espólios arqueológicos abundantes e de boa qualidade, predominando o artefacto em sílex, isto numa região onde ele

⁽⁴²⁾ Vd. *op. cit.* notas 11 e 12.

⁽⁴³⁾ Cf. nota 13.

⁽⁴⁴⁾ Cf. nota 32.

⁽⁴⁵⁾ Cf. nota 33.

⁽⁴⁶⁾ Vd. *op. cit.* nota 11.

não existe. Nos recipientes cerâmicos predominam as formas abertas, esféricas, desprovidas de decoração. Até ao momento desconhece-se a existência de cerâmica campaniforme;

— existência de monumentos megalíticos com motivos simbólicos-decorativos gravados e(ou) pintados, nos seus esteios.

— não existência de vestígios de habitats, até ao momento, correspondentes às fases de construção e utilização destes monumentos.

São estes os dados que de momento é possível coligir, à luz dos trabalhos realizados nestes três anos, os quais mostram a vitalidade do megalitismo nesta região. Pena é que ainda não possuamos dados cronológicos absolutos que nos permitam uma abordagem temporal dos mesmos; porém, estamos certos que a continuação dos trabalhos nos permitirá, mais tarde ou mais cedo, obtê-los.

Arouca, 1985

RESUMO

O autor apresenta uma análise do conjunto megalítico da freguesia de Escariz, concelho de Arouca, Portugal.

Nesse estudo faz-se o levantamento de todos os monumentos existentes na região, procurando analisá-los à luz da distribuição espacial, nas suas relações com os diferentes tipos de solos.

Analisa ainda, em termos de conjunto, os monumentos escavados nos últimos três anos, tanto as suas estruturas como os espólios.

ABSTRACT

The author presents an analysis of the Megalithic group of the parish of Escariz, council of Arouca, Portugal.

In this study, the author took an inventory of all monuments existing in that region and tried to analyse them in the light of their space distribution and its relation to the various types of soil.

The structure and objects found in the monuments excavated for the last three years were also analysed as a whole.

ESCAVAÇÃO DA MAMOA 3 DE MENINAS DO CRASTO SERRA DA ABOBOREIRA (BAIÃO)

POR

Vítor Oliveira Jorge (*)

Com a colaboração de:

Susana Oliveira Jorge (**), Suzana Faro da Costa (***)
e Joel Alves Cleto (****)

1. Introdução

A mamoa 3 de Meninas do Crasto localiza-se na Serra da Aboboreira, a cerca de 300 metros para sudoeste do marco geodésico de Meninas do Crasto, e a algumas dezenas de metros (c. de 30) para norte do estradão principal da Serra que, vindo de Queimada e passando pela Fonte do Mel (muito próxima da mamoa), se dirige à capela da S.^a da Guia e à estrada asfaltada Baião — Marco de Canaveses (Fig. 1). Está em território da freguesia de Ovil, concelho de Baião, distrito do Porto, e, segundo a «Carta Militar de Portugal» na esc. de 1/25.000 (folha 113 — Amaranate), as suas coordenadas geodésicas são as seguintes:

41° 11' 2" Lat. N.
1° 6' 45" Long. E. Lx.

(*) Professor da Faculdade de Letras do Porto. Direcção das escavações e elaboração do trabalho para publicação.

(**) Professora da Faculdade de Letras do Porto. Participação parcial nos trabalhos de campo, interpretação estratigráfica e desenho de cortes.

(***) Membro da Comissão Directiva do G.E.A.P. Colaboração em todo o trabalho de campo e na elaboração de plantas.

(****) Membro da Comissão Directiva do G.E.A.P. Colaboração em todo o trabalho de campo e na elaboração de plantas.

Desde a primeira vez que a visitámos, em 1978, que se apresentava como uma pequena câmara poligonal, com quatro esteios ainda *in situ* e

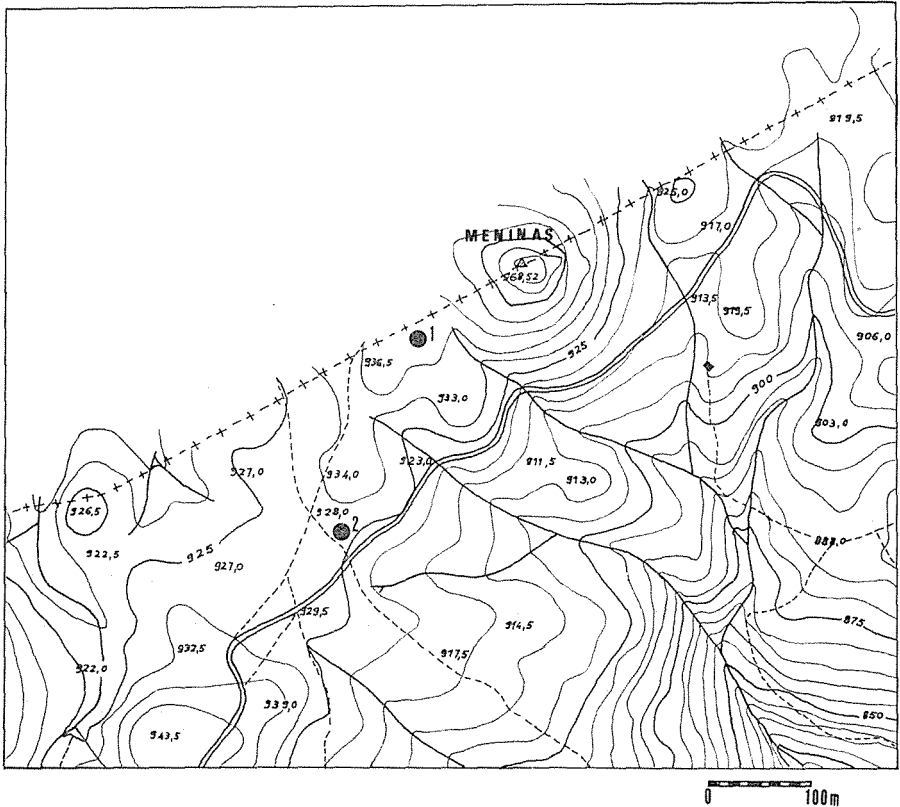


Fig. 1 — Localização da Mamoa 3 de Meninas do Crasto (assinalada com o n.º 2). Com o n.º 1 encontra-se posicionada a Mamoa 4 de Meninas. Base cartográfica: Levantamento aerofotogramétrico do Concelho de Baião na esc. de 1/5.000 (1984).

um tombado (Fig. 2), que dificilmente passava despercebida a quem atravessava a Serra pelo estradão acima mencionado, tanto mais que a mamoa se achava ainda em relativamente bom estado de conservação. Porém, a câmara havia já sido alvo de uma «exploração» pelo P.º João Ribeiro, pároco de Ovil, que nos disse nada ter aí encontrado. Sabia-se, também, que a respectiva laje de cobertura se achava a c. de 30 m. para NE. do monumento, servindo de divisória com o concelho de Amarante. Quando se iniciaram os trabalhos do Campo Arqueológico, fomos contactados pelo

antigo Presidente da Câmara, Sr. Abel Ribeiro, no sentido de se repor a tampa sobre os esteios, o que efectivamente foi feito, muito embora, como é evidente, não se possa saber se a actual disposição corresponde à primitiva. Seja como for, o monumento, apesar das suas reduzidas dimensões,



Fig. 2 — Aspecto da câmara em 1978.

passou a ser um dos locais arqueológicos do concelho dignos de visita, tipificando bem um pequeno dólmen sem corredor (Fig. 3), em contraste evidente com a grande anta de Chã de Parada que lhe fica relativamente próxima. Era um monumento que pensávamos escavar mais cedo ou mais tarde, no decurso do programa de pesquisa que orienta os trabalhos na Aboboreira. Mas, no Inverno de 1985-86, os Serviços Florestais — que têm estado a arrotear vastas extensões da Serra, pertencentes ao concelho de Amarante, para plantio de árvores — abriram um novo caminho que, partindo do estradão principal da Serra, se dirige para Aldeia Nova (passando ao lado das mamoas de Furnas) ⁽¹⁾. Esse novo estradão cortou

⁽¹⁾ Sobre estas mamoas, v. V. O. Jorge *et alii*, As Mamoas de Furnas (Serra da Aboboreira), *Arqueologia*, n.º 16, Dez. 1987 (no prelo).

a mamoa na sua extremidade ESE. (Fig. 4), amputando-a de uma parte significativa da sua área, mas, felizmente, preservando a câmara, mais difícil de remover pela «bulldozer». Constatado o facto em Abril de 1986, durante uma visita à Serra na companhia do Dr. Francisco Sande Lemos, director dos Serviços Regionais de Arqueologia da Zona Norte do I.P.P.C., sugeriu este que se procedesse a uma escavação de emergência, o que ficou imediatamente acordado.

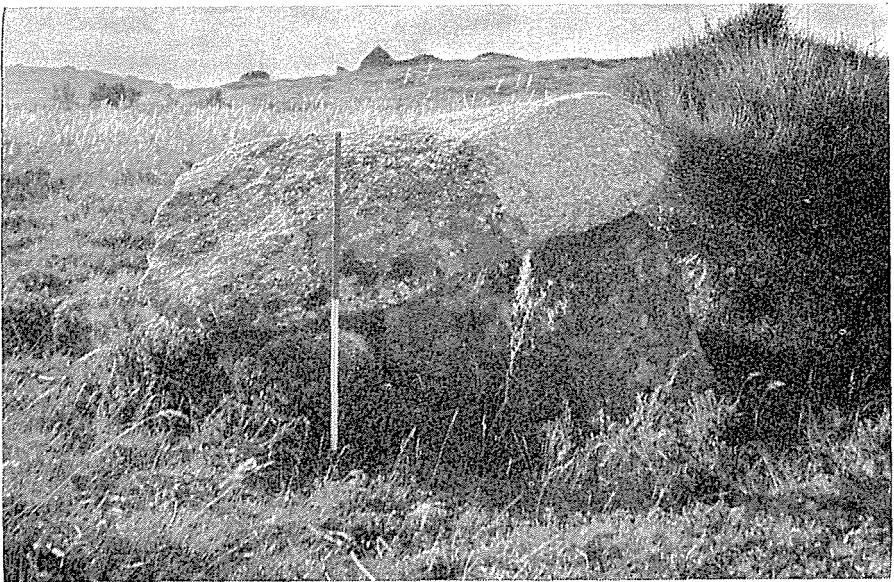


Fig. 3 — A câmara após a colocação da tampa. Foto obtida em 1982.

Os trabalhos viriam a ter lugar em Agosto do mesmo ano, tendo neles participado diversos jovens portugueses e estrangeiros, entre os quais licenciados e estudantes nacionais, espanhóis e australianos; destaquemos a colaboração permanente da Dr.^a Fernanda Natália Pereira, do G.E.A.P. Para todos vai o nosso agradecimento, bem como para o Instituto Português do Património Cultural, Câmara Municipal de Baião, e Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis que, pela ajuda financeira e/ou logística prestada às pesquisas, viabilizaram a sua concretização.

A metodologia aplicada nos trabalhos foi a habitual neste tipo de monumentos: levantamento da planta do local com curvas de nível (Fig. 6), tomando como ponto de referência (nível de cota 0) o topo da laje de

cobertura, e escavação, neste caso (devido à presença do novo estradão), de apenas três sanjas, a Norte, a Oeste e a Sul ⁽²⁾. Antes, porém, de se proceder à escavação propriamente dita, foi limpo e desenhado o corte



Fig. 4 — Aspecto da Mamoa em Abril de 1986, vendo-se o estradão que destruiu parte do monumento.

aberto pelo estradão (Fig. 14), que nos deu uma primeira ideia da estratigrafia do monumento (Fig. 8). Desenhados os perfis da mamoa, e a planta e alçados da câmara, foram de novo cheias com terra e pedras todas as áreas escavadas; além disso, consolidou-se o interior da câmara, repondo-se na posição original (ou próxima dela) alguns dos seus elementos pétreos. Optou-se, por ora, por manter localmente o estradão tal como está, sem reconstruir a mamoa na parte que lhe foi amputada. O valor «didático» que o monumento assim apresenta é, porém, incompatível, a prazo, com a sua preservação, pelo que terá ao menos de se construir, em breve, um murete de protecção do corte produzido pelo estradão.

(2) Além do quadrado B4 e de parte do B5, este último correspondendo ao enchimento da câmara dalménica (Fig. 6).

O «croquis» da Fig. 5 sintetiza o actual aspecto geral, e localização relativamente ao cruzamento local de caminhos, da mamoa estudada no presente trabalho. Encontra-se a pouco mais de 30 m. para NNE. do entroncamento do estradão principal com o novo estradão que se dirige

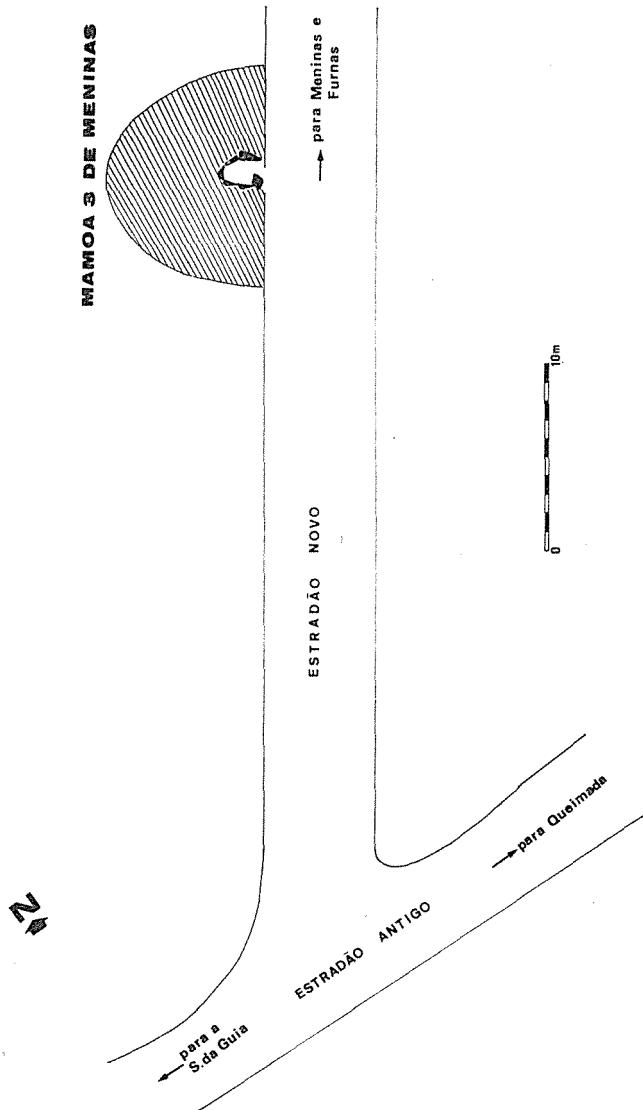
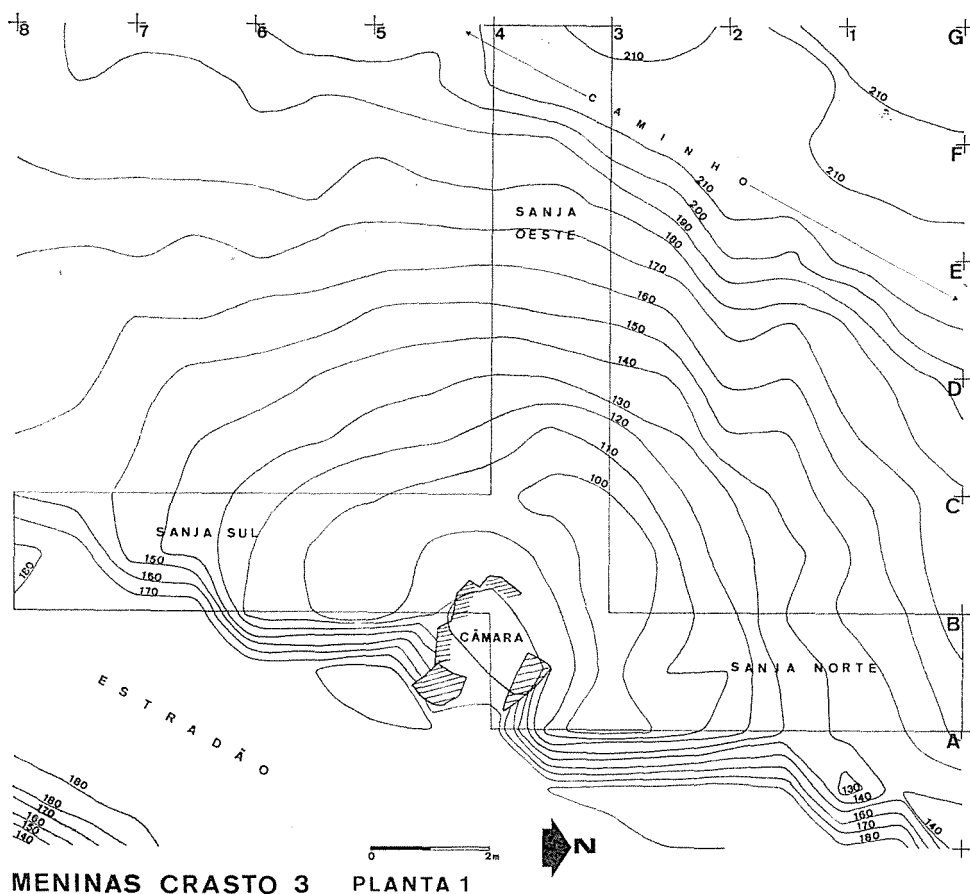


Fig. 5 — «Croquis» da localização da mamoa em relação ao cruzamento do estradão antigo com aquele que foi aberto pelos Serviços Florestais.

para Furnas e Aldeia Nova. Um outro ramal deste contorna o Alto de Meninas, passando próximo de mais um monumento, por sinal um *cairn*



MENINAS CRASTO 3 PLANTA 1

Fig. 6 — Planta da mamoa antes das escavações. A câmara, com a respectiva tampa, encontra-se esquematicamente representada. Equidistância das curvas de nível: 10 cm. Nível 0 convencional: parte mais alta da tampa do dólmen, na sua actual posição.

datável da I. do Bronze antigo ⁽³⁾, já escavado em 1982, a mamoa 4 (Fig. 1). Significativamente, esta última não se enxerga a partir da mamoa 3, e, de

(3) V. V. O. Jorge, Escavação das Mamoas 2 e 4 de Meninas do Crasto. Serra da Aboboreira, Baião, *Arqueologia*, n.º 7, Junho 1983, pp. 23-39; *idem*, Novas datações de radiocarbono para mamoas do Concelho de Baião, *Arqueologia*, n.º 11, Junho 1985, pp. 182-183.

modo inverso, quem se encontre no local do *cairn* não vê o monumento agora estudado. Este aparece assim relativamente isolado numa chã que se estende para sul e sudeste, já do lado oposto do estradão antigo. J. de Pinho, nos seus manuscritos inéditos, sugeria a existência, nessa chã, de outras duas mamoa. Procurámo-las debalde, no decorrer de diversas prospecções, nomeadamente na companhia do Dr. Domingos Cruz, da equipa do Campo Arqueológico. É possível que ainda existam, mas que sejam monumentos muito pequenos, disfarçados pela vegetação ⁽⁴⁾.

2. Resultados da escavação

A mamoa 3 de Meninas do Crasto é um *tumulus* de tipo «clássico», em terra, revestido por uma couraça de lajes e blocos de granito bem imbricados. Tal couraça encontra-se representada na planta 2 (Fig. 7). A partir da observação dessa planta e do corte do estradão (Fig. 8), pensamos que a mamoa teria originalmente um diâmetro de 10 a 11 m.; admitimos que a sua forma fosse, como é habitual, subcircular, ou com uma ligeira tendência para a elipse. A máxima altura actual do *tumulus* é de c. de 1,40 m., incluindo o nível de base, que consideramos um solo antigo enterrado (ou o que dele resta). O topo da tampa do dólmen, tal como ela se encontra hoje, está a c. de 2,12 m. da rocha de base (saibro).

Os três perfis estratigráficos que inserimos neste trabalho (Figs. 8, 9 e 10) permitem-nos descrever assim a sucessão de camadas observadas na mamoa:

1 — terras húmusas, superficiais, pouco compactas e com muitas raízes, de cor castanho-escura. A maior parte da couraça lítica está contida neste nível;

2 — terras *in situ* do *tumulus*, subdivisíveis em:

2a — terras acastanhadas, relativamente húmusas;

2b — terras acinzentadas, com manchas cinzentas escuras, correspondendo estas últimas à inserção de porções de solo mais húmuso, durante a construção do *tumulus*.

(4) Mais a sudoeste, a Mamoa 2 de Meninas do Crasto surge relativamente isolada, apesar da presença, a c. de 200 m. para SSW dela, da mamoa do «Monte da Olheira», nas proximidades da capela da Sr.^a da Guia. Sobre esses dois monumentos já escavados, v., respectivamente, V. O. Jorge, *op. cit.* na nota 3 *supra*, 1983; e Domingos J. da Cruz, Escavação da Mamoa do «Monte da Olheira» (Serra da Aboboreira — Baião), *Arqueologia*, n.º 13, pp. 125-139.

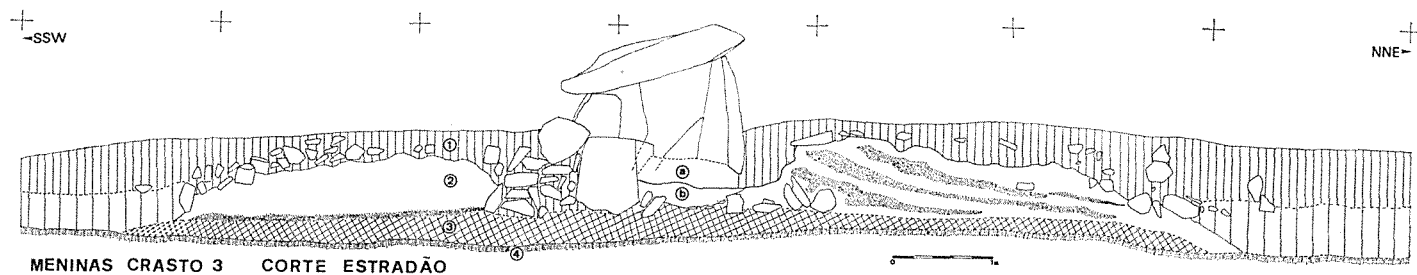


Fig. 8 — Perfil da mamoa segundo o corte praticado aquando da abertura do estradão. Estratigrafia descrita no texto.

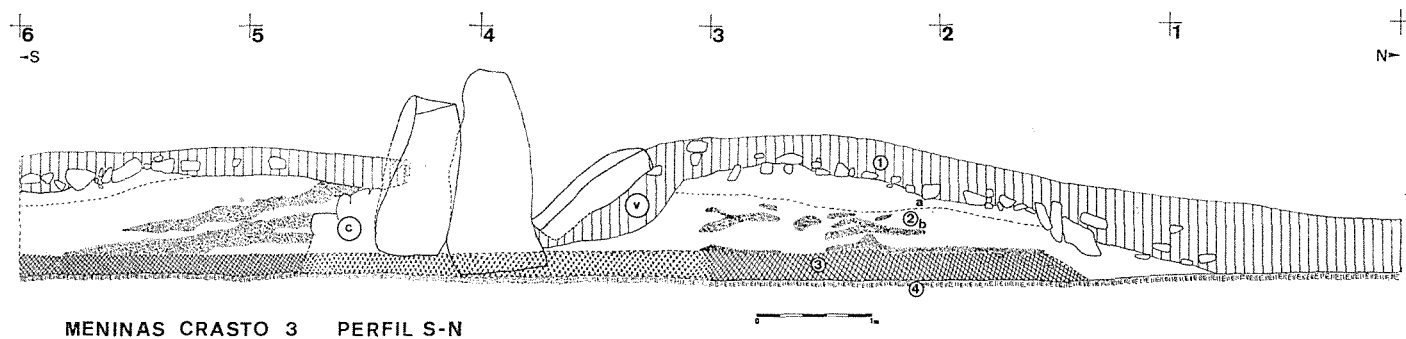


Fig. 9 — Perfil S.-N. Vide estratigrafia descrita no texto. C — contraforte. V — zona de violação.

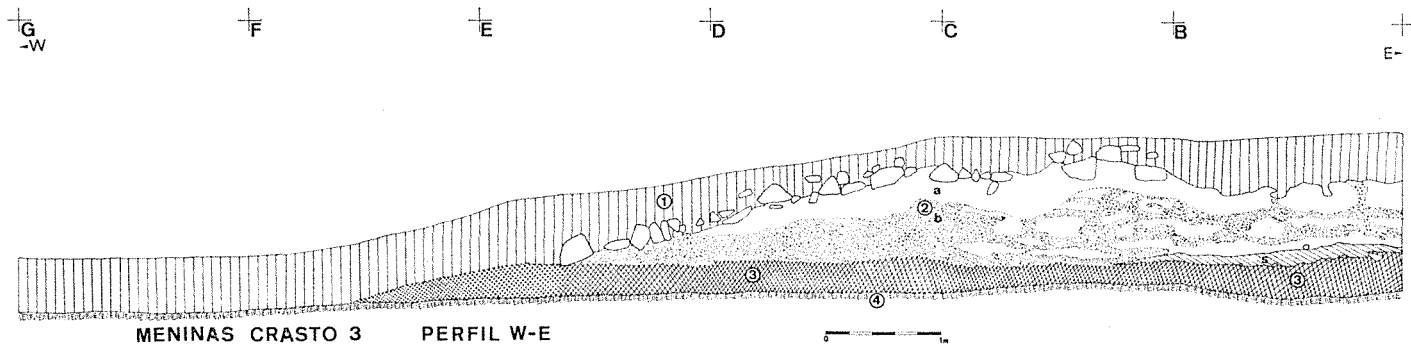


Fig. 10 — Perfil W.-E. *Vide* estratigrafia descrita no texto. S — nível de saibro depositado pelos construtores, na base da mamoa.

Em certas zonas, na base da camada 2 podia-se observar um nível lenticular de cor amarelada, saibrento, sobreposto ao solo antigo, facto que, com frequência, ocorre nas mamoadas escavadas na Aboboreira, na proximidade das câmaras dolménicas. Interpretamos esse sedimento saibroso como resultante da abertura de pequenas fossas ou depressões para a implantação dos esteios, com a consequente evacuação da areia granítica assim produzida para o exterior do dólmen, antes da erecção do *tumulus* (v. perfil W.-E., indicado com a letra *s*).

Noutros pontos (v. por ex. perfil S.-N., lado norte) observou-se, na base da mesma camada 2, uma mancha quase contínua de um sedimento mais escuro, contendo abundantes carvões (que foram recolhidos para análise de C14 e antracológica) ^(v). Pensamos que tais carvões poderão corresponder a uma queimada para limpeza, pelo fogo, da vegetação que cobria o terreno, antes da construção da mamoad;

3 — terras castanho-escuras, amareladas, correspondentes com muita probabilidade ao solo antigo;

4 — rocha alterada da base (saibro).

Relativamente à câmara, as escavações permitiram concluir o seguinte:

— achava-se rodeada por um contraforte de lajes sobrepostas, particularmente bem conservado na área sul e, parcialmente, na área oeste adjacente ao dólmen; em parte desta área e na zona norte, estava muito

^(v) Foram enviadas para o Laboratório de Carbono 14 do C.S.I.C. (Madrid), duas amostras provenientes de B3, correspondendo ambas ao topo do solo antigo, e situadas, respectivamente, a 1,88 m. e a 1,85-1,96 m. de profundidade (em rel. ao nível 0 convencional).

Para análise antracológica, foram remetidas ao Laboratório de Paleobotânica da Univ. de Montpellier 15 amostras, recolhidas nas terras *in situ* do *tumulus* (c. 2), no solo antigo (c. 3) e no enchimento da câmara.

Ao Sr. Eng.º A. R. Pinto da Silva (Estação Agronómica Nacional) solicitámos a análise de uma amostra de matéria carbonizada encontrada no nível de base da câmara (peneiração). Em carta de 23-1-87 aquele investigador comunicou-nos tratar-se de um «fragmento de coprólito carbonizado, com a superfície de cor terrosa (sujo de terra?) deixando perceber elementos vegetais (parecendo fragmentos de palhas retrachadas) que são mais evidentes na superfície de fractura do fragmento; o interior negro, evidentemente carbonizado, brilhante, evidenciando uma massa heterogénea de «palhas» e folhas graminóides lineares e curtas (fragmentos). Diâmetro: 6,5 mm». Em conversa telefónica, o Eng.º Pinto da Silva — a quem manifestamos o nosso reconhecimento pela sua colaboração — admitiu tratar-se de um coprólito de gamo, semelhante a um outro encontrado há alguns anos numa das sepulturas da necrópole do Tapado da Caldeira, também na Aboboreira.

desmantelado pelas violações. Na zona sul, o mesmo contraforte apresentava uma largura de c. de 1,20 m. e uma altura máxima de c. de 0,70 m., assentando no provável solo antigo (Figs. 11 e 16);

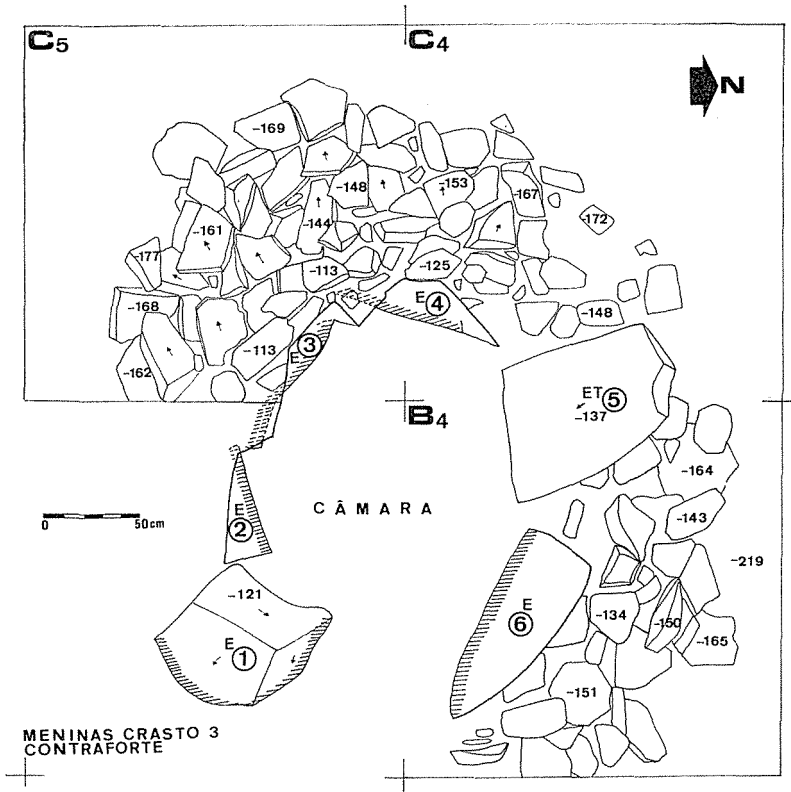
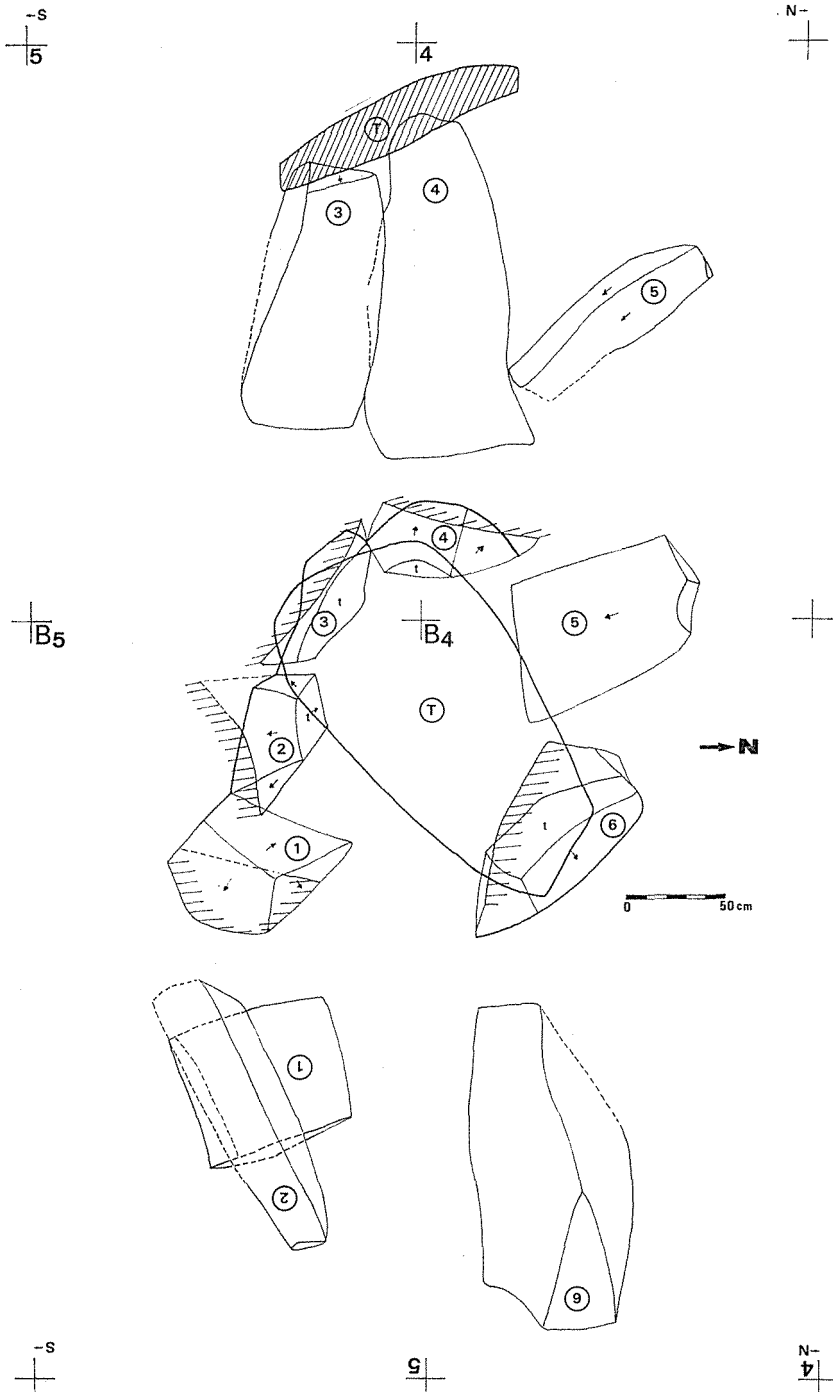


Fig. 11 — A câmara e o seu contraforte. Os esteios encontram-se numerados.

— a câmara é de planta poligonal, e provavelmente fechada. Além de quatro esteios *in situ* (n.ºs 2, 3, 4 e 6 — v. Fig. 12) apresentava um esteio reduzido à base (n.º 1) e um outro tombado para o exterior da anta, o qual foi reerguido no final dos trabalhos (n.º 5). Porém, deveria ter ainda existido pelo menos um sétimo esteio, entre os esteios 1 e 6, isto é, do lado do actual estradão. De facto, ao escavarmos essa área da câmara, onde se encontrava tombada a parte superior do esteio 1 (posteriormente «colada» à base com cimento), achámos, ao nível de uma camada algo compacta que parecia corresponder ao solo antigo, um possível «negativo» de inserção de um esteio, que representámos na planta 2 (Fig. 7 — símbolo:



MENINAS CRASTO 3 PLANTA E ALÇADOS

Fig. 12 — Planta e alçados (oeste e leste) da câmara. t—topo dos esteios; T—tampa ou laje de cobertura.

NE?). A planta da câmara, fosse ela aberta ou fechada, não formava um polígono regular. Ela seria mais alongada no sentido E.-W. (c. de 1,80 m.) do que no sentido oposto (c. de 1,30-1,40 m.). Os esteios dispunham-se, como habitualmente, de forma imbricada.

Fizemos o levantamento da planta da câmara em dois momentos. A planta que se apresenta na Fig. 7 mostra, a traço mais grosso, a intersecção da face externa dos esteios com a mamoa; as bases internas dos esteios foram marcadas à cota aproximada de -1,80 m. (em relação ao nível 0 convencional). Na Fig. 12 incluímos já a indicação do topo dos esteios, bem como a sua base interna, tal como surgia no fim das escavações, isto é, quando se atingiu o saibro. Não foram encontrados vestígios do primitivo piso de utilização, pelo que a área que se pode deduzir das medidas acima indicadas será um pouco superior à primitiva área útil interna da anta;

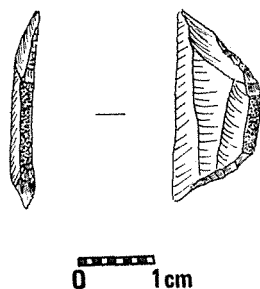


Fig. 13 — Micrólito geométrico encontrado na câmara.

— todo o enchimento da câmara se encontrava revolvido. Aliás, como dissemos, esta câmara já havia há anos sido escavada por um amador, para além das violações que antes deve ter sofrido, tanto mais que se encontra perto do estradão principal da Serra. De qualquer forma, a sucessão estratigráfica observada foi a seguinte:

- 0 — 20/40 cm — terras muito húmas, pouco compactas;
- 40 — 50 cm — grandes pedras tombadas, de forma caótica;
- 50 — c. 100/110 cm — terras negras, compactas.

Na área contígua ao corte do estradão (v. Fig. 8) foram observados dois níveis, sobrepostos ao provável solo antigo da base:

- a) terras húmas, pouco consistentes (c. de 20 a 30 cm de espessura);

- b) terras mais compactas, com menos raízes do que em a), nas quais foi encontrado o micrólito geométrico reproduzido na Fig. 13.

— a altura interna da câmara, no fim das escavações, isto é, entre a base da tampa (tal como ela se encontra colocada actualmente) e o saibro é, no máximo, de c. de 1,80 m.



Fig. 14 — Aspecto da câmara e da parte do *tumulus*, vistos do estradão, durante os trabalhos.

Quanto ao espólio fornecido por esta mamoa, para além de uma esquirola de sílex de cor cinzento-escura, proveniente da camada superficial do enchimento da câmara, e de um pequeno fragmento de pança de vaso de fabrico manual, também encontrado no interior do dólmen, mas na camada de base (peneiração), resume-se ao seguinte:

1— Fragmento de lamela de sílex acinzentado, de secção triangular. Está partida nas duas extremidades; num dos bordos conserva o córtex, no outro não apresenta retoques (apenas vestígios de utilização).

Localização: encontrado em Abril de 1986 nos destroços da mamoa acumulados pela máquina no lado oposto do estradão.

Dimensões (máximas): comp. — 1,5 cm; larg. — 1 cm; esp. — 0,4 cm.

2 — Elemento fixo de moinho manual, em granito, fragmentado. Contorno sub-rectangular, secção genericamente plano-convexa (aproximadamente semi-circular).

Localização: (v. Fig. 7): E4. Na couraça de revestimento (utilizado como elemento de construção). Coordenadas ⁽⁶⁾: x — 1,70 m; y — 0,48 m; z — 1,59 m.

Dimensões: comp. — 27,5 cm; larg. — 23 cm; esp. — 13 cm.



Fig. 15 — A couraça de revestimento da mamoa, na sanja norte.

3 — Micrólito geométrico, em sílex, com pátina branca. É um trapézio assimétrico com truncatura maior curta (Fig. 13).

Localização: B5. Enchimento da câmara, na área contígua ao corte do estradão (topo do nível b) atrás descrito). z — 1,60 m.

Dimensões: comp. — 2,5 cm; larg. — 1,1 cm; esp. — 0,3 cm.

⁽⁶⁾ x — distância em relação ao lado norte do quadrado; y — *idem* em relação ao lado leste; z — profundidade em relação ao nível 0 convencional (ponto mais alto do dólmen). Unidade de escavação: quadrado com 2 m. de lado.



Fig. 16 — A sanja sul no final das escavações, vendo-se o contraforte da câmara sobreposto ao provável solo antigo.



Fig. 17 — Aspecto da câmara numa fase adiantada dos trabalhos.

Como comentário a tão magro espólio, apenas podemos dizer que a presença de moinhos manuais, normalmente fragmentados, é constante nas estruturas pétreas das mamoas (couraças e, por vezes, contrafortes). Não recorrendo à explicação, especulativa, de que se trata de deposições rituais, explicação que os dados ao nosso dispor não avalizam, inclinamo-nos para a ideia de que se trate, como sugerimos atrás, do reaproveitamento de moinhos fora de uso, que eventualmente se encontrassem em locais próximos das mamoas, correspondentes a habitats. Quanto ao micrólito geométrico, refira-se que ele é o 13.º a aparecer nas mamoas da Aboboreira; as restantes são Outeiro de Ante 1, Outeiro de Ante 3, Abogalheira 1, Cabritos 2, Touta e Furnas 2 (7).

Em suma, estamos, em Meninas do Crasto 3, perante mais uma pequena câmara, de tipo poligonal, possivelmente fechada, tão típica do megalitismo do Norte de Portugal e da Aboboreira em particular. Rodeada de um contraforte de dimensões medianas, encontrava-se inserta numa mamoa de terra sobreposta a um solo antigo e revestida por uma couraça lítica de protecção superficial. O contraste com a mamoa 4 de Meninas do Castro que, como vimos, lhe fica próxima, é flagrante.

RESUMO

Relatório das escavações de emergência realizadas no Verão de 1986 num dos monumentos megalíticos da Serra da Aboboreira (distrito do Porto, Norte de Portugal), um dólmen sem corredor inserto numa mamoa recentemente cortada, em parte, por um estradão.

(7) Cf. V. O. Jorge, Micrólitos geométricos provenientes de monumentos megalíticos do Norte de Portugal: breve nota, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXV, fasc. 2-4, 1985, pp. 385-394; *Idem et alii*, *op. cit.* na nota 1 *supra*.

A MAMOA DA «MAMA DO FURO» (FIGUEIRA DA FOZ)

POR

Raquel Vilaça (*)

1. Introdução

À escavação da mamoa cujos resultados ora se publicam decorreu ao longo de duas campanhas, durante os meses de Julho e Outubro de 1985 e Julho de 1986.

A sua realização foi possível graças a um subsídio concedido pelo Instituto Português do Património Cultural ⁽¹⁾ e ao apoio logístico do Museu Municipal «Dr. Santos Rocha» e Câmara Municipal da Figueira da Foz ⁽²⁾; participaram, sob nossa orientação, estudantes do curso de História (variante de Arqueologia) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ⁽³⁾ e três (trabalhadores) contratados.

Este monumento era já conhecido em finais do século passado, altura em que Santos Rocha nele realizou escavações (Rocha, 1949, 184-188), encontrando-o com vestígios evidentes de anteriores violações, facto a que o seu próprio nome alude. Mesmo quando decorriam os seus trabalhos, ele foi alvo de novas destruições, acabando por desaparecer o que aquele arqueólogo havia posto a descoberto. Tratava-se das ruínas de um monu-

(*) Assistente da Faculdade de Letras de Coimbra.

(1) No montante de Esc.: 175.000\$00.

(2) Agradecemos, em especial, à Dr.^a Isabel Pereira, Directora do Museu Municipal «Dr. Santos Rocha», todo o apoio que nos dispensou.

(3) João Redol, Paulo Félix, João Marques, Luís Henriques, Manuel Carvalho, Isabel Fernandes, António Monteiro, Ana Isabel Silva, Maria Miguel Lucas, Maria Leonor Pontes, António Marques, Sérgio Pereira, Jorge Adolfo Marques, Ana Lúcia Ribeiro, Júlia Pinção e Maria Helena Santos. Na elaboração da planta da mamoa contámos com a especial ajuda do Sr. Álvaro Quinteiro. O material foi desenhado pelo Dr. José Luís Madeira.

mento megalítico de câmara e corredor orientado no sentido Este-Oeste, com dois esteios do lado Norte da câmara, tombados para dentro, e outros dois, no corredor, com uma laje de cobertura.

Pareceu-nos importante, tendo em conta o nosso projecto de investigação sobre a Pré-História Recente do Baixo Mondego, confirmar ou corrigir os dados recolhidos por Santos Rocha e, ao mesmo tempo, completar o estudo do monumento que as preocupações e concepções científicas da época não permitiram concretizar.

A metodologia adoptada baseou-se naquela que, de há uns anos a esta parte, vem sendo utilizada pela equipa e colaboradores do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira (Baião) ⁽⁴⁾.

Após a limpeza da densa vegetação que cobria o monumento, estabeleceram-se dois eixos perpendiculares entre si, orientados segundo os pontos cardeais e fazendo-os passar pela parte mais central da mamoa; procurou-se, todavia, fugir de possíveis cruzamentos com os pinheiros, que não queríamos nem tínhamos possibilidade de deitar abaixo. A mamoa foi depois inscrita num rectângulo de 30 × 32 m e definida no seu interior uma malha quadrangular com 2 m de lado (cada quadrado foi identificado por uma letra e um número), a partir dos dois eixos previamente estabelecidos; todos os pontos foram cotados em função de um ponto convencional zero, correspondente ao ponto mais alto do monumento. As cotas que apresentamos são, assim, sempre negativas. Escolheram-se, de seguida, quatro sanjas, com dois metros de largura, a que se juntou uma quinta (que se designou por «sanja Este 2» para se distinguir da primeira, a «sanja Este 1»), com 1,50 m, que foram escavadas por decapagens sucessivas.

2. Enquadramento

A «Mama do Furo» situa-se num dos pontos mais altos da parte ocidental da Serra da Boa Viagem, em terrenos administrados pela Direcção Geral das Florestas, pertencentes à freguesia de Quiaios, concelho da Figueira da Foz, a cerca de 70 m da estrada florestal que segue da povoação da Serra e passa junto à Capela de Santo Amaro (Carta Militar, esc. 1/25.000, folha 239; coordenadas militares: 358.000 e 136.000; altitude absoluta: c. 230 m) (Fig. 1).

(4) Sobre este assunto, veja-se, em especial, o artigo de Vítor de Oliveira Jorge, *Escavação de um túmulo megalítico: problemas metodológicos*, «Setúbal Arqueológica», IV, 1978, pp. 241-254 e numerosos artigos, de vários investigadores, publicados nestes últimos anos na revista «Arqueologia», Porto, G.E.A.P.

A Serra da Boa Viagem é uma das mais importantes elevações da região natural do Baixo Mondego. Trata-se de um promontório, orientado contra o mar, atingindo o seu ponto mais alto 258 m de altitude na Bandeira; é depois secundada pelas serras das Alhadas e de Brenha, que a prolongam para Nascente. Ao declive íngreme da sua vertente Norte, opõe-se a suavidade e quase doçura do flanco meridional.



Fig. 1 — Localização da «Mama do Furo» (seg. a Carta Militar de Portugal).

A paisagem que a cobre é, hoje, de natureza antrópica, resultado da intensa florestação que sofreu em inícios deste século; a plantação, então, de pinheiros, cedros, acácias e eucaliptos, concedeu-lhe uma «máscara atlântica», que acabou por aniquilar a relação entre os diversos monumentos

existentes e a paisagem que inicialmente conheceram. Se admitirmos que ela seria bem mais árida e desarborizada, com uma cobertura vegetal de tendência mediterrânica, como parecem querer lembrar as raras oliveiras selvagens que ainda existem, da «Mama do Furo» se avistaria o Mondego, o mar e as outras mamoaas mais próximas.

É neste quadro paisagístico que se situa a necrópole megalítica da Serra da Boa Viagem, de que a «Mama do Furo» faz parte. Reunindo, ao tempo de Santos Rocha, cerca de 24 monumentos, de que hoje apenas restam 2/3, todos eles num estado de ruína muito avançado, é um dos principais agrupamentos megalíticos da «orla mesozóica ocidental».

Aqueles monumentos distribuíam-se quase linearmente, percorrendo cerca de 13 km de extensão (18 km, se admitirmos que no Ferrestelo e St.^a Olaia existiram, na verdade, monumentos megalíticos), pela cumeada das serras. Excepcionalmente, encontramos-os associados dois a dois, como nas Carniçosas, separados somente por c. 200 m (Rocha, 1949, 20); nunca nos surgem pequenos núcleos, de três ou mais mamoaas, tão comuns a outras regiões. É, pois, o isolamento e individualidade a tónica dominante no que diz respeito à distribuição dos monumentos (Fig. 2).

A área onde a «Mama do Furo» foi construída é das mais pobres da Serra em linhas de água. Os terrenos, formados durante o Jurássico, são constituídos por argilas e arenitos argilosos; os solos, de utilização não agrícola (florestal — classe F) ⁽⁵⁾ são pobres, contrastando com os que ocupam a vertente meridional da Serra, geralmente produtivos.

3. O monumento

A mamoa encontrava-se coberta por denso matagal (cedros, fetos, ervas diversas) e com numerosos pinheiros plantados sobre ela. À superfície não se detectavam vestígios de esteios, notando-se apenas algumas pedras de pequenas dimensões, que acompanhavam a linha periférica da mamoa e que faziam parte, como se veio a verificar, de uma «coroa circular periférica».

Apresentava uma forma sub-circular, alongando-se no sentido Este-Oeste, com um diâmetro máximo de cerca de 28 m. O seu lado Sul, muito mais suave, contrastava com a vertente Norte, de muito maior altura; esta

⁽⁵⁾ Carta Geológica de Portugal, esc. 1/50.000, folha 19-C, Figueira da Foz, Serviços Geológicos de Portugal e Carta de Capacidade de Uso do Solo, esc. 1/1.000.000, 1982, Instituto Hidrográfico.

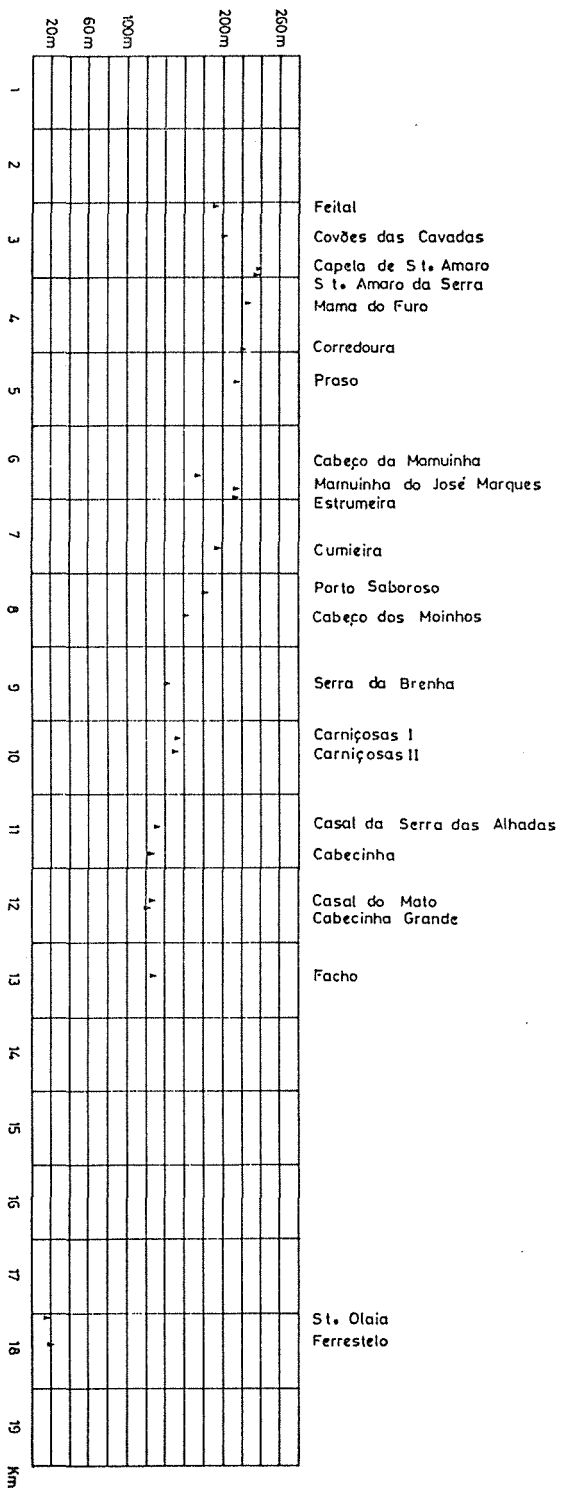


Fig. 2 — Distribuição altimétrica dos monumentos megalíticos.

assimetria evidenciava-se porque o terreno a Sul é aplanado, enquanto que a Norte desce acentuadamente até encontrar um caminho.

Na parte central e prolongando-se para Nascente havia uma enorme depressão, resultado de violações e escavações anteriores (Fig. 3).

As decapagens progressivas nas sanjas escolhidas revelaram que estávamos perante uma mamoa construída com argila, duríssima e muito compacta, a que se deve, talvez, o facto de ela ainda conservar uma altura significativa (2,34 m), não obstante a inexistência de qualquer tipo de «couraça pétrea». Aliás, poderia ter sido a natureza da composição da mamoa, utilizando argila em vez de terra humosa, a dispensar a construção de uma «couraça pétrea».

Com efeito, o que temos é um monumento em argila com apenas duas «coroas líticas», formadas por blocos de grés, calcário e arenitos; uma destas «coroas» é periférica e acompanha o limite da mamoa, com uma função explicitamente de contenção e reforço, fechando-a; a outra, interior, em redor da câmara (contraforte), daria aos esteios uma maior estabilidade.

Esta «coroa» interior apresentava-se aparentemente intacta na sanja Oeste, onde os blocos que a formavam, ligeiramente inclinados para a periferia, tinham dimensões bastante grandes, revelando claramente a sua função prática, indispensável à sustentação e equilíbrio dos esteios; na sanja Norte estava parcialmente destruída e, na sanja Sul, completamente desfigurada (Fig. 4).

Quanto à «coroa» exterior, a sua função de «fechar» o monumento, manifestava-se na sua excelente construção, em particular na sanja Sul, por meio de blocos bem acondicionados entre si e inclinados para o interior, acompanhando a própria mamoa. Entre eles e senivelmente a meio, encontrava-se um bloco em forma de monólito, de arenito, encravado verticalmente e com uma das faces parcialmente afeiçoada.

Na sanja Oeste, a existência de um pinheiro alterou profundamente a constituição da «coroa pétrea» nesta área. A Norte, ostentava um aspecto robusto, utilizando blocos de grandes dimensões, com um grau de inclinação igualmente assinalável.

As sanjas Este revelaram-se completamente diferentes das restantes: é a área do corredor do monumento e de parte da câmara. Nesta zona, aberta na argila de base, encontrámos uma fossa de violação (GeH7/GeH6), com uma profundidade (relativamente à base da mamoa) de c. 1,20 m, medindo no eixo maior c. 3,5 m e menor c. 3 m (Fig. 7).

A «coroa» exterior aparece aqui unicamente nos perfis, o que leva a crer, dado que esta área não foi alvo de violações, que o corredor não seria fechado por esta estrutura.

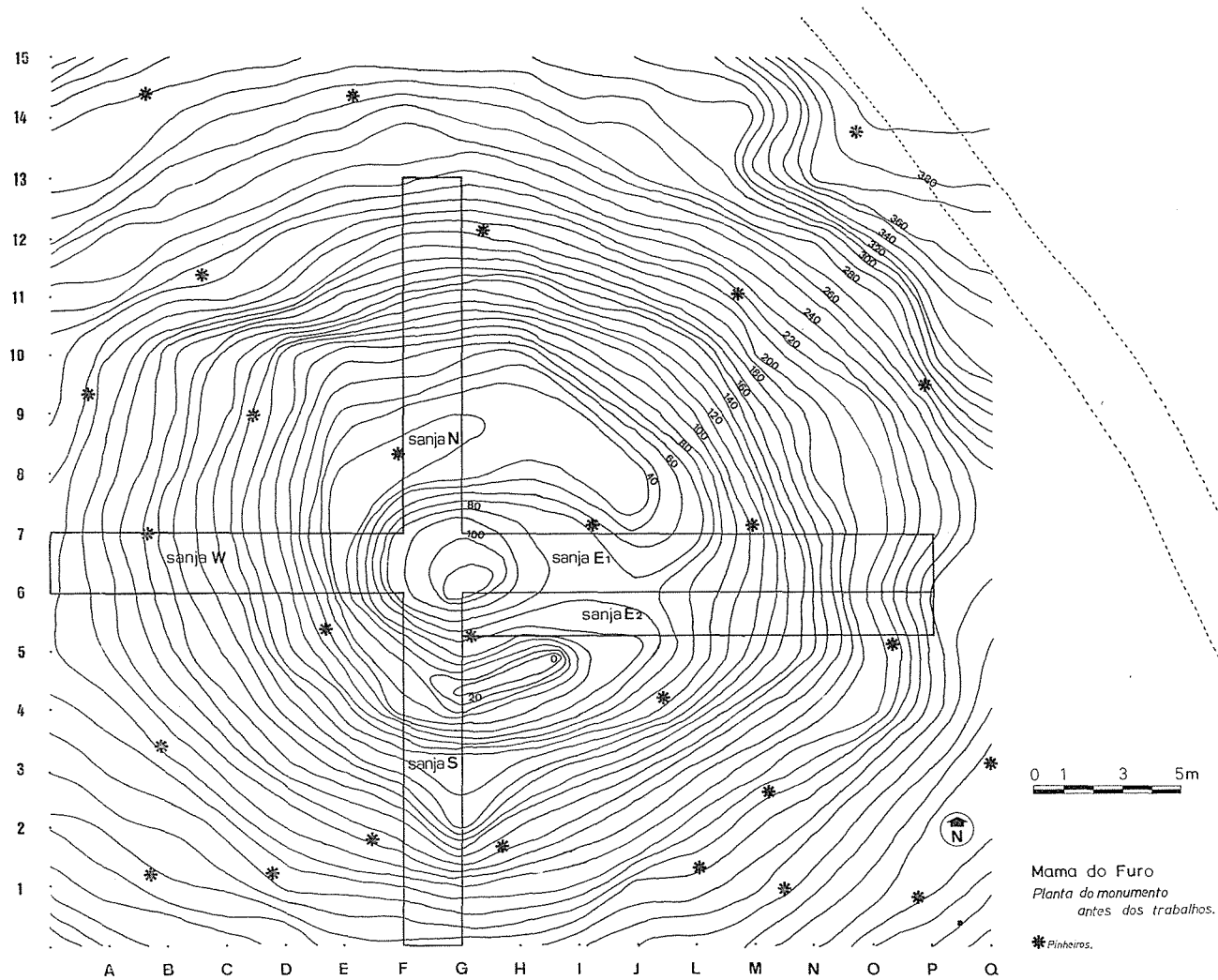


Fig. 3 — Planta do monumento antes dos trabalhos de escavação.

Nestas sanjas é possível definir duas zonas que se excluem mutuamente: a parte ocupada pelos quadrados H-6/7, I-6/7 e J-6/7, onde o caos de blocos era enorme e os fragmentos de cerâmica recente frequentes, resultado de violações e das escavações de Santos Rocha; a restante parte, correspondente aos quadrados L-6/7, M-6/7, N-6/7 e O-6/7, que ele não chegou a escavar e onde se encontrou espólio de interesse, revelou como é importante, se outras razões não houvesse, reescavar monumentos aparentemente já conhecidos.

Não foi possível, infelizmente, definir a planta da câmara e do corredor, uma vez que apenas se encontraram restos de dois esteios, ambos partidos e em arenito silicioso. O esteio n.º 1, na sua posição de origem, foi o único cuja área envolvente foi completamente escavada; de base sub-retangular, estava poisado, tendo a calçeta-lo pequenas pedras; o seu topo estava à profundidade de 1,40 m. O segundo esteio, também «in situ», estava, porém, inclinado para o interior, o que impossibilitou a total escavação da zona contígua, dado o perigo eminente de cair, desconhecendo-se, por isso, se estava ou não enterrado.

Foi ainda detectada uma pequena depressão na rocha de base, junto à qual se dispunham diversas pedras (H-6), podendo talvez ser o local de um terceiro esteio; a alteração deste ponto da mamoa por virtude de já ter sido remexido, leva-nos, no entanto, a ter dúvidas sobre esta questão.

Encontrámos, finalmente, na área correspondente ao corredor, fragmentos de lajes de possíveis esteios ou das tampas destes.

O facto de na parte virgem das sanjas Este não se terem encontrado quaisquer elementos relacionados com a estrutura do corredor, leva-nos a perguntar se, realmente, o espólio exumado, ou parte dele, estaria no interior do corredor ou se, pelo contrário, teria sido depositado à sua entrada. Este problema relaciona-se com a escavação de Santos Rocha, que parece tê-la interrompido na altura em que deixou de encontrar lajes.

Assim, temos duas hipóteses para a planta do dólmen que a actual mamoa encerrou. Se admitirmos, o que não é de forma alguma seguro, que todo o espólio estava no interior do corredor, estaríamos perante um monumento de câmara e corredor longo (a distância do esteio n.º 1 ao espólio cerâmico encontrado «in situ» é de c. 11 m); a sua largura, tomando como balizas os limites da «coroa» exterior e a própria distribuição do espólio, seria de c. 2,5 m.

Mas se pensarmos que parte do espólio poderia ter sido depositado à entrada do corredor, e mesmo arrastado para fora dele quando o monumento ainda era utilizado, então, teríamos um corredor mais curto.



Fig. 4 — Planta do monumento após as decapagens.

Santos Rocha deixou-nos a indicação de que o corredor se orientava para Nascente. Foi com esta ideia que partimos quando iniciámos a escavação deste monumento. Todavia, se analisarmos a distribuição espacial do espólio, dado que não dispomos de outros elementos, e continuando a admitir que, pelo menos uma grande parte estaria no seu interior, verificamos que uma orientação a Sudeste é igualmente admissível, tanto mais que há outros casos similares na Serra da Boa Viagem.

Estamos, de qualquer forma, perante um monumento imponente, que encerraria, por certo, estruturas igualmente importantes.

A estratigrafia da mamoa revelou-se de leitura relativamente fácil, compondo-se, basicamente, de três camadas (Fig. 5).

Perfil Este-Oeste / lado Norte:

1) Camada superficial, de terra vegetal, castanho-escura, acinzentada em algumas zonas, pouco compacta e humosa, com muitas raízes.

2) Camada de terra argilosa, muito dura e compacta, de textura fina, castanho-amarelada, com veios de argila pura avermelhada; é nesta camada que se integram as duas «coroas».

2-a) Veios e manchas de argila pura, avermelhada, por vezes com um grau de humidade bastante elevado.

2-b) Manchas acinzentadas existentes no interior da camada 2.

3) Camada de violação, muito pouco compacta, de terra castanho-alaranjada, com pedra abundante e muito partida.

4) Camada de base, argilosa, muito compacta e de grande plasticidade.

Perfil Norte-Sul / lado Oeste:

1) Idêntica à 1 do perfil anterior.

2) » » 2 » » »

2-a) » » 2-a » » »

3) Camada estéril, de areão grosseiro com pedrinhas, detectada unicamente na sanja Sul e só depois na sanja Este 2.

4) Idêntica à 4 do perfil anterior.

De notar que o perfil ocupado com o quadrado G-9 é parcialmente fictício, uma vez que as fortes raízes do pinheiro aí plantado, obrigaram a avançá-lo 50 cm. Achámos que esta solução não ia impedir a compreensão da estratigrafia do monumento e evitava o derrube, sempre complicado e constrangedor, de árvores de tão grande porte.

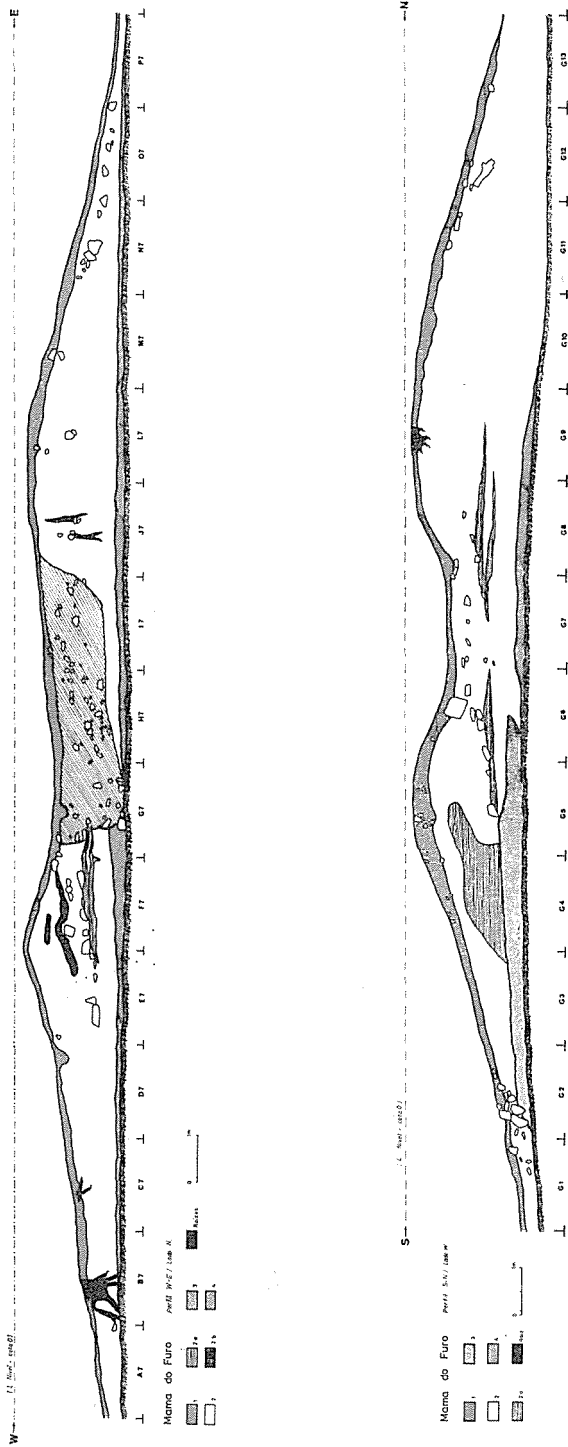


Fig. 5 — Perfis dos cortes do monumento.

De assinalar ainda que os veios da argila vermelha pura (2-a) aparecem imediatamente por baixo dos blocos da «coroa» interior, podendo ter sido aí colocados com a intenção de os firmar e «cimentar», dando-lhes, assim, uma maior eficiência, dada a sua plasticidade e consistência (vejam-se os quadrados F-7 e G-7).

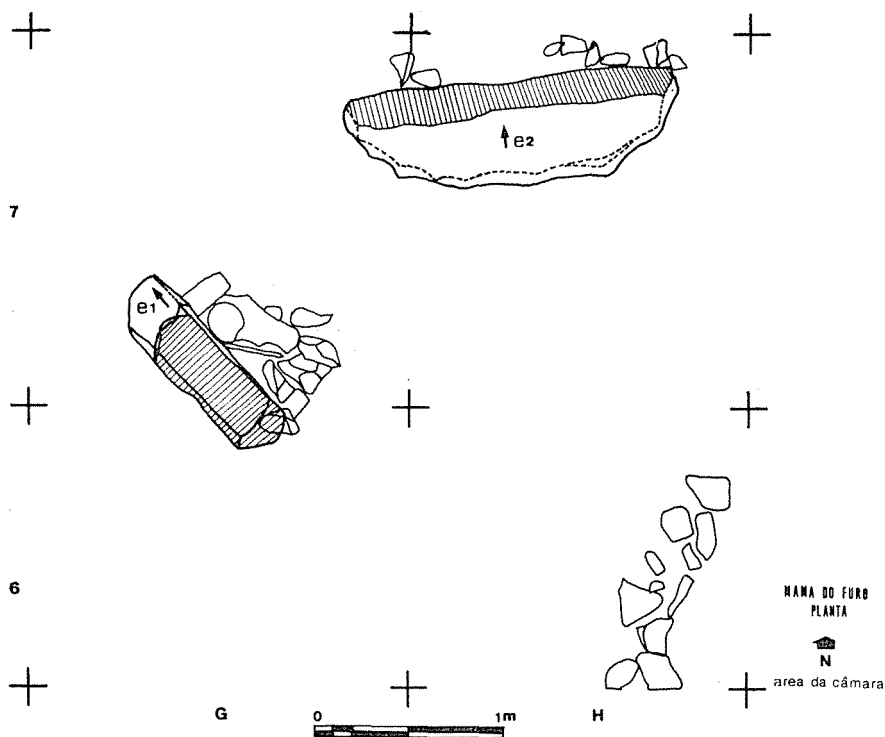


Fig. 6 — Planta da área da câmara.

4. Espólio

Os materiais exumados ao longo das duas campanhas são provenientes das sanjas Este. Juntam-se a este estudo as três pontas de seta, únicos materiais que restam das escavações de Santos Rocha.

O espólio por nós recolhido estava integrado na camada 2, distribuindo-se por uma potência de terra de c. 70 cm; exceptuamos nesta estimativa uma das lâminas, encontrada logo a seguir à primeira decapagem, obviamente fora do seu contexto inicial, assim como a conta de colar, proveniente da base da fossa de violação existente na área da câmara.

4.1. Material cerâmico (Quadro I) ⁽⁶⁾ Est. 1 e 2

Foram encontrados c. 82 fragmentos cerâmicos (21 bordos e 61 fragmentos de bojo) e duas peças completas «in situ».

Todos eles fabricados manualmente, apresentavam-se num estado de deterioração muito avançado, o que obrigou, antes de se proceder ao seu estudo, a um tratamento (impregnação no vácuo) no Museu Monográfico de Conimbriga ⁽⁷⁾ e posterior restauro das duas peças completas (n.ºs 1 e 2).

As pastas caracterizam-se (100 %) pela sua textura friável, essencialmente quartzosas, não calcíticas, com alguma cerâmica moída; predominam os grandes calibres, com uma má distribuição granulométrica. As superfícies, de tons maioritariamente alaranjados, apresentam-se naturalmente corroídas e estaladas; nos casos melhor conservados, nota-se que foi o alisamento a técnica utilizada no acabamento das superfícies.

Morfologicamente regista-se o predomínio absoluto de formas primárias, globulares, em calote de esfera, abertas, a que corresponde uma relativa diversidade de tipos de bordos (convexos, plano-convexos, sub-rectilíneos, reentrantes e extrovertidos); estão ausentes as carenas e os fundos planos, bem como qualquer tipo de decoração.

Para as peças completas é relativamente fácil encontrar paralelos mesmo fora desta área de estudo. A nossa peça n.º 1 integra-se no grupo 4 dos Leisner, definido pelas taças semi-esféricas e em calote de esfera, um dos tipos mais frequentes no eneolítico de Reguengos (v.g. Anta Grande do Olival da Pega) (Leisner, 1985, pp. 89-90 e est. XXVI). O vaso n.º 2

⁽⁶⁾ Neste quadro apresenta-se na segunda coluna (origem) a proveniência das peças, através do ano de escavação, identificação do quadrado, número de catálogo e coordenadas (expressas em centímetros): a primeira corresponde ao posicionamento da peça no respectivo quadrado relativamente ao Norte, a segunda relativamente a Este e a terceira assinala a profundidade a partir do ponto zero convencional. Estes esclarecimentos aplicam-se também aos outros quadros.

O calibre dos e.n.p. (elementos não plásticos) foi classificado em três categorias: grande calibre > 1 mm; médio 0,5 a 1 mm; pequeno < 0,5 mm.

Para a identificação das cores foi utilizado o código «Cailleux» (CAILLEUX, A., *Code des Couleurs des Sols*, Boubée).

As medidas determinadas foram a altura (L), espessura máxima das paredes (es), diâmetro externo da boca (\emptyset ext. bc.) e diâmetro externo da pança (\emptyset ext. pç.); estão expressas em cm.

Distinguiram-se formas abertas (quando o diâmetro da abertura corresponde ao diâmetro máximo) e fechadas (quando o diâmetro máximo é nitidamente superior ao diâmetro da abertura).

⁽⁷⁾ Agradecemos à Dr.^a Adília Alarcão a possibilidade da realização desses trabalhos, bem como a Isabel Pimentel, autora dos mesmos.

Quadro I (º) — CERÂMICA

Est.	Cerâmica	Origem	Análise técnica					Análise morfológica						
			e. n. p.	Textura	Superfície	Cor		Medidas				Forma		Bordos
						Sup. ext.	Fract.	L	es	ϕ est. bc.	ϕ ext. pç	Abert.	Fech.	
8	1	85-M-7 188-0-169	g.de calibre, má distrib., grãos rolados quartzo	friável	natural/e corroída	S-20	S-20	6,3	0,8	18	—	calote-esférica		convexo
8	2	85-M-7 92-155-170	»	»	»	N-55	T-31	8,9	0,7	9	10,2		ovóide	esboroados dois orifícios paralelos
9	3	85-M-7 170-125-160	»	»	»	P-55	»	5,2	0,8	24	—	calote-esférica		convexo
9	4	85-L-7 155-25-185	médio calibre, má distribuição, grãos rolados quartzosos	»	alisada	P-49/ /T-51	P-49/ /T-51	4,1	0,5	15,4	—	esférico		convexo reentrante
9	5	85-M-7 92-155-170	g.de calibre, má distribuição, cerâmica moída	»	»	P-50	T-51	3	0,6	?	—	?		sub-rectilíneo
8	6	85-M-7 92-155-170	médio calibre, má distribuição, quartzoso	»	natural/e corroída	P-53/ /55	P-53/ /55	7,3	0,6	?	—	esférico		plano-convexo
	7	85-L-7 155-25-185	»	»	»	P-37/ /T-31	P-37	2,6	0,5	?	—	esférico		convexo
	8	85-L-7 100-175-166	»	»	»	R-50	R-50	Fragmentos não desmontados						

é, por seu lado, muito semelhante ao n.º 35 daquele monumento alentejano, ambos integráveis no grupo 2 dos mesmos arqueólogos, correspondendo aos vasos esféricos e esférico-achatados (Leisner, 1985, pp. 87-88 e est. XXV).

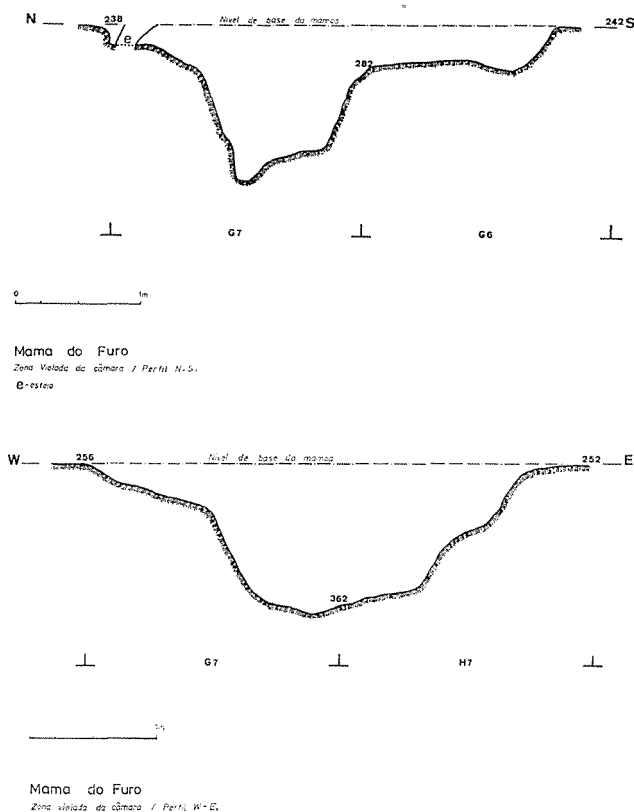


Fig. 7 — Perfis da fossa de violação da área da câmara.

Dos monumentos megalíticos da Serra da Boa Viagem, apenas cinco forneceram cerâmica: Facho, Cabecinha, Cabecinha Grande, Cumieira e Cabeço dos Moinhos. Toda ela, excluindo a campaniforme destes dois últimos monumentos e alguns fragmentos impressos também do Cabeço dos Moinhos, corresponde a formas lisas globulares e, em dois casos, carenadas. Optámos por não desmontar completamente a peça n.º 8, porque em nada iria adiantar os nossos conhecimentos cronológico-culturais, podendo ser mais útil, tal como está, a nível didáctico.

Quadro II — LÂMINAS

Estampas	Lâminas	Origem	Matéria-Prima	Cor	Medidas			Morfologia		Técnica de retoque				Observações
					L	I	es	Secção	Perfil	Inclinação	Amplitude	Forma	Localização	
11	1 Inc.	85 L-7 (1) 62-90-25	sílex acinz.	10 YR 7/2	5,4	1,6	0,4	trapezoidal	curvilíneo	rasante	marginal	irregular	anv. esq. dir.	raspadeira na ponta distal
13	2 Inc.	85 O-7 (2)	sílex acinz. c/ manchas	10 YR 7/1	2,6	1,4	0,3	trapezoidal	semi-curv.	rasante	marginal	irregular	anv. dir.; rev. distal	
11	3 Compl.	85 L-7 (3) 62-123-140	sílex castanho-amarel.	10 YR 7/3	10,4	2,2	0,4	trapezoidal	curvilíneo	rasante	marginal	sub-paralelo	anv. esq. e rev. dir.	brilho intenso na área retocada
12	4 Inc.	85 N-7 (7) 140-164-173	sílex acinz. acastanh.	10 YR 6/1	6,3	1,8	0,4	trapezoidal	rectilíneo	rasante	marginal	sub-paralelo	anv. esq. dir.	c/ talão cortical e bolbo
11	5 Compl.	85 L-7 (8) 80-50-150	sílex acinz. acast. c/ manchas	10 YR 6/1	8,5	2,8	0,9	trapezoidal	rectilíneo	abrupto	marginal	sub-paralelo	an. dir.; esq.; rev. proximal	talão facetado e preparado
12	6 Compl.	85 M-7 (9) 92-155-170	sílex acinz.	10 YR 7/2	7,4	1,4	0,4	triangular	curvilíneo	rasante	marginal	sub-paralelo	anv. esq.	brilho intenso na área retocada
13	7 Inc.	85 O-7 (10) 7-90-190	sílex esbranq.	10 YR 8/2	2,3	1,4	0,3	trapezoidal	semi-curv.	—	—	—	—	
13	8 Inc.	85 O-7 (11) 7-90-190	sílex esbranq.	10 YR 7/1	3,1	1,3	0,3	trapezoidal	rectilíneo	—	—	—	—	
12	9 Compl.	85 O-7 (12) 70-170-204	sílex acinz.	10 YR 6/1	8	1,2	0,3	triangular	curvilíneo	—	—	—	—	c/ talão preparado
11	10 Inc.	85 L-7 (13) 116-110-177	sílex amarelo-esbr.	2.5 Y 8/2	4,1	2,2	0,5	trapezoidal	curvilíneo	rasante	marginal	irregular	anv. esq.; rev. distal	brilho intenso na área retocada
11	11 Inc.	85 L-7 (15) — — 179	sílex amarelo-esbr.	10 YR 8/2	4,8	1,4	0,2	trapezoidal	curvilíneo	abrupto	—	—	anv. esq.	
12	12 Compl.	85 L-7 (16) 179-67-164	sílex cast. acinz.	10 YR 6/1 e 10 YR 6/2	8	1,8	0,4	trapezoidal	curvilíneo	rasante	marginal	irregular	anv. esq. proximal	c/ talão preparado
11	13 Inc.	85 (21)	sílex acinz.	10 YR 7/1	5,5	2,3	0,4	trapezoidal	rectilíneo	rasante	marginal	irregular	anv. esq.	
13	14 Inc.	85 I-7 (22) 140-98-150	sílex róseo acast.	5 YR 6/2	3,2	1,3	0,3	trapezoidal	curvilíneo	rasante	marginal	sub-paralelo	anv. esq. dir.	
12	15 Inc.	86 M-6 (23) 50-130-126	sílex esbranq.	10 YR 8/2	6,4	1,6	0,8	trapezoidal	sinuoso	abrupto	marginal	irregular	anv. esq. dir.	
13	16 Inc.	86 M-6 (25) 0-55-130	sílex acinz. castanho	10 YR 7/2	4,8	1,4	0,3	triangular	curvilíneo	rasante	marginal	sub-paralelo	anv. esq.	c/ talão preparado
12	17 Inc.	86 L-6 (28) 82-18-135	sílex acinz.	10 YR 7/1	7,5	2,2	0,5	trapezoidal	curvilíneo	semi-abrupto	marginal	sub-paralelo	anv. esq. dir.	
12	18 Inc.	86 M-6 (29) 20-35-175	acinz. amarelo	10 YR 8/1	6,7	2,2	1	trapezoidal	rectilíneo	semi-abrupto	marginal	irregular	anv. esq. dir.	c/ bolbo
11	19 Compl.	86 N-6 (30) 55-0-182	sílex c/ veios róseos	5 YR 7/1 e 5 YR 6/2	12,1	2,5	0,9	trapezoidal	curvilíneo	abrupto	marginal	irregular e sub-paralelo	anv. esq. dir. e proximal	c/ bolbo
13	20 Inc.	86 O-6 (31) 20-55-176	sílex acinz.	2.5 Y 7/0	2,2	1,4	0,3	trapezoidal	rectilíneo	rasante	marginal	paralelo	anv. esq. dir. e distal	
13	21 Inc.	86 M-6 (32) 125-154-163	sílex esbranq.	10 YR 8/1	3,5	1,5	0,6	sub-trapezoidal	rectilíneo	—	—	—	—	
12	Quase 22 Compl.	86 L-6 (33) 25-85-170	sílex acinz.	10 YR 7/2 e 10 YR 6/1	15,3	2,6	1,2	trapezoidal	curvilíneo	abrupto	marginal	sub-paralelo	anv. esq. dir.	c/ bolbo
11	23 Inc.	85 L-7 (14) 169-110-173 86 J-6 (36) 10-30-191	sílex castanho-acinz.	5 YR 6/1 e 5 YR 6/2	9,6	1,5	0,4	trapezoidal	curvilíneo	rasante	marginal	irregular	anv. esq. dir.	

4.2. Material lítico (Quadro II e III ⁽⁸⁾) (Est. 3, 4, 5, 6)

As peças líticas correspondem a 14 pontas de seta, 23 lâminas ou fragmentos de lâmina, 1 lasca, 1 enxó, 1 conta de colar e 34 seixos.

O material de pedra lascada é, todo ele, em sílex, de tipos muito diversos.

A partir da análise descritiva das pontas de seta, verifica-se o seguinte: a maior percentagem cabe às pontas de seta de bases triangular e bicôncava (92 %), face às de base recta (apenas um exemplar); as de corpo alongado são em número superior (64 %) relativamente às de corpo curto; no que diz respeito ao retoque, predomina o rasante, com uma amplitude total ou invasora distribuída quase equitativamente; a sua forma mais comum é a sub-paralela, seguida da irregular. O perfil curvilíneo de algumas peças, com retoque total apenas numa das faces, sugere a sua obtenção a partir de lâminas.

Estas correspondem a uma «indústria» em que predominam as secções trapezoidais (87 %) face às triangulares; apenas 17 % não foram retocadas; nas restantes (83 %) predominam as que ostentam retoque lateral (58 %) relativamente às que possuem retoque bilateral; o retoque rasante (64 %) é seguido do abrupto e semi-abrupto. Das peças catalogadas merecem especial referência as n.º 1, n.º 5, n.º 3, n.º 6 e n.º 10. A primeira funcionou como raspadeira na sua ponta distal; a seguinte, completa, é um verdadeiro punhal, de contorno triangular, com o talão facetado e preparado; as restantes apresentam na parte retocada um brilho intenso, resultante do corte de gramíneas (domesticadas ou não) ou de outros vegetais, testemunhado um uso prático efectivo.

A enxó (J-7; 64/120/196) é em anfibolito ou xisto anfibólico esverdeado (5Y5/1), aliás como a maior parte do material polido do Baixo Mondego; tem o talão partido, gume convexo assimétrico, secção e forma geral sub-rectangulares; o polimento está presente no gume e numa das faces, enquanto que a outra é picotada; comp. 11,4; larg. max. 3,6; esp. max. 1,4 cm.

A lasca (0-7; 45/12/178), em sílex castanho com veios avermelhados (10YR6/4), tem um retoque marginal, rasante, bolbo e secção triangular.

(8) A identificação das cores das peças líticas foi feita com base no código Munsell (MUNSELL, *Soil Color Charts*, Bartimore, 1973).

As medidas determinadas correspondem à altura (L), largura máxima (I) e espessura máxima (es). Acharam-se depois os índices de alongamento (L/I) e de espessura ou carenagem (I/es), que permitiram estabelecer dois tipos de corpos (alongado e curto) e três variantes (abatida, alterada e espessa).

Pontas de seta	Origem	Matéria-Prima	Cor	Medidas			Índices		Ponta
				I	L	es	L/I	L/es	
1	Santos Rocha 748/78-A-21	sílex esbranq.	10 YR 8/2	3,7	1,4	0,2	2	7-alterada	frag. bor semi-conv
2	Santos Rocha 749/78-A-20	sílex róseo	5 YR 7/2	3,1	1,6	0,4	1	4-espessa	frag. bor rectilíne convergen
3	Santos Rochas/ n.º registo	sílex creme-acinz.	2.5 Y 7/2	2,4	1,7	0,3	1	5-alterada	partida
4	85 N-7 (4) — — 173	»	2.5 Y 7/2	3,7	2,1	0,4	1	5-alterada	frag. bor rectilíne assimétric
5	85 M-7 (5) 200-139-160	sílex róseo	5 YR 6/2	2,1	1,4	0,2	1	7-alterada	frag. bor rectilíne convergen
6	85 M-7 (6) 200-154-158	sílex esbranq.	10 YR 8/2	3,9	1,7	0,4	2	4-espessa	partida
7	85 L-7 (17) 159-93-173	sílex acinz.	10 YR 7/1	2,5	1,2	0,3	2	4-espessa	aguçada com bord rectilíne
8	85 L-7 (18) 135-132-164	sílex amarel.	10 YR 7/4	6,3	1,8	0,4	3	4,5-alterada	»
9	85 J/L-7 (19) 166-0-167	sílex acinz.	10 YR 5/1	4,6	1,4	0,4	3	3-espessa	aguçada com bord semi-conve
10	85 (20)	sílex cast.-acinz.	10 YR 6/2	3	1,5	0,4	2	3-espessa	partida
11	86 N-6 (24) 90-125-132	sílex róseo	5 YR 6/3	3,9	1,5	0,4	2,6	3,7-espessa	aguçada com bord rectilíne
12	86 M-6 (26) 105-45-140	sílex róseo	5 YR 8/2	2,1	1,6	0,4	—	—	partida
13	86 M-6 (27) 73-38-171	sílex cast.-acinz.	7.5 YR 7/2	4,7	1,4	0,3	3	4,6-alterada	aguçada com bord rectilíneo
14	86 J-6 (35) 10-145-175	sílex	10 YR 8/2	3,9	1,8	0,3	2	6-alterada	bordos rectilíneo

NTAS DE SETA

Morfologia			Técnicas de Retoque			
Corpo	Base	Perfil	Inclinação	Amplitude	Direção	Forma
longado	bi-côncava	curvilíneo	rasante	total-anv.	bifacial	irregular
curto	bi-côncava	retilíneo	rasante	total	bifacial	irregular
curto (partido)	triangular	curvilíneo	rasante	total	bifacial (só na base)	irregular
curto	triangular assimétrica	curvilíneo	rasante	total	bifacial (só na base)	irregular
curto	fragmentada (recta?)	sinuoso	rasante	invasor	bifacial	sub-paralelo
longado m bordos rvilhados	bi-côncava (pedúnculo partido)	curvilíneo	rasante	invasor	bifacial (só na base e bordos)	sub-paralelo
longado	fragmentada (bi-côncava?)	curvilíneo	rasante	total	bifacial (só na ponta)	irregular
longado	triangular	curvilíneo	rasante	total	bifacial (só na base e ponta)	sub-paralelo
longado	triangular (esboço de aleta)	sinuoso	semi-abrupto	total	bifacial	sub-paralelo
longado	fragmentada (bi-côncava?)	curvilíneo	rasante	invasor	bifacial (só nos bordos)	sub-paralelo
longado	bi-côncava	retilíneo	rasante	invasor	bifacial	sub-paralelo
bordos rvilhados (partido)	bi-côncava	retilíneo	rasante	invasor	bifacial	sub-paralelo
longado	triangular (esboço de aleta)	retilíneo	rasante	total	bifacial	sub-paralelo
longado	triangular	retilíneo	rasante	invasor	bifacial	sub-paralelo

Quadro III (8) NTAS DE SETA

Pontas de seta	Origem	Matéria-Prima	Cor	Medidas			Índices		Ponta	Morfologia			Técnicas de Retoque			
				I	L	es	L/I	L/es		Corpo	Base	Perfil	Inclinação	Amplitude	Direção	Forma
1	Santos Rocha 748/78-A-21	sílex esbranq.	10 YR 8/2	3,7	1,4	0,2	2	7-alterada	frag. bor semi-conv	longado	bi-côncava	curvilíneo	rasante	total-anv.	bifacial	irregular
2	Santos Rocha 749/78-A-20	sílex róseo	5 YR 7/2	3,1	1,6	0,4	1	4-espessa	frag. bor rectilíneo convergen	curto	bi-côncava	rectilíneo	rasante	total	bifacial	irregular
3	Santos Rocha s/ n.º registo	sílex creme-acinz.	2.5 Y 7/2	2,4	1,7	0,3	1	5-alterada	partida	curto partido)	triangular	curvilíneo	rasante	total	bifacial (só na base)	irregular
4	85 N-7 (4) — — 173	»	2.5 Y 7/2	3,7	2,1	0,4	1	5-alterada	frag. bor rectilíneo assimétrico	curto	triangular assimétrica	curvilíneo	rasante	total	bifacial (só na base)	irregular
5	85 M-7 (5) 200-139-160	sílex róseo	5 YR 6/2	2,1	1,4	0,2	1	7-alterada	frag. bor rectilíneo convergen	curto	fragmentada (recta?)	sinuoso	rasante	invasor	bifacial	sub-paralelo
6	85 M-7 (6) 200-154-158	sílex esbranq.	10 YR 8/2	3,9	1,7	0,4	2	4-espessa	partida	longado m bordos rvilhados	bi-côncava (pedúnculo partido)	curvilíneo	rasante	invasor	bifacial (só na base e bordos)	sub-paralelo
7	85 L-7 (17) 159-93-173	sílex acinz.	10 YR 7/1	2,5	1,2	0,3	2	4-espessa	aguçada com bord rectilíneo	longado	fragmentada (bi-côncava?)	curvilíneo	rasante	total	bifacial (só na ponta)	irregular
8	85 L-7 (18) 135-132-164	sílex amarel.	10 YR 7/4	6,3	1,8	0,4	3	4,5-alterada	»	longado	triangular	curvilíneo	rasante	total	bifacial (só na base e ponta)	sub-paralelo
9	85 J/L-7 (19) 166-0-167	sílex acinz.	10 YR 5/1	4,6	1,4	0,4	3	3-espessa	aguçada com bord semi-conve	longado	triangular (esboço de aleta)	sinuoso	semi-abrupto	total	bifacial	sub-paralelo
10	85 (20)	sílex cast.-acinz.	10 YR 6/2	3	1,5	0,4	2	3-espessa	partida	longado	fragmentada (bi-côncava?)	curvilíneo	rasante	invasor	bifacial (só nos bordos)	sub-paralelo
11	86 N-6 (24) 90-125-132	sílex róseo	5 YR 6/3	3,9	1,5	0,4	2,6	3,7-espessa	aguçada com bord rectilíneo	longado	bi-côncava	rectilíneo	rasante	invasor	bifacial	sub-paralelo
12	86 M-6 (26) 105-45-140	sílex róseo	5 YR 8/2	2,1	1,6	0,4	—	—	partida	bordos rvilhados partido)	bi-côncava	rectilíneo	rasante	invasor	bifacial	sub-paralelo
13	86 M-6 (27) 73-38-171	sílex cast.-acinz.	7.5 YR 7/2	4,7	1,4	0,3	3	4,6-alterada	aguçada com bord rectilíneo	longado	triangular (esboço de aleta)	rectilíneo	rasante	total	bifacial	sub-paralelo
14	86 J-6 (35) 10-145-175	sílex	10 YR 8/2	3,9	1,8	0,3	2	6-alterada	bordos rectilíneo	longado	triangular	rectilíneo	rasante	invasor	bifacial	sub-paralelo

A conta de colar (H-6; 10/20/255) é em xisto; diam. 0,4 cm e o orifício central 1 mm.

Foram encontrados (0-6) 34 seixos em quartzito, quartzo, xisto e grauvaque, sem quaisquer vestígios de uso ou outra característica não natural; de tamanho muito diverso, variando entre os 12,2 e os 4,2 cm, são igualmente de formas distintas, indo das ovóides às oblongas. Existindo na Serra, poderiam também ter sido apanhados na praia. Não se nos afigura qualquer explicação para eles que não seja de carácter ritual ou simbólico. Sabemos apenas que foram ali colocados intencionalmente e o facto de estarem aglomerados e não espalhados, revela um determinado propósito que, todavia, nos escapa. Parece que nos monumentos n.º 1 e n.º 2 de Chão Redondo (Castro, 1960, 155-156) também foram encontrados seixos rolados mas de diâmetros muito inferiores aos nossos.

De referir, por fim, um fragmento de calcário, irregular, com um orifício natural e um outro fragmento de azeviche ⁽⁹⁾ ou lenhite dura, proveniente da área de violação da câmara.

5. Algumas considerações finais

Os resultados dos trabalhos levados a cabo na «Mama do Furo» indicam-nos que se trata de um monumento isolado e situado num ponto de domínio, características comuns à maior parte dos outros monumentos da mesma necrópole.

É uma mamoa de grandes dimensões, construída basicamente por argila, cuja dureza e compactação foram provavelmente responsáveis pela relativa conservação, em altura, que a mamoa ainda ostenta. A utilização de argila para a construção do «corpo» daquela pode, também, embora outros factores de ordem cultural tenham certamente influído, explicar a ausência de uma «couraça pétrea» de revestimento que, como se sabe, teria, entre outras, a função de proteger as terras da mamoa. Com efeito, a estrutura lítica da mamoa resume-se a duas «coroas», uma exterior, delimitativa do monumento, e outra interior, estabilizadora dos esteios que outrora existiram na câmara.

Infelizmente, não foi possível definir a planta deste monumento. Os dados de que já dispúnhamos, deixados por Santos Rocha, e os que entretanto recolhemos, apenas nos permitem dizer, genericamente, que se trata de um monumento de câmara e corredor, provavelmente longo e orientado a Este/Sudeste. Os únicos elementos detectados com segurança

⁽⁹⁾ Agradecemos ao Dr. Huet Bacelar Gonçalves a identificação desta matéria-prima.

no seu sítio original — dois esteios, um deles inclinado para o interior, e duas peças cerâmicas — assim o sugerem.

Paralelos de mamoas construídas desta fora desconhecem-se na zona, simplesmente porque esta foi a primeira a ser «dissecada». O trabalho sistemático e, por isso, meritório, de Santos Rocha estava obviamente condicionado, tal como nós hoje estamos, às concepções e preocupações científicas da sua época, de forma que não possuímos quaisquer dados sobre o tipo de construção dos monumentos megalíticos da Serra da Boa Viagem.

É, portanto, já fora desta área que poderemos tentar encontrar paralelos e semelhanças que, contudo, muito perdem dado o seu afastamento geográfico.

A utilização de argila, em vez de terra humosa, como é mais habitual, para a construção da mamoa, foi, por exemplo, empregue na mamoa de Gestosa (Sendim, Vila Nova de Gaia). Monumento bem mais modesto que o nosso, com apenas uma «coroa periférica de contenção cinturando o monumento» (Jorge, 1984), parece ser um dos melhores paralelos para esta questão que estamos a tratar. Também em Trás-os-Montes oriental se escavou recentemente um monumento em argila ⁽¹⁰⁾.

O monumento da Palhota (Santiago do Cacém) poderá lembrar vagamente o tipo de construção da «Mama do Furo», quando pensamos que também ele foi erguido com areia argilosa e o seu «tumulus» integrava, junto à câmara, uma cintura de pedras e, na periferia, duas «coroas» de blocos (Soares e Silva, 1976-1977).

Estes últimos autores tomam como paralelo para a mamoa da Palhota a mamoa da anta da Valada das Éguas (Évora), formada por uma cintura de pedras junto aos esteios da câmara e uma outra periférica (Pina e Carvalho, 1961), tal e qual como na «Mama do Furo».

São, todos eles, monumentos desprovidos das clássicas «couraças pétreas», normalmente aliadas a construções com terra humosa, com «coroas» ou «anéis» no interior e na periferia, mas também com assinaláveis diferenças, nomeadamente no que diz respeito ao tamanho e à própria largura daquelas «coroas».

Relativamente ao espólio, torna-se mais fácil estabelecer comparações. Entre os materiais líticos provenientes dos outros monumentos da Boa Viagem e expostos no Museu Municipal «Dr. Santos Rocha», merecem particular atenção as pontas de seta; os tipos predominantes na «Mama do Furo» — os de base triangular e bicôncava — estão presentes na Cabecinha

(10) Comunicação da Dr.^a Maria de Jesus Sanches ao Congresso «Centenário Cuevillas», realizado em Ourense, de 9 a 12 de Dezembro de 1986.

Grande, Cabeço dos Moinhos e Carniçosas, todos eles, fazendo fé na descrição e plantas de Santos Rocha, monumentos de câmara e corredor, tal como a «Mama do Furo».

Esta articulação está igualmente presente nesta área da Beira Litoral, mas já fora desta necrópole. Por exemplo, no monumento n.º 1 dos Moinhos de Vento (Arganil), atribuído ao Calcolítico da região (Nunes, 1981 e Senna-Martínez, 1983); no monumento do Alto da Feteira (Pombal), aliás com uma notável variedade de pontas de seta (Castro e Ferreira, 1969-1970); e ainda no dólmen de S. Pedro Dias (Poiares), embora sem planta definida, estão presentes as pontas de seta de base triangular (Tavares, 1980).

Como se sabe, os Leisner valorizaram cronologicamente as pontas de seta, articulando o tipo de base com a configuração dos bordos. Para o Sul e Ocidente da Península consideraram que as pontas de seta de base triangular e bicôncava, como as nossas, são arcaicas (Leisner, 1965, 190-193; Leisner, 1983, 13). Para esta região específica do Baixo Mondego são ainda muito poucos os dados que nos permitam pensar do mesmo modo. A verdade é que o tipo de ponta de seta em causa aparece frequentemente associado a outros tipos (é certo que essa diversidade pode, num mesmo monumento, corresponder a várias fases de utilização) e aparece igualmente relacionado com outros materiais, como as alabardas (na Cabecinha, Alto da Feteira e Moinhos de Vento), tidos como calcolíticos no Sul, ou então, com materiais claramente calcolíticos, como a cerâmica campaniforme (Cabeço dos Moinhos). Por outro lado, no abrigo natural da Eira Pedrinha (Condeixa-a-Nova), aquele tipo está ausente na «camada dos ossos», atribuída ao Calcobítico pela presença de cerâmica campaniforme (Corrêa e Teixeira, 1949).

Torna-se, com efeito, muito difícil determinar e compreender o significado deste tipo de ponta de seta. Talvez uma valorização cultural, mais do que cronológica, melhor se adapte a esta questão. Assinale-se que é este mesmo tipo de seta que aparece com maior frequência nos monumentos megalíticos do Norte de Portugal (Jorge, 1978).

Relativamente à «Mama do Furo», não temos nenhuns dados que nos autorizem a atribuir-lhe uma cronologia tardia. O espólio cerâmico parece apontar para um certo «arcaísmo»: estão ausentes elementos considerados tardios, como as carenas e os fundos planos; o domínio absoluto de formas lisas, sem qualquer tipo de decoração, globulares ou afins, incaracterísticas, dada a sua longa sobrevivência, designadas normalmente por «cerâmicas de tipo dolménico» (expressão por isto mesmo de conteúdo impreciso e muito vago), acabam por nos ajudar muito pouco na procura

de uma cronologia do monumento. Nas outras mamoas da Serra é esta a cerâmica que aparece; exceptua-se o campaniforme do Cabeço dos moinhos e Cumieira.

Chegámos a recolher duas amostras de carvão que nos dariam, por certo, um apoio confortável de ordem cronológica se as submetessemos a análise, mas tanto uma como outra vêm de zonas de violação, pelo que é mais prudente não lhes atribuir demasiada importância.

Resta-nos referir que, a c. 200 m para Oeste da «Mama do Furo», Santos Rocha escavou o que identificou como um fundo de cabana, arredondado, com o diâmetro de 2 m e de onde exumou alguns fragmentos cerâmicos decorados com mamilos (Guerra, 1969, 265). Nada há que nos leve a relacioná-lo com a mamoa, mas não nos surpreenderia se tal relação tivesse existido.

RESUMO

Publicam-se neste artigo os resultados das escavações levadas a cabo, nos dois últimos anos, na mamoa designada por «Mama do Furo» (Figueira da Foz). Este monumento, aliás como todos os outros da necrópole da Serra da Boa Viagem, era já conhecido no século passado. Nessa altura, chegou a ser parcialmente escavado pelo arqueólogo figueirense Santos Rocha, que nos deixou algumas informações.

Tratava-se de uma imponente mamoa (c. 28 m de diâmetro e 2,34 m de altura), isolada, construída basicamente por argila, muito dura e compacta, e por duas «coroas pétreas», uma exterior, delimitativa da mamoa, outra interior, situada em redor da área da câmara, que teria tido a função de dar um maior equilíbrio e estabilidade aos esteios. De assinalar que os blocos componentes desta «coroa» interior assentavam sobre uma camada de argila vermelha pura, talvez com o intuito de melhor se firmarem, dado o elevado grau de plasticidade daquela.

Das estruturas megalíticas propriamente ditas do dólmen que outrora existiu, apenas se conservaram dois esteios, ambos «in situ», mas partidos, um deles inclinado para o interior. Tratava-se de um monumento de câmara e corredor certamente longo, orientado a Este/Sudeste.

O espólio mais importante reúne 14 pontas de seta em sílex, maioritariamente de bases triangulares e bicôncavas, 23 lâminas ou fragmentos de lâmina, igualmente em sílex, algumas das quais ostentavam um brilho intenso na área retocada, resultante de um uso prático efectivo, e duas peças cerâmicas, praticamente completas, sem decoração, de formas primárias.

SUMMARY

The results obtained through the excavations carried out over the last two years in the barrow known as «Mama do Furo» (Figueira da Foz) are published in this article. This monument, as well as all the others at the necropolis of «Serra da Boa Viagem», was already known last century. At that time, it was only partially excavated

by the archaeologist Santos Rocha, of Figueira da Foz, who left some information registered.

It consists of an impressive barrow (28 m diameter by 2,34 height), it is isolated; basically made out of a very hard and compact clay and has two «rings» of stone, one on the exterior bounding the barrow and the other in the interior around the chamber area, which was probably to give a greater equilibrium and stability to the supports. We must point out that the component blocks of the «rings» in the interior were rested on a layer of pure red clay, possibly with the intention of acquiring a better firmness, due to the high percentage of plasticity of the clay.

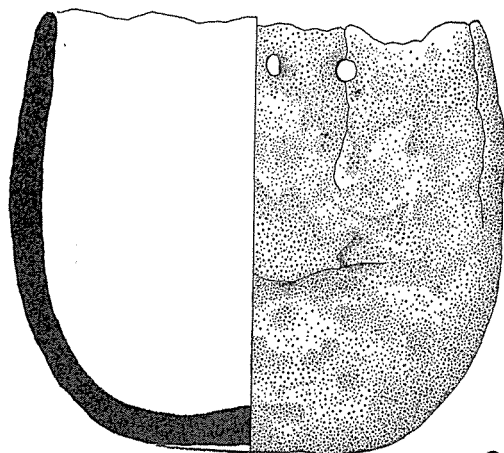
From the megalithic structures of the Dolmen that once existed there, only two supports (both «in-situ» but broken) still remain; one of them is bent forward to the interior. It was a monument with a chamber and a passage grave, probably quite long, facing east/southeast.

The most important objects found were: 14 arrows heads made out of silex (mainly with triangular and biconcave bases); 23 blades (or fragments of blades also made ou of silex), some of which shining intensely on the retouched part due to a practical and effective use; two ceramic objects almost complete but without decorations and of primary shape.

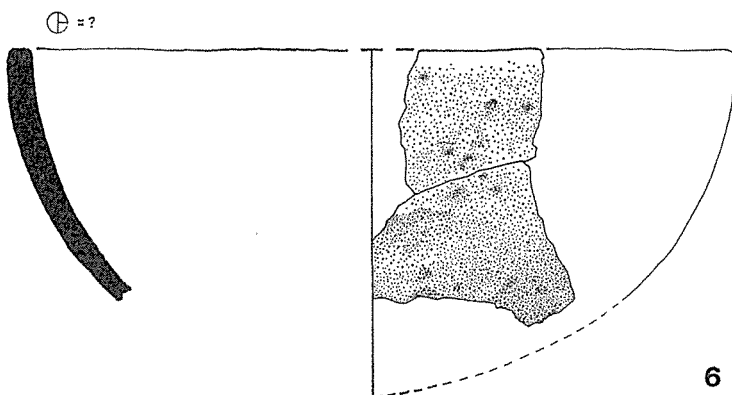
BIBLIOGRAFIA

- BALFET, H. et alii (1983), *Pour la normalisation de la description des poteries*, Paris, C.N.R.S.
- BRÈZILLON, M. (1971), *La dénomination des objets de pierre taillée*, IV supplément à «Gallia Préhistoire», C.N.R.S.
- CAMPS, G. (1881), *Manuel de Recherche Préhistorique*, Paris, Doin éditeurs.
- CASTRO, L. A. (1960), *Monumentos Megalíticos de Chão Redondo*, «Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro», XIV (1-2), pp. 145-174.
- CASTRO, L. A. e FERREIRA, O. V. (1969-1970), *O monumento megalítico do Alto da Feteira (Pombal)*, «Caesaraugusta», 33-34 pp. 41-53.
- CORRÊA, A. M. e TEIXEIRA, C. (1949), *A Jazida Pré-Histórica de Eira Pedrinha*, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal.
- GUERRA, V. (1969), *António dos Santos Rocha*, «O Arqueólogo Português», 3.^a série, III, pp. 261-279.
- JORGE, S. O. (1978), *Pontas de seta provenientes de túmulos megalíticos do Noroeste de Portugal*, «Mínia», 2.^a série, 1(2), pp. 99-175.
- JORGE, V. O. (1984), *Escavação da Mamoa de Gestosa (Sandim, Vila Nova de Gaia)*, «Gaia», II, pp. 19-38.
- LEISNER, V. (1965), *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel, Der Westen*, Madrider Forschungen, Berlin.
- LEISNER, V. (1983), *As diferentes fases do Neolítico em Portugal*, «Arqueologia», 7, pp. 7-15.
- LEINER, G. e V. (1985), *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*, Lisboa, UNIARCH.
- LEIROI-GOURHAN, A. et alii, (1982), *La Prehistoria*, Nueva Cliö, Editorial Labor, Barcelona, pp. 149-193.
- MOITA, I. (1966), *Características Predominantes do Grupo Dolménico da Beira Alta*, «Ethnos», V, pp. 189-277.

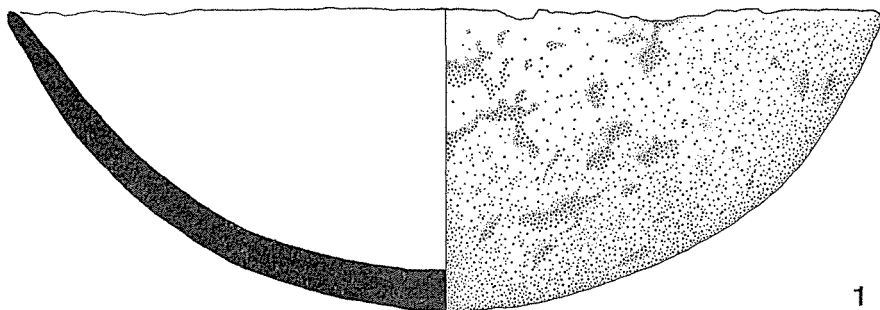
- NUNES, J. C. (1981), *Introdução ao estudo da cultura megalítica no curso inferior do Alva*, Assembleia Distrital de Coimbra.
- PIEL-DESRUSSAUX, J.-L. (1984), *L'Outil de Pierre Préhistorique*, Masson.
- PINA, H. L. e CARVALHO, A. M. G. (1961), *A Anta da Velada das Éguas Barrocal — Évora*, «Junta Distrital de Évora», n.º 2, pp. 159-202.
- ROCHA, A. S. (1983), *Explorações Arqueológicas — Megálito da Mama do Furo*, «Revista de Ciências Naturais e Sociais», 2, pp. 85-87.
- ROCHA, A. S. (1949), *Memórias e Explorações Arqueológicas*, I Acta Universitatis Conimbringensis.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1981), *Contribuição para uma tipologia da olaria do megalitismo das Beiras: os materiais do dólmen n.º 1 dos Moinhos de Vento, Arganil*, Câmara Municipal de Arganil, Trabalhos do Museu Regional de Arqueologia, n.º 1.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1983), *Ideologia e práticas funerárias no megalitismo das Beiras: a sepultura periférica do quadrante NW da mamoa do dólmen n.º 1 dos Moinhos de Vento, Arganil*, «Revista de História Económica e Social», 11, Jan.-Jun., pp. 1-27.
- SOARES, J. e SILVA, C. T. (1976-1977), *O Monumento Megalítico da Palhota (Santiago do Cacém)*, «Setúbal Arqueológica», II-III, pp. 109-150.
- TAVARES, A. A. (1981), *O Dólmen de S. Pedro Dias (Poiães)*, «Clio», 2, pp. 39-57.
- TIXIER, J. et alii (1980), *Prehistoire de la Pierre Taillée (terminologie et technologie)*, Cercle de Recherches et d'Etudes Préhistoriques, Antibes.



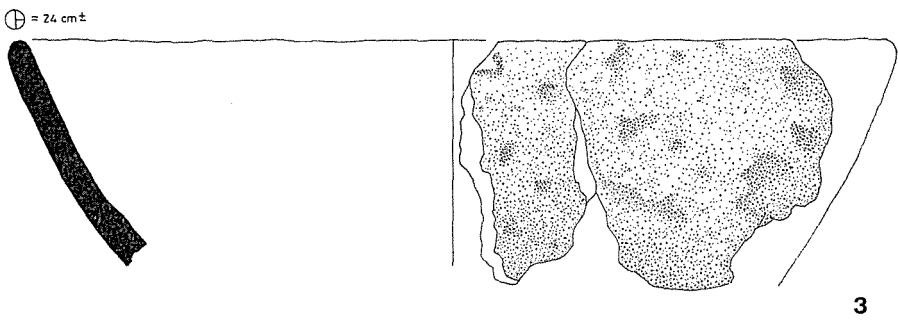
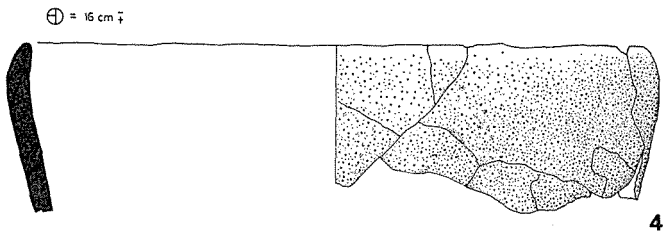
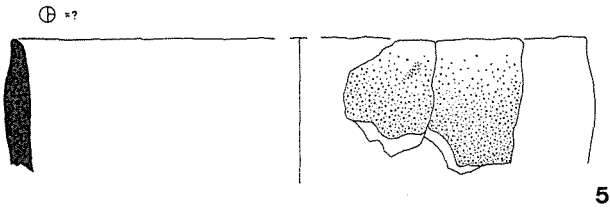
2



6



1

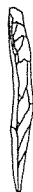


 cm

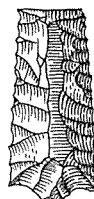
A horizontal scale bar with a vertical line at each end, followed by the text "cm".



19



4



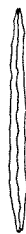
6



748



24



27



35



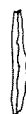
749



20



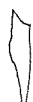
18



5



17

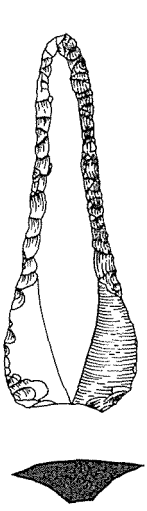


26

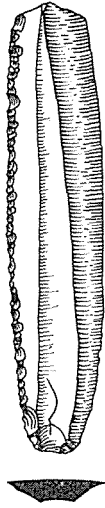


s/r

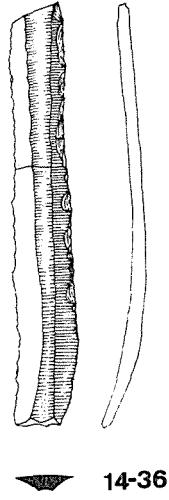




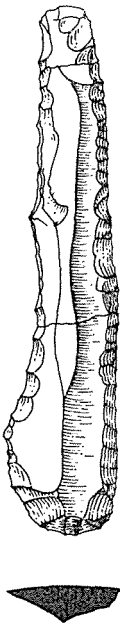
8



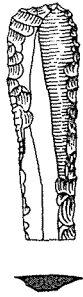
3



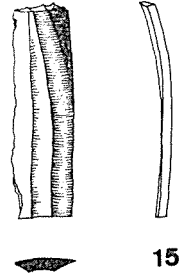
14-36



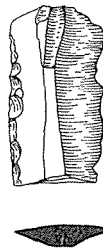
30



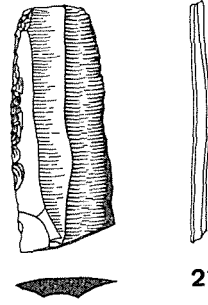
1



15

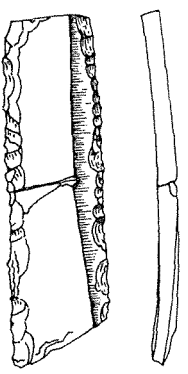


13

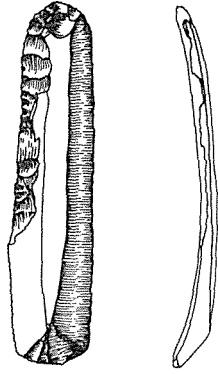


21

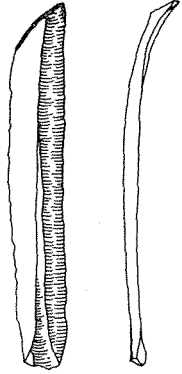




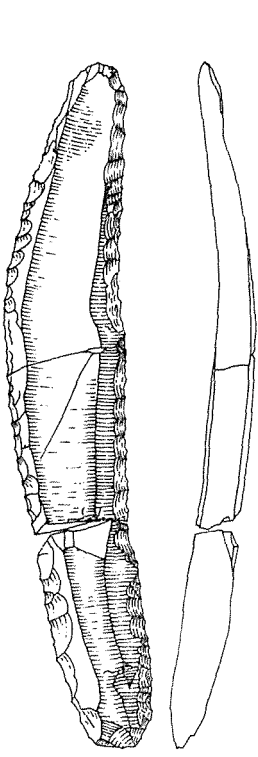
28



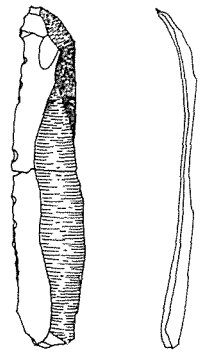
16



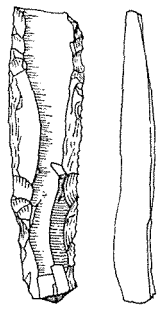
12



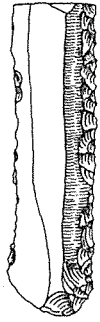
33



9



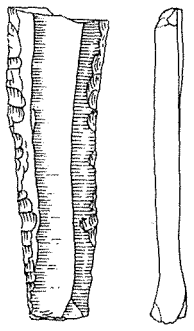
23



7

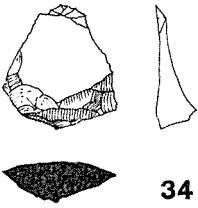
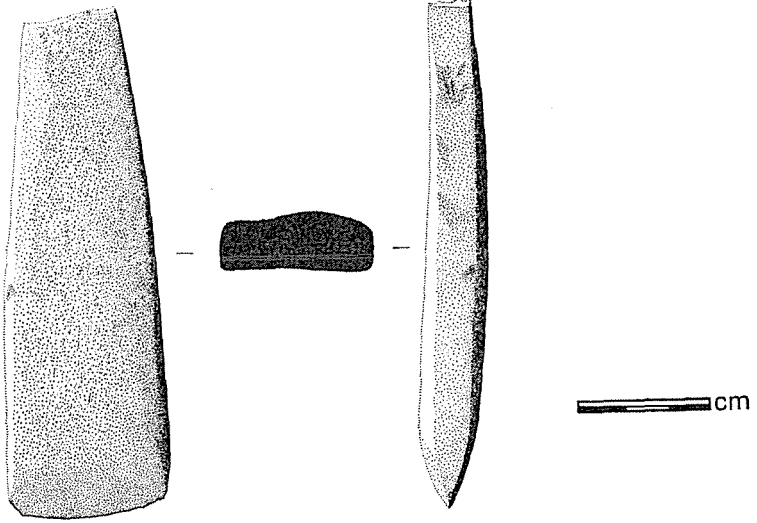


7

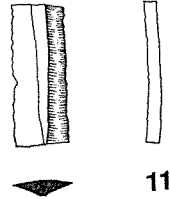


29

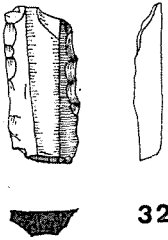




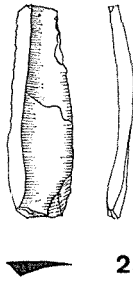
34



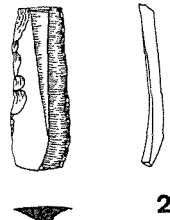
11



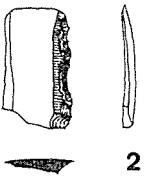
32



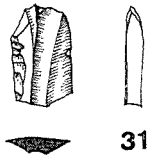
25



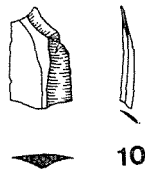
22



2



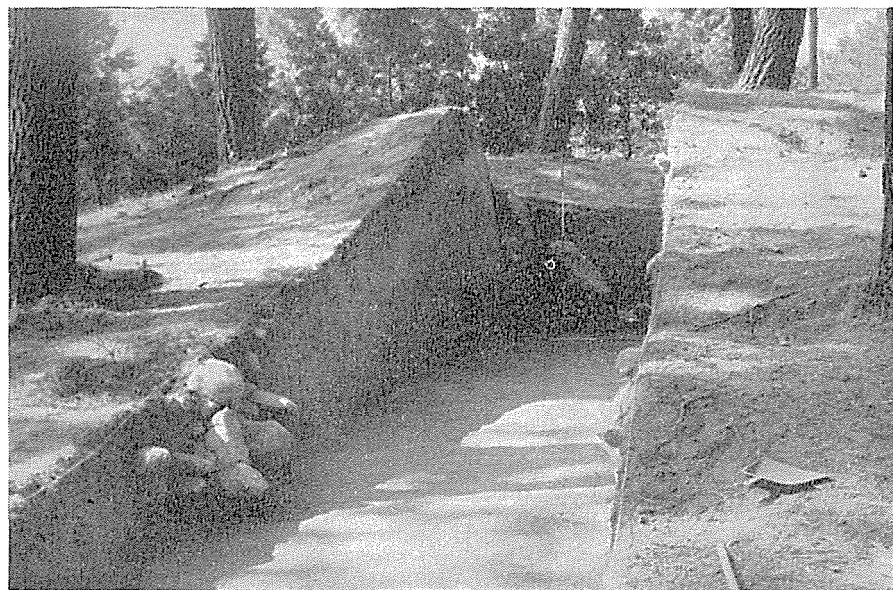
31



10



1 — Aspecto do monumento antes da escavação.



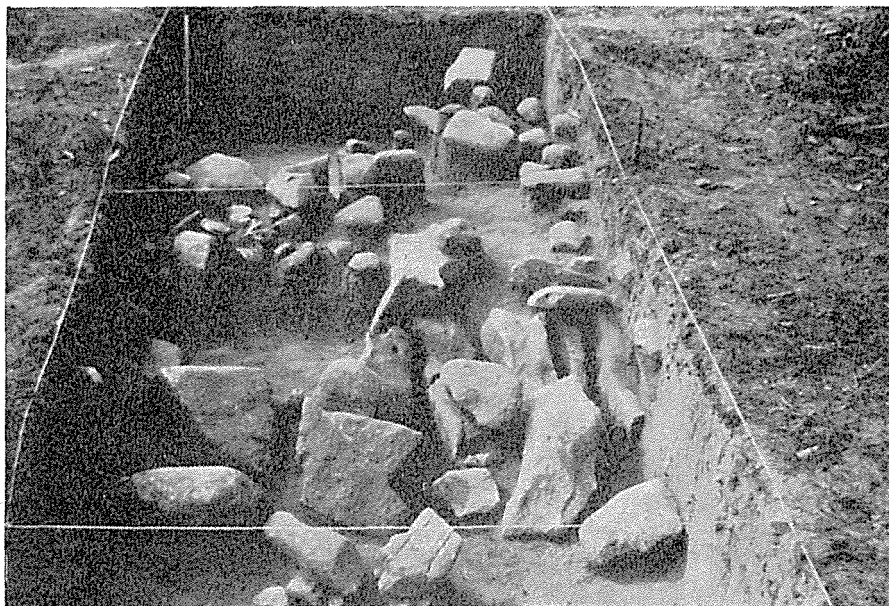
2 — Aspecto da sanja Sul após as decapagens.



1 — «Coroa lítica» exterior da sanja Sul.



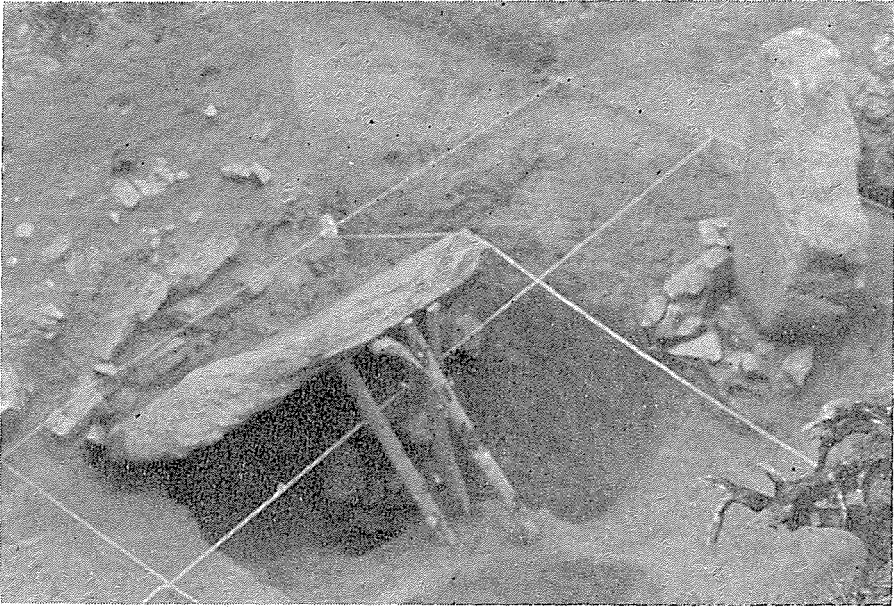
2 — Pormenor do corte Oeste da sanja Sul.



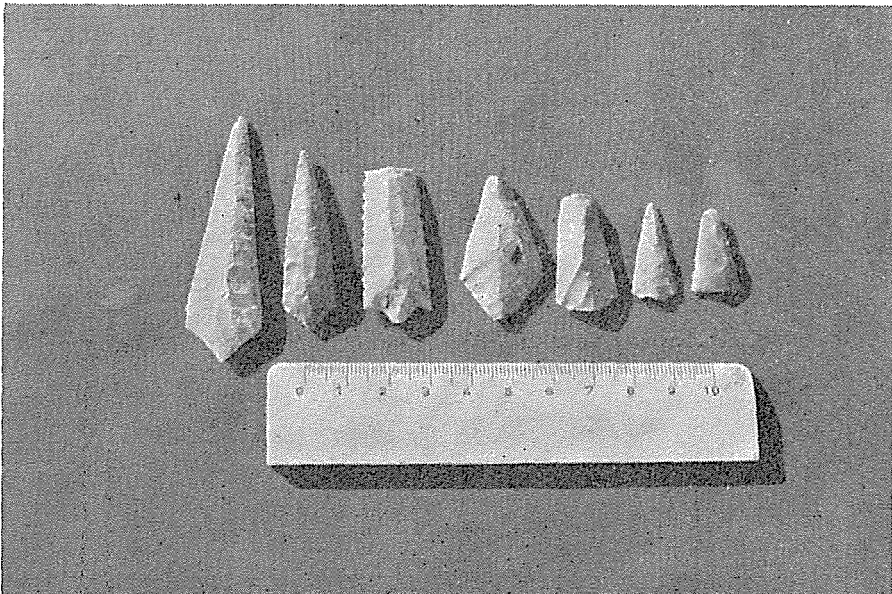
1 — «Coroa lítica» exterior da sanja Norte.



2 — Aspecto da «coroa lítica» interior da sanja Oeste.



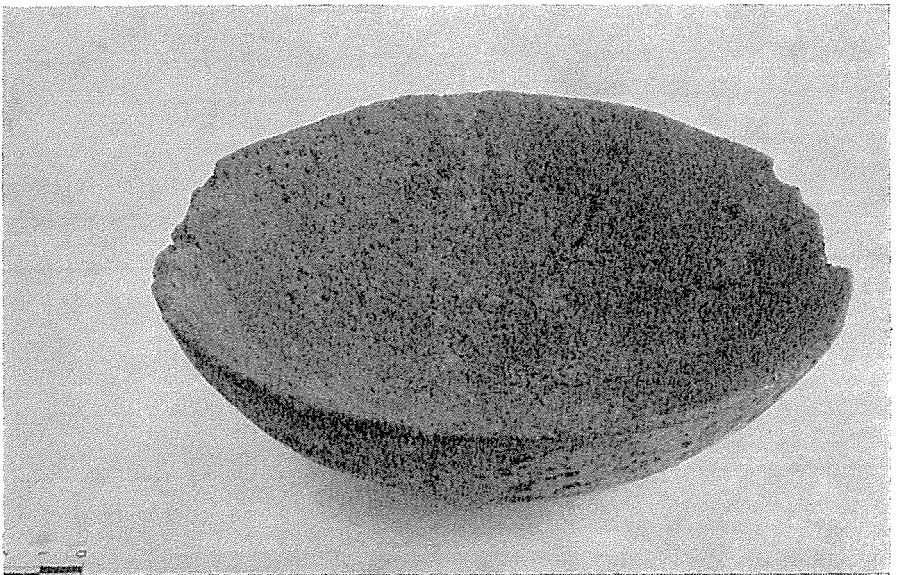
1 — Aspecto da área da câmara no fim dos trabalhos.



2 — Pontas de seta (n.ºs 18, 19, 6, 4, 20, 17 e 5).



1 — Seixos provenientes do Q. 06.



2 — Recipiente cerâmico (n.º 1).

O ABRIGO GRAVADO COM ARTE ESQUEMÁTICA DA SOLHAPA

(DUAS IGREJAS — MIRANDA DO DOURO)

POR

Maria de Jesus Sanches (*)

e

Anabela Gomes Lebre (**)

1. Introdução

O abrigo rupestre da Solhapa (ou da *Malrasca*) é um Imóvel de Interesse Público, classificado pelo Decreto n.º 28/82 de 26-2 (1). Situa-se na freguesia de Duas Igrejas, concelho de Miranda do Douro e distrito de Bragança.

Este abrigo já era conhecido como estação com arte rupestre esquemática por A. M. Mourinho desde 1955. E, foi mercê da publicação que aquele investigador fez em 1972 (Mourinho, 1972) que a Solhapa passou a ser considerada como um dos mais importantes locais com arte esquemática do Leste de Trás-os-Montes, sendo frequentemente citado nas publicações arqueológicas que a este tema interessam, e visitado amiúde por investigadores e turistas.

Convém no entanto não esquecer que, se ainda hoje podemos estudar e admirar este belo abrigo, isso deve-se à pronta *acção de salvamento* que A. Mourinho empreendeu ao adquirir, por compra e em nome do grupo cultural «Ressurgimento Mirandês», a área da Solhapa. Tal acção evitou o avanço dos pedreiros que, na altura (por volta de 1955), já haviam talhado as duas fragas contíguas, situadas a NE.

(*) Do Instituto de Arqueologia da Fac. de Letras do Porto.

(**) Licenciada em História (variante de Arqueologia) pela Fac. de Letras da Universidade de Coimbra.

(1) No 3.º vol. de «Legislação» do I.P.P.C., Abril de 1984, p. 131.

Só em 1977 foi pedida à Junta Nacional da Educação a sua classificação a qual se traduziu no Decreto já citado.

A publicação que agora fazemos pretende, essencialmente, ser um complemento à anterior pois que naquela, dados os exíguos meios de trabalho de que o autor dispôs, não figura o levantamento completo das gravuras ou mesmo qualquer desenho do abrigo que indique a posição relativa dos diferentes painéis. E, como estas insuficiências no conhecimento arqueológico do abrigo nos vinham impedindo a sua abordagem específica e a sua integração na Pré-história recente no Planalto Mirandês, que intentamos definir, resolvemos proceder ao desenho integral e descrição das suas gravuras ⁽²⁾.

Segundo A. M. Mourinho, embora não haja qualquer lenda ligada ao abrigo da Solhapa, nem por isso o mesmo surge como estação arqueológica isolada (Mourinho, 1972, 44-45). Tal abrigo integra-se numa rica área arqueológica pois, logo num terreno quase contíguo, para NE, aquando do plantio duma vinha na década de 60, surgiram «fossas ovais» ou *bolsas de cinza*, que continham ossos de animais e cerâmica negra muito tosca. À superfície apareceram ainda dois cossoiros de barro, 3 fíbulas de bronze e mós manuais de granito.

Provavelmente esta estação arqueológica, hoje irrecuperavelmente perdida pelo espesso rasgado dos valados da vinha e pelo desconhecimento do paradeiro de alguns dos materiais arqueológicos que A. M. Mourinho refere, ter-se-á relacionado com outra, bastante próxima e recentemente descoberta por Domingos Marcos — a Urreta da Malhada (Est. I).

Localiza-se esta estação a cerca de 1200 m para NE da Solhapa, numa suave encosta que liga, na margem esquerda da ribeira de Duas Igrejas, o topo do monte do Facho ao leito daquele curso de água.

(2) Este trabalho não contou com o apoio financeiro de qualquer entidade, mas a Câmara Municipal de Miranda do Douro cedeu, no dia da lavagem do abrigo, um camião-cisterna que transportou para a Solhapa toda a água que necessitámos. O topógrafo da mesma Câmara procedeu ao desenho dos dois perfis do abrigo; no entanto, ainda hoje, e após ano e meio decorrido sobre o trabalho de campo, estamos a aguardar, conforme o prometido, o respectivo levantamento topográfico do local. Daí que, nem nesta 2.^a publicação da Solhapa, a documentação seja apresentada tal como convinha a um trabalho arqueológico desta natureza. De qualquer modo, agradecemos aqui o apoio prestado pela Câmara Municipal e aproveitamos para solicitar, de novo, a realização de tal levantamento. Agradecemos ainda ao Dr. Domingos Marcos a cedência, em Duas Igrejas, de uma casa para a instalação da equipa durante os trabalhos de campo e, ainda, a Sónia Santos, o apoio prestado nas reduções das gravuras.

Aqui foram também recolhidas, à superfície, cerâmicas manuais lisas, muito toscas e, ainda, mós manuais.

Julgamos que a escavação da Urreta da Malhada, que parece ter sido um habitat da Pré-história recente, possa contribuir para uma integração mais precisa, cronológica e/ou cultural, do *santuário/abrigo* da Solhapa na Pré-história do Planalto Mirandês.

2. Localização do abrigo

São as seguintes as coordenadas geodésicas da Solhapa:

Lat. — 41° 23' 19" N

Long. — 2° 47' 40" E. de Lx.

Alt. — 710 m

Uma vez na aldeia de Duas Igrejas, para chegar ao abrigo, segue-se um caminho carreteiro que, dirigindo-se para SO, passa junto à capela de Nossa Senhora do Monte e conduz ao local denominado de Cabeço da Gorda (Est. I).

Do lado esquerdo desse caminho e a menos de 2 Km para SO da referida capela, depara-se-nos, entre dois *cabeços* — o da Estrela e o da Cabeça Gorda —, um pequeno *colo*, mais baixo, pejado de afloramentos graníticos. O abrigo da Solhapa é precisamente um desses afloramentos, situado do lado esquerdo do caminho que aqui bifurca, para levar à ribeira de Duas Igrejas.

Como fraga granítica baixa, similar às restantes deste conjunto e localizada precisamente numa das zonas aplanadas e baixas que entrecortam este ondulado planáltico regular, passa completamente despercebida. Só para quem, de Nascente, observe o afloramento, lhe nota uma abertura natural, estreita e rasgada na horizontal, a qual constitui o abrigo sob rocha (Est. II — 1).

O abrigo da Solhapa volta-se assim a Nascente, onde domina o vale da ribeira de Duas Igrejas (mais baixo) e a encosta suave do *plateau* alongado, que na sua margem esquerda a acompanha quase até à foz, no rio Douro. É precisamente nessa encosta que, como referimos atrás, se situa a estação arqueológica da Urreta da Malhada (Est. I).

Em termos geológicos, a ribeira de Duas Igrejas corresponde à fronteira dos granitos alcalinos de duas micas, hercíneos — área onde se inscreve a Solhapa —, com os xistos e grauvaques do Câmbrico, estes afectados por um grande metamorfismo (A. Ribeiro, 1974).

3. Descrição do abrigo da Solhapa e localização das suas gravuras

Exteriormente o abrigo é uma rocha granítica, de forma subtrapezoidal e de grandes dimensões; tem, como medidas aproximadas, 20 m de comprimento por 23 de largura (esta no sentido N-S).

O mesmo afloramento, aplanado na sua parte superior, prolonga, sem grande desnível, a própria curva descendente da encosta suave onde se implanta.

Sob esta massa rochosa abre-se, a Nascente e aproximadamente na horizontal, uma fenda estreita e irregular mas muito profunda.

Define a fenda pela sua parte inferior (ou seja, serve de base ao abrigo), outra rocha granítica cujas superfícies aplanadas da entrada se encontram gravadas.

Esta fenda tem também forma subtrapezoidal e uma área interior de cerca de 90 m² (Est. IV-2).

Contudo, enquanto o *tecto* é mais ou menos regular, a base apresenta-se como uma sequência de três superfícies descontínuas, as quais conferem uma certa irregularidade à entrada.

Assim, na extremidade SSO, existe uma superfície aproximadamente horizontal e com cerca de 1,80 m na entrada, que se aparta duma outra, subvertical e contínua a NNE, por uma fissura. Esta, após definir no seu topo uma curva (convexa), inclina-se, quase sem irregularidades, em direcção à extremidade oposta do abrigo.

A abertura deste abrigo é mais alta na entrada que no fundo mas, mesmo ali, à excepção da extremidade SSO, onde mede cerca de 1,50 m de altura, não ultrapassa nunca os 60 cm. Com esta configuração e dimensões só permite a entrada de joelhos e com o corpo todo dobrado (Est. II).

As discontinuidades da rocha da base do abrigo, ao definirem superfícies distintas entre si, parecem ter condicionado tanto a escolha dos tipos de motivos a gravar como, mesmo, a sua organização interna.

Por tal razão e ainda porque teríamos, à partida, de definir qualquer critério que referenciasse, posicionando, as gravuras, optámos por atribuir a cada uma dessas superfícies um número. Deste modo, no interior do abrigo, a série 1 ou painel 1, horizontal, será a 1.^a da extremidade SSO, e a série 2 ou painel 2 — aquela contígua —, inscrita na parede subvertical. As séries 3 e 4, que são as que ocupam a maior extensão gravada desta estação, seguem-se à série 2 e vão atingir a extremidade NNE do abrigo. Dividem-se entre si por uma fissura e um pequeno desnível da rocha (Est. IV).

Por sinal, a *mancha gravada interna* não se estende para fora dos limites do *tecto* do abrigo, nem se prolonga interiormente além da zona iluminada pela luz solar.

No exterior do abrigo, mas ainda fazendo parte do mesmo afloramento granítico, situa-se uma rocha de forma sub-rectangular, aplanada na sua parte média mas naturalmente facetada dos lados SSO e E. A Sul e SO, define-se portanto uma superfície subvertical na qual se concentra a quase totalidade das suas gravuras, pois que, só algumas covinhas se vão espalhar pela parte superior, aplanada (3).

4. Metodologia

Iniciámos o trabalho de campo com a limpeza das silvas e giestas que nos impediam a entrada nalgumas partes do abrigo e cobriam parcialmente a rocha exterior.

Seguidamente procedemos à lavagem do abrigo na sua parte exterior com água e fungicida; no interior, como não havia líquenes, só utilizámos água.

Verificou-se então que, na cobertura do abrigo, os traços que definem a figura antropomórfica apresentada por A. M. Mourinho, agora limpos de líquenes, eram decorrentes da acção de fenómenos erosivos vários — vento, sol e essencialmente da escorrência de águas. Estes regos, orientados em vários sentidos, desenhavam efectivamente uma figura muito peculiar.

Com efeito, tais traços, irregulares (anormalmente largos nuns locais e demasiadamente estreitos noutros), acompanham sempre *veios* mais resistentes da própria rocha granítica e, mesmo contando que estiveram mais directamente sujeitos aos agentes erosivos que as restantes gravuras, o seu traçado não se assemelha sequer aos da própria rocha exterior, esta também exposta a similares condições climatéricas.

As gravuras do interior do abrigo estavam perfeitamente conservadas e, porque são muito profundas, eram nitidamente visíveis.

Contudo, para uma melhor visualização dos seus contornos, aplicámos, tanto aqui como na rocha exterior, o método do contraste cromático: após

(3) Na sua publicação, A. M. Mourinho (Mourinho, 1972: 35-43) distingue também 5 séries de gravuras, mas aquelas séries não têm total correspondência com as que considerámos aqui. O mesmo autor divide as gravuras da Solhapa em dois grupos, um interno e outro externo. Adentro do 1.º grupo considera 3 séries de gravuras: a 1.ª série — horizontal — e a 2.ª série — subvertical —, que correspondem à divisão exposta por nós neste artigo. Contudo, a sua 3.ª série interna, foi subdividida aqui em duas — as séries 3 e 4 ou painéis 3 e 4. Ao grupo exterior atribuí as gravuras da *cobertura do abrigo* — 1.ª série externa — e as da *mesa da entrada* — 2.ª série externa. Esta última corresponde à nossa série 5 mas, quanto às da cobertura do abrigo, estamos cientes de que se trata de «riscos» provocados pela erosão e escorrência de águas.

espalhada e seca uma tinta de água, branca, limpámos as superfícies com pó de carvão dissolvido em água.

A última operação consistiu na cópia, para plástico polivinilo, de todas as gravuras e na sua descrição técnica — profundidade, grau de desgaste, etc.

Esta análise permitiu-nos verificar que, no que respeita à técnica, as gravuras, todas bastante profundas (as covinhas chegam a atingir mais de 3 mm, e os sulcos, 2,5 mm), devem ter sido realizadas por picotagem da rocha, operação à qual se deve ter seguido, por abrasão, a regularização das suas arestas interiores. Na realidade, estas gravuras encontram-se extremamente polidas, sendo o perfil dos traços em forma de U aberto.

Na série 2, algumas das gravuras, embora com as características técnicas das restantes, distinguem-se por serem muito mais largas, mais profundas e mais polidas no interior que aquelas. Aqui há motivos cujo traço chega a ter mesmo 11 cm de largura por 4 cm de profundidade.

Este facto, aliado à grande densidade de figuras num tão pequeno espaço e à sua sequênciã ininterrupta, confere ao painel um aspecto de gravura em baixo-relevo.

Relativamente às sobreposições, julgamos que elas só existem se as entendermos como resultantes da sequênciã do próprio acto de gravação e, mesmo assim, somente nos motivos cujos traços colidem. Tal é o caso dos painéis 1 e 2.

O que parece presidir à gravação é a união intencional dos sulcos e covinhas, sendo mesmo alguns sulcos claramente resultantes da união de várias covinhas.

5. Descrição das gravuras

As gravuras, tal como já foi dito anteriormente, distinguem-se em cinco painéis ou séries, quatro dos quais (1 a 4) pertencem ao abrigo, e o quinto, à rocha exterior.

Quanto às primeiras, encontram-se totalmente protegidas da intempérie e até *escondidas* sob a pala do abrigo; as segundas estão completamente expostas.

Como se tornasse demasiado moroso e desnecessário, referir motivo a motivo, vamos servir-nos do quadro da Est. VI (e cuja leitura deve ser acompanhada da observação da planta geral na Est. V), para fazermos a sua descrição.

Embora originalmente fosse nossa intenção elaborar um quadro tipológico, posteriormente achámos que se tornaria mais clara a apresentação ordenada de todos os motivos presentes em cada um e em todos os painéis.

Trata-se, assim, de uma exposição mais pormenorizada. Apesar de, desde logo, termos verificado que os motivos da Solhapa têm claras semelhanças com os da pintura esquemática (sistematizada por Pilar Acosta), e, portanto, tentadas a seguir a tipologia proposta por aquela investigadora (Pilar Acosta, 1968 e 1982), não o fizemos por duas ordens de razões:

por um lado, a distinção tipológica feita por Pilar Acosta e no que aos motivos mais esquemáticos ou mais abstractos se refere, escora-se num critério que representa um compromisso entre *forma e conteúdo*, no sentido da relação entre uma forma e a sua possível identificação com um objecto real. Tal é o caso, por exemplo, da distinção entre alguns dos *trilobados*, *halteriformes* (subtipo *pluricircular*) e *barras* (Pilar Acosta, 1968-83: 87 e 116). Com efeito, como estas figurações se baseiam num esquema representativo muito simples — combinação de círculos, a cheio, entre si, ou com traços (estes, ora mais largos, ora mais estreitos), mas aos quais é acrescido, por vezes, um apêndice ou lóbulo — e, como, ainda segundo aquela autora, devem todos ter tido um significado *polivalente* (Pilar Acosta, 1982), torna-se extremamente difícil a sua distinção uma vez que, em termos gráficos, uns não parecem mais do que o desenvolvimento formal dos outros;

por outro, na Solhapa, essas diferenças percebidas entre os motivos, embora muitas vezes pouco claras, pareceram-nos suficientemente importantes para que todas as figuras fossem aqui contempladas, mas não tão marcantes que permitissem a sua compartimentação em grupos tipológicos estanques.

Portanto, a ordenação por nós feita em grupos, de A a H, atende essencialmente ao aspecto formal dos motivos, diferença estabelecida segundo um critério que a seguir expomos, mas que, repetimos, não deve ser tomada como uma real tipologia.

No entanto, por facilidade de exposição e porque a tipologia de P. Acosta se tornou um referente extremamente importante no estudo da arte esquemática peninsular, completaremos a descrição dos motivos da Solhapa e sempre que a semelhança seja evidente, com a anotação dos correspondentes tipos identificados por aquela autora.

Os elementos formais base ou *esquema base* de todos os motivos da Solhapa, são as covinhas e os sulcos, os quais surgem isolados ou associados entre si, por forma a desenharem as mais variadas figuras.

Assim, o critério da distinção das insculturas deste abrigo, ao basear-se na anterior verificação, agrupa os motivos segundo a sua configuração

exterior e, ordena-os segundo o seu grau de complexidade: primeiramente surgem as figuras decorrentes da associação mútua de covinhas, e destas com sulcos estreitos — A, B, C, D, E — e, seguidamente, aquelas compostas essencialmente por sulcos mais largos (e também mais estreitos, mas simples), irregulares ou não — F, G, H.

Com letras I, J, K, L, M, N e O, indicamos figuras individuais, mais complexas que as restantes e que, formalmente, não podem associar-se directamente a qualquer daquelas.

Ainda com o grupo de letras (K L M) quisémos mostrar a associação particular destes motivos — K, L e M —, que sugere uma possível *cena estática*.

Grupo A — Covinhas de maiores ou menores dimensões. Podem surgir isoladas ou associadas entre si em grupos que incluem um número variável — de dois a treze elementos.

Grupo B — Covinhas alinhadas e ligadas entre si, em número de duas ou três. Correspondem ao tipo *halteriforme*, subtipo *duplo círculo* ou *triplo círculo* (Est. VII — 2, 3 e 5).

Grupo C — Covinhas simples, ou já ligadas entre si tal como no grupo B, são prolongadas por um sulco rectilíneo ou levemente encurvado. Este sulco é de maiores dimensões que o(s) diâmetro(s) da(s) própria(s) covinha(s). Correspondem ao tipo *barra* (Est. VII — 6 e 7).

Grupo D — Consiste numa covinha isolada e prolongada por um sulco curto ou, em duas covinhas ligadas entre si e prolongadas perpendicularmente por um sulco. Seg. P. Acosta trata-se de um símbolo sexual masculino, um falo, embora não o caracterize tipologicamente (Est. VII — 1).

Grupo E — Motivos em L ou ângulo. Procedem da junção, em ângulo, de dois sulcos, da junção consecutiva de várias covinhas ou ainda, da combinação destas com sulcos.

Grupo F — Motivos que consistem num único traço, largo e profundo, mas cuja configuração exterior é variável: da barra simples e estreita, curta ou mais comprida, passando pela barra longa, de contorno irregular ou lobulado, até à forma subcircular com ou em forma de «pégada». Este grupo corresponde a vários tipos de P. Acosta: o primeiro ao tipo *barra*, o segundo ao tipo *trilobado* e o terceiro ao tipo *ídolo/placa* ou *placa* (Est. VII — 6, 7, 12, 13, 15, 16, 7, 9, 10 e 11).

Grupo G — Incluímos neste grupo barras verticais ou subverticais resultantes da ligação de covinhas e sulcos, mas marcadas, na parte média, por um apêndice perpendicular ou por uma covinha mais larga, a qual lhes confere uma volumetria maior ao centro. Pertencem ao tipo *barra* e/ou *pluricurcular* (Est. VII — 12, 13, 15, 16 e 17).

Grupo H — Trata-se aqui de figuras em barra larga, com um ou dois lóbulos nítidos de um dos seus lados. Uma delas contém ainda um apêndice na base, voltado para o lado oposto dos lóbulos.

I — Trata-se de uma figura compósita e complexa, talvez antropomórfica. Nela individualizamos duas figuras: uma vertical, e uma sub-horizantal que se junta ao topo da primeira.

Naquela vertical, parece definir-se uma cabeça subcircular, o pescoço e o tronco, prolongado este, na vertical, por um traço; talvez pretenda representar uma perna pois parece fazer ângulo com uma outra. Do topo do tronco parte, em ângulo e para a esquerda, um traço — provável braço — e, para a direita, um outro traço ao qual se junta um elemento bi-circular. Talvez se trate aqui do outro braço segurando um objecto.

À cabeça deste possível antropomorfo liga-se uma figura em forma de cruz.

J — Será possivelmente um outro antropomorfo de tipo cruciforme, com os pés marcados e parecendo segurar, também este, um objecto circular.

K — Ainda esta figura pode corresponder a um outro antropomorfo muito esquemático, cuja cabeça é definida por um círculo de onde sai um traço vertical, o qual pode representar o corpo. À base da cabeça liga-se um outro traço, provavelmente um braço, ao qual quase encosta uma covinha.

L — Este é um real antropomorfo ápode, com a cabeça levemente marcada e prolongada inferiormente por um traço comprido em forma de J, presumivelmente o tronco. Na parte superior, corta este traço, um outro, perpendicular e levemente encurvado para baixo — os braços. À extremidade do braço esquerdo liga-se um sulco curto, vertical, que representa provavelmente um objecto. Atravessado à cintura, um outro sulco vai figurar concerteza, um outro objecto ou adorno. Seg. P. Acosta seria do tipo *golondrina armado*.

M — Possível animal muito esquemático, cujo porte e configuração do corpo (mas essencialmente as patas), parecem identificá-lo com um equídeo visto de perfil.

N e O — São estranhas figuras compósitas resultantes da associação de halteres e sulcos simples.

A primeira sugere um zoomorfo com quatro patas, cauda, e/ou algo sobre o dorso.

A segunda não parece corresponder a qualquer forma do mundo real.

(K L M) — Trata-se de uma hipotética cena que, a ser verídica, representaria um cavalo montado por um «cavaleiro». O cavalo pisaria ainda, com as patas dianteiras, um outro indivíduo armado.

Analisando agora a frequência e distribuição interna dos diferentes grupos de motivos, verificamos que aquele mais intensamente representado em todos os painéis ou séries, é o grupo A — covinhas. Estas representam 80 % do total dos motivos da estação e são maioritárias em todos os painéis à excepção do painel 2, onde igualam, em termos percentuais, os motivos do grupo F (36 %).

Os motivos dos grupos B e D estão presentes em todos os painéis, e, a estes, seguem-se, em termos percentuais, os do grupo E. No entanto este grupo só figura nos painéis interiores, onde ocorre em fraco número.

Por sua vez o grupo C, também exclusivo do interior do abrigo mas ausente do painel 2, corresponde ao grupo imediatamente dominante ao A (covinhas) nos painéis 1 e 4 (6,1 % no primeiro caso e 2,3 %, no segundo).

Os restantes grupos de motivos, G e H, também em reduzido número, situam-se essencialmente no painel 2.

As figuras mais complexas só ocorrem nos painéis 1 e 2.

Desta exposição podemos concluir que todos os painéis possuem, a par de elementos comuns, elementos diferenciadores.

Os elementos que parecem indicar a união gráfico/simbólica dos vários painéis (porque presentes em todos eles), são as covinhas simples (A), ligadas entre si (B) ou prolongadas por um curto traço (D) e ainda os motivos de corpo alongado, largo e/ou estreito, do grupo F.

Os elementos diferenciadores são variados e traduzem-se tanto nos grupos de motivos representados como na sua frequência numérica ou percentual por painel.

Evidenciam-se, desde logo, como painéis graficamente mais contrastantes entre si, o n.º 1 e o n.º 2, ambos com figuras exclusivas: o n.º 1 com duas invulgares *figuras compósitas* (N e O), dois *antropomorfos* e ainda com baixa ocorrência de motivos de corpo vertical alargado ou mais estreito, do grupo F (4,6 %) (estes precisamente os dominantes no painel n.º 2); o painel 2, além de não possuir qualquer figura compósita, regista a presença de uma possível *cena esquemática* a qual inclui um *zoomorfo* e *figuras antropomórficas* tipologicamente distintas do painel 1.

Ainda neste painel estão quase ausentes dois grupos de motivos bastante representados no painel 1 — motivos dos grupos B e C.

Os restantes painéis possuem também características próprias, individualizadoras: no painel 3 distinguem-se os dois motivos em ângulo ou semi-círculo e aquele outro, de corpo vertical estreito mas com um apêndice lateral (possível antropomorfo masculino sexuado?) (G); no painel 4, as covinhas prolongadas por um curto apêndice (possível representação fálica?) (D) e, no painel 5, uma representação fálica semi-esquemática (D).

Como se tratasse, em todos os casos, de painéis com gravuras esquemáticas, materializadoras de pensamentos e/ou símbolos complexos mas expressos numa gramática essencialmente abstracta, julgámos que esta análise formal e distributiva dos diferentes elementos nos pudesse conduzir a qualquer linha interpretativa.

Em primeiro lugar, essa análise sistemática permitiu-nos perceber que todos os painéis eram, se não contemporâneos, pelo menos continham em si suficientes «marcas culturais» ou *referentes gráficos* que atestavam a sua correspondência a um grupo humano específico.

Tal grupo cultural teria, na primeira hipótese, concebido e planeado antecipadamente a composição total após o que a gravaria. Na 2.^a hipótese, poderia, de cada vez que tencionasse gravar, acrescentar sucessivamente o ou os painéis, mas fazendo sempre uso de motivos e/ou símbolos adstritos a uma mesma gramática decorativa.

Embora não estejamos em posse de dados que nos permitam testar com segurança uma e outra hipótese, julgamos que, em qualquer dos casos e partindo da observação atenta do abrigo, se intuem aí algumas directrizes gráfico/simbólicas interessantes.

No seguimento da exposição mais atrás feita, percebemos que, no conjunto das gravuras e, tanto a nível formal como técnico e topográfico, dois painéis se impõem, opondo-se simultaneamente entre si: o painel 1, horizontal, e o painel 2, subvertical, ambos com alguns motivos comuns e vários motivos exclusivos, mas marcados, acima de tudo, pela grande densidade de figuras. Tal densidade torna-os visualmente contrastantes em relação aos restantes painéis.

De entre estes dois painéis, o n.º 2 destaca-se especialmente pelo tipo de gravura profunda, pelo alinhamento e sucessão ininterrupta dos vários motivos verticais (factores que concorrem para lhe dar um aspecto de baixo-relevo), pela fácil visualização das suas gravuras (que aliás se destacam perfeitamente à contra-luz) e pela presença de uma provável *cena*.

Além disso, este painel é o único onde se vislumbra uma *certa ordem* na disposição das figuras.

Somos assim tentados a atribuir a este painel um papel simbólico primacial, adentro do conjunto do abrigo.

Os restantes painéis — 3, 4 e 5 — em termos gráficos, parecem unicamente repetir alguns dos motivos presentes nos painéis 1 e 2.

Contudo, embora se nos afigure tratar-se, naqueles três casos, de *desenvolvimento formais mais pobres destes*, os mesmos não deixam de mostrar uma *certa autonomia*. Essa autonomia é-lhes conferida por elementos simbólicos próprios.

Referimo-nos especificamente aos motivos onde se perscruta uma simbologia sexual viril. Esta traduz-se ora na representação de um *antropomorfo fálico* cujo sexo se destaca porque se desproporciona relativamente ao tamanho do corpo (painel 3), ora na repetição insistente de um provável símbolo sexual masculino — covinha prolongada por um curto traço — (painel 4), ora ainda na presença deste último símbolo acrescido mesmo duma representação semi-esquemática do órgão sexual masculino (painel 5).

6. Algumas considerações finais

No início afirmou-se que o objectivo essencial deste trabalho era o de mostrar o quadro dos motivos do abrigo da Solhapa, sua localização e organização interna, através da apresentação do levantamento pormenorizado das insculturas e de uma planta e perfis referenciadores das gravuras nesta estação rupestre.

Pretendeu-se, assim, com este trabalho, primacialmente descritivo, contribuir para um mais pormenorizado conhecimento da arte esquemática de Trás-os-Montes.

As características desta arte, esquemática mas variada, assim como a sua integração cronológica e cultural no quadro da Pré-história Peninsular só poderão vir a definir-se quando se conseguir documentação arqueológica significativa que relacione, por um lado e no âmbito regional, estações gravadas e/ou pintadas com outras de outra natureza — habitats, sepulturas, etc. — e, por outro que, a nível artístico e cultural mais global, permita definir possíveis relações estabelecidas entre diferentes grupos peninsulares mais distantes.

De qualquer modo, é de referir que as gravuras do abrigo da Solhapa, além de se distanciarem técnica e tipologicamente de outros conjuntos conhecidos no Planalto Mirandês, nos quais a rocha/suporte é predominantemente o xisto grauváquico — abrigos de Atenor, Vilarinho dos Galegos e Fraga das Cruzes Sampaio ⁽⁴⁾ —, parecem ainda reflectir, de forma mais clara que aqueles, influências exteriores, estas equacionáveis adentro da pintura esquemática peninsular.

O quadro da Est. VII e o mapa da Est. VIII são ilustrativos dessas semelhanças percebidas a nível temático entre a Solhapa e os abrigos

(4) Uma análise global destas gravuras será publicada por uma das signatárias deste trabalho (M.J.S.) nas Actas do I Colóquio sobre las Religiones Prehistóricas en la Península Ibérica (Salamanca — Cáceres, 1987) com o seguinte título «Abrigos com arte rupestre no Planalto Mirandês — Leste de Trás-os-Montes».

pintados da P. Ibérica. No entanto estes, ao contrário da Solhapa, albergam, na grande maioria dos casos, além dos temas predominantemente esquemáticos, outros semi-esquemáticos e semi-naturalistas.

O mapa da Est. VIII pretende ainda mostrar a distribuição geográfica desses abrigos cujos motivos parecem estar na raiz dos da Solhapa. Verifica-se assim que a sua «mancha» coincide exactamente com aquela da dispersão de toda a pintura esquemática peninsular: Sul e SE de Espanha (área dominante), com prolongamentos para o alto e médio vale do Tejo e do Douro e ainda para as Astúrias.

A Solhapa localiza-se no extremo ocidental da «Meseta», região onde, a par de abrigos pintados com arte esquemática — Penas Róias (Mogadouro), Cachão da Rapa (Carrazeda de Ansiães), Pala Pinta (Alijó) e Palla Rubia (Salamanca) —, surgem também, e essencialmente, abrigos e/ou rochas de ar livre gravadas, cuja temática parece também oriunda da pintura esquemática — abrigos de El Pedroso (Zamora), Vilvestre (Salamanca), Fragas da Lapa (Miranda do Douro) e rochas de ar livre do Tripe (Chaves), Fraga das Ferraduras (Carrazeda de Ansiães), Fraga das Cruzes (Mogadouro), etc. Este abrigo inscreve-se assim numa região onde *colidem* e coexistem estas duas formas de expressão artística cuja temática deve ter tido uma raiz comum.

No que respeita à cronologia, será porventura prematuro aventar hipóteses concretas visto os temas esquemáticos presentes da Solhapa não serem claros indicadores. Os mesmos surgem integrados em composições e combinações várias de diferentes estações, cuja cronologia, ampla, percorre toda a Pré-história recente peninsular e mesmo o início da Proto-história.

Contudo, a julgar pela hipotética cena do painel 2 que parece representar um cavalo montado, este abrigo não deve ser anterior ao Bronze Final.

RESUMO

Este trabalho apresenta um importante abrigo da Pré-história recente, gravado no interior com arte esquemática e situado no Leste de Trás-os-Montes (NE de Portugal).

Sito na freguesia de Duas Igrejas, concelho de Miranda do Douro e distrito de Bragança, este monumento, classificado como Imóvel de Interesse Público, é constituído por um afloramento granítico de grandes dimensões (20 × 23 m), aplanado na parte superior, mas «aberto» a Nascente por meio de uma fenda horizontal, estreita.

Serve de base ao abrigo, ou à fenda, uma outra rocha granítica, cujas superfícies lisas da entrada se encontram gravadas. Contígua a esta fenda, uma outra rocha,

incluída no mesmo afloramento, contém também, na sua parte superior, uma pequena área gravada.

As gravuras, profundas, foram realizadas pela técnica de picotagem e concerteza alisadas ou regularizadas internamente pela técnica de abrasão.

Distribuem-se e organizam-se em 5 séries ou painéis, dos quais quatro (n.ºs 1 a 4) são interiores e um (n.º 5) exterior.

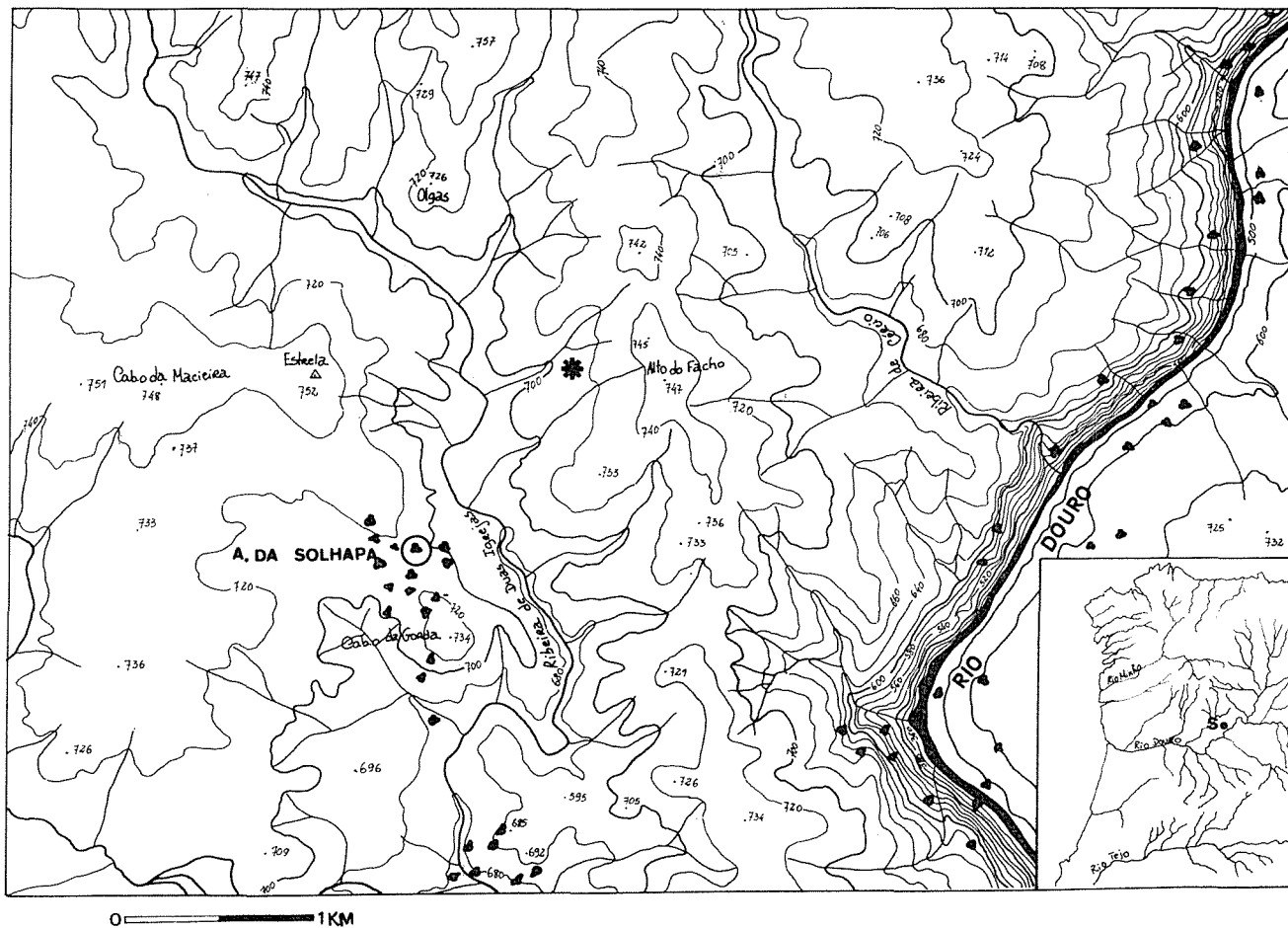
A temática inclui motivos esquemáticos frequentes na chamada arte esquemática peninsular (essencialmente em abrigos pintados) mas onde se destacam, pela sua complexidade, algumas figuras compósitas abstractas (painel 1) e uma provável cena esquemática constituída por um cavalo visto de perfil, montado por um «cavaleiro». O mesmo animal «pisa» ainda com as patas dianteiras, um outro indivíduo, armado (painel 2).

Os restantes temas repetem-se, quase todos, nos 5 painéis e esse facto leva-nos a crer que o conjunto das gravuras exprime, de forma gráfica, um sistema de símbolos próprio dum único grupo humano ou cultural.

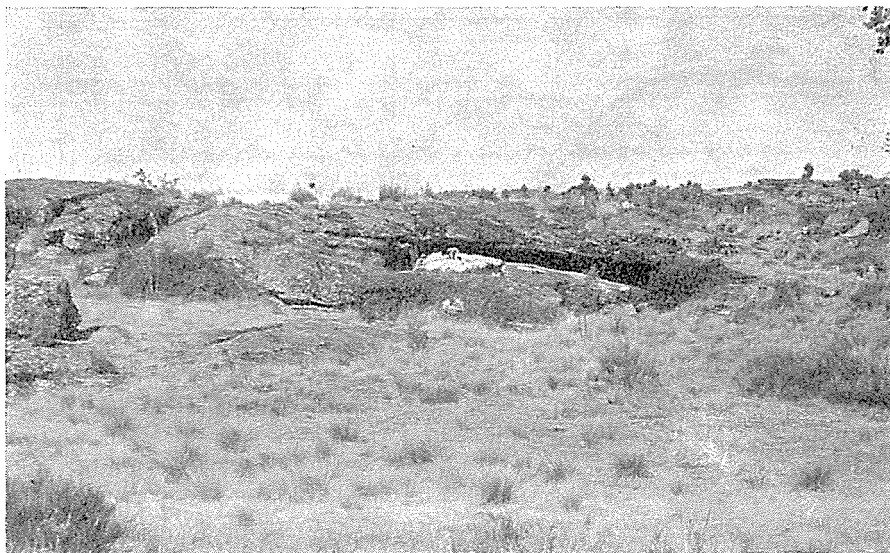
A cronologia mais antiga proposta para este abrigo é o Bronze Final, embora julguemos que o mesmo pode também ser bastante mais recente.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ESPARZA ARROYO, Angel (1977)—*El castro zamorano del Pedroso y sus insculturas*, «BSAA», XLIII, pp. 27-39.
- BAPTISTA, A. Martinho (1983)—*Arte rupestre do Norte de Portugal: uma perspectiva*, «Portugália», nova série, vol. IV-V, pp. 71-88.
- BREUIL, H. (1917)—*La roche peinte de Valdejunco à Esperança, près Arronches (Portalegre)*, «Terra Portuguesa», ano 2.º, n.ºs 13 e 14, pp. 17-27.
- SANTOS JÚNIOR, J. R. dos (1940)—*Nova contribuição sobre a arte rupestre transmontana — os petroglifos de Ribalonga*, sep. de «Las Ciencias», n.º 2, ano IX, Madrid, pp. 1-11 + 2 estampas.
- JIMENO MARTINEZ, A. e GÓMEZ BARRERA, J. A. (1983)—*En torno al «trisceles» del «Covachón del Puntal» (Valonsadero, Soria) y la cronología de la pintura esquemática del Alto Duero*, «Zephyrus», XXXVI, pp. 195-202.
- MOURINHO, A. Maria (1972)—*O abrigo rupestre da «Solhapa» em Duas Igrejas. Miranda do Douro*, sep. de «O Arqueólogo Português», série III, vol. VI, pp. 33-61 + 16 estampas.
- ACOSTA, Pilar (1968)—*La Pintura Rupestre Esquemática en España*, «Mem. del S. de Preh. y Arq.», 1, Salamanca.
- , (1983)—*Técnicas, estilo, temática y tipología de la pintura rupestre en España*, «Zephyrus», XXXVI, pp. 14-25.
- RIBEIRO, António (1974)—*Contribution à l'Étude Tectonique de Trás-os-Montes Oriental*, «Mem. dos S.G.P.», nova série, n.º 24.



Localização do Abrigo da Solhapa na margem direita da ribeira de Duas Igrejas, afluente do rio Douro. O asterisco indica o local da Urreta da Malhada. (Seg. a Carta Militar de Portugal, à esc.: 1:25000, folhas 81 e 95).



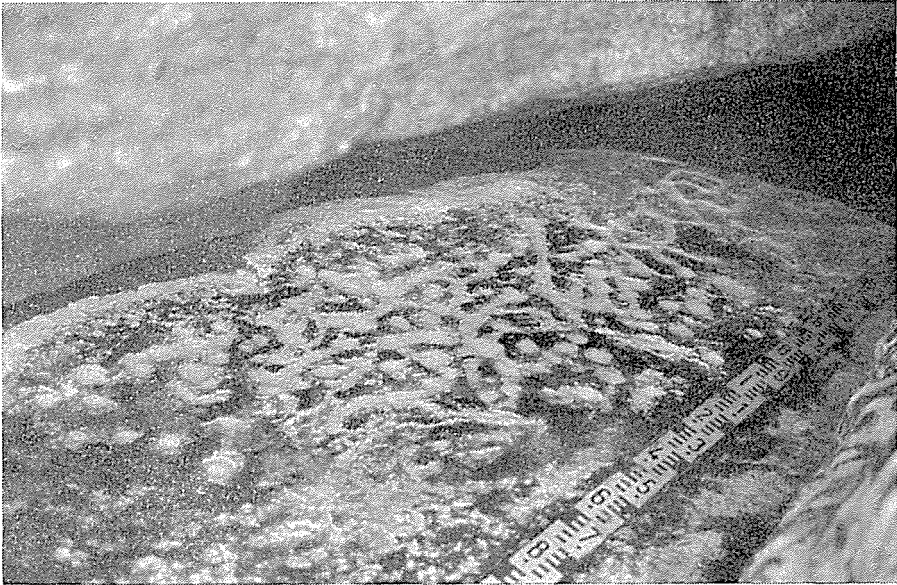
1 — O Abrigo da Solhapa, visto de Nascente.



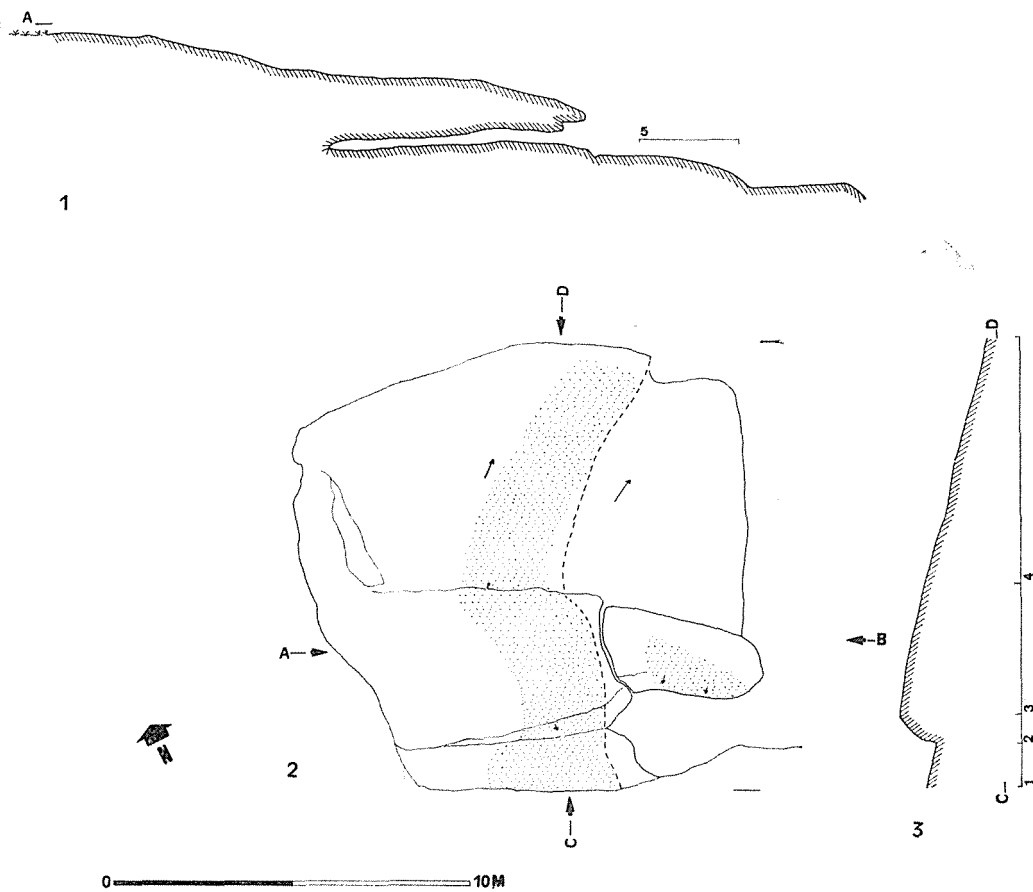
2 — Solhapa: um aspecto do levantamento das gravuras. A mancha de tinta branca (*alvaiado*) corresponde à *mancha* das gravuras.



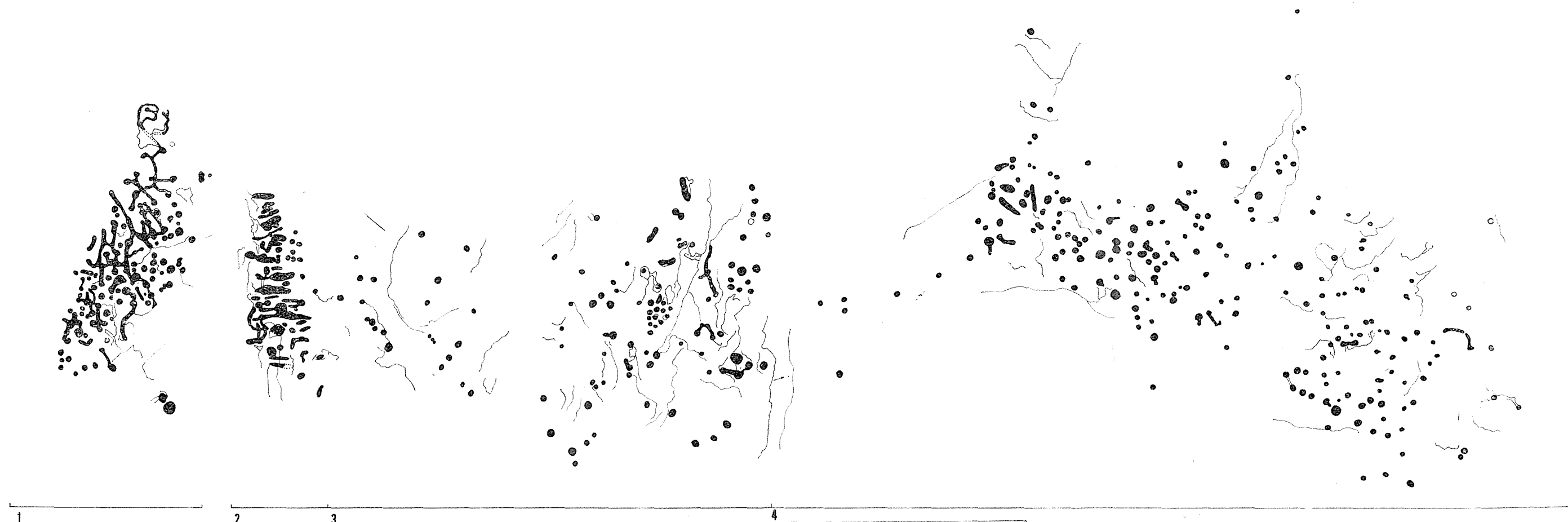
1 — Solhapa. Aspecto da série 1 (ou painel 1), interna, antes do levantamento.



2 — Série 1 (interna) após a aplicação do bicromático.



Planta do interior do Abrigo da Solhapa e perfis do mesmo abrigo: 1 — perfil A - B aprox. WNW — ESE. Este perfil corresponde ao interior e exterior do abrigo e, o n.º 5, indica a série 5 (ou painel 5), exterior; 2 — planta do interior do abrigo onde o pontilhado corresponde à *mancha* das gravuras; 3 — perfil C - D, aprox. NNE - SSW. Neste perfil estão marcadas as séries (ou painéis) 1, 2, 3 e 4 do interior do abrigo. (Os perfis foram feitos por A. Marçal).



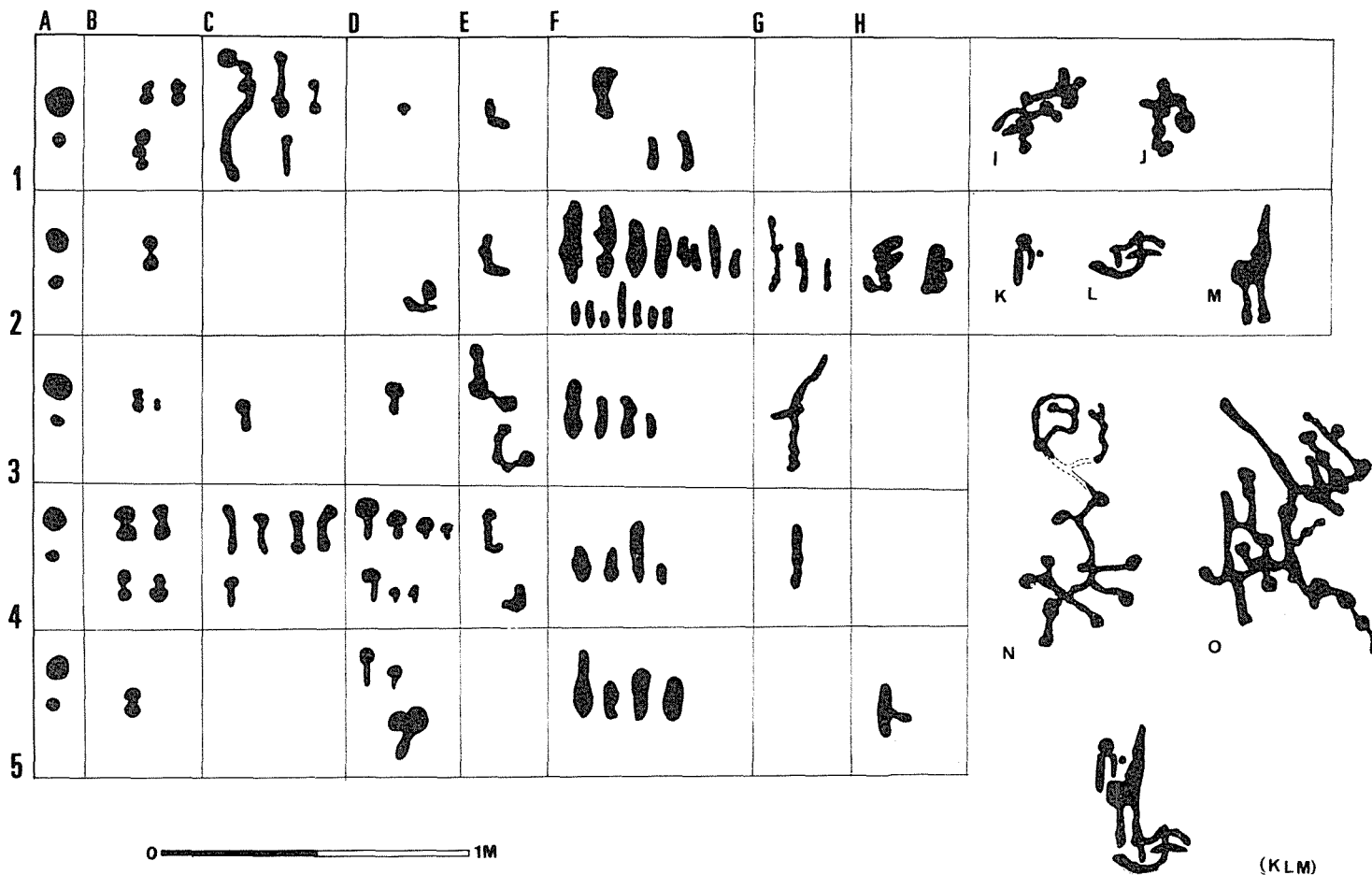
ABRIGO DA SOLHAPA



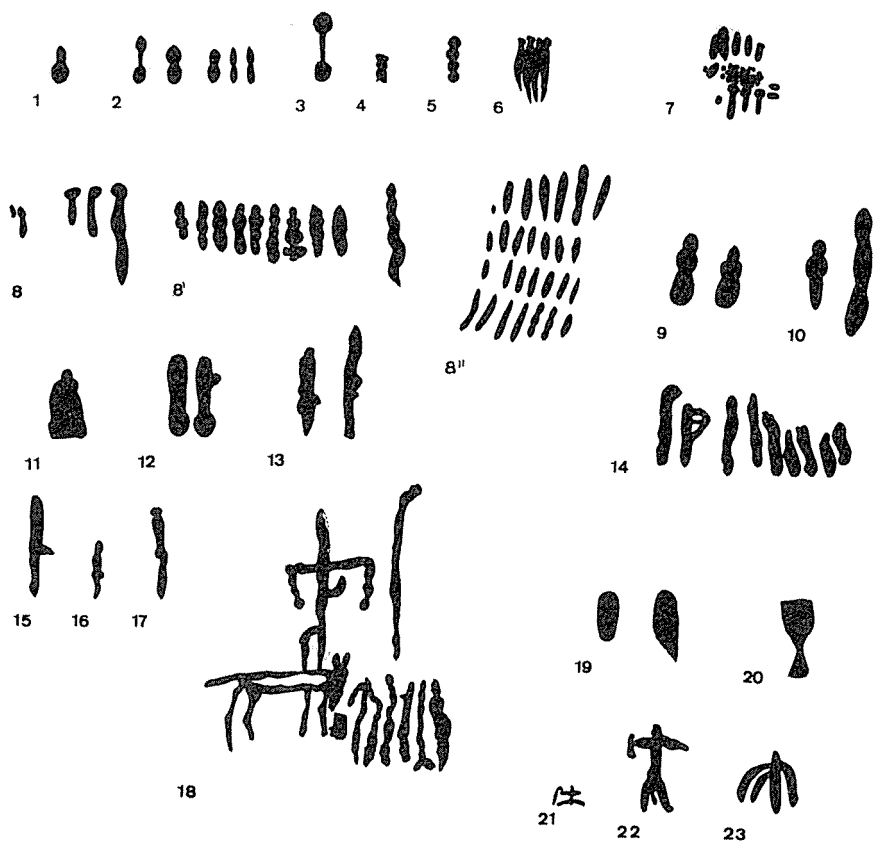
0 ————— 2M



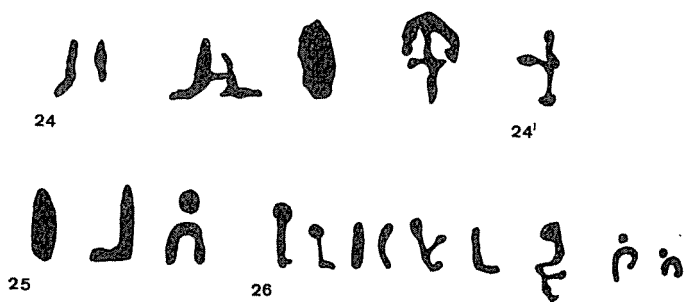
Gravuras do interior e exterior do Abrigo da Solhapa, onde se distinguem as 4 séries internas (1 a 4) e a série 5, externa e localizada numa fraga contígua à base do abrigo. Ver a sua posição relativa e localização topográfica na estampa anterior.



Quadro dos motivos presentes no Abrigo da Solhapa. Os números 1 a 5, laterais, indicam as séries (ou painéis); as letras, os grupos de motivos. As letras N e O, indicam 2 figuras compostas da série 1; o conjunto (KLM), uma composição (provável cena) da série 2.



PINTURA



GRAVURA

Alguns motivos da pintura e gravura esquemática, paralelizantes, em termos formais, com os da Solhapa e presentes em abrigos e/ou rochas de ar livre da Península Ibérica. O mapa da Est. VIII localiza e identifica as estações de procedência destes motivos pois os números desta e daquela Estampa correspondem-se.



Localização das estações com pinturas e gravuras similares às da Solhapa. Os círculos indicam abrigos com pinturas, e os asteriscos, as gravuras em abrigo e ao ar livre. O Abrigo da Solhapa é indicado com um asterisco maior e com um S. 1 a 23 — abrigos com pinturas: 1 — Cãnforas de Peñarrubia; 2 — Puerto de las Malas Cabras; 3 e 20 — Las Viñas; 4 e 7 — Fuente de la Asa; 5 e 17 — Vacas del Retamoso; 6 — Covatilla del Rabanero; 8 e 8' — Valdejunco-Lapa dos Gaviões (painel central), 8'' - painel da direita, no mesmo abrigo; 9 — Puerto Palacios; 10 — Sierra de la Virgen del Castillo; 11 — Mediano; 12 e 19 — Risco de San Blas; 13 — Buitres de Peñasolgordo; 14 — Covachón del Puntal; 15 — Palomas II; 16 — Majadilla de Puerto Alonzo; 18 — Prado de Santa María; 21 — Peña Tu; 22 — Garcibuey; 23 — La Silla; 24 — Abrigo gravado de El Pedroso (grupo A); 24', o mesmo abrigo, (grupo E); 25 — Rochas gravadas de ar livre do Sítio das Ferraduras - Ribalonga; 26 — Rochas gravadas de ar livre do Tripe-Mairos (Rocha 1). 1 a 7, 9 a 13, 15 a 23, seg. Pilar Acosta (Pilar Acosta-1968); 8 seg. H. Breuil (Breuil-1917); 14 seg. A. J. Martínez e J. A. Gómez-Barrera (A. J. Martínez e J. A. Gómez-Barrera-1983); 24 seg. A. E. Arroyo (A. Esparza Arroyo-1977); 25 seg. J. R. dos Santos Júnior (Santos Júnior-1940); 26 seg. A. M. Baptista (A. M. Baptista-1983).

CONTRIBUTION À L'ÉTUDE DES FAÏENCES POITEVINES

PAR

Charles Merle (*) & José António Falcão (**)

En 1864 paraissait à Niort, chez Clouzot, *L'art de terre chez les Poitevins* (1). Benjamin Fillon y développait la théorie esquissée en décembre 1862, dans une lettre à Riocreux (2), alors conservateur du musée de Sèvres, sur les faïences d'Oiron, attribution qu'il proposait pour les poteries qu'on avait coutume d'appeler, faute de mieux, les faïences d'Henri II. On connaît le sort dévolu à la thèse de Fillon et l'attribution de ces mêmes poteries par Bonaffé à Saint-Porchaire (3).

L'art de terre comportait une troisième partie consacrée aux faïences poitevines qui a été longtemps tenue pour avoir fait l'histoire des ateliers de cette province. En réalité, la longue accumulation de notes qui la compose, le mélange des pièces attribuées au Poitou avec celles fabriquées hors de la province étaient des artifices destinés à étayer la théorie des faïences d'Oiron (4). Il n'en demeure pas moins que nombre de publications s'y sont par la suite référés.

On ne peut pas s'empêcher de regretter, lorsqu'on compare *L'art de terre* avec les grands ouvrages sur la céramique française, tels ceux de Du Broc

(*) Membre titulaire de la Société des Antiquaires de l'Ouest.

(**) Membre correspondant de la Société des Antiquaires de l'Ouest.

(1) BENJAMIN FILLON, *L'art de terre chez les Poitevins, suivi d'une étude sur l'ancienneté de la fabrication du verre en Poitou*, Niort, 1864. Voir également «Les céramiques poitevines», dans *Poitou et Vendée*, VII-X, Niort, 1865.

(2) *Id.*, *Les faïences d'Oiron, lettre à M. Riocreux, conservateur du musée de Sèvres*, Fontenay, 1862.

(3) EDMOND BONAFFÉ, «Les faïences de Saint-Porchaire», dans *Gazette des Beaux-Arts*, I, Paris, 1888, pp. 313-327, et I, 1985, pp. 277-286; *id.*, «Le plat de Saint-Porchaire du musée du Louvre», dans la même *Gazette*, I, 1896, pp. 505-508. On trouvera le dernier état de la question dans un article de BERTRAND JESTAZ, «Poteries de Saint-Porchaire», dans *Revue du Louvre*, V-VI, Paris, 1975, pp. 384-396.

(4) Voir ÉMILE BRETHÉ, «Benjamin Fillon et *L'art de terre*», dans *Revue du Bas Poitou*, I, Poitiers, 1957, pp. 28, 328, 425.

de Segange sur Nevers ⁽⁵⁾ ou de Pottier sur Rouen ⁽⁶⁾, qui sont contemporains, que l'érudit fontenaisien ne se soit pas limité à des recherches identiques. La grande querelle qui a opposé les tenants d'Oiron et ceux de Saint-Porchaire a centralisé la recherche historique sur ce sujet ⁽⁷⁾, au détriment de l'étude de céramiques moins prestigieuses il est vrai, à une époque où celle-ci était encore relativement facile. Et cela est d'autant plus regrettable que tout n'est pas faux dans l'ouvrage de Fillon, loin de là. Encore convient-il de faire le partage du vrai et de l'invention.

S'il est incontestable qu'un certain nombre de faïenceries ont existé en Poitou à la fin du XVIII^e siècle, il faut, en revanche, être très réservé sur les prétendus ateliers qui auraient fonctionné au XVII^e. Ces assertions nous semblent relever du domaine de l'imagination.

L'existence de plusieurs faïenceries est bien attestée à la fin du XVIII^e siècle sur le territoire du Poitou: Poitiers, Genouillé (dont on peut se demander s'il ne s'agit pas d'un seul et même établissement) et Saint-Savin pour le département de la Vienne; Chef-Boutonne, Rigné, Saint-Porchaire et Parthenay pour le département des Deux-Sèvres, cette dernière étant la plus tardivement connue; L'Ile-d'Elle pour le département de la Vendée. Quelques uns de ces établissements fonctionneront encore quelque temps au XIX^e siècle. Niort aura le sien sous le règne de Louis XVIII, mais son existence sera très éphémère ⁽⁸⁾.

L'histoire de ces différents ateliers n'a jamais été bien établie en raison des sources utilisées: *Afiches du Poitou* pour l'essentiel, quelques actes épars, la *Statistique du département des Deux-Sèvres* du baron Dupin, et puis bien sûr Benjamin Fillon. À présent la bibliographie sur le sujet demeure fort réduite ⁽⁹⁾. Nous avons cherché à compléter ces sources par

(5) DU BROC DE SEGANGE, *La faïence, les faïenciers et les émailleurs de Nevers*, Nevers, 1863.

(6) ANDRÉ POTTIER, *Histoire de la faïence de Rouen*, Rouen, 1870.

(7) On le perçoit bien en consultant, entre autres, la très remarquable *Revue poitevine et saintongeaise* (I-XI, Poitiers-Saints, 1884-95), organisée et animée par JOSEPH BERTHELÉ, qui fut archiviste du département des Deux-Sèvres.

(8) Pour la faïencerie de Niort, on peut consulter aux archives départementales des Deux-Sèvres (Niort), sous la cote I F, fonds Tirant, le volumineux dossier de l'avoué des syndics de la faillite Lezay.

(9) Qu'il s'agisse d'ouvrages généraux ou de monographies qui tous se réfèrent plus ou moins à Fillon. Parmi les ouvrages généraux: CHAMPFLEURY [JULES HUSSON-FLEURY], *Histoire des faïences patriotiques sous la Révolution*, Paris, 1867, pp. 354, 359 (il a publié dans cet livre une relation appelée «liste de Glot», du nom du maire de Sceaux propriétaire de la manufacture de faïences et porcelaines établie dans cette ville, qui donne l'état des manufactures de faïences du royaume en 1789, au nombre desquelles figure celle de Poitiers, p. 383); A. JACQUEMART, *Les merveilles de la céramique*, III, Paris, 1869, pp. 128-131; *id.*, *Histoire de la*

le dépouillement des registres paroissiaux d'une part, et celui des actes notariés d'autre part ou, à leur défaut, des registres de contrôle des notaires.

La trace des faïenciers est difficile à saisir. Gens du voyage, ils se déplacent d'atelier en atelier, louant leur talent et, hormis quelques uns qui sont devenus des notables, ils ne se lient que très peu à la population des localités dans lesquelles ils séjournent. A part quelques actes qui les concernent personnellement, nous les avons trouvés dans les actes de baptêmes parmi les parrains, ou dans les actes des mariages et d'inhumations parmi les témoins.

L'exploitation des minutes notariales ou des registres de contrôle nous a procuré d'utiles précisions, mais la moisson reste cependant assez faible, car il semble que les principales phases de la vie de ces manufactures aient été constatées par des actes sous seings privés qui, sauf rares exceptions, n'ont pas été soumis au contrôle. Ils l'ont été lorsque, comme à Chef-Boutonne, les relations entre propriétaire et directeur ont débouché sur un procès. Les archives judiciaires nous ont permis en particulier de préciser les débuts de la fabrication à Chef-Boutonne.

Il nous est alors apparu que les quatre ateliers qui ont fonctionné sur le territoire de la province du Poitou aujourd'hui couvert par le département des Deux-Sèvres présentaient entre eux des liens résultant du

céramique, Paris, 1873; E. GARNIER, *Catalogue du musée de céramique de Sèvres*, IV, série D: *Faïences*, Paris, 1897, pp. 324-328 (descriptions de pièces de Rigné, Poitiers, Saint-Porchaire, Ile d'Elle; sur quatorze, huit ont été données par Benjamin Fillon); H. CLOUZOT, *Art du Poitou*, Paris, 1927; P. ALFASSA, J. BLOCH & J. CHOMPRET, *Répertoire de la faïence française au musée des Arts décoratifs*, Paris, 1933 (notices sur les faïenceries de Parthenay, Poitiers, Rigné, Saint-Porchaire et Saint-Savin. Deux assiettes attribués à Poitiers figurent dans le vol. V des planches, divers, pl. 12, figs. D et E); W. VIENNOT, «Essai d'une liste des localités françaises où l'on a fabriqué de la fayence du XVI^e au XVIII^e siècle», dans *Les Amis de Sèvres. Bulletin*, XVI, Sèvres, 1937 (cette liste donne les noms de Parthenay, Poitiers, Rigné, Saint-Porchaire et Saint-Savin); F. EYGUN, *Art des Pays d'Ouest*, Paris, 1965, pp. 260-262. Parmi les monographies ou articles, il convient de placer au premier rang la *Statistique du département des Deux-Sèvres* du préfet des Deux-Sèvres, DUPIN, Paris, l'An XII. On y trouve mentionnées les faïenceries de Rigné, Saint-Porchaire et Chef-Boutonne. Sur la faïencerie de Rigné, IMBERT, «Histoire de Thouars», dans *Mémoires de la Société de Statistique des Deux-Sèvres*, 2^e série, X, Niort, 1870; MORIN, *Histoire de Thouars*, Thouars, 1964. Sur la faïencerie de Chef-Boutonne, H. BEAUCHET-FILLEAU, «Recherches historiques sur Chef-Boutonne», dans *Mémoires de la Société de Statistique des Deux-Sèvres*, 3^e série, I, Niort, 1884; R. PROUST, «Contribution des registres paroissiaux et de l'état civil à l'histoire de la commune de Chef-Boutonne», dans *Bulletin de la Société des Antiquaires de l'Ouest et des Musées de Poitiers*, 4^e série, VII, Poitiers, 1964, p. 589. Sur la faïencerie de Parthenay, M. POIGNAT, «Les faïences et faïenciers de Parthenay», dans *Revue du Bas-Poitou*, V-VI, Poitiers, 1972, pp. 357-361.

passage successif des ouvriers de l'un à l'autre, et qu'ils pouvaient faire l'objet d'une étude séparée, d'autant mieux que ce sont ceux pour lesquels a été recueillie la documentation la plus importante.

Nous avons donc tenté une approche successive de chacune de ces quatre manufactures dans leur histoire d'abord, puis dans leur fabrications ensuite, en essayant d'isoler quelques spécimens.

*

* *

Il convient toutefois de replacer préalablement ces créations d'ateliers dans un contexte territorial et économique qui dépasse la seule province du Poitou. Alors que La Rochelle a sa faïencerie depuis 1752 au moins, que Angoulême a la sienne depuis 1748, Saintes depuis 1731, Cognac depuis 1750 ⁽¹⁰⁾, il faut attendre les années 1760 pour voir les premières manufactures de faïences s'installer dans notre province. On assiste alors à une multiplication des établissements — il faut reconnaître à Benjamin Fillon le mérite de l'avoir mise en évidence.

Le milieu du XVIII^e siècle correspond à une profonde modification de grands centres faïenciers. Alors que les édits somptuaires de Louis XIV avaient conduit haut clergé, noblesse et grande bourgeoisie à se fournir de vaisselle de faïence, la découverte en Saxe du secret de la porcelaine dure et l'importation des porcelaines chinoises incitèrent cette même clientèle à se tourner vers la porcelaine ou la faïence de petit feu au détriment des produits antérieurs. Les milieux faïenciers traditionnels, comme Nevers ou Rouen par exemple, se mirent autour de 1750 à fabriquer des faïences destinées à une nouvelle clientèle, celle de la bourgeoisie moyenne. Ces nouvelles fabrications correspondent à l'ouverture d'ateliers dont l'apparition a été également favorisée par la réticence de l'administration royale à renouveler des privilèges déjà anciens ⁽¹¹⁾.

Ce ne sont pas les seuls motifs du retard apparent du Poitou. Le relatif relèvement du niveau de vie qui caractérise la seconde moitié du XVIII^e siècle a incité des couches de population encore moins fortunées à rechercher la vaisselle de faïence pour remplacer celle d'étain. Les créations d'ateliers poitevins sont directement issues de ces nouveaux besoins et du désir de les satisfaire. Ainsi pouvaient-ils espérer faire concurrence sur un marché

⁽¹⁰⁾ Les dates citées ici l'ont été, pour La Rochelle, à partir de l'ouvrage de G. MUSSET, *Les faïenceries rochelaises*, La Rochelle, 1888, et pour les autres, à partir de P. ALFASSA, J. BLOCH & J. CHOMPRET, *Répertoire de la faïence française au musée des Arts décoratifs*, cit.

⁽¹¹⁾ Ainsi, le non renouvellement du privilège accordé à Hustin provoque-t-il à Bordeaux, à partir de 1761, l'éclosion de nombreux ateliers.

désormais plus ouvert aux produits des faïenceries périphériques au Poitou, tous autant que ceux de grands centres traditionnels.

Cependant cette modification du marché paraît s'être produite plus tardivement en Poitou que dans les autres provinces. Les inventaires notariés peuvent confirmer cette évolution ⁽¹²⁾. Les « assiettes fleuries » qui y sont mentionnées ne doivent pas toutes provenir des ateliers rochelais ou nivernais, mais aussi pour une bonne part des manufactures poitevines.

*

* *

Sur le territoire du Poitou aujourd'hui couvert par le département des Deux-Sèvres, quatre faïenceries se sont créées au cours de la seconde moitié du XVIII^e siècle. Il n'est pas sans intérêt de noter que dans la même région existaient encore à la même époque plusieurs centres potiers dont l'ancienneté et l'importance sont par ailleurs bien attestées: Saint-Porchaire, La Pionnière auprès de La Peyratte et La Guérinière auprès de Menigoute, dont la production était presque exclusivement consacrée à la vaisselle à usage domestique.

La plus ancienne de ces faïenceries est celle de Parthenay. Les minutes des notaires de cette ville ⁽¹³⁾ nous permettent de fixer avec précision la durée de cet atelier, dont nous savons par Maurice Poignat qu'il fut fondé par François Bon.

Suivant acte du 27 novembre 1761 ⁽¹⁴⁾, François Bon, tanneur à Parthenay, et Madeleine Ardouin, son épouse, prennent à bail de Charles Christophe Henry Guichard, seigneur d'Orfeuille, Gourgé et autres lieux, un grand corps de logis connu sous le nom de la Sablière, sis à Parthenay, paroisse Saint-Jean, entre la rue allant de la porte du Bourg-Belais au Poids des Farines d'une part ⁽¹⁵⁾, la rue Saint-François et la fausse rue conduisant au canton de la Juiverie ⁽¹⁶⁾ d'autre part. François Bon appartenait à une vieille famille de notaires parthenaisiens, mais il avait embrassé le métier

⁽¹²⁾ Nous disposons pour Parthenay de quelques inventaires pour les années 1761-1767. Deux inventaires de bourgeois de la ville mentionnent de nombreuses pièces de faïence et même quelques assiettes en porcelaine ou en terre finé, alors que celui d'un mâtayer de La Ferrière ne révèle que de la vaisselle d'étain (Niort, archives départementales des Deux-Sèvres, min. Cornuau, notaire à Parthenay, 3. E 3004 et 3005).

⁽¹³⁾ Nous remercions vivement M. Rabouam-Boudrin de nous avoir communiqué deux de ces actes.

⁽¹⁴⁾ Niort, archives départementales des Deux-Sèvres, min. Cornuau et Bouchet, notaires à Parthenay, 3. E 3003.

⁽¹⁵⁾ Aujourd'hui rue Jean-Jaurès.

de tanneur, qu'il exerçait faubourg Saint-Paul. Bon s'y était probablement enrichi et il ne faut voir en lui qu'un simple apporteur de capitaux.

Les termes du bail sont parfaitement explicites: François Bon loue cet immeuble pour y établir une manufacture de faïence et le seigneur d'Orfeuille lui permet de faire «les constructions et aménagements nécessaires et utiles à cette manufacture qui sont principalement de faire bâtir un four pour cuire les matières de caillou et fayance à l'usage de ladite manufacture dans la cour qui est à la suite du porche et principale porte du logis [...]. Il lui sera aussi permis de faire dans le jardin à côté du puy [...] les creux et fosses nécessaires et convenables pour passer, détremper et préparer les terres et matières destinées à la manufacture».

Le bail était fait pour neuf années, et à l'issue de celui-ci, soit à la Saint-Michel 1770, le logis devait être remis dans son état primitif. En fait, la suite fut tout à fait différente. Le 21 février 1766 ⁽¹⁶⁾, Bon achetait au seigneur d'Orfeuille le logis de la Sablière et nous savons par cet acte que la faïencerie était toujours en activité et qu'il y avait non pas un mais deux fours à faïence. Puis, le 19 juillet 1768, Bon revendait au bailli de Parthenay la maison qu'il venait à peine d'acheter ⁽¹⁸⁾.

Les termes de cette vente sont tout aussi explicites: François Bon et sa femme promettaient de livrer la jouissance de l'immeuble au bailli pour la Saint-Michel prochaine (1768) «auquel temps ils la videront de corps et d'habitation et ne nettoyeront tous les appartements, mais comme ils ont fait bastir deux fours à fayance dans l'une des cours dudit logis et qu'ils y ont un moulin, des tours et autres ustencilles servant à l'usage de la manufacture de fayance qu'ils y exerçaient, il est entendu et convenu qu'ils auront jusqu'à Noël prochain pour oster toutes les distes ustencilles ainsi que les mathériaux qui proviendront de la démolition des dits fours [...] s'obligent également de combler et d'aplanir les fosses qui sont dans le jardin dudit logis ainsi que les fosses desdits fours et d'aplanir la cour et le partaire».

Ainsi la faïencerie de Parthenay disparaissait avant l'expiration du terme prévu au contrat originel, la Saint-Michel 1700. Ce sont sûrement les difficultés financières que Bon avait rencontrées dans son activité de faïencier et les mauvaises relations qu'il entretenait avec ses ouvriers — il était alors en procès avec l'un d'eux, François Dain — qui l'ont conduit à interrompre prématurément son entreprise. Bon va se retirer dans sa propriété de Boisseau, sise paroisse de Châtillon-sur-Thouet. On le trouve qualifié de bourgeois dans les registres de cette paroisse et il y décède le 31 mai 1783 à l'âge de 57 ans.

⁽¹⁶⁾ Aujourd'hui rue Saint-François et rue de la Juiverie.

⁽¹⁷⁾ Parthenay, office notarial, étude Darres, acte Andrieux, notaire à Parthenay.

⁽¹⁸⁾ *Id.*, *ibid.*.

Il ne semble donc pas y avoir eu de faïencerie à Boisseau. Il y aura une autre tentative pour installer un atelier du même genre pendant la période révolutionnaire à Parthenay, due à Mathurin Favier, potier de Saint-Porchaire réfugié dans la capitale de la Gâtine ⁽¹⁹⁾. Celui-ci y a travaillé de l'an IV à l'an IX, époque à laquelle il prenait à bail la faïencerie de Saint-Porchaire, alors à peine relevée de ses cendres ⁽²⁰⁾.

Nous avons trouvé dans les registres paroissiaux de Parthenay (Saint-Jean et Saint-Laurent), quelques noms de faïenciers, encore que leur identification n'ait été possible que parce que quelques uns d'entre eux ont figuré dans le personnel de la manufacture de La Rochelle dans les années qui suivent leur passage à Parthenay.

— Gaspard Creuzeau (Creuseau ou Cruzeau), qu'on voit mentionné dans les registres de la paroisse Saint-Jean en 1762 et 1763, pour le baptême d'un fils, alors que sa femme est marraine dans le second acte le concernant ⁽²¹⁾.

— Jean-Adam Windschickelle, dont on sait par Musset ⁽²²⁾ qu'il était originaire de Caltenbrunne dans le pays de Bade où son père exerçait déjà la profession de faïencier, est cité à plusieurs reprises dans les registres de la paroisse Saint-Jean du 9 décembre 1761 au 13 juin 1763, comme parrain d'un fils de Bon ou de celui de Creuzeau ou encore comme témoin dans des actes de mariages. On ne peut s'empêcher de rapprocher ces dates de celle de l'acquisition par Bon du logis de la Sablière.

Creuzeau et Windschickelle disparaissent des registres de Parthenay dans le deuxième semestre de 1763. On les retrouve tous deux à La Rochelle dans les premiers jours de 1764. On peut penser qu'ils ont quitté la faïencerie de Bon, contrat terminé, ou par suite de mésentente avec ce dernier. Nous sommes tentés, par le rapprochement des dates, d'attribuer au faïencier badois la mise en place de l'atelier de Parthenay et sa direction pendant les premiers mois de son existence.

Il y a eu d'autres faïenciers. Ainsi François Dain, qui semble qu'il avait déjà travaillé chez Bon depuis environ deux ans lors de son mariage célébré à l'église Saint-Laurent le 21 janvier 1766. Des différends se sont élevés entre les deux au cours de la même année et le procès qui les opposait

⁽¹⁹⁾ TURPIN, «Une manufacture de poterie à Parthenay sous la Révolution», dans *Mémoires de la Société historique et scientifique des Deux-Sèvres*, II, Niort, 1906, p. 383.

⁽²⁰⁾ Mauléon, office notarial, acte Bëllinck, du 12 vendémiaire an IX.

⁽²¹⁾ G. MUSSET, *op. cit.*, p. 165.

⁽²²⁾ *Id.*, *ibid.*, p. 177.

était pendant devant le présidial de Poitiers en 1767 ⁽²³⁾. C'est probablement dans ce procès que réside la cause de la disparation prématurée de la faïencerie de Parthenay.

Nous avons relevé d'autres noms qui nous paraissent avoir un lien possible avec l'établissement du tanneur faïencier: Jean Boulau, beau-frère de Creuzeau, Michel Malidor ou Jacques Abélard, qui semblent être des relations de Dain ou de Bon. Cependant leur identification en tant que faïenciers n'a pu être faite.

La faïencerie de Parthenay disparaissait avant terme, peut-être victime d'avoir été trop tôt lancée, alors que les autres manufactures ouvertes plus tard ont sinon prospéré, tout au moins survécu jusqu'à la Révolution.

*

* *

Parmi les ateliers créés après la fermeture de la faïencerie de Parthenay, celui de Saint-Porchaire paraît bien être le premier en date. Il se singularise parmi les établissements poitevins du même genre, car, à la différence des autres, il a été installé dans une localité qui connaissait déjà une activité céramique importante et ancienne: à la fin du XVIII^e siècle, dix-sept fours y étaient en activité et la production de la poterie devrait l'industrie principale de ce petit bourg depuis plusieurs siècles puisque la présence de nombreux potiers est attestée depuis au moins le XV^e siècle ⁽²⁴⁾.

Il s'agit ici d'une initiative du seigneur du lieu, François Louis de Liniers, seigneur de la Guyonnière, château où était établi le siège de la châtellenie de Saint-Porchaire. Il installa sa faïencerie dans des bâtiments qui lui appartenaient, à la sortie du bourg en bordure du vieux chemin de Noirterre sur la droite. Les immeubles qui correspondent en 1811 ⁽²⁵⁾ à la faïencerie sont ceux de la famille de Liniers, puisque Chevallier, qui en était alors propriétaire, reconnaissait comme auteur médiat le département des Deux-Sèvres, qui les avait confisqués sur la famille de Liniers qui avait émigré ⁽²⁶⁾.

La création en remonte vraisemblablement à l'année 1770. On peut le déduire d'une requête formée par le seigneur de Saint-Porchaire dans le

⁽²³⁾ Parthenay, Papiers Maurice Poignat.

⁽²⁴⁾ CHARLES MERLE, «Le centre potier de Saint-Porchaire», dans *Bulletin de la Société historique et scientifique des Deux-Sèvres*, 2^e série, IV, Niort, 1983, pp. 117-124.

⁽²⁵⁾ Cadastre ancien du bourg de Saint-Porchaire, levé en 1811.

⁽²⁶⁾ Niort, archives départementales des Deux-Sèvres, Q. 66: procès-verbal de la vente de la faïencerie de Saint-Porchaire par les administrateurs du département à Gervais Protest d'Estrapières à La Rochelle.

courant de l'année 1777 ⁽²⁷⁾ pour obtenir un privilège exclusif de la vente de faïence et de poterie dans le territoire de sa paroisse. Si celle-ci n'est pas le résultat escompté, l'exposé des motifs n'est pas sans intérêt. Il y est dit que l'établissement de cette manufacture lui fut dicté par la cherté des grains qui, six ans auparavant, avait occasionné beaucoup de misère dans la population. La courbe des prix du blé de seigle présente en effet un important clocher pour l'année 1770 ⁽²⁸⁾. Même si on peut penser que de Liniers était en réalité plus préoccupé par la concurrence qui faisait à sa fabrique celle de Rigné, il existe peut-être des raisons de croire aux dires du seigneur de Saint-Porchaire. Si on dresse la courbe du nombre des potiers de ce bourg, on s'aperçoit qu'elle diminue à partir de l'année 1757 pour parvenir aux années 1770-1773 à son niveau le plus bas. Cette « crise de l'emploi » qui pourrait être corrélative à une hausse du prix des céréales, pourrait expliquer la décision de créer une faïencerie. Il semble donc qu'on puisse dater du début des années 1770 les commencements de la faïencerie de Saint-Porchaire.

Encore faut-il faire observer que, d'après les registres de contrôle des notaires, le sieur de La Guyonnière avait loué le 18 août 1768 ⁽²⁹⁾ à Michel Boyer, potier en terre, une poterie au bourg de Saint-Porchaire. S'agit-il de la faïencerie? Nous ne saurions le préciser, mais ce qui est certain, c'est que ce même Michel Boyer apparaît dans les registres de la paroisse, qualifié de maître faïencier, au début de l'année 1772. Boyer n'est pas seul à Saint-Porchaire; il y est avec toute sa famille. Son fils, également prénommé Michel, s'y mariera en 1775 et on suit sa trace tant dans les registres paroissiaux que dans les registres de contrôle jusqu'en 1782. Le père décèdera à Saint-Porchaire à la fin de 1772; le fils sera jusqu'en 1782 toujours qualifié de faïencier. Avec eux on trouve Claude Denou, le gendre de Boyer père, qui figure encore dans les registres de la paroisse comme faïencier. Il quittera ensuite Saint-Porchaire pour Rigné. Il est tentant de penser que les Boyer père et fils ont été les directeurs de ce faïencierie de Saint-Porchaire, du moins dans la première époque.

Pour celle-ci, les registres paroissiaux nous donnent les noms de quelques faïenciers qui semblent avoir travaillé à Saint-Porchaire:

— Thomas Berthié ou Bertié, à l'occasion du baptême de son fils, le 17 août 1775. Celui-ci paraît être d'origine nivernaise ⁽³⁰⁾.

⁽²⁷⁾ Paris, archives nationales, F 12-1476; *Revue poitevine et saintongeaise*, VI, Poitiers-Saints, 1889, p. 337.

⁽²⁸⁾ PASCAL PAINEAU, *Une paroisse du bocage bressuirais au XVIII^e siècle: Chanteloup* (mémoire de maîtrise, université de Poitiers), Poitiers, 1982, p. 52.

⁽²⁹⁾ Niort, archives départementales des Deux-Sèvres, 2 C 272: administration du domaine, registres de contrôle des notaires, bureau de Bressuire.

⁽³⁰⁾ DU BROC DE SEGANGE, *op. cit.*, p. 131.

— Pierre Petit, qu'on trouve qualifié de faïencier dans l'acte de baptême de son fils, le 5 décembre 1778. Le parrain en est Philbert Dubois qui, l'année précédente, était peintre à la manufacture de Rigné. Ce dernier était, semble-t-il, apparenté à une famille de faïenciers nivernais ⁽³¹⁾. Petit ira ensuite travailler à Rigné, avant de regagner la Touraine, qui paraît être son pays d'origine.

Avec l'année 1782 apparaît ce qu'on pourrait appeler une nouvelle génération de faïenciers, et on peut y voir un lien avec le départ présumé de la famille Boyer.

Philippe Dubreuil, mentionné à Saint-Porchaire du début de 1781 à son décès survenu le 27 février 1786, est qualifié de faïencier dans son acte d'inhumation. Si Dubreuil semble être étranger à Saint-Porchaire, les autres faïenciers sont en revanche originaires du bourg et paraissent appartenir au milieu des potiers.

Ainsi en est-il de Pierre Charon, fils d'un boulanger du bourg, qui est qualifié de faïencier de 1783 à 1787, époque de son décès. Il en est de même pour Jean Gaillard, gendre d'un potier de Saint-Porchaire, faïencier de 1784 à la Révolution. Il n'est pas sans intérêt de noter qu'après la Révolution il travaillera à nouveau à la faïencerie de Saint-Porchaire. Il en est également ainsi pour Jean ou Jacques Métay, manœuvre à la faïencerie de 1785 à 1790.

La lecture des registres paroissiaux suggère deux époques dans la vie de cette manufacture: la première, avec la famille Boyer, avec l'aide de faïenciers qu'on pourrait qualifier de «professionnels», puis une autre à partir de 1782, avec un recrutement beaucoup plus local, sous une direction actuellement inconnue, celle peut-être de Dubreuil.

En partie incendiée et détruite pendant les guerres de Vendée, la faïencerie de Saint-Porchaire était à nouveau en activité en 1800. Elle le restera jusqu'au début de l'année 1854.

*

* *

La création de la manufacture de Rigné suit de peu celle de Saint-Porchaire. Là aussi nous avons affaire à une initiative du seigneur dont relevait ce petit bourg du Thouarsais. Il était et est encore composé de deux hameaux distincts: l'un, le Ruault, où se trouvait le château de l'Audérie, demeure de Jean-Baptiste-François de La Haye Laudérie, propriétaire de

⁽³¹⁾ *Id., ibid.*, p. 144.

la faïencerie, et le second, Rigny-Iversais ⁽³²⁾, où il installa celle-ci dans des immeubles qui en ont conservé le nom. Les restes du four qu'on y aperçoit encore actuellement sont ceux de la tuilerie qui lui succéda au XIX^e siècle, mais on devine cependant l'articulation des divers bâtiments, «fours, magasins, et chambres pour les ouvriers [...]», comme il est dit dans l'avis paru dans les *Affiches du Poitou* du 23 septembre 1784. On y voit encore les traces du bassin qui servait à décanter les terres.

C'est probablement dans le courant de l'année 1774 que la fabrication de la faïence y commença. Le numéro du 19 octobre 1775 des *Affiches du Poitou* contenait l'avis suivant: «On écrit de Thouars qu'on a établi depuis quelques temps près de cette ville une fayancerie qui a le plus grand succès et on nous en promet des détails que nous nous empresserons de publier». Les premiers noms de faïenciers ont été relevés dans les registres de l'année 1774. On peut également rapprocher de ces éléments le prêt de 8.000 livres souscrit par le sieur de La Haye le 19 juin 1775 ⁽³³⁾, dont on peut supposer qu'il a servi à financer les premières dépenses. Les papiers de l'Audérie semblent perdus. Lors de la vente de la terre en janvier 1808, ceux-ci ont été transférés au nouvel acquéreur, le comte Charles Brunet de Neuilly, dont la descendance, qui a quitté Rigné dans le cours du XIX^e siècle, semble aujourd'hui éteinte, ce qui nous prive des baux.

Nous sommes tentés, d'après le dépouillement des registres paroissiaux, de distinguer trois périodes dans le déroulement de l'existence de la manufacture.

La première va de 1774 à 1778 environ. Elle correspond à la présence à Rigné d'un certain nombre de faïenciers, parmi lesquels figure en particulier Claude Denou, gendre de Michel Boyer, que nous avons déjà rencontré à Saint-Porchaire. Présent dans les registres de 1774 à 1777, il est tantôt appelé faïencier ou maître faïencier et paraît avoir été le premier directeur de la faïencerie. Au demeurant, l'épouse du seigneur de l'Audérie est la marraine de l'un de ses enfants.

En même temps que lui figurent selon leur ordre d'apparition:

— Jean Debesse, qualifié de tourneur en faïence, de 1775 à 1778, année de son décès survenu le 30 mars, qui semble être apparenté à une famille de faïenciers nivernais ⁽³⁴⁾.

⁽³²⁾ *Les fiefs de la vicomté de Thouars d'après l'inventaire de Jean Frédéric Poisson*, publ. par le duc de LA TRÉMOILLE & H. CLOUZOT, Niort, 1893, p. 146. Le toponyme d'Yversais apparaît également dans les registres paroissiaux de Rigné.

⁽³³⁾ Thouars, office notarial, étude Albrespy-Pitaud, Acte Rouault, notaire à Thouars.

⁽³⁴⁾ DU BROC DE SEGANGE, *op. cit.*, p. 131.

— Nicolas Sautier ou Fautier, tourneur en faïence en 1775.

— Jean-Adam Windschickelle, celui-là même que nous avons rencontré aux origines de la faïencerie de Parthenay. Il est allé ensuite travailler à La Rochelle. Il est présent à Rigné de 1776 à 1778.

— Pierre Bréant, tourneur en faïence en 1777 et 1778, qu'on peut rapprocher d'un faïencier de Rouen cité par Pottier dans son *Histoire de la faïence de Rouen* ⁽³⁵⁾.

— Jacques Poireau, «manœuvre de Monsieur de la Haye», décédé le 6 septembre 1776.

— Philbert Dupois, qualifié en 1777 de peintre à la faïencerie, qui paraît être originaire de Nevers. L'année suivante, il sera à Saint-Porchaire.

— Antoine Moser, peintre, présent le 30 mars 1778 à l'inhumation de Jean Debesse. Est-ce le même que celui cité par Hans Haug, en 1770 ⁽³⁶⁾?

La seconde période coïnciderait avec l'arrivée à Rigné de Pierre Petit. Ce faïencier, que nous avons déjà rencontré à Saint-Porchaire, paraît avoir été le second directeur de la manufacture de Rigné. Sa femme est qualifiée de fermière de la faïencerie dans l'acte de décès de l'un de ses fils, et il est mentionné de 1780 à 1782. Par l'acte de naissance d'un autre de ses enfants ⁽³⁷⁾, Jean, nous savons qu'il était en 1786 à Neuville-de-Touraine, où il exerçait toujours la même profession. Il semble bien cependant qu'il ait quitté le pays thouarsais en 1784. Le numéro du 23 septembre des *Affiches du Poitou* publiait l'annonce suivante: «A affermer faïencerie près de Thouars appartenant à M. de la Haye de Rigny. Elle est très facile d'exploitation et a toutes les commodités nécessaires: four, magasins, chambres pour les ouvriers. S'adresser à M. de la Haye en sa terre de Rigny près Thouars». En même temps que Petit, un faïencier originaire de Saintes, Jacques Dury, dont le père aurait été le directeur de la manufacture des Sazerac à Saintes, est mentionné dans les registres de 1782 ⁽³⁸⁾.

Il semble bien qu'une interruption de l'activité de la faïencerie se soit produite autour de l'année 1784, interruption qui pourrait être confirmée par l'absence des faïenciers dans les registres de Rigné de 1782 à 1786.

⁽³⁵⁾ ANDRÉ POTTIER, *op. cit.*, p. 186.

⁽³⁶⁾ HANS HAUG, *Les faïences et porcelaines de Strasbourg*, Strasbourg, 1922, rééd. Paris, 1979, p. 41.

⁽³⁷⁾ Bressuire, archive municipale, état-civil de Saint-Porchaire, s./n.

⁽³⁸⁾ DANGIBEAUD, «Notes sur les potiers, faïenciers et verriers de la Saintonge», dans *Recueil de la Commission d'Arts et Monuments de la Charente-Inférieure*, La Rochelle, 1883, p. 267.

La mise en ferme de la faïencerie pourrait correspondre à une cessation temporaire, peut-être le départ du directeur.

La reprise de l'activité a dû être concomittante avec l'arrivée à Rigné d'un faïencier originaire de Bergerac, qui avait auparavant dirigé la manufacture de Chef-Boutonne, Jean Perchain. Celui-ci, qui y était encore présent le 13 juin 1786 ⁽³⁹⁾, est qualifié de «maître et directeur de la fabrique de faïence de Rigné», dans l'acte de baptême de sons fils Jean, le 25 mai 1788. On peut supposer que la reprise de l'exploitation s'est produite dans le courant de l'année 1787. Perchain restera dans le pays thouarsais. On connaît le nom de l'un des ouvriers de cette période: Jean Arnould, garçon faïencier, mentionné de 1788 à 1790.

Perchain décédera à Rigné le 21 novembre 1791. Il avait été précédé dans la tombe par Jean-François de La Haye, décédé le 23 juin 1790. Ces décès successifs mettront un terme définitif à la fabrication de la faïence dans le pays thouarsais. Dupin ne mentionne la faïencerie de Rigné que pour dire qu'elle était fermée depuis huit années ⁽⁴⁰⁾.

*

* *

Comme celle de Parthenay, la faïencerie de Chef-Boutonne doit son existence à un marchand de ce bourg, Jean Orillat dit le Jeune. Les différents arrêts qui ont jalonné le long procès qui l'opposa à son directeur, Jean Viette, nous ont permis de mieux connaître les circonstances de la vie de cet établissement.

Tout au long de l'année 1776, le 12 septembre, Orillat rencontre à Châteauneuf-sur-Charente le faïencier Jean Viette qui venait, à la suite du départ de ses ouvriers pour Cognac, de fermer l'établissement qu'il avait ouvert quelques années plus tôt ⁽⁴¹⁾. Les deux hommes décident de s'associer pour fonder une manufacture de faïence au bourg de Chef-Boutonne. La durée de la société sera de quinze ans et Orillat fera toutes les avances, tandis que Viette conduira les ouvriers et y travaillera lui-même. Ces conventions sont contenues dans un acte sous seing privé qui serait resté inconnu si les relations entre tous les deux n'avaient pas tardé à s'envenimer, les amenant à le faire contrôler pour lancer la procédure ⁽⁴²⁾.

Celle-ci fut émaillée de nombreux arrêts, tant de la juridiction consulaire de Poitiers ⁽⁴³⁾ que du Parlement de Paris ⁽⁴⁴⁾. Entamée en août 1779, elle se termina par une transaction intervenue après le dernier arrêt du Parlement de Paris rendu le 11 janvier 1782.

⁽³⁹⁾ Pour la baptême de sa fille Suzanne.

⁽⁴⁰⁾ DUPIN, *op. cit.*, p. 31.

Ce fût surtout une bataille d'experts. A ceux nommés par Poitiers, Louis Sazerac, faïencier à Angoulême pour Viette, et Mathurin Epron, faïencier à Tours, pour Orillat en remplacement de Couzatz, de Saintes, primitivement commis, succédèrent ceux nommés par le Parlement de Paris: Pierre Lebrun, fabricant de faïence à Saint-Christophe de Touraine, pour Orillat et Pierre Pasquet, fabricant de faïence au Pont Joubert, paroisse de Sainte-Radegonde de Poitiers, pour Viette.

Les juges de Poitiers avaient repris dans leur décision définitive ⁽⁴⁵⁾ le rapport des deux premiers experts, rapport au demeurant confondant pour Viette et qui contient des éléments intéressants pour la vie de la fabrique. La première vente de faïence avait eu lieu le 30 octobre 1777 ce qui place le démarrage de la fabrication dans le courant de cette année. Le produit des ventes depuis cette date jusqu'au mois de juillet 1779 s'élève à la somme de 12.299 livres 14 sols 1 denier, pour une durée d'environ deux ans, somme qui nous paraît relativement faible. Viette avait vu large, car il avait ouvert des dépôts à Ruffec, Civray, Poitiers, Niort, Fontenay-le-Comte, Aulnay. Mais les dépenses pour la même durée se montaient à la somme de 14.901 livres 5 sols 5 deniers. La perte qui s'ensuivait n'était certainement pas le résultat recherché par Orillat, et on doit y voir la cause de la rupture entre ceux-ci.

Le rapport des experts nommés par le Parlement de Paris était moins dur pour Viette sans pour cela le décharger totalement. Finalement, le Parlement autorisait Orillat à faire vendre les faïences fabriquées par Viette et entreposées dans les divers magasins ⁽⁴⁶⁾, et ce fut celui-ci qui racheta en décembre 1782 sa propre fabrication ⁽⁴⁷⁾, sans doute pour éviter des paiements plus onéreux et mettre fin au procès.

La marche de la manufacture avait été interrompue par les opérations d'expertise, et sans attendre l'issue du procès, Orillat engageait un nouveau directeur: Jean Perchain. Celui-ci, originaire de Bergerac, était le fils d'un

⁽⁴¹⁾ ROBERT DELAMAIN, «Les arts céramiques en Angoumois», dans *Bulletin et Mémoires de la Société archéologique et historique de la Charente*, LXXVII, Angoulême, 1934 [1935], pp. 44-45.

⁽⁴²⁾ Niort, archives départementales des Deux-Sèvres, 2 C 489: administration du domaine, registres du contrôle des notaires, bureau de Chef-Boutonne.

⁽⁴³⁾ Poitiers, archives départementales de la Vienne, B suppl. 1, liasse 71, arrêts des 6 août 1779, 10 décembre 1779 et 22 février 1780.

⁽⁴⁴⁾ Paris, archives nationales, X1B 4103, 8596, 4110, 4128, 4940, 4150, arrêts des 16 mars, 4 avril, 23 juin 1780, 20 mars 1781, 11 janvier 1782.

⁽⁴⁵⁾ Le 22 février 1780.

⁽⁴⁶⁾ Le 11 janvier 1782.

⁽⁴⁷⁾ Chef-Boutonne, office notarial, étude Pierron, Acte Prieur, notaire à Chef-Boutonne, des 9 et 28 décembre 1782.

faïencier qui, né à Montpellier, était venu fonder en Périgord une fabrique de faïence qu'il avait ensuite vendue à la famille Bonnet ⁽⁴⁸⁾. Le 1^{er} décembre 1781, Perchain épousait à Chef-Boutonne Marie-Madeleine Prieur. Alors que le procès opposant Orillat et Viette n'était pas encore terminé, Perchain était qualifié dans son acte de mariage de «directeur de la fabrique de fayance de ce lieu».

Les magasins ayant été purgés des faïences de Viette, la fabrication pouvait reprendre. Perchain va rester à Chef-Boutonne jusque dans le courant de l'année 1786, avant de gagner Rigné pour y révéler la manufacture de faïence que le seigneur de l'Audérie y avait fondée quelques années auparavant.

Nous connaissons par les registres paroissiaux les noms de quelques-uns des faïenciers qui ont travaillé à Chef-Boutonne, sûrement avec Perchain puisque leur présence y est attestée dès 1781, mais sans qu'on puisse affirmer qu'ils étaient déjà là du temps de Viette.

— Georges Biauveau, originaire de la paroisse Saint-Pierre de Saint-Yrieix en Limousin, qu'on trouve mentionné deux fois, dont la seconde à l'occasion de son mariage avec Marianne Joncla le 11 juin 1782.

— Gaspard Creuzeau, que nous avons déjà rencontré à Parthenay et dont nous savons par Musset ⁽⁴⁹⁾ qu'il était encore à La Rochelle le 14 novembre 1777 et y participait à la manifestation des ouvriers de cette manufacture. Creuzeau restera à Chef-Boutonne, depuis 1781 au moins (il est présent au mariage de Perchain) jusqu'à son décès, survenu le 5 août 1790.

— Louis Vigand vient aussi de La Rochelle. Sans doute a-t-il suivi Creuzeau. Il participe avec lui à la manifestation des ouvriers ⁽⁵⁰⁾ et, présent à Chef-Boutonne dès 1782 au moins, il en épouse la fille le 21 août 1785.

On est ainsi conduit à considérer que deux périodes ont rythmé la vie de la manufacture de Chef-Boutonne: la première avec Jean Viette depuis la conclusion de l'association avec Orillat jusqu'à sa rupture intervenue en juillet 1779, puis une seconde avec la présence de Perchain qui paraît bien avoir dirigé cet atelier jusqu'à son départ pour Rigné, départ

⁽⁴⁸⁾ Pour la famille Perchain, on consultera avec intérêt l'ouvrage de JEAN THUILE, *La céramique ancienne à Montpellier*, Paris, 1943, p. 278.

⁽⁴⁹⁾ G. MUSSET, *op. cit.*, p. 165.

⁽⁵⁰⁾ *Id.*, *ibid.*, p. 176.

donc nous ignorons les raisons. La vie de la faïencerie semble avoir continué jusqu'à la Révolution, sûrement sous la direction de Creuzeau.

Nous ignorons actuellement l'emplacement de cette fabrique, mais si on se limite aux termes du rapport des experts commis par Poitiers, qui reprochaient à Viette d'avoir fait construire un moulin à eau pour broyer les couleurs, on peut supposer qu'elle avait été installée sur les rives de la Boutonne.

Il semble qu'elle ait fonctionné jusqu'après la Révolution. Dupin, dans sa *Statistique* de l'an XII, la mentionne comme employant encore sept ouvriers. L'un d'eux, Philbert Talbotier, se mariait à Chef-Boutonne le 5 juin 1810. Le même figure en 1818 dans le personnel de la faïencerie de Niort parmi les créanciers de la faillite de la famille Lezay. Ceci laisse penser que la manufacture de Chef-Boutonne avait, à cette époque, fermé ses portes.

*

* *

Cette approche de l'histoire de nos quatre faïenceries serait incomplète, si elle n'était prolongée par un essai d'identification de leurs productions. Si celles-ci sont pratiquement inconnues, il ne s'ensuit pas forcément qu'on doive en rester à ce constat d'ignorance; mais il faut bien convenir que ce problème est, dans l'état actuel de nos connaissances, difficilement soluble, et ceci vaut pour l'ensemble des fabrications issues des ateliers poitevins.

Il n'existe que très peu de pièces de référence, et encore faut-il, d'entrée de jeu, faire observer que la majorité d'entre elles provient de dons faits par Benjamin Fillon, dont on sait la suspicion qu'il inspire. Ainsi en est-il d'une assiette attribuée à la fabrique de Rigné, actuellement conservée au musée de Sèvres et décrite par Fillon dans *L'art de terre* comme représentant saint Jean-Baptiste avec l'inscription: «Jean Baptiste Jagault, 1773». En réalité, la dédicace est celle-ci: «Jean Baptiste Jagault, No^{re}, 1770»⁽⁵¹⁾, et à cette époque nous n'avons pas trouvé trace de faïenciers dans les registres de cette paroisse. En outre, et nous avons pu le constater, cette assiette est typiquement nivernaise. Au demeurant, il ne semble pas qu'on puisse faire remonter au delà de 1773-1774, les débuts de la fabrication dans ce petit bourg du Thouarsais.

Par ailleurs, les passages successifs des faïenciers d'un atelier à un autre, comme la diversité de leurs origines, excluent qu'on puisse espérer découvrir un style bien affirmé pour chaque manufacture. En réalité, c'est tout le contraire. Si l'on veut bien considérer les cheminements suivis par certains d'entre eux, tels Denou qui, d'abord installé à Saint-Porchaire, gagne ensuite

(51) E. GARNIER, *op. cit.*, p. 324, n° 995.

Rigné, ou Petit, qui suit le même itinéraire, ou encore Dubois, dont la route croise celle des deux précédents mais en sens inverse, on peut, sans grand risque, tenir pour assuré qu'ils ont fait dans ces deux ateliers les mêmes productions. Perchain a assuré successivement la direction des faïenceries de Chef-Boutonne et de Rigné sans que pour cela on puisse en déduire que son faire ait été modifié. Les voies suivies par Creuzeau et Windschickelle sont encore plus compliquées: Parthenay d'abord, La Rochelle ensuite pour tous les deux, puis Chef-Boutonne pour le premier, Rigné pour le second; nul doute qu'ils aient employé dans ces deux centres des procédés rochelais.

La diversité des origines de ces faïenciers est tout aussi éclatante: trois viennent de La Rochelle ou y ont séjourné: Creuzeau, Vigand, Windschickelle; Moser est, semble-t-il, venu de Strasbourg; trois sont liés à des familles de faïenciers nivernais: Berthié, Debesse et Dubois; Perchain est originaire de Bergerac, Bréant de Rouen, Dury de Saintes; Charron, Gaillard, Métay à Saint-Porchaire ont été formés sur place; avant de diriger Chef-Boutonne, Viette a fondé la manufacture de Châteauneuf-sur-Charente, près d'Angoulême. Enfin, pour plusieurs, nous ignorons tout d'eux. Nul doute que chacun ait continué à employer ses procédés habituels.

Aussi apparaît-il très vite qu'on ne peut espérer trouver un style bien déterminé pour chacune de ces fabriques et qu'il est préférable de rechercher des motifs décoratifs ou des agencements qui présentent une certaine originalité, sans vouloir les rattacher à tout prix à une faïencerie, mais bien plutôt à un ensemble. Dans l'état actuel de nos connaissances, la base de ces recherches est encore très limitée. Nous disposons seulement de quelques pièces qu'une tradition ancienne attribue à certains de nos ateliers. La majorité de celles-ci appartient aux collections du musée de Thouars, dont une grande partie est constituée par les donations consenties par les frères Barré, Gustave et Henri, tous deux médecins. Si le premier semble avoir surtout collectionné les tableaux à Paris, où il exerçait sa profession, le second, résidant à Thouars, paraît bien avoir recueilli dans sa clientèle thouarsaise l'essentiel des céramiques, parmi lesquelles figurent de nombreuses faïences qu'il attribuait à la faïencerie de Rigné. Parmi celles-ci, quelques-unes seulement nous ont paru appartenir à cet atelier. Il s'agit de faïences de grand feu et les assiettes ont toutes l'aile chantournée.

La première est un plat à barbe en faïence blanche, portant sur le fond les armes de Jean-Baptiste-François de La Haye Laudérie, propriétaire de la faïencerie: d'or à six merlettes de sable posées, trois, deux et une, avec un filet denticulé au rebord de l'aile ⁽⁵²⁾ [Pl. I].

⁽⁵²⁾ Thouars, musée, Inv. 233.01.245. Long.: 0,382 m. Pour la famille La Haye-Laudérie, voir H. BEAUCHET-FILLEAU, *Dictionnaire historique et généalogique des familles du Poitou* [...], 2^e éd., IV, Poitiers, s./d. [1906], pp. 748-750.

Plusieurs séries d'assiettes doivent être également rattachées à cette manufacture. Tout d'abord sept qui présentent un décor polychrome de trois fleurettes dans une couronne de lauriers tressés entourée de filets sur le fond avec frise de fleurettes et filet au rebord ⁽⁵³⁾. Une huitième en est conservée au musée de Bressuire ⁽⁵⁴⁾.

Puis six décorées d'une tulipe panachée de jaune et brun avec fleurettes au fond, quadrillés et feuilles de fougères stylisées sur l'aile ⁽⁵⁵⁾ [Pl. III, n° 1]. Une variante de ce décor existe également dans lequel les feuilles de fougères sont remplacées par des clochettes ⁽⁵⁶⁾ [Pls. II et III, n° 2].

Enfin trois présentent une tulipe jaune avec des fleurettes liées ensemble au fond avec frises de feuilles concentriques au marli et sur l'aile ⁽⁵⁷⁾ [Pl. III, n° 3].

Ces trois types de décors nous paraissent originaux et nous ne les avons rencontrés que dans le Nord des Deux-Sèvres. Le second mérite un développement supplémentaire. Il nous est apparu comme étant assez proche dans sa composition de certains décors bergeracois exécutés, il est vrai, au petit feu. Si on se souvient que Perchain, dernier directeur de Rigné, était originaire de cette ville, on est tenté de lui attribuer ce décor, mais il faut, bien entendu, admettre qu'il a pu être également réalisé à Chef-Boutonne, qu'il a dirigée avant de venir à Rigné. Au demeurant, ce décor pourrait correspondre à une époque antérieure à l'introduction du petit feu à Bergerac.

Moins bien typée que les assiettes précédentes, une soupière ⁽⁵⁸⁾ dont le décor polychrome à la rose manganèse sur fond blanc a mal supporté la cuisson tout autant que l'inscription qui court à base du couvercle: «M. de Lagatrounie avocat en Parlement à Thouars», sans date, peut être rattachée à Rigné. Sa forme à côtes rappellerait celle de pièces de forme montpelliéraines ou bordelaises [Pl. IV, n° 1]. Le personnage auquel cette faïence a été dédiée n'a pu à ce jour être identifié.

Un encrier trilobé en faïence blanche à décor polychrome de fleurettes ⁽⁵⁹⁾ [Pl. IV, n° 2] peut être également attribué à cette même fabrique en la rapprochant de la soupière ci-dessus.

Enfin, appartenant à l'ancienne collection Imbert, deux grands cachepots de jardin sont attribués à Rigné ⁽⁶⁰⁾ [Pl. V, n°s 1-2]. Le décor polychrome

⁽⁵³⁾ *Id.*, Inv. 247.01.269 à 253.01.275. D.: 0,228 m.

⁽⁵⁴⁾ Bressuire, musée, Inv. 71.005, ancienne collection des Amis du vieux Bressuire, don Merle.

⁽⁵⁵⁾ *Id.*, Inv. 241.01.233 à 246.01.238. D.: 0,233 m.

⁽⁵⁶⁾ Bressuire, collection Charles Merle. D.: 0,227 m.

⁽⁵⁷⁾ Thouars, musée, Inv. 238.01.239 à 240.01.241. D.: 0,233 m.

⁽⁵⁸⁾ *Id.*, Inv. 234.01.279. D.: 0,260 m.

⁽⁵⁹⁾ *Id.*, Inv. 237.01.441. Long.: 0,130 m.

⁽⁶⁰⁾ *Id.*, Inv. 235.02. et 236.02. D.: 0,396 m et haut.: 0,485 m.

de personnages chinois et les chevrons du pied, même s'ils évoquent une indiscutable influence nivernaise, ne remettent pas en cause cette attribution qui, en raison de leur provenance locale, nous paraît plausible.

Semblable origine vaut aussi pour trois autres pièces: deux bouteilles à passants dont la panse aplatie porte la date 1782 inscrite en manganèse, données l'une par un habitant d'Oiron et l'autre par un ébéniste de Thouars ⁽⁶¹⁾, ainsi qu'un sucrier rond à couvercle et deux anses à décor polychrome de guirlandes et filets donné par un ancien maire de Thouars, Reverdit ⁽⁶²⁾. Si ce n'étaient ces provenances locales, l'attribution à une fabrique quelconque serait tout-à-fait illusoire, ce genre de pièces ayant été fabriqué un peu partout en France à la fin de l'Ancien Régime. Les deux bouteilles viennent de l'ancienne collection Imbert, le sucrier du legs Barré.

S'il est possible d'avancer quelques hypothèses sur les productions de Rigné en isolant quelques spécimens, il en va tout autrement pour les autres manufactures. Il est vraisemblable qu'une partie des fabrications de Saint-Porchaire se rapproche sensiblement de celles de Rigné, puisque les mêmes faïenciers ont travaillé dans ces deux ateliers. Par ailleurs, il faut bien convenir qu'attribuer presque exclusivement à Saint-Porchaire, comme l'avait fait Fillon, des faïences à fond noir communément appelées «culs-noirs» n'était pas sérieux, car il s'agit là d'une production commune à toutes les fabriques françaises à la fin de l'Ancien Régime. A l'évidence, Saint-Porchaire, comme les autres manufactures, a fait des plats ou assiettes de ce type, sans qu'on puisse, en dehors de précisions sur leur provenance, les attribuer à une manufacture plutôt qu'à une autre. Tout au plus peut-on les rattacher à une région.

Sans être mieux renseigné sur les productions de Parthenay ⁽⁶³⁾, nous avons cependant pour cette manufacture quelques éléments d'appréciation. Nous savons par les conclusions développées par Dain devant le Présidial de Poitiers ⁽⁶⁴⁾ lors du procès qui l'opposait à François Bon, propriétaire de la faïencerie, que celle-ci produisait entre autres choses des plats, des

⁽⁶¹⁾ *Id.*, Inv. 286.02.144 et 287.02.146. Haut.: 0,195 et 0,170 m.

⁽⁶²⁾ *Id.*, Inv. 274.01.285. Haut.: 0,150 m.

⁽⁶³⁾ BENJAMIN FILLON, dans son *L'art de terre chez les Poitevins*, p. 175, avait signalé un service de table aux armes des Guichard d'Orfeuille: d'argent à trois têtes de léopard lampassés et couronnées de gueules peintes en bleu et surmontées d'une couronne de marquis remplissant le fond des assiettes et des plats qu'entoure une bordure de petits lambrequins de même couleur. Lorsqu'on sait que Bon a installé sa faïencerie dans un immeuble appartenant à cette famille, on est tenté d'attribuer ce service à la manufacture de Parthenay. Encore faudrait-il savoir ce que sont devenus les pièces le composant et peut-être également en démontrer l'existence.

assiettes ou des mazarines. Très peu de ces pièces sont actuellement connues. Cependant il existe dans des collections particulières plusieurs faïences qui proviennent de la famille du faïencier parthenaisien: une petite soupière ou sucrier ⁽⁶⁵⁾, un plat et deux assiettes ⁽⁶⁶⁾, que la tradition orale rattache à cet atelier.

La petite soupière ou sucrier est de forme ronde avec un couvercle, munie de deux anses doubles à enroulements et cabochons et la prise du couvercle est en forme de fruit en relief. Le décor de grand feu est fait de cartouches ornés de paysages ou monuments entre des quadrillés, tant sur la panse que sur le couvercle, avec des moustiques et des papillons. Un bouquet est placé sur le fond de la pièce. L'ensemble est traité dans une polychromie assez vive. Cette faïence beaucoup plus luxueuse que ce qu'on peut s'attendre à trouver dans une fabrique tout-à-fait secondaire se rapproche de productions nivernaises communément qualifiées à la manière de Saxe. La présence d'un faïencier allemand aux débuts de la fabrication nous semblerait être un argument en faveur de l'attribution à Parthenay de cette pièce délicate.

En ce qui concerne le plat et les assiettes attribués à cette fabrique, nous sommes un peu plus réservés. Le plat de forme ovale, à bord fortement découpé d'une manière qui rappelle des modèles italiens ou allemands, présente sur un émail gris blanc un décor de fleurettes en polychromie de bleu, vert, jaune, manganèse, disposées au centre et sur les ailes, avec des feuilles de fougères en forme d'accolade et surtout de petites feuilles à trois lobes assez curieuses. Le trait est fait en manganèse, et les bords sont moulurés comme ceux des plats d'argent [Pl. VI, n° 1].

L'assiette numéro un présente au centre un bouquet fleuri cerné par une rangée de perles manganèse au marli, l'aile étant décorée de fleurettes tournées vers le fond et placées entre des branches à petites feuilles bleues formant des arcs de cercle, séparées par des fleurettes. L'ensemble évoque des tissus. On notera la présence de rehauts de rouge de fer [Pl. VI, n° 2].

La seconde assiette présente au centre un bouquet à la rose manganèse avec fleurettes et branchages alors que l'aile est ornée d'une frise de fleurettes réunies par un filet manganèse à feuilles [Pl. VI, n° 3].

⁽⁶⁴⁾ Parthenay, Papiers Maurice Poignat.

⁽⁶⁵⁾ Collection Poignat, ancienne collection Turpin et provenant de la descendance de François Bon. Haut.: 0,130 m et D.: 0,148 m.

⁽⁶⁶⁾ Ces trois pièces sont dans une collection particulière à Parthenay et ont été acquises de mademoiselle Lacour, descendante de François Bon (renseignement Maurice Poignat). Nous remercions ce dernier pour l'aide qu'il nous a apportée. Long. du plat: 0,380 m; D. des assiettes: 0,228 m pour la première, 0,230 m pour la deuxième.

Une autre assiette ⁽⁶⁷⁾, présentée comme provenant de la région d'Amailoux, est décorée en camaïeu bleu d'un œillet stylisé au centre avec au rebord un galon avec peignés identique à ceux de deux assiettes attribuées à Poitiers et figurant dans les planches du *Répertoire de la faïence française* [Pl. VII, n^{os} 1-2]. Même si celle-ci ne provient pas de Parthenay, peut-être a-t-elle des chances d'appartenir à une fabrication poitevine.

S'il est vraisemblable qu'une partie des productions de la seconde période de Chef-Boutonne puisse être proche de celles de Rigné, compte tenu de la présence de Perchain dans l'un et l'autre de ces deux ateliers, nous ne connaissons rien des faïences fabriquées par Viette. Une assiette de l'ancienne collection Bonnet ⁽⁶⁸⁾, trouvée dans la région de Saint-Maixent, pourrait peut-être se rattacher à cette fabrication; décorée en grand feu d'un œillet au centre et d'un galon ondulé au rebord, elle présente une pâte grossière [Pl. VIII, n^o 1]. Beauchet-Filleau ⁽⁶⁹⁾ avait attribué à cet atelier plusieurs bouteilles à large panse et long goulot ornées du mot *BOY* ou *ROY*, mais ce sont là des productions communes à toutes les manufactures de la fin de l'Ancien Régime.

Finalement, nous joignons à ce rapide survol cinq pièces que nous pensons proviennent du Poitou. Trois appartiennent à des collections déjà anciennement rassemblées et présentent un arbre stylisé traité en bleu et vert sur terrasse au centre avec un galon à peignés au bord, mais disposés en sens inverse de ceux rencontrés sur l'assiette numéro trois de Parthenay. L'une, conservée au musée de Bressuire, vient de l'ancienne collection Bonnet et porte au dos une étiquette d'exposition malheureusement illisible ⁽⁷⁰⁾ [Pl. VIII, n^o 2]; les deux autres sont encore dans une collection privée à Bressuire ⁽⁷¹⁾. Mais la forme de ces assiettes est très proche de celle des faïences rouennaises. Cependant, sans pouvoir les rattacher à une fabrique plutôt qu'à une autre, nous sommes tentés de considérer qu'il s'agit là de fabrications poitevines.

En font aussi probablement partie deux autres faïences qui sont au musée de Bressuire. La première, trouvée dans la région de Thouars, est un plat rond à bord chantourné et revers noir, décoré en camaïeu bleu de

⁽⁶⁷⁾ Thouars, collection particulière.

⁽⁶⁸⁾ Actuellement conservée au musée de Bressuire, Inv. 76.423. Don docteur Louis Merle et Madame, née Germaine Bonnet.

⁽⁶⁹⁾ H. BEAUCHET-FILLEAU, «Recherches historiques sur Chef-Boutonne», *art. cit.* Il y signale quelques assiettes qui lui ont été présentées comme provenant de la faïencerie de Chef-Boutonne, mais l'imprécision de leur description leur enlève tout utilité.

⁽⁷⁰⁾ Bressuire, musée, Inv. 74.341. D.: 0,288 m, don docteur Louis Merle.

⁽⁷¹⁾ Mademoiselle Renée Besnard.

grand feu d'une corbeille fleurie au centre et galon sur le rebord de l'aile, le tout cerné d'un trait de manganèse ⁽⁷²⁾ [Pl. VIII, n° 3]. La seconde, provenant de la région de Secondigny, est un petit plat octogonal, profond, à fond plat, décoré en camaïeu bleu de grand feu, d'une fleur au centre avec galon ondulé avec perles souligné d'un filet et d'une ligne de godrons sur le rebord de l'aile ⁽⁷³⁾ [Pl. VIII, n° 4].

Il va de soi que cette énumération ne saurait être tenue pour exhaustive. Tout au plus entendons-nous lui donner une simple valeur indicative. Elle illustre en tout cas la difficulté qu'on peut rencontrer dans la recherche des attributions, leur fragilité et les limites qu'on ne peut dépasser.

*

* *

Les quatre ateliers que nous venons d'étudier ne rendent pas compte de la totalité des fabrications poitevines. Il n'est cependant pas sans intérêt de souligner que, sur les sept manufactures de faïence qui ont fonctionné en Poitou durant les dernières années de l'Ancien Régime, quatre, soit plus de la moitié, ont été créées sur le territoire de la province aujourd'hui couvert par le département des Deux-Sèvres, la distinction toute théorique entre haut et bas Poitou étant ici transcendée. A n'en pas douter, il y a là une corrélation avec une activité céramique antérieure et avec la présence de bancs d'argile plus importants ici qu'ailleurs.

Mais on peut cependant étendre à l'ensemble des ateliers poitevins une partie des conclusions qu'on peut tirer de cet exposé. Nous sommes en présence de manufactures peu importantes, dont la production a été peu considérable. Le nombre de faïenciers répertoriés pour chacune d'entre elles demeure très limité: cinq dans le meilleur des cas pour Rigné lors de la première époque, de deux à trois pour les autres. Cela nous paraît ne souffrir aucun doute, même si on peut penser qu'il faut compléter ces chiffres d'ouvriers par un nombre actuellement inconnu de journaliers dont les noms ne nous sont pas parvenus et qui étaient occupés à la préparation des terres, à la manutention ou autres tâches accessoires.

Leur production est demeurée relativement faible. Nous n'avons, il est vrai, que peu d'éléments pour en appréhender son importance. Cependant, l'exemple de Chef-Boutonne pour laquelle nous avons quelques données peut être mis en exergue. La produit des ventes de faïences pour les deux premières années de la fabrication s'est élevé à environ 12.300 livres, somme

⁽⁷²⁾ Bressuire, musée, Inv. 73.328.

⁽⁷³⁾ *Id.*, Inv. 84.676, don docteur Louis Merle.

qui nous paraît faible. On peut raisonnablement penser que les mêmes proportions peuvent être admises pour les autres manufactures.

On pourrait également ajouter sans grande crainte d'être démenti qu'il s'agit d'une production à caractère populaire et actuellement mal définie. Même si ces ateliers ont exécuté des pièces de commande, celles-ci demeurent l'exception, l'essentiel de la fabrication ayant été de qualité beaucoup plus rustique, dans le but de concurrencer les produits analogues commercialisés par les manufactures rochelaises ou nivernaises, avec lesquels les productions poitevines se sont confondues et le demeurent encore. Au surplus, ce caractère populaire a conduit les érudits poitevins du XIX^e siècle à s'en désintéresser. Nul doute que l'influence de Fillon ait été ici particulièrement néfaste.

Il semble bien, par ailleurs, que ce soit seulement à partir des années 1770 que l'industrie faïencière ait pris son essor en Poitou, la tentative de Parthenay restant prématurée, même si son échec est lié à des difficultés internes à l'entreprise.

Les faïenciers, ouvriers ou directeurs, qui ont participé à la fabrication des faïences poitevines reconnaissent des origines très diverses. Il est, dans l'état actuel de nos connaissances, hasardeux de chercher à déterminer les courants commerciaux ou les affinités qui ont dirigé leur choix. On le perçoit cependant assez bien pour quelques uns d'entre eux, comme Perchain par exemple. Pour celui-ci, il s'agit d'un itinéraire traditionnel emprunté par de nombreux faïenciers au XVIII^e siècle, qui, partant de Nevers, passe par Montpellier et empruntant ensuite la vallée de la Garonne, irrigue les diverses manufactures du Sud-Ouest de la France. Des ramifications ont pu aboutir à La Rochelle et dans le Poitou. On peut admettre qu'il ait été effectivement suivi par quelques uns des faïenciers qui nous occupent. Force est cependant de reconnaître que nous manquons singulièrement de preuves pour le démontrer. On doit également penser à d'autres influences venues du Nord de la France.

Mais que penser de ce faïencier badois, Jean-Adam Windschickelle, dont on sait le rôle que lui prêtait Musset dans l'introduction du petit feu à La Rochelle? S'agit-il d'un simple ouvrier ou n'est-il pas plutôt le représentant de grands centres de l'Est de la France chargé de trouver de nouveaux marchés? Probablement les deux à la fois, mais la question reste posée.

Quoi qu'il en soit, les faïences poitevines ont sûrement une qualité nettement supérieure à celle qu'avait voulu leur attribuer Benjamin Fillon. Notre but serait déjà presque atteint si nous parvenions à en prouver l'intérêt.

SOMMAIRE

À partir d'une breve estimation critique de l'étude de Benjamin Fillon [1864] auprès de la ceramique traditionnelle du Poitou, les auteurs analysent l'histoire des manufactures de faïence lesquelles ont travaillé pendant la deuxième moitié du XVIII^e dans plusieurs localités d'une aire de celle ancienne province couverte aujourd'hui par le département des Deux-Sèvres: Parthenay, Saint-Porchaire, Rigné et Chef-Boutonne.

Traçant le cadre comparatif de l'évolution de chacune des faïenceries, sans oublier le contexte régional dans lequel elles s'inséraient, les auteurs compilent les principales données sur leurs propriétaires, directeurs et ouvriers.

Finalement ils offrent un essai d'identification des pièces dont leur production est attribuée aux mêmes centres, et qui se trouvent déposées dans les musées de Thouars et Bressuire et aussi dans quelques collections privées.

RESÚMEN

A partir de una breve apreciación crítica del estudio de Benjamin Fillon [1864] sobre la cerámica tradicional del Poitou (zona del Centro de Francia), los autores analizan la historia de las fábricas de faenza que trabajaron durante la segunda mitad del siglo XVIII en varias localidades de un área de aquella antigua provincia que pertenece hoy al departamento de Deux-Sèvres: Parthenay, Saint-Porchaire, Rigné et Chef-Boutonne.

Trazando el cuadro comparativo de la evolución de cada una de dichas manufacturas, sin olvidar el contexto regional en que se insertaban, compilaron las principales noticias acerca de sus propietarios, directores y operarios.

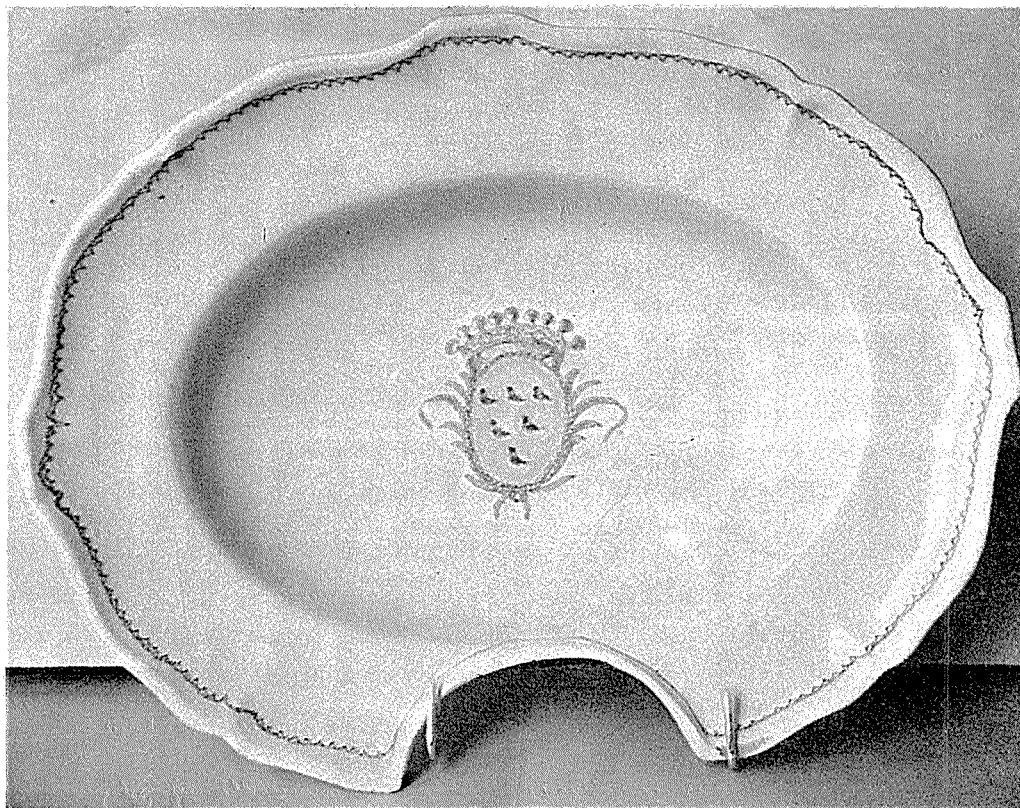
Finalmente, ofrecen una tentativa de identificación de las piezas cuya producción es atribuida a los mismos centros y que se encuentran depositadas en los museos de Thouars y Bressuire y además en algunas colecciones particulares.

RESUMO

A partir de uma breve apreciação crítica do estudo de Benjamin Fillon [1864] sobre a cerâmica tradicional do Poitou (zona do Centro da França), os autores analisam a história das fábricas de faiança que laboraram, durante a segunda metade do século XVIII, em várias localidades do território daquela antiga província que pertence actualmente ao departamento de Deux-Sèvres: Parthenay, Saint-Porchaire, Rigné e Chef-Boutonne.

Traçando o quadro comparativo da evolução de cada um destes estabelecimentos, sem esquecer o contexto regional em que se inseriam, coligem as principais notícias acerca dos seus proprietários, directores e operários.

Finalmente, oferecem um tentame de identificação das peças cuja produção é atribuída aos mesmos centros e que se encontram depositadas nos museus de Thouars e Bressuire e, ainda, em algumas colecções particulares.



Plat à barbe aux armes de Jean-Baptiste-François de la Haye-Laudérie, seigneur de Rigné, propriétaire de la faïencerie de Rigné, dernier quart du XVIII^e siècle (Thouars, musée).

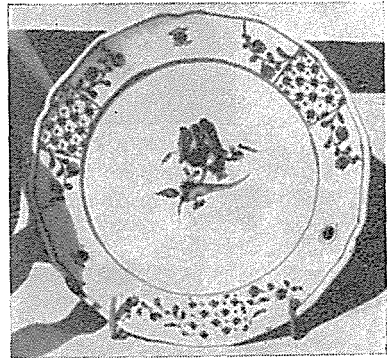


Assiette, faïence de Rigné, dernier quart du XVIII^e siècle (Thouars, musée).





1. Assiette, faïence de Rigné, dernier quart du XVIII^e siècle (Thouars, musée).



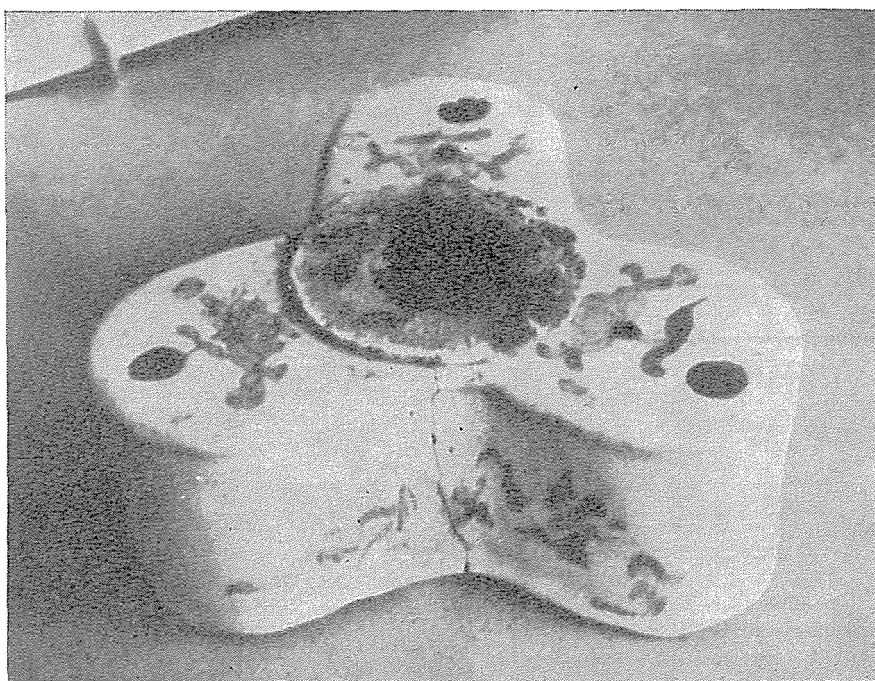
2. Assiette, faïence de Rigné, dernier quart du XVIII^e siècle (Thouars, musée).



3. Assiette, faïence de Rigné, dernier quart du XVIII^e siècle (Thouars, musée).



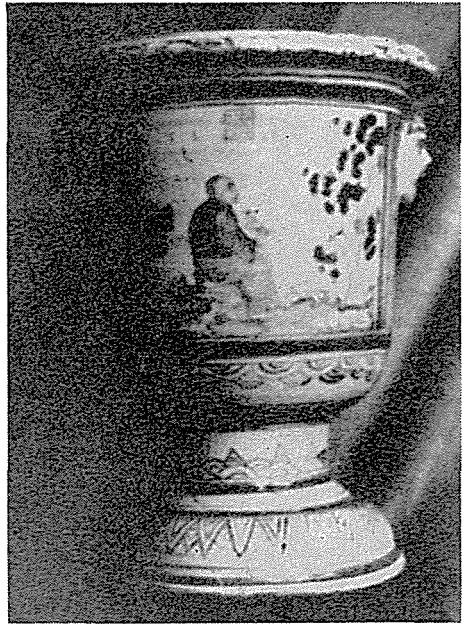
1. Soupière attribuée à la fabrique de Rigné, dernier quart du XVIII^e siècle (Thouars, musée).



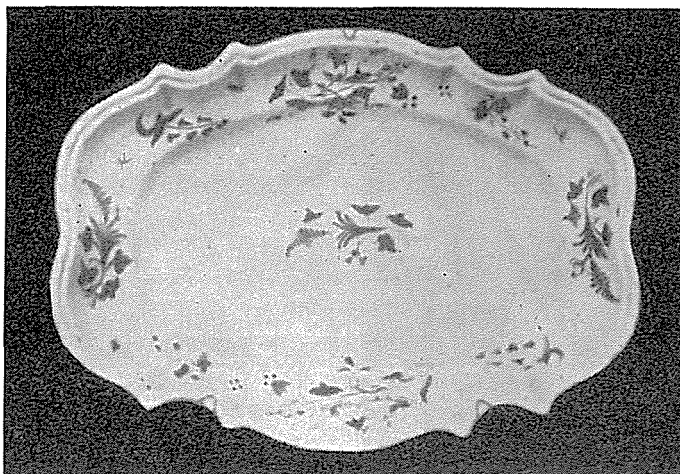
2. Encrier attribué à la fabrique de Rigné, dernier quart du XVIII^e siècle (Thouars, musée).



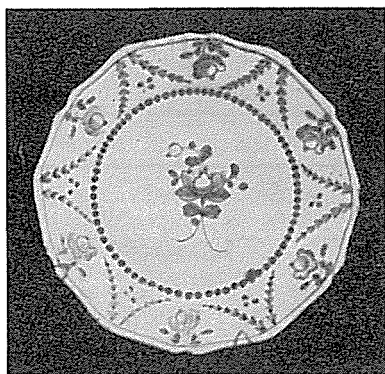
1. Vase de jardin (d'une paire) attribué à la fabrique de Rigné, dernier quart du XVIII^e siècle (Thouars, musée).



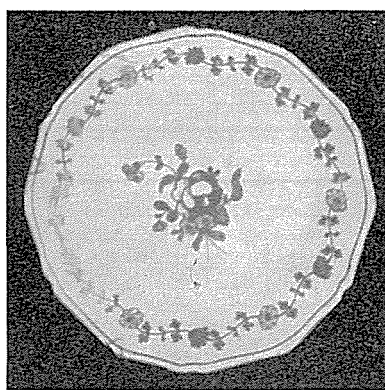
2. Vase de jardin attribué à la fabrique de Rigné, dernier quart du XVIII^e siècle (Thouars, musée).



1. Plat long attribué à la fabrique de Parthenay, 1761-1768 (Parthenay, collection particulière).



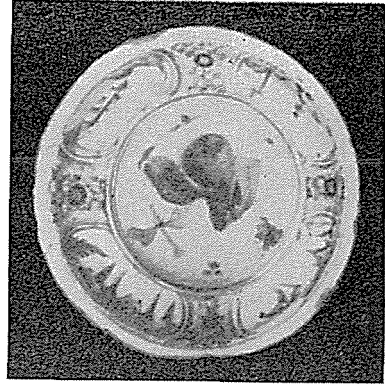
2. Assiette attribué à la fabrique de Parthenay, 1761-1768 (Parthenay, collection particulière).



3. Assiette attribué à la fabrique de Parthenay, 1761-1768 (Parthenay, collection particulière).



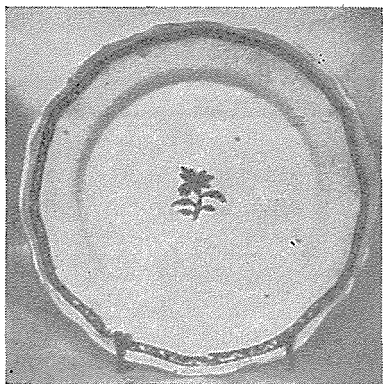
1. Assiette attribuée à la fabrique de Parthenay, 1761-1763? (Parthenay, collection particulière).



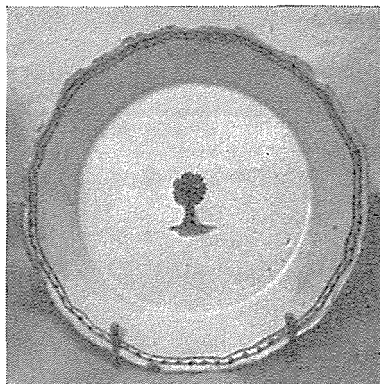
2. La même que ci-dessus avec son couvercle.



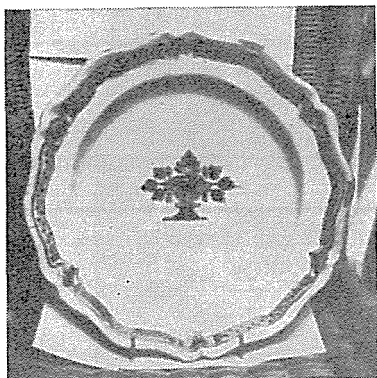
3. Ecuelle à anses à enroulements, faïence de Parthenay, 1761-1763? (Parthenay, collection Poignat).



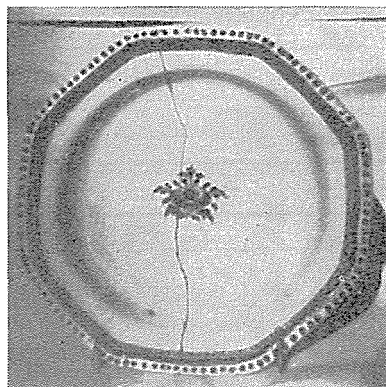
1. Assiette attribué à la fabrique de Chef-Boutonne, fin du XVIII^e siècle (Bressuire, musée).



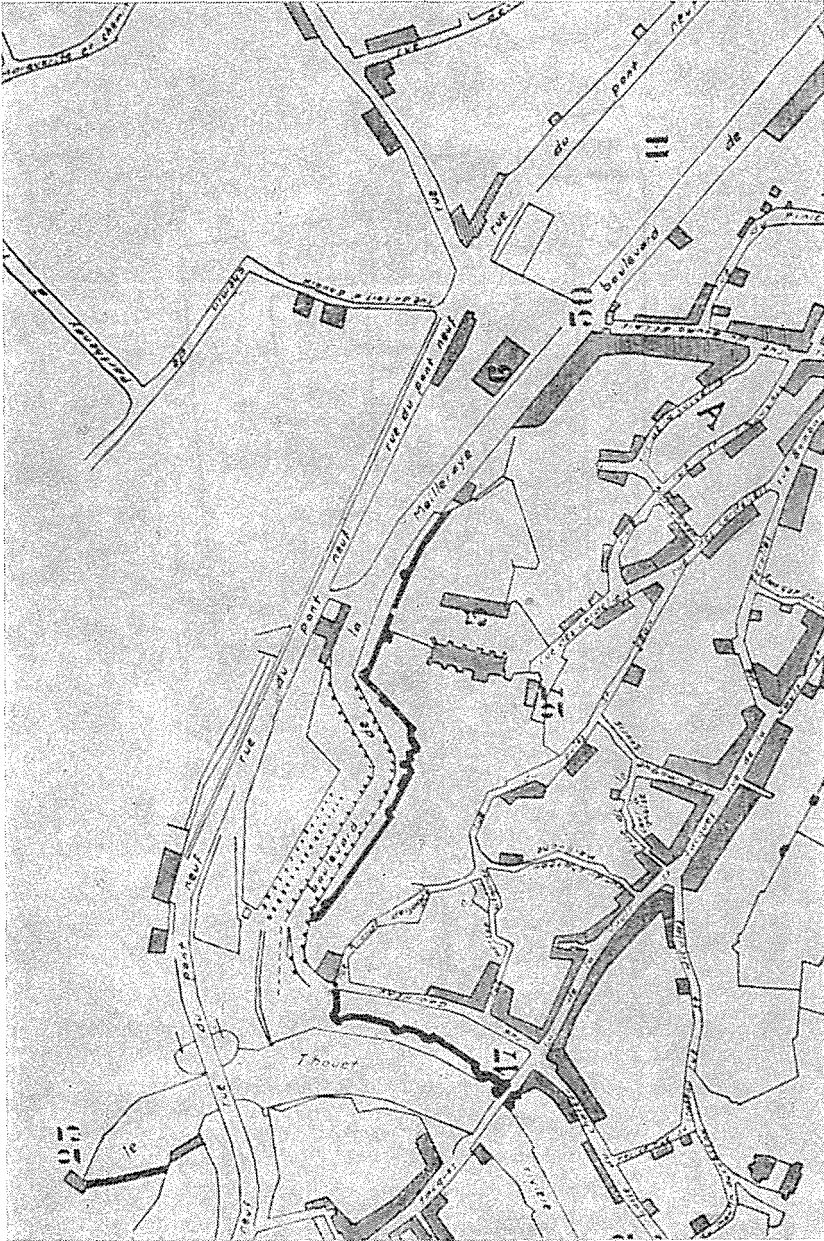
2. Assiette en faïence du Poitou?, fin du XVIII^e siècle (Bressuire, musée).



3. Plat rond à revers noire, faïence du Poitou?, fin du XVIII^e siècle (Bressuire, musée).

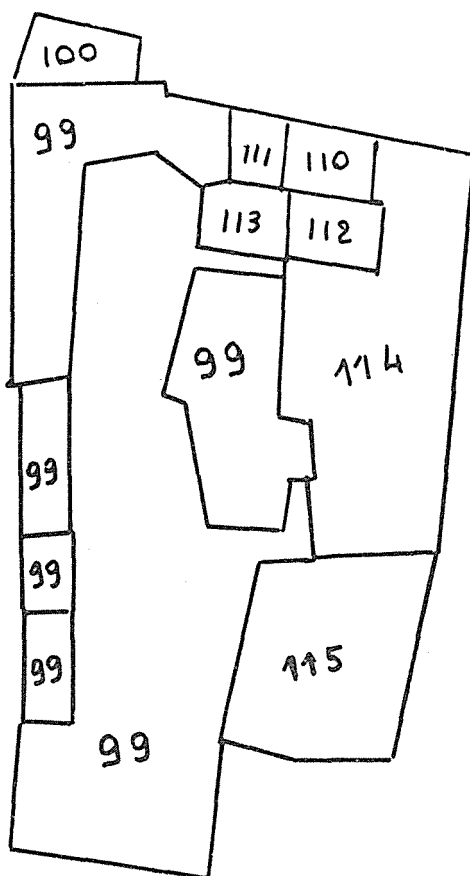


4. Petit plat octogonal, faïence du Poitou?, fin du XVIII^e siècle (Bressuire, musée).



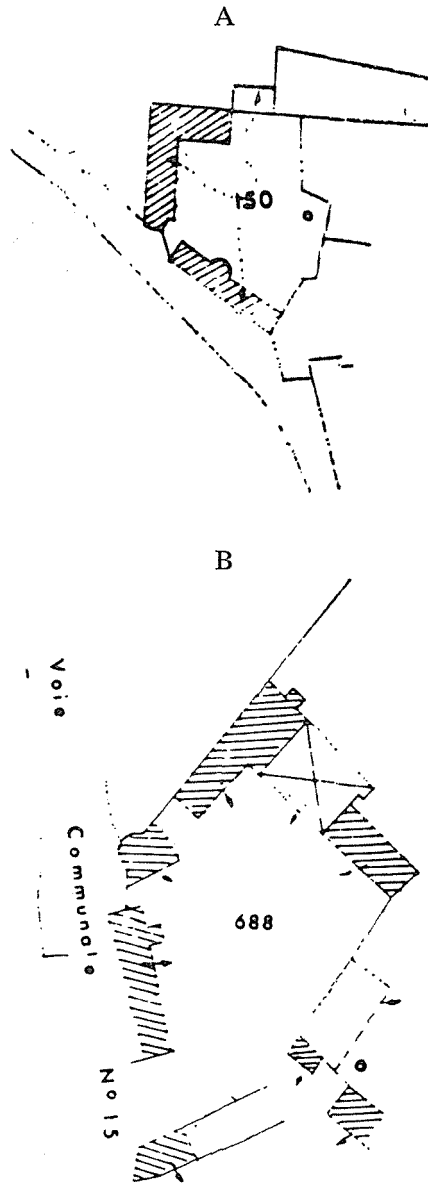
Emplacement de la faïencerie de Parthenay, d'après le plan d'alignement de 1864.

- A — Emplacement de la faïencerie.
- 3 — Eglise Saint-Croix.
- 6 — Halles.
- 11 — Place du Drapeau.
- 17 — Porte Saint-Jacques.
- 23 — Moulin Godineau.
- 27 — Place des Cordeliers.



Plan de la faïencerie de Saint-Porchaire, d'après le cadastre de 1811.

- Parcelles 99 : maison et cour de la faïencerie.
- 100 : quaireux (cour).
- 110 : douve (bassin).
- 111 : mail (endroit pour entreposer la terre).
- 112 : mail.
- 113 : mail.
- 114 : ouche.
- 115 : pailler.

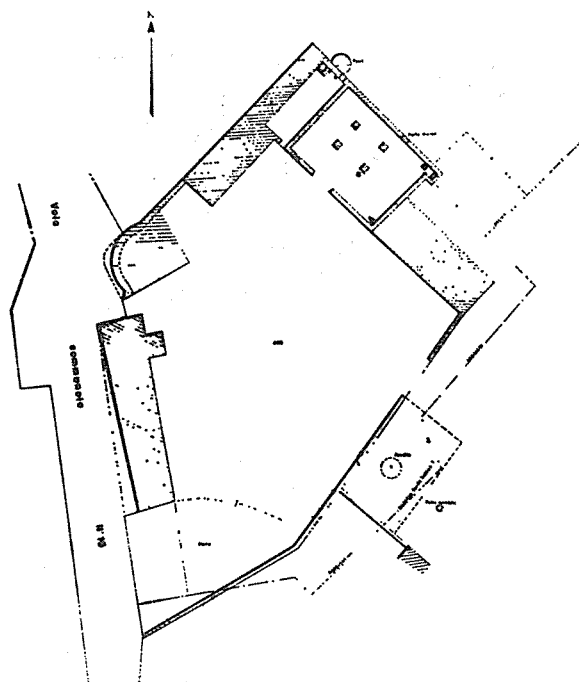


1. Faïencerie de Rigné.

A — État ancien.

B — État nouveau.

(Extrait du plan cadastral).



Plan de masse de la faïencerie de Rigné.

(Extrait du plan cadastral).

LA MIGRACION CABOVERDEANA HACIA LA ARGENTINA

ANÁLISIS DE UNA ALTERNATIVA

POR

Marta M. Maffia (*)

ORIENTACION

Dos fueron los puntos de partida tenidos en cuenta para llevar a cabo este trabajo, por un lado la vasta obra del Profesor Antonio Carreira, investigador caboverdeano quien realizó estudios de diversa índole (históricos, económicos, políticos, demográficos, etc.) de las poblaciones portuguesas y caboverdeanas, y por otro, los trabajos (textos y películas) que hemos realizado en el Laboratorio de Análisis de Datos Antropológicos (LARDA) de la Facultad de Ciencias Naturales y Museo de la Universidad Nacional de La Plata, bajo la dirección del Dr. Héctor Lahitte, en base al trabajo de campo efectuado con grupos de migrantes caboverdeanos y sus descendientes radicados en Provincia de Buenos Aires.

La «pauta que conecta» ambos puntos de vista es el FENOMENO DE LA MIGRACION.

En virtud de lo expresado anteriormente obviaremos una presentación demasiado extensa del tema y remitiremos al lector a la Bibliografía presentada al finalizar el mismo.

INTRODUCCION

La migración caboverdeana hacia la Argentina, que comienza a fines del siglo pasado, principios del XX, con fecha muy imprecisa, cobró relevancia a partir de la década del veinte, con la presencia de pequeños grupos

(*) Miembro de la Carrera del Investigador del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de la Argentina.

o individuos provenientes de las islas de San Vicente y Santo Antão, en su mayoría, San Nicolão, Fogo y Brava, en menor medida.

Esta «actitud de migrar», según nos relatan nuestros informantes, se internaliza como respuesta a situaciones desfavorables, de distinto orden: naturales (suelo y clima), económicas, políticas y sociales. En consecuencia, en los caboverdeanos que no lograban llenar sus niveles de aspiración con los elementos tradicionales y como resultado del aumento de la disconformidad, se incentivaba la necesidad de buscar otros ámbitos donde hacer realidad sus aspiraciones, elaborando para ello (sobre todo los primeros) las que denominamos «estrategias de migración» a modo de esquemas o modelos, los que «a posteriori» son internalizados por el grupo.

De este modo «la decisión de migrar», llega a ser una clase de alternativa dentro del recuadro local de referencia, precisamente porque puede ser manejada en términos de obligaciones tradicionales de parentesco, patrones de amistad o un sentimiento de comunidad.

I. — LA DECISION DE MIGRAR

El problema que afrontamos al tratar de entender las decisiones reales tomadas por otros, es que este entendimiento está obstaculizado por nuestro desconocimiento y el de los otros — en este caso nuestros informantes —, de todas las variables o componentes intervinientes en la toma de la decisión. De ahí la importancia que revisten ciertos tipos de documentos personales, como las cartas, enviadas y recibidas por los migrantes al permitirnos aliviar algunas de las dificultades existentes para su comprensión. Por ejemplo, en ellas se pueden analizar las motivaciones, el grado de deliberación que la precedió, la estrategia de la migración, etc., aspectos muy poco tenidos en cuenta en los estudios sobre migración. En nuestro caso, la dilucidación de algunos de estos problemas nos sirvieron como punto de partida para realizar una serie de entrevistas tendientes a profundizar algunos aspectos de gran complejidad. Por ejemplo, pudimos reconocer que «el carácter de la decisión», en términos de grado de deliberación, podía variar desde una elección altamente racional, hasta la pura impulsividad en la que no podía descubrirse ninguna etapa conciente de deliberación.

En segundo término, y más respondiendo a un artificio analítico, que facilitase la comprensión, que a una realidad vivida, distinguimos tres períodos en la «toma de decisión»: un primer período, de germinación o incubación; un segundo período, de evaluación de las alternativas y de los posibles resultados de la elección, que denominamos el ajuste de la decisión.

Y finalmente un tercero, en el cual se situaría el trazado del plan o estrategias a utilizar para alcanzar la meta o fin perseguido.

Estos períodos se caracterizan por la presencia de una serie de componentes surgidos de la información brindada por los migrantes, los que serán ejemplificados con segmentos extraídos de estos relatos.

El período de germinación puede ser entendido a partir de la siguiente secuencia: las *fuentes de información* como *fuentes de influencia*, es decir, como generadoras de influencia.

Las fuentes de información primaria (respecto a quiénes, dónde, cómo y cuándo migrar) fueron: parientes y amigos radicados en el extranjero, los que a través de cartas intentaban influir (conciente o inconcientemente) sobre sus compatriotas, las instituciones escolares y los numerosos viajeros, que desde distintas procedencias, arribaban al puerto internacional de Mindelo (San Vicente).

«...mi señora leyó siempre la vida de la Argentina, leía bastante y conocía la Argentina a través de los libros y además mi mamá estaba acá...»

«...ya quieren a la Argentina por tradición... porque además los que van llevan una imagen, que uno los escucha y ya se entusiasma...»

A través de estas fuentes se componen las distintas alternativas con las que configuraban, por ejemplo, las distintas imágenes del lugar de destino.

«...uno que va, por ejemplo, de Norteamérica, va con plata... uno que va de la Argentina, lo ve bien vestido, a la actualidad...»

«... mi mamá quería venir a la Argentina, como todos, incluso prometió vestido de novia, porque se creía que en la Argentina se juntaba la plata con la mano, no sé como es, esa ilusión de la Argentina; y entonces se decidió a viajar...»

Respecto de la *edad*, el *sexo* y el *parentesco*, las fuentes de información-influencia pueden configurarse del siguiente modo:

SEXO

La mujer influye sobre el hombre.

EDAD

Los más viejos influyen sobre los más jóvenes.

PARENTESCO

Esposa e hijos influyen sobre el esposo.

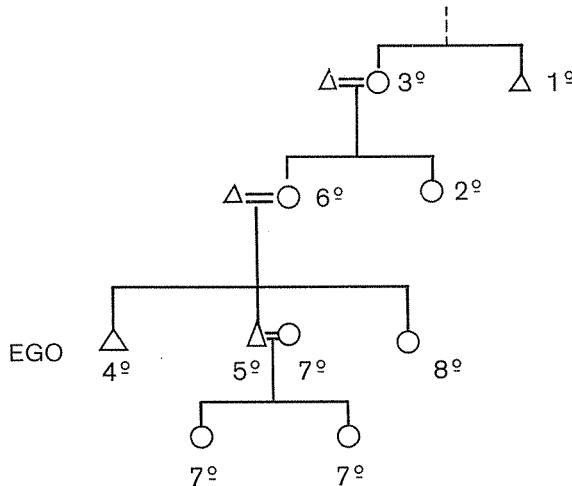
Los padres influyen sobre los hijos.

Lo que se concreta por la combinatoria de los componentes mencionados. Por ej.:

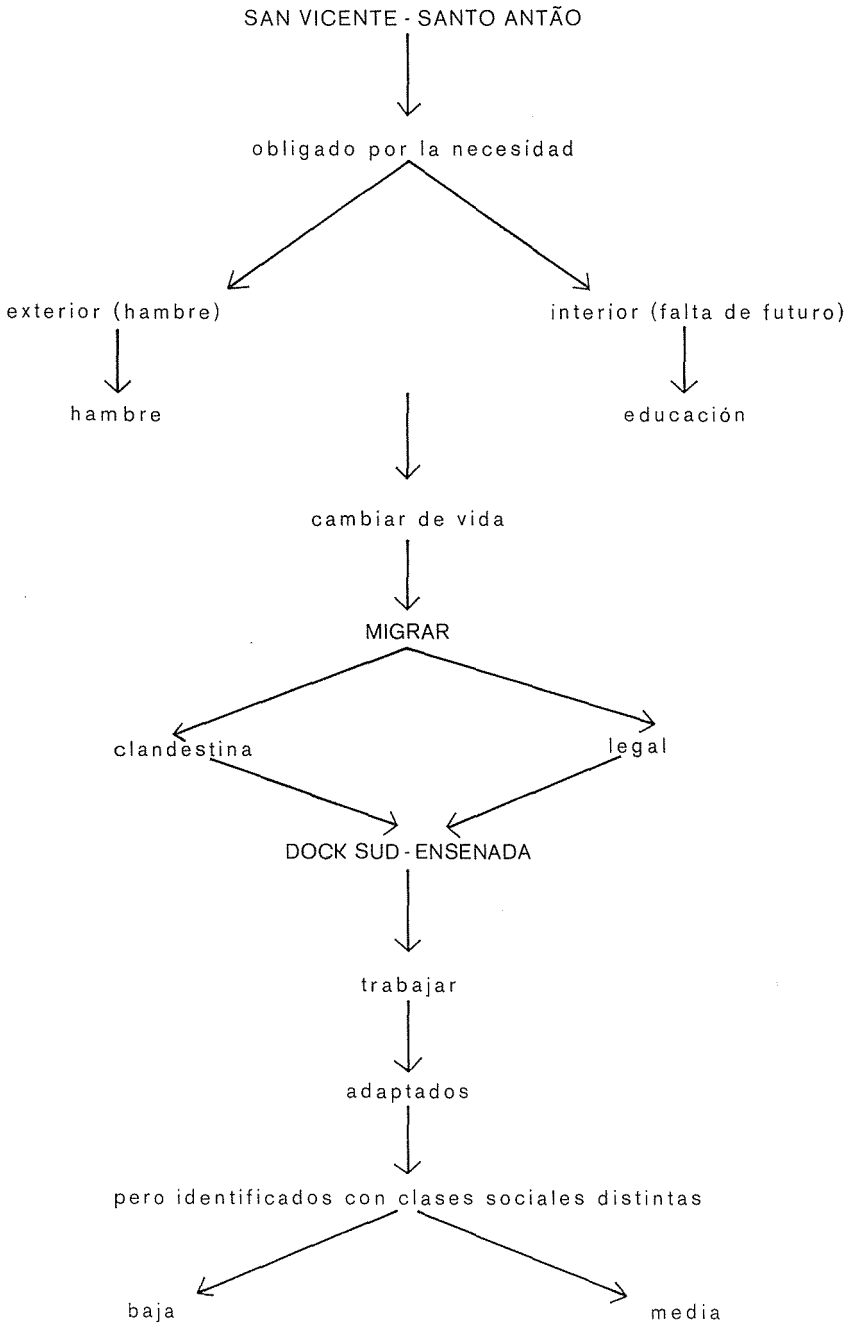
- El hombre migra primero, la mujer lo sigue a veces con muchos años de diferencia.
- Los padres jóvenes migran primero, luego buscan a sus hijos.
- El esposo migra primero, luego la esposa e hijos, en algunos casos sólo algún hijo.
- Los hijos jóvenes migran primero, luego mandan a buscar a sus padres.

El esquema general que hemos podido reconocer, permite temporalizar los núcleos de influencia, según distintos modos, el más frecuente es aquel en que a partir de una acción primaria de un sujeto X, se desencadena una circunstancia motor por la cual, otro sujeto Y, modifica su situación o sus vivencias dentro y fuera de Cabo Verde.

Esta secuencia interactiva se repite al llegar el migrante aquí y reanudarla con otro grupo de futuros migrantes (en general parientes y amigos), constituyéndose de este modo amplias cadenas migratorias, las que hemos representado — a modo de ejemplo — sobre el cuadro genealógico de un informante para su mejor comprensión.



El orden de la numeración corresponde al orden de llegada al país.



Si nos hacemos la pregunta ¿cuál es el conjunto de esquemas o modelos de migración, según los cuales puede elegir, respecto de sus ideas o deseos el posible migrante? El esquema que sigue es tal vez el que mejor caracteriza las posibles alternativas que los migrantes tienen en cuenta, para definir su grado de movilidad y desplazamiento.

La lectura de este esquema nos permite dar una idea de cómo piensan su situación algunos caboverdeanos, no sólo como la concebimos. Nuestra actuación estuvo limitada a darles elementos lingüísticos con los cuales ellos caracterizaron y representaron su propia situación: reconstituir los «componentes» de su propia fórmula discursiva en un discurso traducible, representable por nosotros.

Esto se puede expresar de la siguiente manera: partiendo del *lugar de origen* especificado por ellos como San Vicente y Santo Antão, puedo movilizar un primer rango que es el de la *necesidad*, que surge como producto de una obligación y que escribimos de la siguiente forma: *obligado por la necesidad*, la necesidad se expresa en un *exterior* y un *interior*, un exterior que se refiere al *hambre* y un interior que se refiere a la *educación*. Esa necesidad me obliga, desde el exterior a satisfacer el hambre y desde el interior a cultivarme a través del estudio, lo que significa un *cambio de vida* (leído a la inversa de la fórmula).

Si bien el *migrar*, puede entonces concebirse como un puente para alcanza el objetivo, en realidad el nivel de análisis que logramos nos permite decir, y hasta podría representar lo contrario, que una vez que se agotan las alternativas en Cabo Verde, surge en el campo de lo posible un conjunto nuevo de ellas, que van más allá de los límites espaciales, reales en los que el caboverdeano se mueve y esas alternativas tienen que ver con una tierra distinta.

Esas alternativas eran:

1. Quedarse en Cabo Verde conociendo la realidad que los circundaba, pero no teniendo posibilidades materiales, ni apoyo a través de parientes o amigos, lo que traducimos como *agotadas las alternativas* en la propia tierra del migrante. Se gestan entonces — parafraseando a Frake ⁽¹⁾ — nuevas series de alternativas, las — que posibilitan nuevas decisiones, es decir, nuevas opciones en otra tierra:

2. Desplazarse a un lugar cercano a Cabo Verde, por ejemplo, Santo Tomé, Angola u otras colonias portuguesas.

⁽¹⁾ FRAKE, C. O. (1946), *Notes on queries in Ethnography*, «American Anthropologist», Vol. 66, págs. 132-145.

Si bien la movilidad, como en nuestros primeros pasos, son movimientos cortos, esos movimientos cada vez tienen mayor extensión en la medida que por ensayo y error, el futuro migrante lejano, va ensayando pequeñas migraciones.

3. Desplazarse a un lugar lejano a Cabo Verde. Esta tercera alternativa era considerada la más dolorosa, desde el punto de vista que el cambio de lugar implicaba además, un posible cambio en la identidad étnica o al menos un choque.

Siguiendo con la lectura del esquema, los dos modos de migrar que la cultura les ofrecía eran: *clandestino* o *legal* ⁽²⁾.

«...no sé si usted está enterada que muchos por la gran miseria y desesperación se escabullían en los barcos. Juan y yo y más de cuatro...

...(llevar) absolutamente nada, qué va a llevar, llevar los documentos si los tiene, al aire como una golondrina que se levanta...

...de la mayoría de nosotros con todos los que más o menos los padres les podían pagar el pasaje, para que no saliera escondido, digamos, dentro del pequeño orgullo que uno puede tener... de los cien si hay, veinte pagaron pasaje, los demás todos escabullidos...

...de la gente de antes, sobre todo la mayoría de Santo Antão, como el agricultor siempre tenía su economía, pagaron pasaje, esa gente, cincuenta o sesenta años atrás, pero confiando en la audacia de los sanvicentinos, después copiaron de nosotros y escabullían también...»

Entonces la *clandestinidad* es al *hambre* como la *legalidad* es a la *educación*. En cualquier caso, el caboverdeano decide, obligado por una necesidad, que se expresa como el conjunto de alternativas agotadas en la propia tierra.

(2) Si bien se están estudiando todas las variantes que hubo sobre las condiciones impuestas por el gobierno para dejar el país, podemos enumerar las siguientes: todos los documentos personales en regla, en los cuales debía figurar el nombre completo, el cual incluye el apellido materno y paterno, este fue uno de los grandes inconvenientes ya que una gran mayoría, hijos de uniones libres, figuraban sólo con el apellido de uno de los padres; fecha y lugar de nacimiento, señas personales. Certificado de no mendicidad, de buena salud, los varones del servicio militar (los que no lo hubieran hecho debían pagar un impuesto), certificado de buena conducta y finalmente la autorización del gobernador de la Provincia Ultramarina, para poder salir del país.

Y finalmente: *adaptado* ...Las personas que tuvieron capacidad para migrar, según las teorías antropológicas actuales, por ejemplo, la de Maruyama, son aquellas mejor preparadas para sobrevivir, con «mayor resistencia a los desafíos», «los más flexibles», con una temporalidad que implica la reproducción en otra tierra, es decir, dejar generaciones en un lugar que no sea el de origen.

...pero identificados con clases sociales distintas (baja-media).

Ese sería el fenómeno de la constatación, «constatación cognitiva» que hacen los caboverdeanos para medir su propia adaptación, es decir, para medir ellos lo que sería para nosotros el grado de adaptación: si en Cabo Verde dicen que soy esto y me reconozco en esta posición, qué posición tengo sabiendo que soy esto en otro lugar donde las posiciones son distintas.

Desde un punto de vista cognitivo, lo que el caboverdeano está aceptando es: si en el orden estipulado en Cabo Verde, yo ocupo este lugar, qué lugar ocupo en otro orden y cuál de los órdenes me permite mayor movilidad dentro de la estructura.

II. — LOS TIPOS DE, ASENTAMIENTOS

Cuando los emigrados se instalaron en los principales centros urbanos (Dock Sud, Ensenada, Capital Federal, etc.) se distribuyeron a lo largo de ejes o radios de circulación, los que constituyeron una vasta red de solidaridad con centros específicos, en el interior de los cuales circulaban nuevos migrantes. Estos centros, funcionando como verdaderos microcontextos originales ⁽³⁾, en las palabras de nuestros informantes, se encargaban de «albergarlos, buscarles trabajo, esposa, etc.», solidaridad que era más efectiva que aquella institucionalizada (por ejemplo, el Consulado de Portugal) ⁽⁴⁾.

⁽³⁾ Estos microcontextos originales son los gérmenes de las sociedades, se reproduce a nivel familiar lo que fue Cabo Verde, pero en realidad no hay jefe y una autoridad, sino una relación familiar. Cuando entra dentro de una macroestructura, ese microcontexto cultural, con un régimen de autoridad, se hace institución y cumple determinadas funciones.

⁽⁴⁾ Es indudable que la familia juega un papel fundamental como factor o motor socializante. Es precisamente a través de una familia caboverdeana, que representa LA FAMILIA, que el recién llegado se conecta, se filtra, es filtrado para poder conectarse con la nueva tierra.

Esta intermediación resultaba invaluable, en tanto se realizaban los ajustes o innovaciones que el medio les iba requiriendo.

Para determinar si el tipo de asentamiento de los caboverdeanos era *definitivo* o *transitorio*, tuvimos en cuenta, el tiempo transcurrido en nuestro país medido en años y generaciones, el tipo de unidad habitacional; la ocupación; la lengua; la obtención de la carta de ciudadanía ⁽⁵⁾.

En segundo término, la naturaleza de las relaciones establecidas con el propio u otros grupos, pudiendo definir dos tipos de asentamientos:

1. AISLADO. Por ejemplo, los migrantes caboverdeanos que viven en la ciudad de La Plata, rodeados de vecinos no-caboverdeanos y que no mantienen ni desean mantener ningún contacto con sus co-terráneos, rompiendo sus vínculos de pertenencia.

A través de una serie de entrevistas tendientes a indagar el por qué no mantienen ni desean mantener contactos con otros caboverdeanos, pudimos determinar la presencia de tres grupos: uno, en el que el recuerdo del lugar de origen es tan traumático, que desean eliminar todo lo que de algún modo funciona como elemento motor o desencadenante del recuerdo.

Un segundo grupo, de aquellos que niegan explícita o implícitamente su origen africano o negro.

Y finalmente, un tercer grupo que ha adquirido una mejor condición social y no desean contacto con los de posiciones sociales más bajas.

2. GRUPAL. En razón de su conciencia de pertenecer a un grupo poco numeroso, se nuclean por su identidad étnica y por su convivencia en un mismo lugar, por ej — en una primera época — en Ensenada y Dock Sud. Esta forma les ofrecía un clima sociocultural y emocional de protección que amortiguaba el impacto de hallarse en una tierra extraña y entre gente extraña.

¿CON QUIENES SE RELACIONAN UNOS Y OTROS?

Los primeros se orientan en su mayoría hacia grupos mixtos, es decir, de distintos orígenes; los segundos, hacia grupos del mismo origen.

Pero este estar «fuera» o «dentro», «aislado» o «integrado» a la sociedad que los recibía, funcionó con límites precisos durante la primera época de llegada de los caboverdeanos a nuestro país, límites que se fueron haciendo más imprecisos en la medida que nuevas generaciones de caboverdeanos se fueron integrando a la sociedad receptora. Por lo tanto fue

⁽⁵⁾ LAHITTE, Héctor; MAFFIA, Marta. *Presentación estadística y corroboración del cálculo por el tratamiento analítico-descriptivo en un grupo caboverdeano*. Cuadernos LARDA, Año 3 N 10, FCN y M, La Plata, 1981.

desdibujándose hasta hacerse más vaga la caracterización de los asentamientos antes presentados.

RELACIONES \ TIEMPO	transitorio	definitivo
	aislado	posibilidad de perduración
grupal	posibilidad de perduración	perpetuación

Cuando el tipo de asentamiento es *aislado* o *grupal* y el tiempo *transitorio*, en los dos casos el grupo puede perdurar. Si en cambio el *aislamiento* es *definitivo* el grupo se extingue; mientras que cuando el asentamiento es *grupal*, en un tiempo *definitivo*, el grupo se perpetúa.

Un factor importante a tener en cuenta es el carácter dispersante que, por su gran extensión tiene Buenos Aires y sus alrededores, los que se agruparon en el Dock Sud y en Ensenada, mantuvieron mejor contacto entre sí, que los que por sus profesiones u ocupaciones (u otras razones) se internaron en la ciudad (Capital Federal, La Plata, etc.), que estaban más aislados ⁽⁶⁾.

Las primeras organizaciones que se crearon la «Unión caboverdeana de Dock Sud» y la «Sociedad caboverdeana de Socorros Mutuos de Ensenada», actualmente denominada «Asociación caboverdeana cultural y deportiva», tenían por objetivo cubrir necesidades funcionales referidas a: la ocupación, alojamiento, recreación y algunas manifestaciones culturales de orden general.

Algunos individuos proyectaron en esas organizaciones, sus propias necesidades de amparo, seguridad y situaciones de conflicto, las que de alguna manera eran satisfechas y resueltas a través de las mismas.

⁽⁶⁾ En Ensenada se reproduce en una época determinada lo que había sucedido en Cabo Verde, es decir, que el estar demasiado especializados en una determinada tarea hace que busquen un lugar inmediato y próximo, dentro de la tierra elegida, en este caso la Argentina. Es decir, que el no poder trabajar para lo que estaban preparados o para lo que venían psicológicamente preparados hace que se desplacen a centros urbanos más próximos.

«...¿Qué hacíamos en la Sociedad? Mire, la Sociedad no era como le dicen ahora el club. Sociedad no es club, reunión familiar, amistades, de todo... ¿qué hacíamos? es como... ¿qué le puedo decir?, nos sentábamos, hacíamos planes, por ejemplo, tal cosa, perfecto. Ud. me dice tal cosa es así, ¿será el bien para los socios?... Unidos, como estudiar una cosa, ¿comprende cómo era?... Porque claro, el ministerio tiene sus jefes, entonces se hacen los comentarios cómo hay que hacer algo, qué cosas hay que comprar... después quedaron ellos y lo hicieron club, juegan barajas, no hacen nada, esperan que a fin de mes se cobre la cuota para pagar. Eso no es, nosotros siempre juntos, luchando, qué le pasa a este, pero siempre estábamos juntos ...es mutuo, porque si usted necesita, nosotros juntábamos la plata y comprábamos. Así empezamos nosotros y eso que se ganaba un peso por mes, porque un peso era mucho, pero todo quedaba ahí... Ahora cuando queríamos hacer alguna cosa, por ejemplo, vamos a comprar un cuaderno, contando los centavos que recolectamos desde que empezamos... Porque empezamos nosotros para ellos, porque cuando lo fundamos, ellos nos mandaron una carta a cada uno diciendo que si nosotros que estábamos viviendo acá en la Argentina queríamos fundar una sociedad, porque ellos recién venían y no tenían donde estar. Claro ellos venían y no tenían donde estar. Usted le daba sitio para estar, otro comida para comer, etc... Entonces nosotros nos reunimos, los viejos... la quisimos fundar una vez y tuvimos que dejar porque no alcanzó... Después la fundamos y se la entregamos a ellos, después los que van viniendo, se va fomentando, se va aumentando, lo van brindando y entonces nosotros nos abrimos...»

También existieron algunas organizaciones más independientes, por su status y actividad, cuyos miembros, más aislados que sus connacionales intentaron crear una organización cultural, reconstruyendo, en cierta medida, instituciones con existencia en Cabo Verde, el caso de la «Casa de Cabo Verde», como de alguna manera mencionamos al hablar del *microcontexto cultural*, que indudablemente fue el germen que originó estas sociedades.

Actualmente estamos estudiando e intentando detectar las causas del siguiente fenómeno en la comunidad caboverdeana de Ensenada: los fracasos e intentos de nuevas formas de integración de las jóvenes generaciones a estas instituciones, como un mediodé seguir perpetuando algunas de las principales tradiciones del grupo: la lengua, la comida, la música, el baile, el juego, el modo de intercambio de hombres y mujeres.

III.—LA ADAPTACION CABOVERDEANA

1. Cuando Wallace (7) expresa: «La cultura receptora presenta una configuración cultural distinta a la del donante, los miembros harán diversas pruebas antes de aceptarla o rechazarla. Los mecanismos involucrados son aún pobremente comprendidos», interpretamos que el *cambio* involucra la transformación de antiguos patrones de pensamiento y acción y su reemplazo por otros nuevos. La organización exitosa del cambio depende de la capacidad para conocer en forma realista lo que hay de distinto, lo que ha desaparecido, lo que se necesita y lo que se puede realizar para satisfacer nuevos requerimientos.

El migrante atraviesa múltiples situaciones de transición, que van desde la separación a la reinstalación, este cambio de lugar, supone un cambio en los procesos mentales que lo acompañan, es decir, elaborar desde todo punto de vista, la pérdida de la cultura original, lo que significa a nivel individual y grupal, un trabajo de reelaboración que da como resultado final el éxito o fracaso de las instancias puestas en juego por el grupo. Es decir, que alternativamente pasarán por distintas formas de identidad hasta lograr, en el mejor de los casos, una definitiva, suficientemente *flexible* como para adaptarse a los factores ambientales y al nuevo contexto en el cual desarrollarán su vida futura.

A medida que los patrones tradicionales de creencias se desmoronan o resquebrajan durante el cambio, el migrante tiene que contar mucho más con sus recursos psicológicos (la agudeza de su percepción, discriminación, flexibilidad, resistencia al dolor) (8), ya que no funcionan las anteriores guías automáticas de la conducta como tampoco las soluciones estándares a los problemas.

2. Este proceso de adaptación, usualmente largo y lento, ocurre a través de complejos procesos de sincretismo, selección, reinterpretación, rechazo y sustitución, lo cual se evidencia también a nivel de distintas semantizaciones discursivas (9).

(7) WALLACE, A., *Cultura y personalidad*. Paidós, Buenos Aires, 1936.

(8) MARUYAMA, M., *Cultural engineering toward mental health: individual, intracultural solutions*, en *Zeitschrift für ethnologie*. Braunschweig, 1965. Band 90, Heftz: 282/292.

(9) LAHITTE, H., *Propósitos y principios explicativos en Antropología Teórica*. Mako Editor, en prensa.

Perfilaremos algunos de los rasgos fundamentales con los cuales hemos podido identificar las diversas formas de adaptación de los migrantes caboverdeanos observados.

En primer término, desde un punto de vista comportamental, observamos y registramos la adquisición — por parte del grupo — de nuevos hábitos referidos a la vestimenta, dieta, construcción y uso de la vivienda, lenguaje, etc., como ya de alguna manera lo hemos comentado en nuestros trabajos sobre el parentesco y la «cachupa» ⁽¹⁰⁾, en los cuales se ven elementos típicos de la cultura fusionados en una nueva síntesis efectiva. En otros aspectos se originan nuevos sistemas de identidades invariantes con los que el grupo donador distingue: *modificaciones*, *fusiones* e *invariantes* ⁽¹¹⁾. Por ejemplo se han reconocido, de acuerdo a la intensidad del cambio, *modificaciones* (o cambio total), a nivel de las pautas de fecundidad y tipos de unión; *sustituciones* (o reemplazos), por la adopción de nuevas formas lingüísticas que significa la pérdida de la lengua materna, por lo menos parcialmente. A nivel de la vestimenta, se han incorporado nuevos colores y texturas, lo cual significa una readaptación de las formas clásicas de vestir.

Como dijimos anteriormente, la dieta, *fusiona* más que aspectos típicamente nacionales o nuevos, hace un reuso de los elementos de la retórica culinaria tradicional.

Y finalmente los elementos recurrentes, *invariantes*, que van más allá de todo acontecimiento o coyuntura, se expresan en la danza, la música y el juego ⁽¹²⁾.

3. Por último, podemos caracterizar los estadios y formas del proceso adaptativo de los grupos caboverdeanos en la Argentina, a través de tres tipos autónomos ⁽¹³⁾, los que tienen relación con algunas de las condiciones

⁽¹⁰⁾ LAHITTE, H. y MAFFIA, M. (1985), *En torno a la cachupa. Una comida típica caboverdeana*, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Porto, Vol. XXV (2-4), pp. 327-345.

LAHITTE, H. y MAFFIA, M., *Aproximación cognitiva a los estudios del parentesco. Parte I, Los hijos de migrantes caboverdeanos*. Cuadernos Larda, Año 5, N 16, FCN y M, La Plata, 1983.

⁽¹¹⁾ WERNER, H. and KAPLAN, B. (1956), *The Developmental Approach to Cognition: Its relevance to the psychological interpretation of anthropological and ethnolinguistic data*, «American Anthropologist», 58.

⁽¹²⁾ Videograbación: «Día de reunión de caboverdeanos en tierra distante». UMATIC color, 40 m., LARDA, 1983.

⁽¹³⁾ BEALS, ALAN, *Cultural in Process*. Holt Rienhart Winston, 1967.

En un contexto diferente pero con los mismos recursos denotativos Beals usa las mismas denominaciones.

propuestas por Magoroh Maruyama (1963) en su trabajo «Cultural engineering toward mental health: individual, intracultural solutions» (14).

1. TIPO ACULTURADO Aquel que se identifica con las pautas culturales nacionales, en términos de Maruyama el de mayor «flexibilidad», «agudeza», «ingeniosidad» y «resistencia a los desafíos» (15).
2. TIPO TRANSICIONAL Suspendido entre ambas formas de vida, la del lugar de origen y la del lugar de destino y que aún sigue elaborando pautas o estrategias de cambio.
3. TIPO NATIVO REAFIRMATIVO El menos flexible en términos de Maruyama, el que no se adaptó o cuya adaptación fue reactiva (16).

(14) *Op. cit.*

(15) La «natural» adaptabilidad del caboverdeano, que hemos podido detectar, podría justificarse, por un lado, en los históricamente frecuentes ejercicios de adaptación realizados, desde su constitución como grupo étnico diferente del portugués y de las otras etnias africanas que le dieron origen.

Y por otro lado, de lo que en términos de Maruyama sería «el proceso de vacunación mental» (casi institucionalizado), en el cual intervendrían como «agentes productores de anticuerpos», aumentando la «resistencia a los desafíos»: la separación de los hijos de sus padres, la miseria, la enfermedad, la ruina económica, la muerte.

(16) Ejemplos, a través de segmentos de relatos, de manifestaciones individuales, de algunos de los Tipos mencionados (1 y 3).

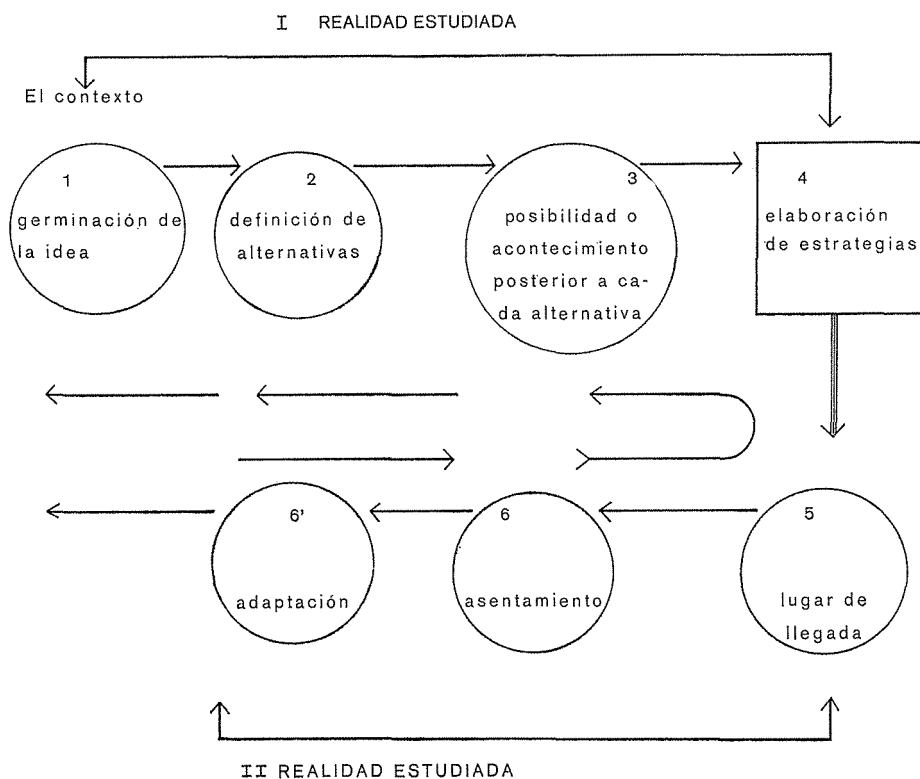
«...he llorado hasta ahora mi casa, mi tierra, pero... me conformé a lo último, pero después de muchos años...»

«...estoy contenta de tener origen portugués, pero me ayudó vivir en la Argentina, porque aquí viví muy bien, porque son muy adaptables los argentinos. Usted sabe qué feliz, qué contenta, porque el primer tiempo fue terrible, lloraba día y noche, hoy yo iba a buscarla, pero me olvidé, una fotografía para que usted viera, yo con mi altura lo que parecía con 49 kilos, bravísimo, lloraba día y noche, ¡por qué me viene, porque no había nada que me llegara al corazón!... (se le pasó) después de tener mi casa de nuevo, mi casa que es mi esposo, entonces ya me llené, cuando me casé, me llené y al mes había engordado dos kilos... porque yo ya encontré todo, encontré compañero, mis cosas. Nunca pedí mucho, tengo, vivo soñando, de tener tanto, porque para mí vivo en un sueño. Eso sí, he trabajado siempre, siempre, siempre trabajé, nunca dejé. Nunca dije estoy cansada, ¡no!. Vivo feliz, así que me acostumbré a la gente, primer lugar, adapté, me gusta como son, como comen, como visten, como viven.»

«...le puedo decir que lo que dejé en mi tierra, no estoy arrepentida, porque me ha dado muchísimo la Argentina. La Argentina me dio las cinco gracias que yo

IV. — A MODO DE CONCLUSION

Intentaremos con un esquema representar el recorrido, de modo tal que se hagan evidentes las secuencias con las que razonamos los hechos.



pedí en mi tierra, la única cosa que no pasó por mi mente, fue riqueza, mire usted?. Nunca pensé que viviría la vida que yo vivo en la Argentina, hace 48 años, para 49, yo pensé vivir en paz y poder convivir con la gente...»

«...Yo no me acostumbré nunca, ¿sabe por qué? Mi hijo era casado con una correntina y la correntina hablaba muy... muy cerrado. Y los chicos también hablan muy cerrado y así nunca pude agarrar las conversaciones. Mi hijo les decía que se sentaran conmigo y se quedarán diciéndome palabras para que yo pudiera aprender, pero nunca quisieron...»

«...yo tenía la costumbre de allá. Porque allá si yo vengo y me encuentro con Ud., nos saludamos: buenos días, buenas tardes. Pero acá no, acá nos encontramos

Cuya lectura sería la siguiente:

A partir de la oposición:

REALIDAD CONSTRUIDA/REALIDAD ESTUDIADA

podemos decir que los *tipos de adaptación* en relación con el *asentamiento*, de los migrantes caboverdeanos en la Argentina, tienen que ver con la organización de las *estrategias migratorias* que surgen de las *posibilidades alternativas* que se dan como producto de las mismas, cuando se *germinaba la idea* de irse del lugar de origen.

Si la secuencia fue de la germinación a la adaptación, nuestra reconstrucción va de la adaptación, pasando por las estrategias como un punto nodal a la idea.

Desde un punto de vista cognitivo, II es la semantización discursiva de la realidad empírica y I es la capacidad rememorativa de la actividad nemónica, el producto de la memoria que se expresa a través del recuerdo.

RESÚMEN

En este trabajo se estudia la migración caboverdeana como una clase de alternativa dentro del recuadro local de referencia, haciendo énfasis en aspectos poco o nada estudiados, como el análisis de las variables o componentes intervinientes en la «toma de decisión», los tipos de asentamientos y la adaptación al país de adopción, en este caso la Argentina.

ABSTRACT

This work studies the migration from Cabo Verde to Argentina as a possible alternative location within the referential diagram. This stresses little, or no studied aspects of the following: the variable analyses — or regulating elements — on the «taking of decision», the different kinds of settling places and of their adaptation to the chosen country, in this case, Argentina.

y somos como piedras. Pero ahora me acostumbré, pero ahora recién (la informante actualmente tiene 94 años y vino hace 30 años)...»

«...si (cocina) un poquito comidas de allá, porque estas otras comidas de acá no las como (cocina banana verde, mandioca, batata) ...pongo la mandioca, pongo la batata, le pongo el pescado arriba, pongo un poco de gordura arriba de las comidas, porque allá no usamos aceite, allá usamos gordura de puerco...»

«...Yo extrañé muchísimo. Sí, estuve casi un año, yo extrañaba... (vivía) con mi abuela, a pesar que ella me brindaba de todo, yo me acostaba de noche y no podía dormir, a veces usted sabe, me ponía en el fondo, me sentaba en una silla y miraba, a veces lloraba, sin decir nada a mi abuela, mire si en ese momento me mandaba de nuevo, me iba volando... mire extrané, muchísimo... pero ahí está mire ahora en este momento no me iría, iría de paseo pero a quedarme no...»

BIBLIOGRAFIA

- BEALS, A. (1967), *Cultural in Process*, Holt Rienhart Winston.
- CARREIRA, A. (1972), *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata*, Porto, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- CARREIRA, A. (1977a), *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- CARREIRA, A. (1977b), *Classes sociais, estrutura familiar, migrações*, Lisboa, Biblioteca Ulmeiro N 9.
- CARREIRA, A. (1981), *Estudos de economia caboverdiana*, Lisboa, Estudos de Historia de Portugal e dos portugueses.
- CARREIRA, A. (1984), *Cabo Verde (aspectos sociais, seca e fomes do século XX)*, Lisboa, Ulmeiro N 9, 2da. ed.
- FERREIRA, M. (1973) — *A aventura crioula*, Lisboa, Plátano.
- FRAKE, CH. (1964), *Notes on queries in Ethnography*, «American Anthropologist», Vo 66, pp.132-145.
- HANDEL DE OLIVEIRA (1973), *Cabo Verde 72 — Ano quinto de seca*, Lisboa.
- LAHITTE, H.; MAFFIA, M. (1981), *Presentación estadística y corroboración del cálculo por el tratamiento analítico descriptivo en un grupo caboverdeano*, La Plata, Larda Publicaciones.
- LAHITTE, H.; MAFFIA, M. (1983a), *Análisis descriptivo de algunas unidades habitacionales del archipiélago de Cabo Verde (Africa)* «Vivienda y comunidad» N 3, La Plata, ACIMCO.
- LAHITTE, H.; MAFFIA, M. (colaborador) (1983b), *Aproximación crítica a los métodos de análisis de discurso. Una historia caboverdeana*, La Plata, Ediciones Flor de Lis.
- LAHITTE, H.; MAFFIA, M. (1983c), *Aproximación cognitiva a los estudios del parentesco. Parte 1. Los hijos de migrantes caboverdeanos*, La Plata, Cuadernos LARDA, Año V, N 16.
- LAHITTE, H.; MAFFIA, M. (1958), *En torno a la cachupa: una comida típica caboverdeana*, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Vol. XXV (2-4), Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 327-345.
- LAHITTE, H. (en prensa), *Propósitos y principios explicativos en Antropologia teórica*, La Plata.
- MARUYAMA, M. (1965), *Cultural engineering toward mental health: individual, intracultural solutions*, «Zeitschrift für ethnologie», Braunschweig, band 90, pp. 282-292.
- ROMANO, L. (1975), *Famintos*, Lisboa, Publicações Nova Aurora.
- WALLACE, A. (1963), *Cultura y personalidad*, Buenos Aires, Paidós.
- WERNER, H.; KAPLAN, B. (1956), *The developmental approach to cognition: its relevance to the psychological interpretation of anthropological and ethnolinguistic data*, «American Anthropologist», N 58.



DOCUMENTOS

INÉDITOS DE RUI SERPA PINTO SOBRE AS ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS DE MUGE

A divulgação de mais estes inéditos da autoria de RUI DE SERPA PINTO, insere-se num projecto que, iniciado há já alguns anos, visa a publicação de vários manuscritos daquele arqueólogo portuense.

Esta intenção fundamenta-se no facto de muitas destas notas se encontrarem concluídas, surgindo os respectivos títulos referidos em distintos documentos, com a indicação «...em preparação...».

Na realidade, a sua bibliografia ficaria incompleta, caso não fossem tornados conhecidos todos os seus trabalhos, que pelos motivos a seguir referidos, nunca chegaram a ser impressos.

De facto, o súbito desaparecimento de SERPA PINTO e o alheamento manifestado pelos seus contemporâneos em relação ao seu legado foram os responsáveis pelo meio século de recato em que se mantiveram os seus manuscritos.

Não pretendendo de modo algum traçar aqui o seu perfil biográfico, referir-nos-emos apenas aos dados julgados necessários para o enquadramento do leitor no espaço e no tempo a que este inédito se reporta.

RUI CORREIA DE SERPA PINTO (n. 6-VIII-1907 — m. 23-III-1933) foi uma personalidade que marcou profundamente a geração arqueológica com que privou e da qual sobressaiu pelos seus dotes de inteligência e grande cultura. Licenciado em Matemáticas e Engenharia Civil pela Universidade do Porto, desde muito jovem manifestou uma predilecção especial pelas Ciências Humanas, em particular pela Arqueologia.

Discípulo dilecto de MENDES CORRÊA, foi seu assíduo colaborador no então designado Museu e Laboratório Antropológico da Universidade do Porto.

A docência no Grupo de Ciências Geológicas da Faculdade de Ciências do Porto, onde desenvolveu uma intensa actividade, não impediu, no entanto, a progressão das suas investigações sobre o Paleolítico. Animado de um dinamismo e método de trabalho ímpares, revelou-se, muito jovem ainda, como arqueólogo de renome nacional e internacional, com a publicação em 1928 do seu trabalho «O Asturiense em Portugal».

Atento a todos os acontecimentos arqueológicos da sua época, SERPA PINTO cedo se apercebeu da extraordinária importância, para o estudo da pré-história portuguesa, dos resultados preliminares obtidos por MENDES CORRÊA, na I Campanha de Escavações levada a efeito no Cabeço da

Amoreira, Muge, de 4 a 23 de Agosto de 1930. Nesse Outono visitou, entre outras, esta estação, integrando a comitiva de individualidades presentes ao XV Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Histórica; no local observou o cuidadoso trabalho realizado e assimilou a importância fundamental decorrente do facto de os materiais arqueológicos ali exumados estarem associados a uma estratigrafia bem definida.

Assim, após reconhecer no Cabeço da Amoreira, a ausência das limitações a que aludiu no seu trabalho sobre o Ancorense, propôs-se investigar as possíveis relações existentes entre as indústrias líticas pesadas, procedentes daquelas duas estações. No entanto, foi sobre a utensilagem microlítica de Muge que vieram a incidir as suas observações, daqui resultando a publicação, em 1931, de dois trabalhos: o primeiro, datado de Maio, intitulou-o «Nouvelles recherches sur le Miolithique au Portugal» e o segundo, datado de Setembro, de «Sur la taille du Silex à Muge (Portugal)».

Assumiu, entretanto, a direcção temporária da II Campanha de Escavações realizadas no Cabeço da Amoreira, entre 29 de Julho e 21 de Agosto de 1931.

Uma vez mais as suas excepcionais qualidades de investigador se viriam a manifestar, quer através das informações que deixou na sua agenda de bolso (Doc. I), quer pelos desenhos anotados marginalmente (Doc. II), quer pelas fotografias efectuadas (Doc. III). Da análise detalhada deste material, é hoje possível concluir o cuidado que colocou no registo de algumas das fases mais importantes da Campanha que dirigiu.

Esta estadia de SERPA PINTO mergulhou-o definitivamente no complexo problema constituído pelo estudo dos concheiros mesolíticos de Muge. O facto de os materiais exumados naquela estação, durante as duas campanhas, terem sido depositados no já referido Museu e Laboratório Antropológico do Porto, aliado ao facto de, na sua Faculdade, dispor de meios de diagnóstico e de estudo, permitiram-lhe enormes progressos na investigação que havia encetado.

Consequentemente, publicou, em Maio de 1932, um trabalho de maior envergadura, denominado «Notas sobre a indústria microlítica do Cabeço da Amoreira (Muge)».

Entretanto, a III Campanha de Escavações, prevista para o Verão desse ano, não se efectuou uma vez que motivos de força maior impossibilitaram a deslocação a Muge de MENDES CORRÊA e/ou dos seus Assistentes.

Este adiamento originou que a referida Campanha se viesse a realizar entre 7 e 28 de Agosto de 1933, sem a participação de SERPA PINTO, recentemente falecido.

No entanto a pesquisa que temos vido a efectuar ao seu legado permite-nos afirmar hoje que, entre Maio de 1932 e Março de 1933, SERPA

PINTO continuou a desenvolver uma intensa actividade de investigação relacionada com os concheiros de Muge.

Na realidade, remontam cronologicamente a este período da sua vida, os dois documentos a seguir mencionados e que confirmam o referido no parágrafo anterior.

Assim, o 1.º documento (Doc. IV) é constituído por um texto manuscrito em francês intitulado «Les fouilles du kjoekkenmoedding de Cabeço de Amoreira, à Muge (Portugal)» e, seguramente, não revisto pelo seu autor, pois apresenta na parte final um parágrafo deixado incompleto, que de modo nenhum retira o interesse científico que a globalidade do trabalho manifesta. A sua publicação implicou da nossa parte a passagem a extenso de todas as abreviaturas existentes no original, tendo em vista uma maior facilidade da sua leitura.

Esta deverá, no entanto, ser acompanhada de um enquadramento no tempo em que as referidas notas foram escritas, condição «sine qua non» para o leitor entender a presença conjunta de dados científicos ainda hoje aceites como verdadeiros, lado a lado com muitos outros considerados obsoletos.

Quanto ao 2.º documento, diremos apenas que é formado por numerosa colecção de fichas bibliográficas de diversos autores, nacionais e estrangeiros, com trabalhos publicados que de alguma maneira se coadunam com a investigação dos concheiros de Muge; a este material estava apensa uma folha (Doc. V), diferente das anteriores, contendo pormenorizada planificação de um trabalho sobre Muge, nunca levado a efeito.

No essencial, estamos em crer que com este artigo conseguimos atingir os dois objectivos fundamentais que presidiram, desde o início à sua elaboração:

- Continuar a publicar os manuscritos do ENG.º Dr. RUI CORREIA DE SERPA PINTO, pugnando por um melhor conhecimento da obra deste arqueólogo, injustamente esquecida durante meio século;
- Procurar contribuir, através da divulgação destes seus inéditos, para a investigação que especialistas, nacionais e estrangeiros, recentemente reataram nos Concheiros Mesolíticos de Portugal.

António A. Huet B. Gonçalves

BIBLIOGRAFIA

- GONÇALVES, A. A. H. B. (1983) — O Eng.º Dr. Rui Correia de Serpa Pinto. Estudo bio-bibliográfico. *Arqueologia* (Porto) 7: 1-7.
- GONÇALVES, A. A. H. B. (1983) — Rui de Serpa Pinto e a sua colaboração no jornal poveiro «A Voz do Crente». *Bol. Cul. Póvoa de Varzim* 22: 5-14.

- GONÇALVES, A. A. H. B. (1984) — Inéditos de Rui de Serpa Pinto. *Arqueologia* (Porto) 9: 122-127.
- GONÇALVES, A. A. H. B. (1984) — Notas arqueológicas de Rui de Serpa Pinto sobre o litoral entre Douro e Vouga. *Actas Jor. Hist. Local Reg. V. N. Gaia* 2: 73-82.
- GONÇALVES, A. A. H. B. (1984) — Antologia dos artigos de Rui de Serpa Pinto publicados no jornal poveiro «A Voz do Crente». *Bol. Cul. Póvoa de Varzim* 23: 549-601.

*

* * *

Documento I

Resumo das Escavações no Cabeço da Amoreira de 8 a 21-VIII-31

8-VIII-1931 — Limpeza do esqueleto de velho de FG. 7.º troço. Superficial. Parte fixa de um triturador a 1 m. FG. 7.º troço.

11 e 12-VIII-31 — Limparam-se 3 covas ⁽¹⁾ no salão de AD. 8.º troço. Na cova n.º 3 encontrou-se um trapézio (CD. 8.º profunda). Nas camadas superiores abunda o *Cardium*, rareando nas profundas constituídas quase exclusivamente de *Lutraria*.

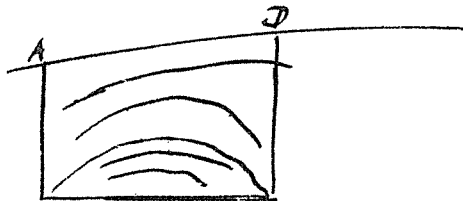
13-VIII-31 — Em GH e HI superficial. 8.º troço. Ossos humanos de 1 ou 2 esqueletos.

15-VIII-31 — IJ. Camada média. 8.º troço. Cristal de quartzo hialino com as arestas arredondadas.

HI. Camada média. 8.º troço. Bom núcleo de lâminas.

18-VIII-31 — Visita do Sr. Prof. Mendes Corrêa.

19-VIII-31 — Vê-se que o concheiro é constituído por pequenos concheiros parciais. Assim na tricheira deixada pela escavação do 9.º troço de ABCD, nota-se esta estratificação:



que mostra a habitação prolongada sobre uma pequena área. Da reunião destas habitações e da sua deslocação resulta o aspecto irregular que por

(1) Estas estruturas estão representadas no Doc. III-a (A.A.H.B.G.).

vezes apresentam as camadas, onde se notam estratos discordantes de fácil explicação.

20-VIII-31 — CD. 9.º troço. Profunda; apareceu um fragmento de mandíbula de cão (?) junto com cinzas. Não se tratará portanto de cão doméstico, do qual ainda se não encontraram restos esqueléticos.

Visita do Sr. Hipólito Cabaço.

21-VIII-31 — FG. Superficial. 9.º troço. Alguns restos humanos.

GH. 9.º troço. Superficial. Parte de base de armação dum veado.

Estão escavados 450 m². A altura máxima das camadas é 2,80 m.

Apontamentos soltos ⁽²⁾

1-VIII-31 — GH. 6.º troço. Superficial. Lâmina com «enchoche». Santos Júnior.

Fotografias de:

Cortes do concheiro. Grupo de trabalhadores. Aspectos das escavações.

Desenhar:

Planta da escavação. Corte. Implantar no concheiro.

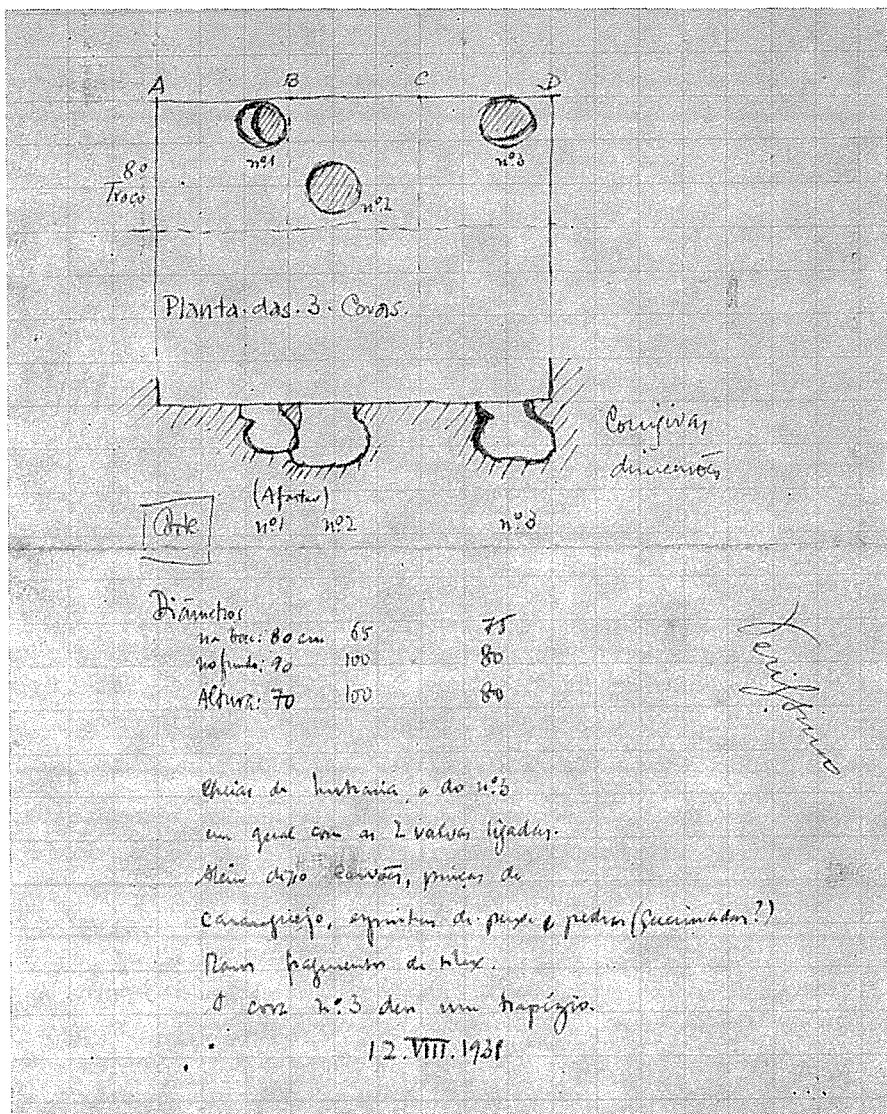
- Ainda há poucos anos havia lobos. Na *Mata* foi vista há alguns anos uma corça com um filho. Havia *gamelas* além das corças e veados.
- Ao plantar vinha no Padre Pedro (Vila Longa) apareceu um esqueleto.
- Contaram que há anos muitos apareceram esqueletos na Moita do Sebastião e vieram «sete sábios» para os ver.
- Dr. Teixeira de Coruche já falecido tinha facas de pedra, encontradas na Amieira (?) e um machado de alvado e 2 anéis.
- Na Quinta da Liga (Salvaterra) apareceu uma cunha de bronze.

Quarta-feira, 19-VIII-31 — Quinta da Sardinha (no cruzamento da estrada que vem de Muge para Salvaterra com a de Marinhais, próximo desta localidade.

Procurar na Glória o antigo guarda *José d'Avó*.

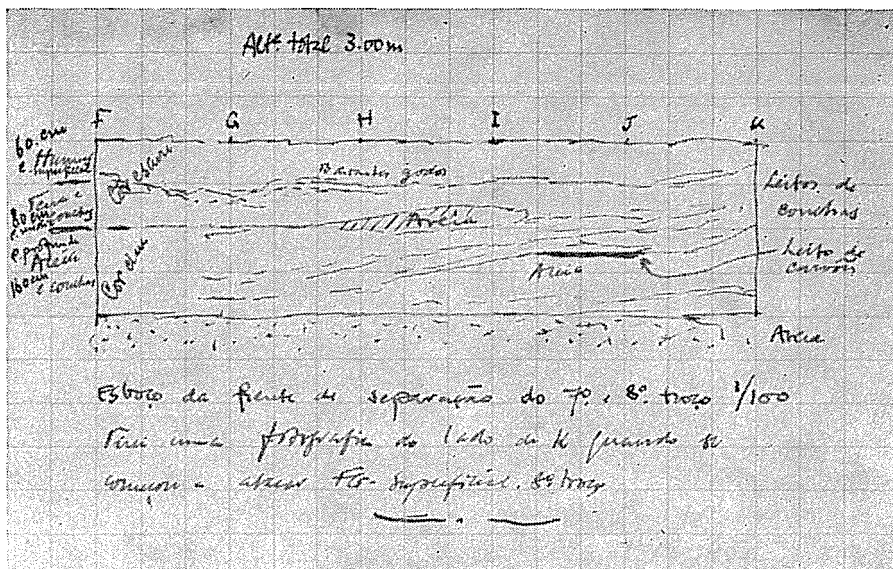
(²) Título da responsabilidade de A.A.H.B.G.

Documento II - a



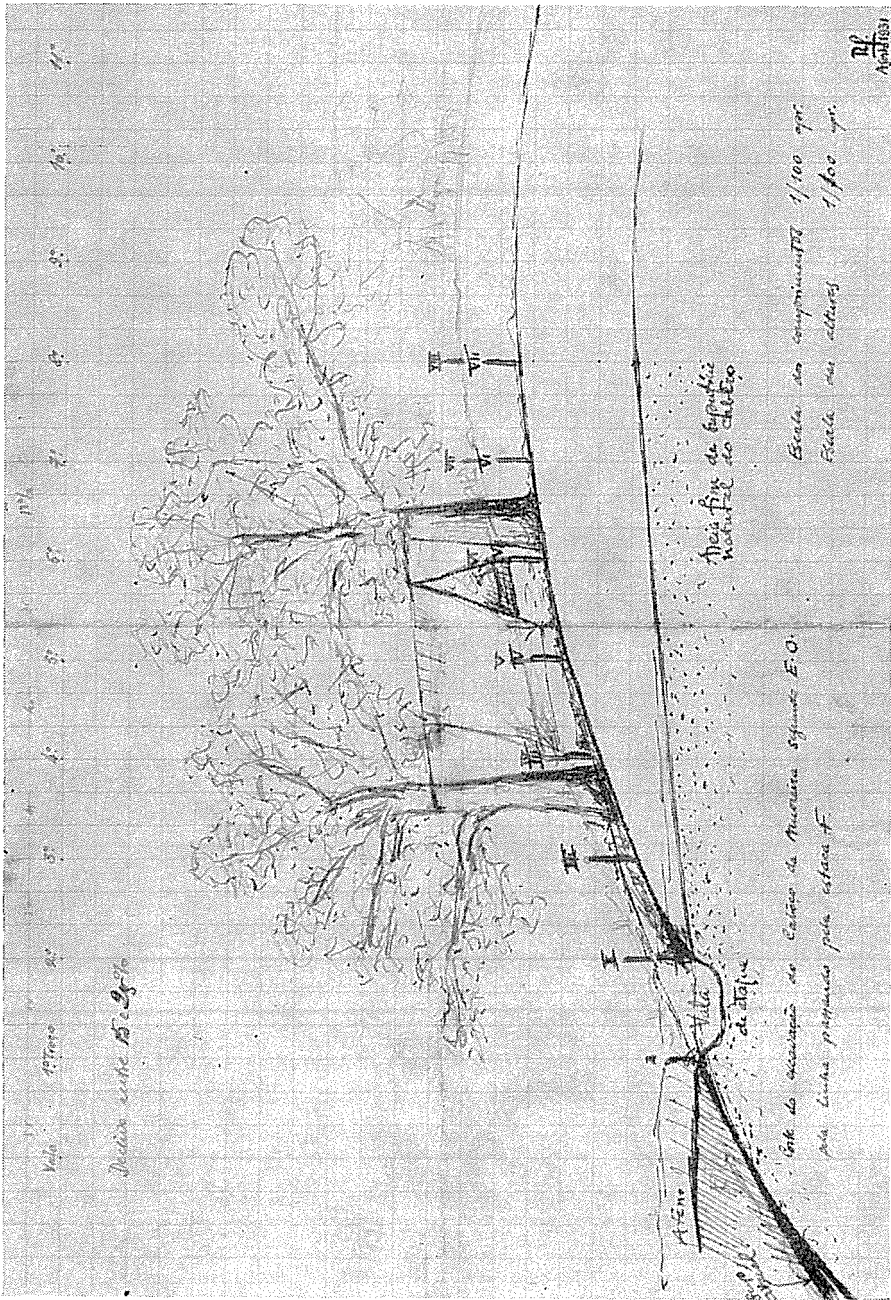
Apontamentos de campo. Planta, e perfil das covas referidas no texto.

Documento II - b



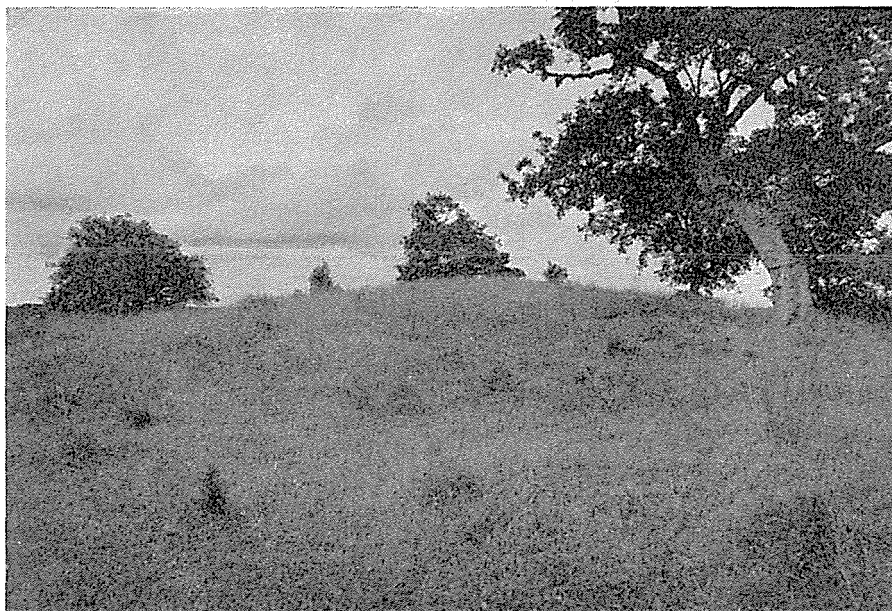
Apontamentos de campo. Estratigrafia sumária de uma zona da estação.

Documento II - c



Apontamentos de campo. Cabeço da Amoreira. Corte E - O.

Documento III



a — Aspecto do Cabeço da Amoreira, 1931 (Foto R.S.P.).

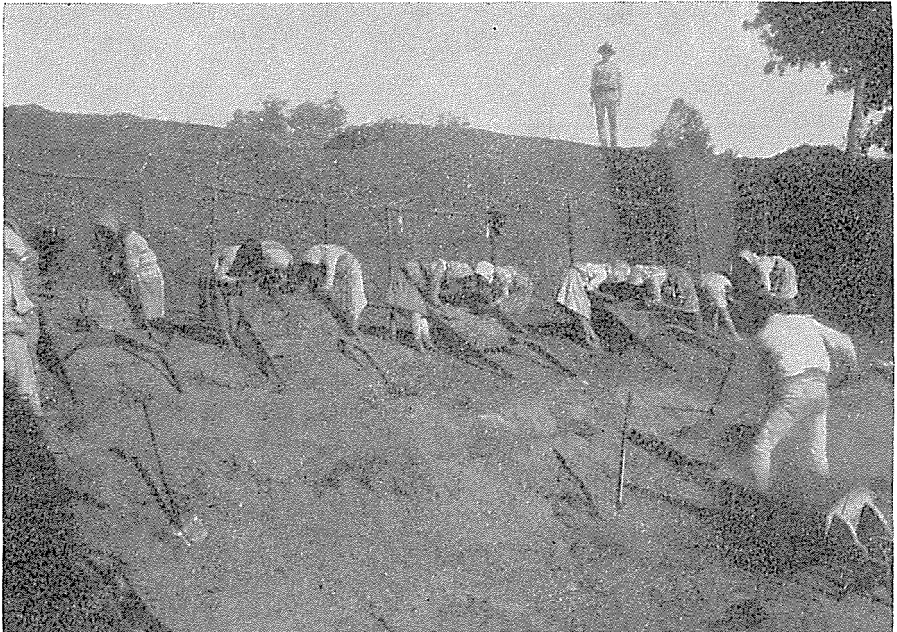


b — Cabeço da Amoreira, 1931. Da esquerda para a direita:
Santos Júnior, Mendes Corrêa e Serpa Pinto (Foto/Col. R.S.P.).

Documento III



c— Cabeço da Amoreira. Aspecto geral da estação em 1931 (Foto R.S.P.).



d— Cabeço da Amoreira. Aspecto das escavações de 1931 (Foto R.S.P.).

Documento IV

LES FOUILLES DU KJOECKENMOEDDING DE CABEÇO DE AMOREIRA, À MUGE (PORTUGAL)

PAR

Rui de Serpa Pinto †

Le premier des kjoekkenmoedding de *Muge* (rive gauche du Tage, près de Lisbonne) fut découvert vers 1863 par le Gen. Carlos Ribeiro à *Quinta da Sardinha* (Marinhais), pendant les travaux pour le relevé de la carte géologique du Portugal; mais il était à peu près détruit par la culture de la vigne.

Des fouilles furent pratiquées par Carlos Ribeiro, Pereira da Costa et Paula e Oliveira, vers 1880, dans d'autres amas de coquilles de *Cabeço da Arruda* et *Padre Pedro* (aujourd'hui détruit), sur la rive droite du ruisseau canalisé de Muge, et dans ceux de *Moita do Sebastião* et *Cabeço de Amoreira*, sur la rive gauche (1).

Les collections ostéologiques et d'instruments provenant de ces fouilles, sont conservées dans le riche Musée de la «Comissão dos Serviços Geológicos de Portugal», à Lisbonne.

Le Prof. Mendes Corrêa a séparé le dolichocéphale dominant à Muge sous la dénomination *Homo afer taganus*, des brachycéphales, déjà étudiés par Pereira da Costa et Paula e Oliveira (2). L'*Homo taganus*, assez différencié des autres types connus du paléolithique supérieur et néolithique, est de basse stature (1,483 m), avec des caractères négoïdes (meso-platyrrhinie et meso-prognathisme) et d'autres australoïdes l'encadrant dans un groupe de races inférieures d'origine équatoriale (3). Vallois a voulu reprendre son rapprochement avec le type de Cro-Magnon, ce qui est inacceptable, selon le Prof. Mendes Corrêa, car ce dernier a une taille élevée, nez réduit, crâne volumineux, profil allongé et d'autres caractères que l'on est loin de trouver dans *Homo taganus* (4).

Les brachycéphales sont de haute stature (1,60—1,75 m ±), et appartiennent à trois types selon le Prof. Mendes Corrêa: protobrachymorphe,

protosphénoïde et orthobrachymorphe. Avec ceux de Ofuet, ce sont les plus anciens brachycéphales miolithiques européens (5).

Les recherches de Carlos Ribeiro à *Cabêço da Amoreira* ayant été réduites à un trou de sondage, le Prof. Mendes Corrêa a entrepris avec profit la fouille méthodique du kjoekkenmoedding, avec la subvention de la «Junta de Educação Nacional», et aidé obligeamment par la Maison Ducale de Cadaval, propriétaire de la station (6). Pendant les deux campagnes d'été de 1930 et 1931 les fouilles de 450 m² de terrain ont été suivies par les Assistants de l'Instituto d'Anthropologie de Porto, où les matériaux exhumés sont à l'étude. On peut dès maintenant signaler l'importance de ces nouvelles recherches à Muge, au fait qu'elles donnent des résultats assez différents de celles de Cabêço da Arruda, pourtant assez proche, permettant la connaissance plus détaillée d'un faciès particulier du miolithique portugais, quoique les squelettes soient très rares et en mauvais état.

La fouille de la petite côte recouverte par les déchets de nourriture préhistorique a été commencée dans le sens de sa longueur, du côté de l'est. Cette pente est plus raide que l'opposée, et les eaux du Tage la baignent encore pendant les crues. La couche archéologique est composée dans la majeure partie de coquilles d'eau saumâtre (surtout *Scrobicularia plana* et *Cardium edule*), d'ossements et de sable très fin mélangé de cendres, disposés en lits irréguliers. Très mince à l'extrémité, la couche s'épaissit vers le centre, atteignant jusqu'à 3 m de haut.

Les mollusques appartiennent, selon l'obligeante classification du Prof. Augusto Nobre, aux espèces actuelles suivantes:

- 1) H. marin — *Cypraea europaea* Montagu
Pecten maximus (?)
Cardium norvegicum Spengler
Cardium echinatum (?)
Natica hebraea Martyn

- 2) Eaux mixtes — *Scrobicularia plana* (Da Costa)
Cardium edule Lin.
Nassa reticulata var. *nitida* Jeffreys
Ostrea angulata Lam.
Ostrea edulis Lin.
Tapes decunatus Lin
Solen marginatus Pennant
Easthonia sp.

- 3) Eau douce — *Neritina fluviatilis* Lin.
Bythinia tentaculata Lin.
Cerithium sp.
- 4) Terrestres — *Helix acuta* Müller
Helix barbula Rossmassler
Helix inchoata Morelet
Helix nemoralis Lin.
Helix pisana Müller

Selon le Prof. Nobre ces mollusques caractérisent une faune d'estuaire, et ces espèces se trouvent encore dans la région (7).

Les coquilles marines ont dû être récoltées pour servir d'ornement, comme le prouvent les trous de suspension des *Cyprea* et *Pecten*. De même *Natica hebraea*, espèce nouvelle pour le Portugal, a dû vraisemblablement être apportée de la Méditerranée, élargissant ainsi notre connaissance des relations préhistoriques. Des faits pareils ont été signalés à l'asilien pour des coquilles de la grotte de Castillo (Santander, Espagne), et des grottes du Périgord et des Pyrénées françaises (8).

En comparant cette liste avec celle des espèces trouvées à Cabêço da Arruda, on remarque l'absence de *Mytilus edulis*, *Rumina decollata*, *Unio littoralis* et *Unio pictorum*, *Helix aspersa* et *Helix lactea*, qui, peut-être se trouveront-elles dans de prochaines fouilles, et l'on enregistre onze espèces de nouveau.

La *Scoobicularia plana* ne se trouve plus à Muge, mais seulement à 30 km. à l'aval dans le Tage. D'autre côté la marée ne se fait sentir plus haut que Vila Franca de Xira et Carregado. Comme vraisemblablement le sauvage préhistorique s'approvisionnait de mollusques dans le voisinage, ces faits prouvent l'exhaussement de la côte vers la fin du Quaternaire, d'ailleurs suivi par d'autres points du littoral. La regression marine a été accompagnée de larges dépôts alluvionnaires.

Les amas de coquilles reposent sur des couches supposées tertiaires, où il n'y a pas de silex. Selon Carlos Ribeiro le sauvage de Muge devait se le procurer, peut-être, dans les couches miocènes de Tojal et Runa, où bien à Ota, selon Nery Delgado pour ce qu'il lui fallait traverser le Tage (9). Dans la rive droite du Tage, il y a aussi des kjoekkenmoeddings mais sans une étude approfondie on ne peut pas préciser les relations avec ceux de Muge (10).

Les instruments microlithiques étaient taillés in situ dans des rognons de silex, quartz hialin et quartzite. Les nucléi témoignent l'économie et le soin qui présidaient à la taille du silex. Il y en a sans forme définie, grossière-

ment piramidaux et surtout un petit type paralépipédique que nous croyons caractéristique ⁽¹¹⁾. Plusieurs nucléi, pièces ébauchées et déchets de taille permettent la réalisation d'observations sur la technique très uniforme qui ménageait les plus petits morceaux de pierre. L'abondance de nourriture facilitant l'établissement de ces pauvres peuplades à cet endroit, qui sait si les petites dimensions de leurs instruments n'étaient pas déterminées par la rareté de la matière première.

Les microlithes les plus fréquents sont des lames et des triangles, avec toutes leurs variétés; et ensuite des éclats, en général atypiques, mais qui certainement ont été utilisés. Les pièces retrouvées aux diverses hauteurs des couches ne présentent pas de différences morphologiques, quoique leur fréquence soit très irrégulière aux divers niveaux, qui s'entrecroisent fréquemment.

Nous pouvons classer les microlithes triangulaires dès la pointe à dos abattu curviligne aux microlithes triangulaires, parfois isoscèles, où la gibbosité est rudimentaire ou nulle, en passant par tous les types de transition avec gibbosité ou pédoncule latéral, rappelant le cran. On remarque des instruments morphologiquement paléolithiques, à bord retouché curviligne; et, même dans les formes géométriques, un des bords est presque toujours légèrement curviligne. La longueur est comprise entre 17 et 41 mm. Les microlithes de ces catégories plus primitifs, sont rares dans le kjoekkenmoedding voisin de *Moita do Sebastião*, et, à ce qu'il semble, manquent à *Cabeço da Arruda* où dominent les trapèzes.

Les trapèzes sont très rares. Deux seulement ont été enregistrés, l'un vers la base et l'autre en surface. Au contraire des trapèzes fréquents de *Cabeço de Arruda*, ceux-ci présentent le coup-de-burin. Cependant les burins font absolument défaut. L'Abbé Breuil a reconnu dans l'amas de coquilles de *Cova da Onça* (?) un seul burin d'angle; pour lui cette absence de burins dans les kjoekkenmoeddings portugais les éloigne «des stations paléolithiques finales aziliennes ou capsiennes, où ils existent toujours, et les rapproche des stations tardenoisennes françaises» ⁽¹²⁾. Malgré cela le facies de l'industrie est bien paléolithique, comme nous l'avons vu, et toutes les autres circonstances en sont à l'appui.

Les lames à encoche d'utilisation et d'accommodation sont rares, une seule présente cinq coches. Les lames tronquées et retrouchées, et les racloirs semblent faire absolument défaut.

Il y a deux types de lames microlithiques (15 à 50 mm); le premier, étroit et relativement épais, de section triangulaire ou trapézoïdale; et le second plus large et d'une minceur remarquable. Ce sont les instruments les plus abondants. Les lames de quartz hyalin, très belles, sont plus rares (dimensions 12 à 33 mm), et pour la première fois signalées à Muge. Les

lames appointées rentrent dans les types établis pour les lames; donc elles ne seront peut-être qu'une variété résultante de la taille du nucléus. Les éclats sont innombrables, et, en général, sans des vestiges d'utilisation.

L'industrie de l'os est bien rudimentaire, les palettes et perçoirs ne sont pas fréquents.

La curiosité du sauvage *Homo taganus* fut attirée par des cristaux de quartz, de mica et de calcite, rapportés de loin, ainsi que des noyaux ferrugineux employés peut-être dans la peinture corporale. Les ornements les plus fréquents sont des coquilles de *Cypraea europaea*, *Nassa reticulata*, *Bythinia tentaculata* et *Neritina fluviatilis*, percées d'un ou deux trous pour faire partie de colliers. On trouve aussi des ornements de suspension pour ces colliers constitués par des canines entaillés, de petits galets arrondis, etc..

Nous avons déjà dit que la base de l'alimentation était la *Scrobicularia plana* et *Cardium edule*, ce dernier se trouvant surtout dans les couches supérieures. Les pinces de crabe (*Carcynus*) se trouvent aussi en abondance. Des vertèbres de poissons et des otolithes, à déterminer, montrent que l'*Homo taganus* pratiquait la pêche; qui sait même si quelques petits triangles serviraient de hameçons, selon l'hypothèse de Lewis Abott.

Les ossements de mamifères des genres *Bos*, *Cervus (elaphus?)*, *Ovis*, *Equus*, *Sus*, *Lepus*, *Canis*, etc. se trouvent très fragmentés et parfois brûlés. Les chasseurs n'avaient pas encore de chien, car on ne trouve pas d'os rongés et les restes de squelettes de chien sont rares et incomplets.

La céramique, pierre polie et pointes de flèche font absolument défaut. Des tritrateurs laissent le doute si l'agriculture était connue, ce qui n'est pas vraisemblable chez des peuplades si arriérées. La destination de trois fosses, creusées à la base des couches sous le terrain, n'est pas certaine.

Le pauvre *Homo taganus*, à demi sauvage encore, pêcheur et chasseur, vivait sur les déchets de son alimentation qui devait exhaler une odeur lamentable, peut-être dans des huttes de branchages (de rares fragments d'argile avec impressions végétales le font soupçonner) et sur ces amas enfouissait les morts. Malheureusement les squelettes recueillis à ce moment sont en petit nombre. Les ornements et la peinture corporelle, luxe bien pauvre

Par les données présentées on peut classer le kjoekkenmoedding de Cabeço de Amoreira dans le capsio-tardenoisien, où Breuil et Obermaier avaient déjà placé les autres stations de Muge (¹²). Toutefois nous croyons utile de rappeler que les différences mises en évidence par les fouilles de M. le Prof. Mendes Corrêa à Cabeça de Amoreira font espérer qu'une étude approfondie des autres kjoekkenmoedding éclaircira le problème miolithique portugais.

NOTAS (*)

(1) Carlos Ribeiro — *Les Kjoekkenmoeddings de la vallée du Tâge*. Congrès Int. d'Anthr. et d'Arch. Preh. C. rendu de la IX^e session à Lisbonne, 1800. Lisbonne, 1884.

José Fortes — *O Homem fossil em Portugal*. Coll. Natura. Lisboa, 1923.

J. Leite de Vasconcelos — *As Religiões da Lusitânia*. Imprensa Nacional. Lisboa, 1897.

(2) F. A. Pereira da Costa — *Da existencia do homem em epocas remotas no valle do Tejo. Primeiro opusculo. Noticia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda*. Lisboa, 1865.

F. de Paula e Oliveira — *Note sur les ossements humains existant dans le Musée de la Commission des Travaux Géologiques*. Comun. Serv. Geol. Portugal, II, pp. 1-13, 1 pl. Lisboa, 1889.

F. de Paula e Oliveira — *As raças dos Kjoekkenmoeddings de Mugem*. Lisboa, 1881.

E. Cartailhac — *Les ages préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*. Reinwald. Paris, 1886.

(3) A. da Costa Ferreira — *Négroïdes préhistoriques en Portugal*. Anais Científicos da Academia do Porto, 1907.

G. Ruggeri.

A. A. Mendes Corrêa — *À propos des caractères inférieurs de quelques crânes préhistoriques du Portugal*. Arc. de Anat. e Antr. Lisboa, 1917.

A. A. Mendes Corrêa — *Sobre uma forma craniana arcaica*. Anais Científicos da Fac. de Medicina do Porto. Vol. IV, n.º 1. Porto, 1917.

A. A. Mendes Corrêa — *Raça e Nacionalidade*. Porto, 1919.

A. A. Mendes Corrêa — *L'origine de l'homme. L'état actuel du problème*. Scientia., pp. 339-350. Mai, 1925. Milão, 1924.

A. A. Mendes Corrêa — *Tomás Ribeiro*. In Memoriam, pp. 32-33. Viseu, 1924.

A. A. Mendes Corrêa — *A Lusitânia pré-romana*. História de Portugal. Vol. I, pp. 79-214, Barcelos, 1928.

(4) H. V. Vallois — *Recherches sur les ossements mésolithiques de Mugem*. L'Anthropologie. XL, 1930.

A. A. Mendes Corrêa — *Questions du mésolithique portugais*. C. R. The First Int. Congr. of Preh. and Protohist. Scienc. Londres, 1932.

(5) A. A. Mendes Corrêa — *Sur les brachycéphales préneolithiques et leur culture*. Bulletin de la Soc. Portugaise des Sciences Nat. VIII (1918). Lisbonne, 1917.

A. A. Mendes Corrêa — *Estudos de Etnogenia Portuguesa*. (Crânios Braquicéfalos). Anais C. da Fac. de Medicina do Porto. Vol. IV, n.º 2. Porto, 1918.

O. Menghin — *Weltgeschichte der Steinzeit*. Wien, 1931.

(*) Título da responsabilidade de A.A.H.B.G.

(6) A. A. Mendes Corrêa — *Sur les nouvelles fouilles de Muge*. Congr. Intern. d'Anthropologie et d'Arch. Préh. Paris, 1931.

Rui de Serpa Pinto — *Sur le miolithique en Portugal*. Congrès de l'Association Franç. pour l'Avancement des Sciences. Nancy, 1931.

C. R. XV^{ème} Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie préhistoriques. IV^{ème} session de l'Institut International d'Anthropologie. Coimbra. Porto (1930). 1 vol. 176 p. Nourry, Paris, 1931.

(7) Augusto Nobre — *Faune malacologique des bassins du Tage et du Sado (Portugal)*. 137 p. Abbeville, 1886.

Augusto Nobre — *Moluscos terrestres, fluviaux e de águas salobras de Portugal*. Porto, 1931.

(8) Carlos Ribeiro —

J. F. Nery Delgado — *Les silex tertiaires d'Ota*. Congrès Int. d'Anthr. et d'Arch. Preh. Lisbonne, 1884. C. rendu de la X^{ème} session à Paris, 1891.

P. H. Fischer — *Coquilles récoltées par M. Peyrony dans les gisements préhistoriques de la région des Eyzies (Dordogne)*. Journal de Conchyologie. LXXXVI. Paris, 1932. p. 258.

(9) António Torres — *Notice stratigraphique sur le néogène continental du versant droit de la vallée du Tage*. In «Le néogène continental dans la basse vallée du Tage (rive droite)». Commission du Serv. Géol. du Portugal. Lisbonne, 1907. Dec. de Mr. Hipólito Cabaco.

(10) Rui de Serpa Pinto — *Sur la taille du silex à Muge*. Cong. Preh. de France. Nîmes, 1931.

(11) H. Breuil — *Impressions de voyage paléolithique à Lisbonne*. «Terra Portuguesa». III. núms. 27-28. Lisboa, 1918.

H. Breuil — *Observations sur la question de l'hiatus entre le paléolithique et le néolithique*. L'Anthropologie. XXXI. Paris, 1921. p. 351.

H. Breuil — *Les subdivisions du paléolithique supérieur et leur signification*. C. rendu de la XIV^{ème} session du Congr. Int. d'Anthr. et d'Arch. Préh. Genève, 1912. p. 165.

L. Coutil — *Tardenoisien*. Congrès Int. d'Anthrop. et d'Arch. Préh. Genève, 1912.

(12) H. Obermaier — *El Hombre fossil*. Mus. Nac. Ciencias Naturales. Madrid, 1925.

H. Obermaier — *Pyrenaenhalbinsel*. Reallexikon der Vorgeschichte. XIII. Berlin. 1929.

O. Menghin

Documento V

— Muge —

- I — Histórico e Bibliografia.
 - II — Topografia e Geologia.
 - III — Cabeço da Amoreira. Crónica das escavações de 1930-31.
 - IV — Cabeço da Amoreira. Descrição (dimensões, cortes, etc.)
Plano das escavações.
 - V — Indústria lítica: Talhe
 - Descrição
 - Utilização
 - Comparação
 - VI — Adornos
 - VII — Restos humanos. Descrição. Etnologia.
 - VIII — Fauna. Vertebrados.
Invertebrados.
 - IX — Alimentação. Caça e pesca. Agricultura.
 - X — A questão da cerâmica.
 - XI — Dados acessórios (moedas, etc.).
 - XII — Estudo comparado: Portugal
 - Espanha
 - Estrangeiro
- Conclusões
- Resumo em francês.

RESUMO

Esta secção destina-se à publicação de documentos inéditos de carácter antropológico.

Rui de Serpa Pinto, assistente da Faculdade de Ciências do Porto, falecido em 1933, deixou inéditos numerosos textos sobre o seu trabalho de investigação arqueológica.

Publica-se neste volume um deste documentos referente às escavações arqueológicas realizadas em 1931 nos Concheiros Mesolíticos de Muge.

RÉSUMÉ

Cette section se destine à la publication de documents inédits de caractère anthropologique.

Rui de Serpa Pinto, assistant de la Faculté de Sciences de Porto, décédé en 1933, a laissé de nombreux textes inédits sur son travail de recherche archéologique.

On publie dans ce volume l'un des documents se rapportant aux fouilles archéologiques réalisées en 1931, dans les amas coquilliers mésolithiques de Muge.

ABSTRACT

This section deals with the publication of unpublished anthropological documents.

Rui de Serpa Pinto, assistant of the Faculty of Science in Porto, who died in 1933, left us many texts about his own surveys on archaeology.

In this volume, we are publishing one of those documents and which concerns the archaeological excavations that took place in 1931 on the mesolithic shell middens of Muge.



V Á R I A

«Monumentalização» e «necropolização» no megalitismo europeu

Do Sul da Suécia à Península Ibérica ocorrem, ao longo da fachada atlântica, durante o Neolítico e os inícios da Idade dos Metais, dezenas de milhares de monumentos funerários para enterramento colectivo que se convencionou designar «megalíticos». Em larga medida, essa expressão é enganadora, uma vez que pressupõe uma certa homogeneidade que, na verdade, não existe, nem no plano cultural, nem mesmo, mais especificamente, ao nível arquitectónico. De facto, as escavações arqueológicas provaram que as oferendas funerárias que tais monumentos continham se encastam profundamente nas raízes culturais de cada região, diferindo muito entre si. Por outro lado, nem só pedras de grande tamanho — pressupostas na palavra «megalítico» — foram utilizadas na construção destes sepulcros, uma vez que muitos deles, dos mais antigos (Barnenez, na Bretanha francesa, por ex.) aos mais recentes (Newgrange na Irlanda, entre outros) apresentam as respectivas câmaras encimadas por «falsas cúpulas» delimitadas por lajes horizontais sobrepostas, normalmente de bem mais pequeno porte do que as grandes tampas que cobrem os dólmens na sua forma «clássica». Assim, a pretensa unidade do «fenómeno megalítico» surge-nos mais como uma primeira (falsa) impressão dos arqueólogos, do que propriamente como algo de muito consistente no plano arqueológico ou pré-histórico. Como escrevia Glyn Daniel em 1973: «Não foi a unidade das estruturas megalíticas, mas a sua sobrevivência devida ao facto de serem construídas em pedra durável, que causou a confusão na mente dos arqueólogos, que, aceitando que elas foram todas construídas com pedras de grandes dimensões e usaram técnicas especiais de construção, as conceptualizaram numa categoria geral de «megálitos», categoria essa que tinha os seus criadores e portanto um lugar de origem. (...) Os construtores de megálitos da Europa correspondem à população neolítica da Europa Ocidental que, em várias áreas, desenvolveu uma arquitectura monumental em pedra. Sem dúvida que muitas destas comunidades mantinham relações entre si e intercambiaram técnicas, motivos artísticos e outros elementos, mas a unidade que se pensou existir entre monumentos megalíticos diferentes da Europa não é a unidade dos megálitos mas o padrão comum da sociedade neolítica e calcolítica como um todo» ⁽¹⁾. Acontece aqui, afinal, algo que é bastante frequente, banal mesmo, no processo do conhecimento: começamos por conceptualizar os fenómenos globalmente, encerrando-os por vezes, na sua heterogeneidade, sob uma designação comum, para só mais tarde nos apercebermos do simplismo de tal categorização, passando então a uma fase de «desconstrução» dos conceitos que nós próprios criámos e tornámos familiares pela continuidade do seu uso...

Por isso nos vemos hoje constantemente obrigados a chamar a atenção para o polimorfismo dos «monumentos megalíticos» europeus, à medida que as modernas

⁽¹⁾ Cf. G. Daniel, Spain and the problem of european megalithic origins, *Estudios dedicados al Professor Dr. Luís Pericot*, Barcelona, 1973, pp. 209-214.

escavações, muito detalhadas e exaustivamente documentadas, vão escalpelizando esta primeira grande arquitectura da Humanidade, em cada uma das regiões em que se manifestou. Trata-se de um problema muito complexo, que já tivemos oportunidade de abordar em diversos trabalhos (2). Diga-se aqui, apenas, que os derradeiros difusionistas — autores que procuram explicar o megalitismo europeu com base na expansão de protótipos a partir de uma região bem definida (Próximo Oriente para uns, Península Ibérica para outros... mas, perguntamo-nos de passagem, por que razão haveriam esses monumentos de ter surgido primeiro nessas regiões e não noutras?! — procuram recorrer a certos «denominadores comuns», como seria o ritual de enterramento colectivo ou, mais especificamente, o chamado dólmen de corredor, para sustentar as suas teorias. É o caso do galês H. N. Savory (3), ou do irlandês George Eogan (4). Mas, infelizmente para esses autores, a noção de «ritual de enterramento colectivo» é tão vaga, e a sua ocorrência tão generalizada na Pré-história europeia, que ela constitui frágil sustentáculo para uma ampla teoria difusora. O mesmo se poderia dizer do conceito de «dólmen de corredor», pois a única coisa que as construções a que se atribui tal designação têm em comum é serem feitas, pelo menos parcialmente, com pedras (de maior ou menor formato) e de possuírem uma galeria de acesso à câmara funerária, a partir da entrada do monumento, normalmente situada na periferia da mamoa (para utilizar uma expressão popular portuguesa), ou *tumulus* (montículo artificial de terra, pedras, ou de terra e pedras que, «escondendo» o «megálito» no seu seio, lhe dá verdadeira monumentalidade). Contra todas as evidências, o carácter tenaz das teorias difusionistas expressou-se ainda recentemente (1985) na obra do especialista francês Roger Joussaume, destinada ao grande público, *Des Dolmens Pour les Morts*, em cujas conclusões finais, seguindo Savory, ele escreve: «A neolitização do ocidente da França parece resultar de uma colonização oriunda do Sul mediterrânico, passando pelo litoral da Península Ibérica nos finais do VI milénio a.C. Teria havido portanto contactos entre estas diversas regiões e uma delas pode ter influenciado a outra no sentido da edificação destas primeiras arquitecturas. Em seguida, podem-se ter criado contactos idênticos com a Grã-Bretanha e os países nórdicos, introduzindo nestes últimos o dólmen de corredor nos *tumuli* alongados de origem local» (5). E ainda há meses (Dez. 86) o reputado investigador bretão

(2) Por ex., Em torno de alguns problemas do megalitismo europeu, *Arqueologia*, n.º 8, Dez. 1983, pp. 12-22; Polymorphisme des tumulus préhistoriques du Nord du Portugal: le cas d'Abobreira, *Bull. de la Société Préhistorique Française*, t. 83, n.º 6, pp. 177-182.

Entre outros exemplos de constatações recentes de polimorfismo, mesmo à escala regional, atente-se nas seguintes palavras de Darvill sobre os túmulos da região de Cotswold-Severn (Grã-Bretanha): «(...) embora se possa sugerir um certo número de grupos tipológicos gerais, não há nada que se assemelhe a uma forma típica. Cada túmulo apresenta uma combinação única, individualizada, correspondendo a um sub-conjunto de um muito mais vasto conjunto de características possíveis, o que, em consequência, torna os túmulos artefactos extremamente difíceis de tratar pelo arqueólogo». E, adiante, corrobora a mesma afirmação nestes termos: «Os túmulos de Cotswold-Severn são altamente individualizados, não há dois que tenham a mesma organização de elementos, e mesmo os que se encontram mais próximos espacialmente podem variar de forma notável». (T. C. Darvill, *The Megalithic Chambered Tombs of the Cotswold-Severn Region*, Highworth, Vorda Publications, 1982, pp. 12 e 77 respectivamente).

(3) Por ex., The role of the upper Duero and Ebro basins in megalithic diffusion, *Bol. Sem. Est. Arte y Arqueol.*, Valladolid, XL-XLI, 1975, pp. 159-174; The role of Iberian communal tombs in Mediterranean and Atlantic Prehistory, *Ancient Europe and the Mediterranean*, Warminster, 1977, pp. 161-180.

(4) Por ex., conferência realizada na S.P.A.E. (Porto), em 27 de Maio de 1986.

(5) Cf. *Des Dolmens pour les Morts. Les mégalithismes à travers le monde*, Hachette, 1985, p. 371.

Por seu turno, J.-P. Mohen, o escavador dos *tumuli* de Bougon (Deux-Sèvres, França), prefere falar de uma forma mais vaga e mais prudente: «Os monumentos sagrados da pré-história da Europa

J. L'Helgouach evocava em Orense (Galiza), no Congresso dedicado a Florentino Cuevillas, as «sepulturas circulares do Sudeste ibérico» como possíveis protótipos do megalitismo europeu, sugestão manifestamente descabida...

Enfim, como escrevíamos em 1983, o megalitismo «é um fenómeno plural, cujas soluções têm de ser também plurais: no plano meramente arqueológico, no plano pré-histórico e no plano da sua significação sócio-económica e ideológico-religiosa (nível antropológico)» (6). Esse facto, todavia, não deve fraccionar a nossa visão numa série de dados de significação puramente local, diferente de zona para zona. Uma perspectiva comparativa vai sendo possível, justamente à medida que dispomos de boas análises regionais, e dessas perspectivas ressaltam certas linhas de força, se não comuns a todo o megalitismo europeu, pelo menos de amplo significado. Só que essas linhas de força não apontam para um difusionismo, nem para a procura de raízes culturais comuns, mas situam-se num plano muito mais abstracto, paleoantropológico. Na sequência do nosso trabalho de 1983, iremos aflorar aqui apenas algumas dessas questões (7).

Uma delas é a tendência, verificada em várias áreas europeias, para uma evolução das arquitecturas no sentido *do simples para o complexo*, o que não implica que tal evolução seja unilinear e que não tenham coexistido, em vários momentos, arquitecturas «simples» e «monumentais». O referido processo é advogado por diversos autores, como K. Kristiansen para a Escandinávia (8), O'Kelly (9) e G. Burenhult (10) para a Irlanda, Scott (11) e Henshall (12) para a Escócia, T. C. Darvill (13) para os monumentos do grupo de Cotswold-Severn (País de Gales e parte da Inglaterra), F. Lynch (14) para o País de Gales também, etc.

Um outro aspecto, relacionado com o anterior, é o da existência, em certas regiões da Europa, do que chamaríamos um *processo de «monumentalização»*, isto é, de progressivo engrandecimento, em sucessivas campanhas de ampliação, de um mesmo monumento, que evidentemente se não pode apenas nem sobretudo explicar pela ideia pragmática de aumentar o espaço funerário útil, mas tem pelo menos que ver com um incremento, em certas fases, da função simbólica do *tumulus* no seu conjunto. Assim, certas sepulturas, pela sua grandiosidade, pela existência de átrios ou de fachadas que parecem destinados a enquadrar muitas pessoas durante a realização

occidental resultam provavelmente de um movimento unitário no seu fundo, mas com expressões muito variadas». (Les architectures mégalithiques, *La Recherche*, n.º 161, Déc. 1984, p. 1.538). Compreensível num trabalho de divulgação, é óbvio que esse conceito de «movimento» peca pela imprecisão, não tendo validade científica, a nosso ver.

(6) *Op. cit.* na nota 2, 1983, pp. 12-13.

(7) *Ibidem*, pp. 20-21.

(8) K. Kristiansen, The formation of tribal systems in Later European Prehistory: Northern Europe, 4000-500 B.C., *Theory and Explanation in Archaeology*, New York, Academic Press, 1982. pp. 241-286.

(9) M. J. O'Kelly, The megalithic tombs of Ireland, *Antiquity and Man*, Londres, Thames and Hudson, 1981, pp. 177-190.

(10) G. Burenhult *et alii*, *The Archaeology of Carrowmore. Environmental Archaeology and the Megalithic Tradition at Carrowmore, Co. Sligo, Ireland*, Stockholm, Institute of Archaeology at the University, 1984.

(11) J. G. Scott, Clyde cairns of Scotland, *Megalithic Enquiries in the West of Britain*, Liverpool University Press, 1969, pp. 175-222.

(12) A. S. Henshall, Scottish chambered tombs and long mounds, *British Prehistory — a new outline*, Londres, Duckworth, 1974, pp. 137-164.

(13) *Cf.* Darvill, *op. cit.* na nota 2 *supra*.

(14) F. Lynch, Towards a chronology of megalithic tombs in Wales, *Welsh Antiquity, essays presented to H. N. Savory*, Cardiff, National Museum of Wales, 1976, pp. 63-79.

de cerimónias, constituem *verdadeiros dispositivos cénicos* laboriosamente projectados, construídos e sucessivamente «restaurados» e engrandecidos pelos homens do Neolítico da Europa atlântica. Nunca será demais acentuar a importância do facto de muitos *tumuli* serem «*multi-period monuments*»; isso significa que a sua construção, tal como chegou até nós, não resulta de um acontecimento isolado, mas de um processo de «manutenção» ao longo do tempo. É certo que em sociedades mais complexas esta tendência se acentuará ⁽¹⁵⁾.

De notar que, em certas regiões europeias, o processo de «monumentalização» a que acabamos de nos referir se traduziu na passagem de um ou mais *cairns* circulares a uma forma rectangular ou trapezoidal de maiores dimensões, passagem essa que alguns autores atribuem à influência dos *tumuli* alongados sem câmara megalítica interna. Como exemplos, poderemos mencionar, entre tantos outros, os monumentos escoceses do grupo O-C-H (Órcades-Cromarty-Hébridas), cujos *cairns* seriam originalmente pequenos, circulares, mas, a partir de certa altura, deram lugar a *tumuli* maiores, numa acentuação do seu sentido ritual, simbólico, sobre o puramente funcional. A propósito, escreve Henshall: «Os *cairns* alongados, derivando da série dos *tumuli* alongados sem câmara de pedra, são geralmente, se não sempre, acrescentamentos a túmulos já existentes» ⁽¹⁶⁾. Mais perto de nós, no Centro-Oeste francês, encontramos um fenómeno análogo na necrópole de Champ-Chalon, escavada por R. Joussaume. O *tumulus* B tinha inicialmente a forma circular, e continha uma câmara quadrangular de corredor descentrado; posteriormente, foi-lhe adossado um novo sepulcro de corredor, de planta idêntica à do primeiro, mas incluído num *cairn* quadrangular, que, estendendo-se para a extremidade oposta do monumento no seu conjunto, acabou por lhe conferir uma forma geral trapezoidal, com c. de 15 m. de comprimento ⁽¹⁷⁾.

Entretanto, noutros casos, por razões cronológicas e/ou culturais que para já nos escapam, o fenómeno descrito não se verificou. Não se ampliaram ou transformaram monumentos já existentes, mas nem por isso se deixou de continuar a atribuir a determinado local o significado funerário-religioso implícito na edificação do primeiro ou dos primeiros monumentos. Foram-se assim construindo, nas suas proximidades, novos *tumuli*, que acabaram por constituir necrópoles mais ou menos vastas. A essa multiplicação, num certo espaço, de monumentos de dimensão genericamente semelhante (mau grado a sua possível variabilidade interna) damos o nome de *processo de «necropolização»*. O que permite distinguir conceptualmente este fenómeno do anterior — distinção que nos parece ter um valor heurístico inegável na abordagem do megalitismo europeu — não é tanto a presença de necrópoles, que, como vimos, podem estar presentes no primeiro caso considerado, mas a ausência de monumentos que são alvo de acrescentamentos, ou seja, da «monumentalização» referida. Como exemplos, basta-nos pensar na necrópole de Carrowmore, na Irlanda, onde, em 32 monumentos remanescentes (de um conjunto inicial provavelmente muito mais vasto), não nos surge um único dólmen de corredor, em nítido contraste com as enormes construções do vale do Boyne, que parece representarem o ápice de todo um processo arquitectónico. Na zona de Carrowmore apenas existe um grande *cairn*, «Queen Maeves' Grave», situado na parte mais alta da montanha que domina o conjunto megalítico, o qual, apesar de não escavado, poderá representar localmente

⁽¹⁵⁾ Cf., por ex., D. L. Oliveira, *Monuments and social complexity: a new line of enquiry?*, *Oxford Journal of Archaeology*, vol. 5, n.º 1, 1986, pp. 103-107.

⁽¹⁶⁾ *Op. cit.* na nota 14 *supra*, p. 152.

⁽¹⁷⁾ Cf. R. Joussaume e R. Cadot, *Les tumulus néolithiques de Champ-Chalon à Benon, Charente-Maritime (France). Présentation préliminaire*, *Arqueologia*, n.º 14, Dez. 1986, pp. 45-58.

o «clímax» da construção megalítica (18). Se considerarmos agora os conjuntos tumulares do Norte de Portugal, nos quais, apesar do seu polimorfismo e variável cronologia (a confirmar a permanência, ao longo do tempo, dos espaços formalmente afectos aos mortos), nos surgem repetidamente mamoaas de pequenas dimensões (sobretudo se comparadas com exemplares europeus), as quais jamais contêm mais do que uma estrutura pétreia interna, verificamos estar perante um fenómeno análogo. Um fenómeno de nuclearização espacial, mas onde o esforço construtivo se dá num sentido «descentralizador», de multiplicação na paisagem de *tumuli* relativamente semelhantes nas suas dimensões, em vez de se concentrar num ou em alguns monumentos nos quais se investe, ao longo do tempo, uma excepcional força de trabalho, como a que está implícita em *cairns* como o de Barnenez, na Bretanha. Trata-se de duas opções diferentes, uma vez que a forma, dimensão, disposição relativa e implantação na paisagem dos *tumuli* megalíticos não resultam do acaso, mas são uma linguagem simbólica inscrita pelo homem no espaço, ao mesmo título que os alinhamentos ou círculos de menires que, qualquer que seja a sua relação com os sepulcros, representam uma marcação simbólica do mesmo espaço pelo homem pré-histórico europeu.

Qualquer tentativa de explicação das duas opções genéricas mencionadas em termos de maior ou menor hierarquização social subjacente seria, no plano geral em que nos situamos, evidentemente abusiva. Tanto a «monumentalização» como a «necropolização» parecem revelar uma mesma realidade de fundo, já sugerida: a fixidez dos espaços funerários, a polarização da actividade simbólica e da organização social em torno de «lugares centrais» cuja carga religiosa é óbvia. Mas a explicação de cada caso terá de ter em conta as suas condicionantes culturais próprias, como pode ser, por ex., a presença ou não, na mesma área, de grandes *tumuli* alongados sem câmaras megalíticas internas, que são essencialmente um fenómeno setentrional europeu, o qual está ausente, por ex., na Península Ibérica. Por outro lado, temos de ter sempre presente que as sociedades se não espelham de forma directa nas suas realizações materiais, e muito particularmente nas que estão envolvidas na esfera do comportamento simbólico, como Hodder tem acentuado. Ainda, há que nunca esquecer que a criação de uma «paisagem cultural» que os monumentos megalíticos implicam pode ter, subjacentes, ideologias diversas, estruturas sociais e económicas diferentes. Estamos de acordo com Burenhult quando afirma que «(...) a variabilidade, mais do que a uniformidade, parece ter um papel importante na compreensão da actividade megalítica, tanto no que diz respeito à morfologia dos túmulos como aos sistemas de subsistência e de povoamento inerentes» (19). Esta atenção à variabilidade dos fenómenos, e simultaneamente a procura de linhas de força dos mesmos, com assunção plena dos diferentes níveis a que ambas se situam, é um dos aspectos mais relevantes do pensamento arqueológico contemporâneo.

VÍTOR OLIVEIRA JORGE

Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto

(18) Cf. Burenhult, *op. cit.* na nota 10 *supra*, p. 146.

(19) *Ibidem*, p. 142.

A Cultura de El Argar

O texto que se segue corresponde a um resumo da comunicação apresentada pela signatária à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, na sessão científica de 14 de Março de 1986.

Intitulada «A Cultura de El Argar», esta comunicação surgiu na sequência de uma viagem que fizemos ao SE de Espanha — área clássica da Cultura de El Argar —, região onde tivemos oportunidade de visitar, além do povoado de Cerro de la Encina (Monachil, Granada), povoado fortificado com ocupação argárica, em curso de estudo pelo Departamento de Pré-história da Universidade de Granada, os Museus de Granada e Almeria, ricos em espólio desta Cultura.

Este texto, embora originalmente publicado numa ficha extra-texto da revista «Arqueologia» (n.º 14, Dez.º de 1986), figura também neste vol. dos «Trabalhos de Antropologia e Etnologia» pois a comunicação que esteve na sua origem foi intencionalmente preparada para ser apresentada aos sócios da SPAE, aos quais dirigimos este resumo.

Esta Cultura tem sido considerada por vários arqueólogos como a mais importante manifestação económico-social da Idade do Bronze da Península Ibérica, senão mesmo da Europa Ocidental. A denominação deriva da estação epónima, El Argar — um povoado fortificado que inclui, intramuros, uma importante necrópole de inumação individual ou dupla (são cerca de 1000 sepulturas em cista, fossa ou urna de barro) —, situada num cabeço amesetado que se eleva da margem esquerda do rio Antas, a escassos Kms do Mediterrâneo, na província de Almeria (SE de Espanha).

Os pioneiros da escavação do complexo de El Argar (ou mais propriamente da necrópole, pois o povoado já estava semi-destruído) foram os eng.^{os} belgas Henri e Louis Siret que, nos finais do séc. XIX, surpreenderam o meio arqueológico com a publicação de 2 obras (Siret, H. e L. Siret, 1890) onde expunham, detalhadamente, o resultado das suas pesquisas em necrópoles do NE de Almeria e S. de Murcia (região «clássica» de *El Argar*) e, particularmente na de El Argar. Nestas necrópoles havia sido exumado um rico espólio cerâmico e metálico (armas de cobre arsenical — punhais, alabardas, machados —, e objectos de adorno de prata ou ouro — diademas, pulseiras, anéis) sem paralelo com qualquer outro peninsular. A *Cultura de El Argar* foi apontada então como a 1.^a sociedade pré-histórica da Península Ibérica, fortemente militarizada (implantação de povoados muralhados em cabeços), socialmente estratificada e cuja economia se ligaria primordialmente à exploração, fabrico e comercialização de objectos metálicos. E, por se diferenciar das restantes culturas da Península Ibérica (ao nível do espólio, da implantação e organização urbanística

dos povoados e do próprio ritual de enterramento) a sua origem era atribuída à chegada de povoadores/prospectores de metal vindos do Oriente — essencialmente Egeu e Anatólia — e/ou Europa Central. Assim, até meados do séc. XIX, esta cultura, tal como era definida cronológica e culturalmente na altura, era usada sistematicamente como marco definidor da I. do Bronze num alargado número de regiões da Península Ibérica onde a ausência de escavações locais permitia esta artificial integração num quadro cronológico e, por vezes, num modelo sócio-económico que, num grande número de casos lhes era totalmente estranho, tal como veio provar a investigação mais recente.

Nas últimas décadas a *Cultura de El Argar* tem vindo a ser definida a diversos níveis.

Geograficamente ocupa, no SE da Península Ibérica, as províncias de Almería, Murcia, Granada e, parcialmente, as de Alicante, Jaén e Ciudad Real, sendo consideradas as duas 1.^{as} como *região clássica de El Argar* ou foco originário pois é aí que, por um lado se situam as estações mais antigas — início do II mil. a.C. — e, por outro, onde a cerâmica doméstica menos se diferencia da sepulcral ou ritual, ao contrário do que acontece noutras províncias vizinhas, caso por ex. de Purullena, em Granada (Schubart e Artega, 1983).

O seu foco originário coincide assim, no SE, com a área de florescimento da antecedente cultura calcolítica de Los Millares.

Ainda um dos objectivos prioritários no estudo da *Cultura de El Argar* tem sido o da sua definição como sistema sócio-económico e cultural com um desenvolvimento próprio, o que implica, primeiramente, um aturado trabalho de campo. Este é um dos problemas fundamentais no estudo de *El Argar* pois, das cerca de 160 jazidas identificadas, só em 10 foram feitas escavações sistemáticas. Daí que a maioria dos estudos que têm vindo a ser feitos se debruçam essencialmente sobre a tipologia das necrópoles e do espólio funerário, proveniente de escavações antigas (feitas pelos Siret essencialmente), para daí inferir uma cronologia e um desenvolvimento económico-social.

Aproximam-se, nas suas conclusões, 3 investigadores: B. Blance (1971), Schubart (1973, 75 e 79) e Ruiz Gálvez (1979), ao proporem para *El Argar* um desenvolvimento, em 2 fases ou 2 *horizontes* arqueológicos com cronologias distintas e cultura material diferenciada: uma *fase A* (1800-1500 a.C.), uma *fase B* (1500-1300 a.C. aprox.), uma *fase de transição A/B* e uma *fase de declínio, tardia* — esta a *fase C* de Schubart —, com início, aprox. em 1300 a.C.

A *fase A* seria caracterizada, no ritual de enterramento, pelo uso exclusivo de cistas e fossas e por materiais arqueológicos provenientes do «movimento de refluxo» campaniforme: alabardas tipo El Argar, pequenos punhais triangulares de cabo com rebites, botões de osso com perfuração em v, braçais de arqueiro, objectos de ouro e vasos bicónicos de bordo reentrante.

Na *fase B* dominam as urnas e os materiais arqueológicos serão de tradição diferente dos anteriores, provavelmente mediterrânica: punhais estreitos, machados planos, espadas, adornos de prata (com diademas), alabardas tipo Montejícar e vasos cerâmicos de pé, em forma de taça.

Apesar de Schubart recentemente (1983) e partindo da análise estratigráfica de Fuente Alamo, da tipologia dos materiais presentes no povoado e necrópole e de datações absolutas, confirmar genericamente esta distinção em 2 *fases* (embora afirme que há transformações mas também continuidade entre ambas), Vicente Lull (1983),

ao reclassificar todos os materiais conhecidos conclui que aquela distinção é essencialmente empírica. O mesmo infere da sua análise (onde se inclui a associação: tipo de enterramento/material funerário/unidade de habitação) e algumas datas absolutas, que a *Cultura de El Argar* tem uma origem local, calcolítica e ao seu período de formação (1900-1800 a.C.) ter-se-ia seguido um *de apogeu* (1700-1500 a.C.) (este integra uma *fase de expansão* entre 1560 e 1500 a.C.) e um *período de decadência* (1400-1300 a.C.). Entre 1500 e 1440 a.C. dar-se-ia uma verdadeira implementação da diferenciação social.

Quanto à origem desta Cultura, é hoje quase comumente aceite que a mesma se gerou no SE, a partir de populações calcolíticas locais (similitudes no material arqueológico e nalguns aspectos do ritual) embora se aceitem relações comerciais com outras populações do Mediterrâneo central e oriental, a partir essencialmente de 1500 a.C. (Schubart, 1983).

Dividem-se no entanto as opiniões quanto à identificação do elemento dinamizador da sociedade argárica que levou por um lado a *uma nova estratégia de povoamento* — povoados muralhados e implantados em pequenas elevações, geralmente escarpadas, dominando zonas de passagem entre os vales ou veigas mais baixas e a montanha, disfrutando de grande visibilidade e dominando, num grande número de casos, ricas terras de aproveitamento agrícola e pecuário; *à modificação do padrão urbanístico* — as casas, geralmente rectangulares, situam-se no topo do monte ou distribuem-se pelas encostas abruptas onde se alinham horizontalmente sobre estreitas plataformas artificialmente construídas; e *do ritual funerário* — as sepulturas de inumação, agora individual (dupla ou mais raramente tripla), situam-se intramuros e o espólio que acompanha alguns defuntos acusa o desenvolvimento de uma estratificação social, esta comprovada ainda pelo aparecimento, por volta de 1550 a.C. das 1.^{as} sepulturas infantis contendo ricos objectos indicadores de prestígio.

Segundo alguns autores (como Shubart e Lull) teria sido a abundância de minerais de cobre e prata no SE e o consequente desenvolvimento da metalurgia local, inicialmente doméstica mas progressivamente mais especializada, o desenvolvimento do comércio metalúrgico e de outros bens de consumo e o consequente controlo das rotas mineiras e comerciais, que teria conduzido à emergência de uma hierarquia planificadora de acções económicas e sociais que atingiriam agora uma nova dimensão.

Ainda segundo Shubart, a maioria de povoados de *El Argar* situam-se em zonas de passagem ou acesso do vale à montanha, rica em minério, e dominam, por vezes, alargadas zonas mais baixas em contacto com o litoral.

Além disso, nestes povoados parece haver uma disposição nuclearizada, com interrelação ou mesmo hierarquia nos habitats de cada núcleo, pois nota-se, num grande número deles, uma especialização económica (agricultura em El Oficio, exploração do minério em Fuente Alamo, e, em El Argar, agricultura, transformação e comercialização do metal). Talvez haja até domínio político por parte de alguns, se atendermos à monumentalidade de certas fortificações em detrimento doutras (Lull, 1983).

O modelo explicativo de Gilman e Thornes (1985) põe a tónica no crescente desenvolvimento de uma agricultura intensiva e largamente irrigada no SE (os mesmos consideram os objectos metálicos unicamente como elemento de prestígio e não geradores, pela sua especificidade, de hierarquias) imprescindível para a subsistência de tais grupos humanos numa região que, no III e II mil. a.C., teria um clima quase tão árido como o actual.

Esta intensificação exigiria uma organização técnico-administrativa que orientasse a aquisição e conservação, pela irrigação e outros trabalhos, de novas terras agrícolas e que defendesse a comunidade, agora com largos excedentes, da cobiça externa.

No entanto, baseados em estudos do paleo-ambiente na província de Granada, outros arqueólogos rejeitam esta explicação e insistem que, naquele período o clima seria mais húmido que o actual e as espécies de bosque atingiriam, nalguns casos, o povoado (Molina, 1983).

Por volta de 1400-1300 a.C. a *Cultura de El Argar* como sistema económico e cultural degrada-se e dá lugar a culturas baseadas nouro tipo de especialização económica que não o metal. Entre as causas apontadas para o seu declínio é de referir a substituição dos objectos de cobre arsenical pelos de bronze, mais resistentes, e a progressiva degradação (desertificação) do meio ambiente (Molina, 1983).

MARIA DE JESUS SANCHES

Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto

BIBLIOGRAFIA

- B. BLANCE, The Argaric Bronze Age in Iberia, *Rev. Guimarães*, 1964.
- , Die Anfäng der Metallurgie auf der Iberischen Halbinsel, *S.A.M.*, 4, Berlin, 1974.
- Antonio GUILMAN e John B. THORNES, *Land-Use and Prehistory in South-East Spain*, Ed. George Allen e Unwin, London, 1975.
- Vincent LULL, «La Cultura de El Argar» (*Un modelo para el estudio de las formaciones economico-sociales prehistoricas*), Ed. Akal, Madrid, 1983.
- Fernando MOLINA, 1.^a parte — «Prehistoria» — de *Historia de Granada-1, De las Primeiras Culturas Al Islam*, Ed. Don Quijote, 1983.
- Marisa RUIZ GÁLVEZ-PRIEGO, Nueva aportación al conocimiento de la Cultura de El Argar, *Trab. de Prehistoria*, n.º 34, 1977.
- , Reflexiones terminologicas en torno a la Edad del Bronce Peninsular, *Trab. de Prehistoria*, n.º 41, 1984.
- Henri e Louis SIRET, *Las Primeiras Edades del Metal en el Sudeste de España*, Texto e Album, Barcelona, 1890.
- Hermanfried SCHUBART, Relaciones Mediterránicas de la Cultura de El Algar, *Zephyrus*, XXVI-XXVII, pp. 331-342.
- , Cronología relativa de la cerámica sepulcral en la Cultura de El Argar, *Trab. de Prehistoria*, n.º 32, 1975.
- Hermanfried SCHUBART e Oswaldo ARTEGA, Fuente Alamo e la Cultura de El Argar, *Rev. Arqueología*, ano 4.º, n.º 24, 25 e 26, Madrid, 1983.
- Francisco de la TORRE PEÑA, Estudio de las sequências estratigraficas de la Cultura de El Argar en la província de Granada, *Cuad. de Prehistoria de la Univ. de Granada*, n. 3, 1987.

O Judaísmo nas Beiras (e a génese do discursivismo teórico) em A. N. Ribeiro Sanches (*)

Pesquisas recentes, efectuadas por nós na Biblioteca Nacional de Madrid, conduziram-nos a um levantamento de novas facetas na obra de A. N. Ribeiro Sanches. Se até aqui, com efeito, investigadores como Willemse, Maximiano Lemos, António Ferrão, Raul Rego, Vítor de Sá (e outros), procuraram *relevar* o Sanches filósofo, judaísante, o pensador de uma nova Medicina, julgamos *encontrar* (ou marcar encontro) com duas das outras facetas do autor. São elas a do homem virado também para os campos da Estética, como a Música ou a Dança — no sentido de contribuir para o enriquecimento dos jovens nobres educandos — bem como a do simples cidadão, natural de uma ignorada vila beirã, que se empenha no conhecimento e na divulgação do pensamento *etnográfico* da sua região.

Quanto ao primeiro desses campos, vem ao nosso encontro a colaboração (ou aproximação de interesses culturais) de Martinho de Mendonça de Pina e Proença com Ribeiro Sanches. Dessa aproximação nasce a influência que virá a ter no autor das «Cartas sobre a Educação da Mocidade» a obra daquele, intitulada «Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre».

No respeitante ao vector *etnográfico* na obra de Sanches, debruçamo-nos, em particular, sobre os seus estudos sobre as águas (termais) de Penha Garcia. Não muito distante desse mesmo pendor vincadamente antropológico situa-se, afinal, toda a problemática cultural *levantada* por Sanches durante a sua estadia entre os tártaros, quando (como médico ao serviço da Côrte Imperial da Rússia) acompanhou os exércitos desse potentado até à Crimeia.

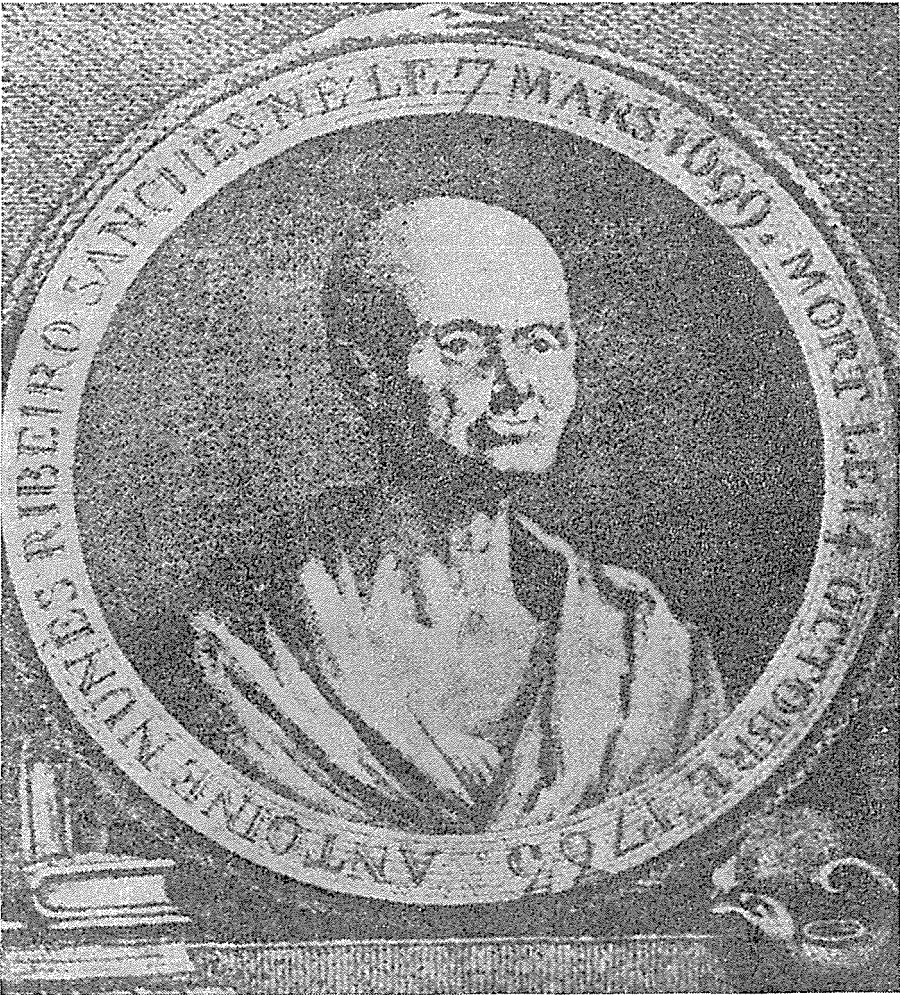
Um marrano de Penamacor

Vamos deter-nos agora, em particular, sobre a génese do seu discursivismo teórico, ou seja, nos moldes em que para ele foram determinantes as suas estadias, quer em Penamacor, quer, logo de seguida, na Guarda e, mais tarde, em Coimbra, onde frequentou o Colégio dos Nobres.

Descendente de velhos «marranos» de Penamacor, Ribeiro Sanches (que nasceu em 7 de Março de 1699, filho de Simão Nunes e de Ana Nunes Ribeiro), viu decorrer a sua infância no ambiente austero de uma comunidade de características fortemente endogâmicas. Nessa pequena vila da Beira Baixa, tal como noutras aldeias e vilas estremenhas — onde o traço de um judaísmo «vivo» ainda era deveras notório — apresentava-se ainda nesses anos de setecentos às populações locais, de momento a momento, como que o espectro de um medo ancestral, dado o poder e o vigor de uma Inquisição ainda omni-presente e omni-actuante.

Ninguém melhor que Ribeiro Sanches podia descrever com maior grau de precisão esses anos de aprendizagem camuflada, ou de iniciação velada aos velhos

(*) Este trabalho constitui parte integrante de uma comunicação apresentada pelo autor no Colóquio «Ribeiro Sanches, A Cultura e a Sociedade Portuguesa no Século XVIII» (que decorreu em 1984, em Coimbra, no Museu da Ciência e da Técnica), subordinada ao tema «Contributo ao Estudo dos Componentes Etnográfico e Artístico em Ribeiro Sanches». Este Colóquio foi promovido pela Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, em colaboração com aquela instituição e a Universidade de Coimbra.



Um dos poucos retratos que se conhecem de Ribeiro Sanches

ritos judaicos ⁽¹⁾. Em carta que dirigiu ao dr. Manuel Pacheco de Sampaio Valadares em 15 de Julho de 1735, escrevia o autor da obra «Dificuldades que tem um Reino

(1) Cerca de 50 anos mais tarde Ribeiro Sanches virá a reflectir sobre esta questão em «Cristãos Novos e Cristãos Velhos em Portugal». Acerca da judiaria de Penamacor, onde vivia a família de Ribeiro Sanches e onde ele próprio nasceu, remetemos para (Introdução de Anita Novinsky), KAYSERLING, Meyer, *História dos Judeus em Portugal*, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, Brasil, 1971, p. 31. Refere aí Kayserling, reportando-se à «Monarchia Lusitana», VII, pág. 524, que «no tempo de D. João I foram dados aos cavaleiros os tributos, antes pagos ao Rei, dos judeus de Penamacor e Lamego... O autor refere ainda, numa outra passagem (*op. cit.*, p. 43), que «a judiaria de Penamacor contava-se entre as maiores do reino», para além das de Lisboa e do Porto e entre as de Miranda, Guarda, Trancoso ou Castro Marim.

velho em emendar-se»: «...Quando tinha 13 anos (em 1712, portanto), deixei a escola latina e, como tinha inclinação para a leitura, lia tudo o que encontrava. Pedia livros emprestados a muitas pessoas, porque na casa onde nasci não havia muitos livros. Tive facilmente ocasião de falar a muitas pessoas de bem e havia entre elas um homem muito nobre e bastante conhecedor de história (chamava-se o Doutor Fr. Taborda Nogueyra), a quem pedi muitos livros.

Lembro-me que encontrei, por acaso, na sua biblioteca, Jozepho «De las guerras civiles de Judea», in-8.º, e pedi-lhe que me emprestasse esse livro. Então, esse homem belo e eloquente disse-me, brincando: «Meu caro pequeno Ribeyro, queres ler as guerras da tua nação?». Não lhe respondi porque ignorava o que ele queria dizer com aquilo. Alguns dias mais tarde, o meu Pai enviou-me à Guarda para aí aprender a tocar a cítara».

Esta revelação — um tanto espantosa e pouco conhecida dos biógrafos daquele clínico — mais não revela do que o interesse que despertava a música para aquela família de cristãos-novos de Penamacor.

Nessa mesma carta de 1735 ao dr. Manuel Sampaio Valadares ⁽²⁾, Ribeiro Sanches adiantava, ainda, acerca da sua vida nesse tempo, supostamente na judiaria da Guarda: «E apesar de habitar em casa de um parente, este confiou-me aos cuidados de um seu amigo velho, homem de vasta erudição. Não tardou a amar-me e começou por me mostrar a história do rei Dom Manuel, escrita por Góis, que me obrigou a ler e a repetir. Este homem era «Cristão-Novo»; tinha tido problema com a Inquisição. Começou a explicar-me que havia «Cristãos-Novos» e «Cristãos-Velhos» e que a origem (dessa distinção), em Portugal, remontava ao ano de 1505. Pouco a pouco me ensinou que eu era um «Cristão-Novo», mas nunca me disse nada acerca da Inquisição ou da Religião. Disse-me várias vezes: «Meu filho, verdade e caridade, é o suficiente para se ser um homem de bem».

Em 1716 chegava Ribeiro Sanches a Coimbra (onde estudaria até 1719) e matriculava-se no Colégio das Artes, dirigido pelos Jesuítas. Perante os «estatutos velhos» daquela escola, sublinha Maximiano Lemos, na sua biografia sanchiana, «a frequência do curso de artes só era exigida aos alunos que se destinavam a Teologia ou Medicina». Somos levados portanto a supôr que Sanches, ao vir para esta cidade, já estava inclinado a seguir esta segunda carreira.

Os «Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre», de Martinho de Mendonça de Pina e Proença, na génese das «Cartas sobre a Educação da Mocidade», de Sanches

Tendo permanecido na cidade da Guarda, como vimos, até 1716, Ribeiro Sanches aí voltaria — nos seus três anos de estudante universitário coimbrão (1716-1719) — a passar habitualmente as férias.

Nos arredores da Guarda, mais precisamente no lugar de Benespera, conheceu então este estudante — que à altura contava 22 anos — um outro jovem, seis anos mais

⁽²⁾ Este correspondente de Ribeiro Sanches vivia na altura em Benavente, vila onde o *nosso médico* exerceu clínica entre 1724 e 1726. Remetemos, a propósito da comunidade judaica guardiense, no seio da qual deverá ter vivido Ribeiro Sanches, para o estudo de RODRIGUES, Adriano Vasco. *Monografia Artística da Guarda* bem como para os de MATOS, Manuel Cadafaz de, *A Judiaria da Guarda*, in «Diário de Notícias», de 26 de Julho de 1984, e de OLIVEIRA, Carlos de, *Apontamentos para a Monografia da Guarda*.

velho do que ele (mas no entanto já muito mais viajado) de nome Martinho de Mendonça de Pina e Proença, descendente do grande cronista Rui de Pina (3).

Ao estabelecer-se entre aqueles jovens uma estreita amizade, Pina e Proença, além de lhe emprestar diversos livros, pôs certamente Sanches ao corrente das suas viagens (feitas desde 1715 até então) por terras da Holanda, França, Alemanha, Hungria e Espanha.

Numa carta que Ribeiro Sanches enviou de Paris a Francisco de Pina e de Melo, datada de 16 de Setembro de 1760 e que nos é apresentada por António Ferrão (4), o nosso pensador afirmava, a respeito de Pina e Proença, que naquele tempo ele lhe «dizia muitas vezes que pensasse sair fora de Portugal para saber o que jamais se pode aprender nele».

Essa missiva, curiosamente, data do período em que Sanches envia para Portugal as suas célebres «Cartas da Educação da Mocidade».

Nessas cartas, em que está sobejamente patente um profundo empenhamento de Ribeiro Sanches na reestruturação do sistema de ensino no nosso país, este autor manifesta-se de certo modo agradabilizado — embora em nosso entender não influenciado nos seus próprios escritos — por uma obra (de vocação pedagógica) da autoria precisamente daquele seu amigo Pina e Proença, editada em Lisboa em 1734, com o título «Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre».

Nas «Cartas sobre a Educação da Mocidade» de Sanches, a presença de Pina e Proença — um tanto em género de sentida (e ali testemunhada) amizade — faz-se sentir por três vezes. Assim, no capítulo «Da Natureza da Educação da Mocidade e do Objecto que deve ter no Estado onde é Nascida», o médico regista, em toda a sua humildade: «Seria supérfluo este trabalho à vista do perfeito livro que compõe aquele grande Português Martinho de Mendonça de Pina e de Proença intitulado «Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre»... (5).

Mais adiante, referindo-se a críticas que eventualmente possam vir a ser feitas em relação à reforma do ensino até então vigente em Portugal, Sanches salienta já estar «ouvindo que tantas ciências confundirão o ânimo dos meninos e rapazes, que ou ficarão estúpidos ou que tudo o que aprenderão será tão superficialmente, que toda esta instrução lhe venha a ser inútil».

E reportando-se directamente ao seu antigo amigo da Guarda, comenta, deste modo, que para «o nosso Martinho de Mendonça... a dificuldade não está na capacidade dos meninos; toda ela residirá nos mestres, e se dissipará se souberem ensinar com método e com ordem; pondo diante dos olhos, umas vezes em mapas, outras em tábuas cronológicas, outras em modelos e instrumentos...» (6).

Por sua vez, no capítulo «Em que lugar deve ser educada a Fidalguia e a Nobreza em Portugal», Sanches comenta (ainda a respeito de tal autor) que «milhares de tratados se têm impresso da educação doméstica, e o mais excelente, a meu ver, é o de Martinho de Mendonça e Pina: esta educação pode fazer um rapaz

(3) Esta figura preclara de investigador-viajante viria a notabilizar-se em Lisboa como guarda-inor da Torre do Tombo e membro activo da Academia de História.

(4) FERRÃO, António, *Ribeiro Sanches e Soares Barros — Novos elementos para as biografias desses académicos*, separata do «Boletim de Segunda Classe» da Academia das Ciências de Lisboa, tomo XX, Lisboa, 1936, pág. 47; nessa mesma carta afirmava, a dado passo, o nosso autor: «ao Sr. Martinho de Mendonça devo a inclinação das boas letras, e que com os seus livros e a sua direcção me fez amá-las na idade de 14 anos».

(5) RIBEIRO SANCHES, *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, in «Obras», Vol. I, Coimbra, 1959, pág. 286.

(6) *Idem, Idem*, págs. 329-330.

num pio cristão; poderá ser instruído naqueles conhecimentos que dependem da simples memória, mas sempre lhe faltará a emulação que eleva o juízo para se adiantar aos seus iguais (7).

Numa análise à obra «Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre» poderemos aquilatar da forma como Martinho de Mendonça de Pina e Proença encara o fenómeno da educação e da arte. Refere, tal autor, com efeito, nesse contexto:

«A ciência e a arte que eu desejaria em um mestre é a ciência do conhecimento do mundo, a arte de tratar os homens, e aquela graça urbana, que se não estuda pelos livros e só se adquire com o trato da gente, assistência das Côrtes ou terras polidas...» (8).

E reportando-se Pina e Proença mais concretamente à função da Arte (neste caso da arte de representação no Ensino), sublinha que a *Comédia* como forma de representação, está associada ao conceito pejorativo de «vício»: «Não faltarão na vizinhança exemplos com que se possa mostrar (a tais jovens), ou a ridicularia e desprezo a que se reduzirão as pessoas que se entregam aos vícios, ou o miserável e desastroso fim que tiveram».

Este autor não deixa, assim, de referir o seu «parecer sobre as comédias, espectáculo que é para a mocidade um disfarçado veneno, que insensivelmente estraga os bons costumes, excitando as paixões que se representam».

E adianta: «Com quanto mais decoro se tratam no teatro os affectos amorosos, tanto mais perniciosa será a sua representação, tirando o horror ao vício para ficar com mais força para as introduzir traidoramente na alma; e se o costume algum dia fizer vulgares os espectáculos, aconselhamos que raríssimas vezes se lhes permita vê-los, e sempre na companhia de pessoa que saiba ao mesmo tempo prevenir ou curar os danos, que infalivelmente causam aos bons costumes» (9).

Referindo-se às várias «artes» que podem contribuir para uma maior higiene do corpo e do espírito, Martinho de Mendonça de Pina e Proença refere, entre outras, a «arte ginástica», o «exercício da espada», a dança e alguns «divertimentos» vários, que adiante enumeraremos. Saliente-se, entretanto, que Ribeiro Sanches, ao elaborar (como veremos adiante) o «plano de uma Escola real portuguesa para ser n'ella educada a Nobreza e a Fidalguia», parece ter bem presentes estas linhas dos «Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre».

Mas voltemos a Pina e Proença. Este autor, com efeito, aludindo à importância da dança num sentido pedagógico, revela que esta manifestação artística, «além de dar vigor ao corpo, lhe comunica bom ar e, graças a Deus, está hoje entre as Nações da Europa como divertimento que faz parte da civilidade, e se reputa grosseiro quem a ignorar» (10).

Aludindo, de seguida, à prática de divertimentos vários que possam engrandecer a acção pedagógica junto de um «menino nobre», o académico de Benespera não deixa ainda de pôr em relevo a «conversação», o «passeio», a «agricultura» e a «caça», «ainda que hoje (esta) não seja tão própria imitação da guerra, como nos primeiros séculos (11).

(7) *Idem, Idem*, pág. 340.

(8) PINA E PROENÇA, Martinho de Mendonça, «Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre» (que para seu uso particular fazia), edição original de 1734, Edição na Oficina de Francisco Mendes Lima, Porto, 1761, pág. 132.

(9) *Idem*, págs. 137-138.

(10) PINA E PROENÇA, *Idem*, pág. 225.

(11) *Idem, Idem*, págs. 226-227.

Cerca de 25 anos após a publicação daquela obra capital da bibliografia de Pina e Proença — que Sanches terá recebido em Paris, enviada pelo seu amigo, logo após a publicação — tem lugar a edição das «Cartas sobre a Educação da Mocidade».

Vejamos, assim, como teve origem esse importante trabalho de Sanches que, de qualquer forma, pelo seu conteúdo, em nada se poderá comparar, na sua importância (pedagógica e social), à obra daquele outro autor.

O marquês de Pombal estava longe de conhecer profundamente as questões do ensino em Portugal. Por sua vez, entre os seus colaboradores (revela-nos António Ferrão no seu ensaio dedicado a Ribeiro Sanches (e a Soares de Barros)), não havia quem soubesse a fundo de tal matéria que pudesse elaborar uma abalizada reforma nesse sentido.

Foi assim que, pelo alvará de 28 de Junho de 1759 (pelo qual se procedia à organização dos «estudos menores» do Estado), aquele estadista «legislava acerca do ensino da gramática latina, grega, hebraica e da retórica — tudo precisamente o que era criticado por Ribeiro Sanches, pois tais ensinamentos só preparavam ociosos e parasitas» (12).

Se o marquês de Pombal, esclarece António Ferrão, soubesse do teor de uma carta escrita por Ribeiro Sanches a Pina e Mello nessa altura (mais precisamente em 31 de Julho de 1758) — em que o nosso médico dava já a sua tónica sobre o que deveria ser uma verdadeira reforma de estudos — «possivelmente, a reforma de 28 de Junho de 1759 teria sido revogada ou, pelo menos, muito alterada antes de ser posta em prática». Tal não aconteceu, porém. Só mais tarde é que tal alvará chegou às mãos de Ribeiro Sanches, por intermédio do ministro de Portugal em Paris, monsenhor Salema.

Reportando-se ao facto de as «Cartas sobre a Educação da Mocidade» terem no frontispício a designação de Paris, António Ferrão assegura, de facto (já em 1936), terem elas sido impressas naquela cidade. Tal opinião, que hoje não sofre qualquer tipo de contestação, era em 1966 corroborada por David Willemse (13). Tratando-se, sem dúvida de uma «mistificação, afirma o autor do estudo, *António Nunes Ribeiro Sanches — élève de Boerhaave...*, esta era «indispensável para iludir a censura francesa», dado que era urgente ser recebido em Portugal este projecto de Sanches.

Nessas «cartas», curiosamente, deparamos com algumas alusões de Ribeiro Sanches à problemática artística, mais precisamente no que concerne à música e à dança.

A música — tal como a graciosidade do movimento (que só é possível ser alcançada, no seu estado mais puro, através da grande Arte da Dança) — permite, assim, ao Homem o reencontro consigo próprio, regista Sanches. Permite como que, afinal, encontrar as suas formas próprias de equilíbrio.

A base de tal equilíbrio — e aqui o espírito de Ribeiro Sanches entronca um pouco com a filosofia de Jean-Jacques Rousseau — só vai ser encontrada pelo homem, no entanto, no seio da própria Natureza, na harmonização do espaço rural com o espaço urbano. E, neste contexto, a tese que aqui defendemos é que foi fundamental para a sua teorização de cariz pedagógico, designadamente a que transparece de «As cartas sobre a Educação da Mocidade», a sua vivência nas Beiras e convívio com intelectuais como Pina e Proença.

(12) FERRÃO, António, *Idem*, pág. 31.

(13) WILLEMSE, David, *António Nunes Ribeiro Sanches — élève de Boerhaave — et son importance pour la Russie*, Leiden, 1966, pág. 24.

Este autor beirão descendente do filósofo Francisco Sanches, virá a recordar-se, mesmo já no seu «exílio» (na Rússia de então ou, posteriormente, em França) da sua Beira natal. As suas produções teóricas têm, nesse capítulo, um cariz mais etnológico e dizem então respeito, em particular, à recorrência que fazem as populações rurais (e não só) às fontes de águas minero-medicinais.

A Etnologia sanchiana e as fontes minero-medicinais beirãs: as termas de Penha Garcia

A questão das águas minero-medicinais, no que respeita à sua localização no território nacional e à sua importância terapêutica, foi analisada de igual modo por Ribeiro Sanches, naqueles seus escritos que hoje se podem conotar com uma pretensão etnológica.

«Nas Cinco Províncias do Reyno, e no dos Algarves se acham», escrevia aquele autor ⁽¹⁴⁾, todas as águas minerais que se conhecem na Europa; e se uma vez foram conhecidas, não necessitaríamos das águas de Spa, das de Pymont, das de Bristol e outras muitas que a ignorância e a moda aconselha que delas se use em Portugal...».

E mais adiante o nosso médico refere que «nenhum médico me parece propôs até agora ao Ministério que se deviam fazer banhos nos lugares onde houvesse caldas, e fontes, das águas minerais fritas; e em ambos os lugares edificar casas, e dormitórios, abastecidos de alimentos para serem frequentados pelos enfermos. O Físico-Mor até agora não tomou à sua conta nomear a cada uma destas fontes um médico com obrigação de assistir nelas e um cirurgião desde o mês de Maio até ao fim de Setembro ou Outubro».

Será assim da «incumbência do tribunal da medicina», revela ainda Sanches ⁽¹⁵⁾, tomar debaixo da sua inspecção e direcção todas as águas do Reyno e dá-las a conhecer ao público... Tanto que uma sorte de águas minerais estivesse bem conhecida e regrada, por exemplo as Caldas da Rainha, à sua imitação deviam ser regidas aquelas de Chaves, de S. Pedro do Sul e outras muitas conhecidas nos Algarves e mais partes do Reyno».

Importaria, por sua vez, que também se tomassem providências no sentido de mandar edificar estradas que conduzam às águas ou banhos e «estalagens com camas, abastecidas de comestível».

Esta preocupação de Ribeiro Sanches pela problemática das águas medicinais já vem desde há muitos anos atrás. Antes de partir para o estrangeiro, com efeito, Ribeiro Sanches havia escrito a sua «primeira obra — que ficou manuscrita (mas da qual restam felizmente vestígios) — intitulada «Discurso sobre as águas de Penha Garcia», localidade não muito distante de Penamacor, onde nasceu.

Na sua obra «Arquipélago Medicinal» ⁽¹⁶⁾, Fonseca Henriques dá-nos um testemunho, verdadeiramente esclarecedor, das considerações de Sanches sobre estas águas medicinais. Tal riqueza hidro-terapêutica está hoje na origem de ali se terem criado as Termas de Monfortinho, estância a que (como tantas outras) hoje está associada a indústria do turismo.

⁽¹⁴⁾ RIBEIRO SANCHES, «Obras» de A. N. Ribeiro Sanches», Coimbra, 1961, pág. 72.

⁽¹⁵⁾ *Idem, idem*, pág. 73.

⁽¹⁶⁾ HENRIQUES, Fonseca, *Arquipélago Medicinal*, págs. 45-46 transcrito por Maximiano Lemos, «História da Medicina em Portugal», Lisboa, 1899, pág. 69.

Nesse seu ensaio revela Fonseca Henriques: «O doutor António Ribeiro Sanches, médico de bom engenho e letras, assistindo na vila de Salvaterra, teve para si que esta água passava por minas de ouro, não negando que corre pelos ditos minerais de ferro e enxofre; sobre o que fez um discurso agudo e curioso. Assim como é certo que pelo calor, pelo cheiro e pelo sabor da água se reconhece o enxofre e o ferro, assim é também certo que os outros minerais se não podem conhecer por discurso, senão por experiências. Se houvera quem usasse desta água com arte e lhe observasse curiosamente os efeitos, então se poderia vir em conhecimento dos minerais que lhe dão as virtudes, que sem dúvida são muitas e tão eficazes, como atestam os referidos prodígios; a cuja fama, desde Julho até ao fim de Setembro, há grande concurso de gente a tomar banhos nesta fonte; o que fazem sem arte, sem regimento e sem comando; porque como aquele sítio é deserto e não há casa de banhos, nem médicos e enfermeiros que os governem, cada qual usa deles como lhe parece, e saindo do banho não tem mais abrigo que as sombras das árvores, que ali são muitas, ou algumas barracas que da sua rama fabricam. Tomam dois banhos ao dia, de manhã e à tarde; e cada um deles de uma até duas horas e não passam de dezoito banhos. Nos achaques internos, como são obstruções do mesentério e afecções hipocondríacas, bebem desta água com grande utilidade. O dito Doutor António Sanches, que deveu grande benefício a esta fonte, porque lhe serviu de remédio de uma gota rosada quando pequeno e de uma hipocondria depois de adulto, notou curiosamente que no estio, quando o sol no meio dia tem chegado ao seu zenit, está frigidíssima esta água e que ao sol posto torna à sua tepidez que de manhã conserva».

Durante a sua visita ao nosso país na década de vinte desse século, Charles Frédéric de Merveilleux verificou também, por seu lado, a existência de algumas valiosas fontes de águas minero-medicinais.

No seu estudo «Memórias Instrutivas sobre Portugal-1723/1726» (17), aquele escritor refere: «Em Portugal encontrei várias fontes de águas minerais de toda a espécie e, até, como as de Schwalbach, na Alemanha. Estas últimas são muito convenientes aos portugueses para lhes acalmar a excessiva vivacidade, os espíritos vitais e purificarem o sangue, do que, aliás, estão muito necessitados. Mas são estas águas outros tantos tesouros a crescer aos outros tantos dons e tesouros que os portugueses deixam sepultados nas entranhas da terra».

O trabalho de Ribeiro Sanches sobre as águas minero-medicinais de Penha Garcia dão-nos já, no primeiro quartel do século XVIII, a real dimensão de um homem que vê o termalismo como uma valorização do interior (já então desprotegido) do país.

MANUEL CADAFUZ DE MATOS

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

(17) MERVEILLEUX, Charles-Frédéric, *Memórias Instrutivas sobre Portugal — 1723/1726*, in «O Portugal de D. João V visto por três forasteiros», Biblioteca Nacional, série Portugal e os Estrangeiros, Lisboa, 1984, pág. 192.

Para BRAZÃO, Eduardo, *D. João V, Subsídios para a História do seu Reinado*, Portucalense Editora, Porto, 1945, pág. 18: «A Merveilleux, notável naturalista francês, encarregou D. João V, de escrever a história natural do nosso país». Nesse mesmo período encarregou tal monarca, a Bernardo Santucci, da tarefa de ensinar anatomia no Hospital Real de Lisboa. Vide, a respeito de Santucci em Portugal, LIMA, J. Pires de, «Bernardo Santucci e a nomenclatura anatómica portuguesa», in «Estudos Italianos em Portugal», 2, p. 310 e segs.

Para uma Definição Operacional de Antropologia Nas Universidades Europeias

Julga-se útil, na presente publicação periódica portuguesa de Antropologia, submeter aos leitores uma definição aproximada e uniformizadora do conteúdo da Antropologia para os países europeus.

Durante um encontro informal no Castelo de Saint-Germain-en-Laye em 25 de Abril de 1975, um grupo de 30 antropologistas de diferentes países da Europa, redigiram um texto de carácter geral que circulou posteriormente entre vários colegas para ulteriores comentários e aprovação. Apresenta-se aqui o texto em questão.

As palavras entre parêntesis e em itálico estão ainda em discussão, devido às diferenças de opinião existentes em diferentes países e entre diversos antropologistas. Quaisquer comentários vindo da parte dos leitores são desejáveis e bem vindos; serão considerados na preparação do texto definitivo. Tal correspondência deve ser endereçada ao Editor do *Journal of Human Evolution*.

Um Conceito de Antropologia (Física), e a sua Esfera de Interesse.

O desenvolvimento e a presente orientação das disciplinas que estudam a nossa espécie como unidade zoológica, a sua origem, a sua história bio-cultural, e a sua adaptabilidade a ambiente externo altamente modificado, exigem que os departamentos de ciências antropológicas e de investigação para fins de doutoramento, instituem programas unificados e permutáveis nas diferentes Universidades Europeias.

A Antropologia pode ser definida como um complexo de disciplinas que tratam da origem do homem e da sua evolução física e bio-social. Por outras palavras, deveria entender-se como uma aproximação sintética ao estudo do Homem como uma espécie zoológica. Muitas e diversas disciplinas estão relacionadas com aspectos particulares do ser humano, mas nenhuma delas se encontra especialmente interessada na posição da nossa espécie nos sistemas biológicos, ou nas nossas origens ou, ainda, nas nossas relações com os vertebrados superiores e outras formas de vida. Nem estão tão pouco preocupadas com o nosso papel em relação ao ambiente externo, por nós tão largamente modificado. A anatomia descreve os pormenores da estrutura dos nossos corpos; a fisiologia estuda as funções do corpo; a patologia trata das condições e processos anormais; a psicologia ocupa-se das propriedades elaborativas do nosso cérebro; finalmente, a história tem que ver com os produtos da cultura humana. Nenhuma destas disciplinas, contudo, se apresenta especificamente virada para a nossa espécie, sob o ponto de vista naturalístico.

Uma outra razão para insistir na importância da antropologia (*física*) surge do seu papel na sistematização do conhecimento que, em tão alto grau, a humanidade adquiriu. O estudioso do homem, o antropologista (*físico*), ocupa-se principalmente com a descrição das várias características e peculiaridades da espécie humana, tal como o zoólogo descreve uma determinada espécie ou grupo relacionado de animais, e o botânico descreve plantas. Obviamente os métodos serão diferentes de acordo com a formação e o interesse de cada cientista, mas os resultados visam a construção de uma síntese naturalística de todos os dados obtidos. Por fim, essa síntese deve cons-

tituir uma ponte entre o que se tem vindo (infelizmente) a chamar «ciências experimentais» e as «ciências humanísticas», na cultura e filosofia tradicionais europeias. Uma integração, ou ponto de ligação, entre os grupos principais de disciplinas é de facto pré-figurado pelo presente desenvolvimento do conhecimento, o qual tende claramente para uma síntese, e pela esperada integração iminente das diferentes culturas tradicionais entre os povos do mundo.

Um departamento de Ciências Antropológicas (*Antropologia Física ou Biologia Humana ou Antropologia Biológica*), deve apresentar uma estrutura aberta que possa estar adaptada às necessidades de cada uma das Universidades. Deve, contudo, ter um mínimo de «currículum» base e de orientações de pesquisa. As disciplinas que caracterizariam um departamento de Antropologia (*Antropologia Física*), estão sintetizadas nos seguintes tópicos:

1. Cronologia e paleoecologia do Terciário (final) e Quaternário.
2. O estudo dos Primatas como um grupo diferenciado de vertebrados e a sua taxonomia e evolução com o fim de uma melhor compreensão da evolução e variação humanas.
3. Composição do corpo e desenvolvimento ontogenético comparativo do Homem.
4. As características biológicas (hereditárias e não-hereditárias), da população humana actual e o processo selectivo da sua adaptação física e cultural às diferentes condições ambientais (ecologia humana; a biologia dos grupos humanos dos nossos dias, incluindo aspectos de demografia e epidemiologia).
5. A recolha, registo e análise dos vestígios de hominídeos fósseis e a reconstrução da filogenese humana.
6. Etologia comparada (incluindo os mecanismos básicos de aprendizagem e troca de informações nos primatas).
7. Linguagem e arte como factores básicos de cultura (a base biológica da linguística, a base biológica da comunicação gráfica).
8. A origem e evolução das culturas (pré-história e paleoarqueologia, povos caçadores e recolectores, nómadas da estepe, antigos e actuais agricultores).
9. Aspectos ecológicos e biológicos das culturas.
10. Técnicas de recolha e análise de dados.
11. Antropologia aplicada às actividades humanas (ergonomia, antropologia industrial, pesquisa de parentesco, antropometria aplicada).

Aparte estes, um «currículum» antropológico deve incluir cursos de bio-matemática, bio-química, zoologia geral, genética geral e humana, anatomia humana e comparativa, etologia animal, psicologia geral, geografia geral, paleontologia de vertebrados e endocrinologia comparativa.

NOTAS DE LEITURA

Mueller, E. W. / R. Koenig / K. P. Koepping & P. Drechsel (orgs) *Ethnologie als Sozialwissenschaft* Opladen: Westdeutscher Verlag, 1984, 515 pp., DM 64, —

Esta extensa compilação de textos inéditos editados sob o título genérico e elucidativo de *Etnologia como ciência social*, constitui em si um volume temático independente, inserido na conceituada série de publicações especiais (n.º 26) da revista *Koelner Zeitschrift fuer Soziologie und Sozialpsychologie*. Para o público português convém assinalar tratar-se esta revista de um dos mais activos palcos, onde desde o pós-guerra se vem insistentemente fomentando o diálogo entre sociólogos e antropólogos de língua alemã.

Os organizadores reuniram sem dúvida um leque interessante de contribuições dos mais variados temas de investigação em curso na Alemanha Federal, não descurando a necessidade imperiosa de uma abertura a determinadas vertentes da pesquisa antropológica internacional. De facto nos últimos anos vem-se constatando como a Etnologia praticada pelos profissionais de língua alemã — neste caso a Alemanha Federal, a Áustria e a Suíça — tenta não só um render da guarda, como também desenvolver uma certa agressividade no diálogo além-fronteiras.

A estruturação do volume reflecte essa intenção. A apresentação é assegurada por René Koenig, catedrático jubilado da Universidade de Colónia que, do ponto de vista do sociólogo, faz uma longa defesa do método antropológico, pois ele seria uma via perdida pela Sociologia, cada vez mais presa às malhas dos sucessivos níveis de abstracção, que caracterizam e armadilham o seu discurso. Ernst W. Mueller, do Instituto de Etnologia de Mainz, centra as suas preocupações nas dificuldades inerentes à manipulação de alguns conceitos mais caros aos antropólogos — cultura, sociedade e o respectivo relacionamento.

A publicação está dividida em cinco partes. Na primeira, dedicada a problemas teóricos, saliente-se um longo artigo de P. Drechsel (Universidade de Mainz) sobre questões epistemológicas relativas à teoria da cultura e aos modelos actuais para uma sua interpretação.

E. Berg (Universidade de Bayreuth, Baviera) analisa a imagem do *Homme naturel* e o discurso iluminista de Herder na formação de um conceito etnológico de cultura. H. Zinser (Universidade Livre de Berlim) situa o debate em torno da etnopsicanálise. G. Tyrnauer (Universidade de Vermont) questiona a sempre actual controvérsia a propósito da antropologia aplicada. Relembrando casos exemplares da história da pesquisa etnológica, apresenta um incidente ainda recente, ocorrido com um conjunto de ficheiros contendo dados antropobiológicos e culturais sobre dezenas de milhares de ciganos, levantamento este feito antes da última Guerra Mundial, e coordenado pelas autoridades, a fim de ser equacionada uma solução definitiva, entenda-se, de extermínio, para esta minoria. O banco de informações estava ainda em 1981 depositado na Universidade de Tuebingen e tinha servido para trabalhos de investigação nos anos anteriores. Só mediante uma acção concertada de desobediência civil foi possível obrigar as instâncias do poder público a providenciarem a transferência para os Arquivos Federais, conforme exigiam há muito os próprios interessados, baseando-se na legislação vigente. Este caso desencadeou uma apaixonada

discussão sobre problemas de ordem ética e o posicionamento a esperar do investigador. Será possível elaborar um código profissional, como os americanos já tentaram?

D. E. Forsythe (St. Anthony's College, Oxford), partindo da sua experiência de campo, procede a uma série de reflexões a propósito do objecto de análise geralmente escolhido pelos antropólogos europeístas britânicos. Consta como as periferias geográficas, as pequenas freguesias rurais e as culturas marginais, nomeadamente as áreas consideradas de tradição celta e o Mediterrâneo, constituem zonas predilectas e preferenciais para estudo. Um país como a Alemanha é ignorado, talvez por ser altamente industrializado e urbanizado. Assim, têm sido as minorias alpinas de língua alemã os conjuntos mais procurados.

Esta conclusão reveste-se de bastante interesse, na medida em que da forma como a autora coloca o problema, não se contempla a actividade desenvolvida pelos etnólogos *nativos*, os alemães trabalhando sobre a sua própria cultura e sociedade. Mais uma vez estamos perante o dilema da possível/impossível articulação de preocupações entre o horizonte de perspectivação antropológica construído pelos profissionais *forasteiros* e pelos *nativos*.

A segunda parte é dedicada à etnologia da literatura, ou seja à pesquisa etnológica baseada em textos antigos ou modernos, quer herdados ou então recentemente fixados da tradição. R. G. Willis (Universidade de Edinburgh) apresenta um artigo sobre a análise estrutural de mitos e literatura oral, B. Lang (Universidade de Mainz) faz do etnólogo interessado no estudo do Antigo Testamento um espião infiltrado na Terra Prometida. U. Luig (também de Mainz) levanta algumas questões em torno da pesquisa sobre a tradição oral na África Ocidental, o seu campo de trabalho, enquanto K. P. Koepping (Universidade de Queensland, Austrália) passa em revista abordagens da antropologia social relativamente à ambivalência dos sistemas simbólicos.

Na terceira parte, intitulada Antropologia Social e Etnologia, o último autor referido tece algumas considerações sobre o trabalho de campo como acto de emancipação, na medida em que o investigador perante tais circunstâncias deve ver-se como um tradutor, daí nem distanciamento sistemático, nem tão pouco envolvimento compulsivo. E. W. Mueller prossegue a sua análise teórica em torno duma aproximação etno-sociológica à questão do parentesco. M. Oppitz apresenta um capítulo sobre parentesco e mito, extraído da sua extensa monografia sobre os Magar, uma população serrana dos Himalaias, já no prelo, trabalho ao qual dedicou vários anos de pesquisa intensa.

F. Kramer (Universidade Livre de Berlim) retoma problemas da antropologia clássica, nomeadamente Lévy-Bruhl e Evans-Pritchard, contextualizadas com exemplos de etnografia comparada.

O desafio do Terceiro Mundo é o fio condutor da quarta parte, onde figuram contribuições variadas, como a de G. Elwert (Universidade de Bielefeld) sobre antropologia económica e a sua reorientação para a análise do sector informal no domínio económico, ou ainda a de T. Diallo (Universidade Livre de Berlim) incidindo sobre o problema da formação do Estado na África Ocidental islamizada. Bastante interessante um artigo de R. Koenig sobre Richard Thurnwald, de quem chegou a ser aluno. Apesar de esta figura de proa da etnologia alemã na primeira metade deste século ter sido votada a um quase total esquecimento, talvez pela suas opções políticas conservadoras, colaborando até certo ponto com o poder durante a Segunda Grande Guerra, de facto e apesar destas contradições, existem elementos interessantes na sua trajectória ao longo das décadas de 10 e de 20. Especialista da Melanésia, trabalhando

na Nova Guiné, cedo centrou a sua preocupação teórica na teoria da reciprocidade. De acordo com R. Koenig, as reflexões desenvolvidas nesses anos 20 por Malinowski e Mauss em redor da essência do social, não se processaram casual e paralelamente, mas constituem um exemplo extraordinário de colaboração científica internacional entre estes três investigadores; Thurnwald e Malinowski baseando-se em elementos colhidos no terreno, enquanto Mauss empreende uma notável síntese global. Mas também haveria que reconhecer e entrever em Thurnwald um precursor da teoria do desenvolvimento.

Emílio Willems (Universidade de Vanderbilt) faz um resumo-balanço da contribuição da escola americana da aculturação que, em 1935 publica um memorando assinado por Redfield, Herskovits e Linton, incidindo a tónica do artigo na oportunidade de aplicação prática dos resultados de pesquisas, assim como ainda o envolvimento possível e/ou necessário da instituição académica com as esferas do poder político.

Temática análoga apresenta R. Apthorpe (London School of Economics) relativamente ao debate actualmente em curso na Grã-Bretanha. S. W. Chilungu (State University College of Buffalo, Nova Iorque) propõe pistas para uma etnologia alternativa, baseada não só em métodos quantitativos, como numa tomada de posição em favor das antropologias nacionais, independentes dos actuais circuitos de produção científica, dominados pelo bloco euro-norte-americano.

A última parte reúne três artigos de conteúdo bastante diferente, mas coincidindo entre si no esforço empreendido de busca de novas dimensões. Assim P. Chiozzi (Universidade de Florença) escreve sobre antropologia visual, reflectindo acerca das atitudes face ao filme etnográfico. C. Rothfuchs-Schultz (Universidade de Mainz) aborda o problema da apresentação da diferença, essência da museologia etnológica, aproveitando uma experiência recente feita durante a montagem duma exposição sobre o Ruanda. F. Valjavec (Universidade de Tuebingen) procede a uma anatomia do aparelho institucional em que se move e funciona a Etnologia como disciplina académica na Alemanha Federal. Sem dúvida uma severa crítica, para não dizer uma dura auto-crítica, sempre necessária. Além de desvendar aspectos interessantes dum quadro específico de produção científica, ela permite ao mesmo tempo que o leitor estrangeiro possa reflectir sobre o enquadramento diferente em que se insere.

Para finalizar é necessário mencionar o contexto em que surgiu este aparentemente heterogéneo volume temático. Foi intuito dos organizadores desencadear alguma polémica na comunidade dos colegas de língua alemã, onde segundo a sua opinião, se assiste a um gradual bloqueamento global que ninguém hesita em denunciar como crise da etnologia, da universidade, da sociedade. Perante tal panorama, aliás extensivo a outros países de longa tradição na produção antropológica, os responsáveis por este volume passaram à acção, tentando desta forma aglutinar esforços individuais no plano nacional para combater a letargia reinante no aparelho institucional, reorganizar e activar os consideráveis recursos de trabalho disponíveis — o estrangulamento orçamental a que se assiste na Alemanha Federal é crítico, mas a situação invejável, se comparada com outros países considerados ricos — e simultaneamente apontando algumas vias de saída possível, daí o espaço amplo aberto a contribuições vindas do estrangeiro.

NOTÍCIAS

6.ª CONFERÊNCIA PARLAMENTAR E CIENTÍFICA DO CONSELHO DA EUROPA Tóquio, 4 a 6 de Junho de 1985

Documento final aprovado pelos participantes nesta reunião:

A 6.ª Conferência Parlamentar e Científica do Conselho da Europa, reunida em Tóquio em Junho de 1985 sob o lema «Ciência e Democracia: valores comuns num diálogo de civilizações», após um debate aprofundado de três dias:

- sobre a ciência e a democracia, a importância atribuída pelos seus membros à liberdade de expressão e à noção de discussão racional, assim como ao respectivo lugar nas nossas civilizações;
- sobre a inovação tecnológica, a cooperação científica e os progressos científicos e tecnológicos;
- sobre os progressos biológicos e os direitos do homem, com ênfase nas novas interpretações do funcionamento do sistema nervoso e do cérebro humano;
- sobre a natureza do conhecimento científico, o carácter incerto dos juízos científicos e tecnológicos e as consequências daí decorrentes para o processo de decisão quando incide sobre questões provocadas pelo impacto da ciência e da tecnologia nas nossas vidas, valores e comunidades; (...)

Reconhece os seguintes factos, tendências e princípios:

- i — A ciência constitui o fundamento do progresso científico nos planos da educação e da tecnologia nas nossas sociedades; ao tornar possível a realização de novos instrumentos de investigação, a tecnologia oferece a estrutura necessária ao progresso científico;
- ii — A cooperação e a concorrência — no interior de cada país e no plano internacional — são essenciais à vitalidade da ciência: no domínio científico, a concorrência não é por vezes possível a não ser mediante uma aparente, embora indispensável, duplicação de esforços; a competitividade constitui condição prévia de toda a cooperação científica;
- iii — A livre circulação dos homens de ciência, dos conhecimentos e das informações entre os países constitui a via mais eficaz para o progresso científico (...);
- iv — Cada vez mais os progressos científicos obrigam a escolhas comportando juízos de valor sobre questões novas, difíceis e importantes: existe o risco de a legislação aplicável se revelar restritiva em lugar de incentivadora;
- v — As questões de ordem ética suscitadas pela rápida evolução da tecnologia e das ciências naturais sublinham a necessidade de consagrar recursos às ciências humanas a fim de aprofundar o nosso conhecimento das interacções entre as ciências naturais e as ciências do homem;
- vi — O conhecimento científico da natureza modificou-se profundamente no decurso dos últimos sessenta anos; mas nem todos os sectores da sociedade da Europa Ocidental seguiram esta evolução o que dificulta a compreensão dos problemas suscitados pelo impacto cada vez mais geral e rápido da ciência e da

tecnologia sobre as nossas sociedades; os parlamentos, aos quais cabe pronunciar-se, em última instância, sobre estes problemas deverão dispor de facilidades e informação adequada para preparar as decisões que, ultrapassada uma primeira apreciação, não se prestam a métodos quase judiciais de avaliação e inquérito;

- vii — Numa época em que é rápida a evolução científica e tecnológica, são tantas as informações comunicadas pelo mundo industrial e comercial ao mundo universitário como vice-versa; ambos deverão reforçar as suas relações; a indústria e o comércio procurarão cada vez mais a flexibilidade e o empenhamento pessoal entre as qualidades e atitudes das pessoas a recrutar; os nossos sistemas educacionais deverão proceder às necessárias adaptações, o que contribuirá para reduzir o problema extremamente grave do desemprego nos países da Europa Ocidental;
- viii — Actualmente, à medida que a «cientificação» da tecnologia invade a indústria, abrem-se novas e largas perspectivas para a investigação científica;
- ix — A contribuição futura dos países industrializados para a economia mundial assumirá cada vez mais um carácter intelectual; no sector altamente dinâmico da tecnologia da informação, a produção de programas de computador é a que conhece a taxa de crescimento mais elevada — ao mesmo tempo que representa um potencial de criação de emprego para os indivíduos dotados de flexibilidade e sentido de responsabilidade no trabalho exigidos para o efeito; em particular, os programas de aplicação poderão ter efeitos benéficos no mercado de emprego dos nossos países;
- x — As novas tecnologias da informação poderão criar condições para uma participação mais efectiva dos cidadãos: por facilitarem um funcionamento mais aberto do Governo e um equilíbrio adequado entre democracia representativa e democracia directa;
(...)
- xii — A fragmentação da Europa Ocidental (regulamentações, obstáculos fiscais, organização industrial) é fortemente inibitória da capacidade de transformação dos conhecimentos em produtos comercializáveis — e deste modo da redução do desemprego; importaria tomar novas iniciativas de relevo em determinados domínios contribuindo para reforçar as condições de uma verdadeira comunidade tecnológica;
- xiii — A posição dos centros de decisão políticos e económicos sobre os embargos de tecnologia — nomeadamente de produtos electrónicos — poderão revelar-se irrealistas dado o ritmo da obsolescência tecnológica;
- xiv — A investigação científica e as novas tecnologias deverão tomar em consideração o desejo de paz largamente sentido e a necessidade de fazer face às dificuldades dos países em desenvolvimento.
(...)

Faz suas as seguintes propostas apresentadas quando da sessão de encerramento pelo relator-geral:

- A — Convirá que em todos os países do Conselho da Europa, sejam tomadas medidas:
 - i — Para garantir que os numerosos problemas graves — sejam de ordem ética, económica ou política — gerados pelo alargamento das possibilidades de

escolha abertas ao homem pelos progressos da ciência e da tecnologia sejam examinados e resolvidos de modo coerente e efectivo ao nível mais elevado; (...)

- ii — Para tirar o melhor partido possível da Fundação Europeia de Ciência, a fim de que esta, para além da sua importante função de coordenação da ciência fundamental na Europa, possa fazer apelo aos homens de ciência respeitados em toda a Europa para que se exprimam sobre as questões da política de ciência e tecnologia nas assembleias parlamentares europeias.
- B — O Parlamento Europeu deveria ter em conta as preocupações e o interesse da Europa Ocidental no seu conjunto quanto a medidas que possam e devam ser tomadas com vista a melhorar as possibilidades de integrar a consulta científica e tecnológica no processo de decisão;
- C — O Conselho da Europa deveria, caso necessário, por via de uma reafecção dos seus recursos:
 - i — Alargar o seu campo de acção de modo a poder discutir as questões de relevância geral e as novas oportunidades abertas pelo progresso científico e tecnológico — seja no domínio da Biologia (novos conhecimentos sobre o cérebro humano), direitos de propriedade (informações retiradas pelo processo da teledectação) ou em qualquer outro domínio;
 - ii — Dar resposta à necessidade de projectar uma imagem mais realista da natureza da ciência no espírito do público por meio de uma acção concertada dos seus comités directores de cooperação cultural e dos «mass media»;
 - iii — Estabelecer uma ligação formal entre as «conferências de Estrasburgo sobre a democracia parlamentar», dadas as incidências consideráveis das transformações introduzidas actualmente nas nossas sociedades pelos progressos científicos e a inovação tecnológica; (...)

Tokyo, 6 de Junho de 1985

COLÓQUIO SOBRE «A CIÊNCIA E OS LIMITES DO CONHECIMENTO»

Veneza, 3 a 7 de Março de 1986

Os participantes no Colóquio sobre o tema «A ciência e os limites do conhecimento», organizado pela UNESCO, com a colaboração da Fundação Giorgio Cini, que decorreu em Veneza, de 3 a 7 de Março de 1986, encontraram no documento denominado «Declaração de Veneza», que a seguir se transcreve, a expressão das suas principais conclusões:

- 1 — Somos testemunhas de uma revolução no domínio da ciência, gerada pela ciência fundamental (em particular pela Física e a Biologia); revolução muito importante pelas transformações que comporta para a lógica, a epistemologia e até para a vida de todos os dias por causa das aplicações tecnológicas. Verificamos, porém, ao mesmo tempo, a existência de uma distância considerável entre a nova visão do mundo que emerge do estudo dos sistemas naturais e os valores que predominam ainda hoje na Filosofia, nas ciências do homem e na vida da sociedade moderna. Estes valores fundam-se em grande medida no determinismo mecanicista, no positivismo ou no nihilismo. Pensamos que essa distância é fortemente nociva e é susceptível de ameaçar de destruição a nossa espécie.

- 2 — Em razão da sua própria dinâmica interna, o conhecimento científico atingiu o ponto em que pode dar início ao diálogo com outras formas de conhecimento. Neste sentido, embora reconhecendo as diferenças fundamentais existentes entre a ciência e a tradição, verificamos a não oposição mas complementaridade entre ambas. O encontro inesperado e enriquecedor entre a ciência e as diversas tradições do mundo permite pensar no emergir de uma nova visão da humanidade, talvez mesmo de um novo racionalismo conducente, eventualmente, a uma nova perspectiva metafísica.
- 3 — Rejeitando embora qualquer projecto englobante, qualquer sistema fechado de pensamento, qualquer utopia, reconhecemos a urgência da investigação realmente transdisciplinar que permita um intercâmbio dinâmico entre as ciências «exactas», as ciências «humanas», a arte e a tradição. Num certo sentido a abordagem transdisciplinar encontra-se inscrita no nosso próprio cérebro por interacção dinâmica entre os seus dois hemisférios. O estudo conjunto da natureza e do imaginário, do universo e do homem, poderia contribuir para nos aproximar do real e permitir uma melhor resposta aos vários desafios da nossa época.
- 4 — O ensino convencional da ciência assenta numa apresentação linear dos conhecimentos e ignora a ruptura entre a ciência contemporânea e as visões ultrapassadas do mundo. Reconhecemos a urgência da procura de novos métodos de educação que terão em conta os progressos da ciência harmonizados com as grandes tradições culturais cuja preservação e estudo aprofundado são fundamentais. Parece ser a UNESCO a organização apropriada para a promoção daquelas ideias.
- 5 — Os desafios da nossa época — o desafio da autodeterminação da espécie, o desafio informático, o desafio genético, etc. — tornam clara a responsabilidade social dos cientistas, tanto na iniciativa como na aplicação da investigação. Se os cientistas não têm a capacidade de decidir da aplicação das suas próprias descobertas não devem limitar-se a assistir passivamente à sua aplicação cega. A nosso ver, a amplitude dos desafios contemporâneos exige, por um lado, informação rigorosa e permanente da opinião pública e, por outro, o estabelecimento de órgãos de orientação e mesmo de decisão de carácter pluri e transdisciplinar.
- 6 — Esperamos que a UNESCO dê continuidade a esta iniciativa estimulando uma reflexão orientada para a universalidade e a transdisciplinaridade.

Agradecemos à UNESCO a iniciativa de organizar este encontro em conformidade com a sua vocação de universalidade. Agradecemos ainda à Fundação Giorgio Cini por ter permitido a sua realização num local ideal para o efeito.

7 de Março de 1986

5.º CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO ANTROPOLÓGICA EUROPEIA
Lisboa, 28 de Setembro a 4 de Outubro de 1986

Os avanços registados no seio da Antropologia ao longo dos últimos anos — bem como de alguns campos específicos auxiliares a esse domínio das Ciências Sociais — foram passados em revista, no decurso dos trabalhos do «5.º Congresso da Associação Antropológica Europeia», que decorreu em Lisboa.

Este encontro internacional de cientistas sociais, que terminou sábado à tarde, em sessão solene, no anfiteatro da Fundação Calouste Gulbenkian, reuniu durante seis dias com a presença de investigadores de todos os continentes. Particular realce teve, no entanto, em mais este encontro da «European Anthropological Association» o facto de nele participarem pesquisadores de países de expressão oficial portuguesa, designadamente do Brasil e de Moçambique.

Os trabalhos deste quinto congresso da EAA, densos na sua observância temática (de acentuada especialização), subdividiram-se em cinco áreas específicas: Morfologia e Paleontologia (29 de Setembro); da Auxologia à Gerontologia (dia 30); Dismorfismo Sexual (1 de Outubro); Genética Humana e Evolução (dia 2); e Interações Bioculturais (no dia 3). Paralelamente a estes grandes temas foram ainda levados a efeito alguns simpósios, designadamente os subordinados aos temas «O desenvolvimento da Antropologia Física nos países do Médio Oriente (Kobyliansk); A Biosociologia (Corluy); Mudanças ambientais seculares no desenvolvimento e crescimento das crianças (Wolanski); e Contribuição holística da Antropologia (Pereira Neto).

A Antropologia Física eclipsando a Antropologia Cultural

No decorrer dos trabalhos, as áreas focadas pela esmagadora maioria das comunicações privilegiou a Antropologia Física, em detrimento da Antropologia Cultural. Assim, enquanto durante os primeiros quatro dias foram discutidos problemas associados à Antropologia Física, como a Gerontologia, a Genética, o Dismorfismo Sexual ou a Paleontologia, só no último dia, na secção Interações Bioculturais, foram postos em equação, em cerca de pouco mais de uma dezena de comunicações, não menos candentes questões como a Antropologia do Simbólico (Mesquitela Lima), Antropologia Social (M. Cristina Neto), Mudança Social e Desenvolvimento (A. M. Gonçalves Coelho) ou História Antropológica (Carlos Lopes Bento).

Tendo os estatutos da «European Anthropological Association» sido aprovados em reunião plenária, ocorrida em Paris, em 25 de Fevereiro de 1977, a sua finalidade, como instituição científica, é bastante clara: «promover, nos diferentes países da Europa, estudos de Antropologia; bem como promover a troca de informações, sessões de trabalho e congressos científicos ou uma actividade escolar e de pós-graduação entre antropólogos de diferentes nações europeias» (Artigo 1). Tal facto leva-nos, assim, a concluir que, ao longo de já cerca de uma década de existência, tal associação tem logrado captar mais as atenções (e os interesses) dos investigadores que trabalham no âmbito da Antropologia Física do que aqueles que se situam no seio da Cultural.

Será talvez até lícito concluir que estes últimos encontrem maior eco da sua expressão em comités internacionais congéneres como aquele que organiza regularmente o «Congresso de Ciências Antropológicas e Etnológicas», de que já se verificaram 11 realizações de vincado cunho (e participação), e cuja próxima manifestação ocorrerá, entre 24 e 31 de Julho de 1988, na cidade jugoslava de Zagreb.

Esta incontestada pendência do Congresso da Associação Antropológica Europeia para a Antropologia Física não deverá, em nosso entender, ser vista como uma limitação antes, porém, como um senão. Isso porque uma tão forte pendência para esse sector das Ciências Antropológicas, só lhe vem conferir uma maior especialização (sectorial) nos trabalhos ali apresentados.

Da Morfologia à Paleontologia

O primeiro dia efectivo dos trabalhos, no passado dia 29, foi realmente votado à temática da Morfologia e da Paleontologia. A introdução a esta sessão de trabalhos foi feita pelo prof. Carlos Almaça, do Departamento de Zoologia e Antropologia da Faculdade de Ciências de Lisboa. Este investigador, com efeito, subscreveu uma comunicação a este congresso subordinada ao tema «Buffon, Lamarck e a origem do Homem». Refere aí o autor, com efeito, que «a ciência da Evolução tem os seus primeiros passos em Buffon, o pai do Evolucionismo e em Lamarck, o primeiro evolucionista, tendo ambos expressado ideias sobre a origem do Homem.

Já na sua última obra, *Les Époques de la Nature*, Buffon adoptou uma observância criacionista baseada na mudança histórica da Terra e no aparecimento do Homem». Convirá não esquecer, por seu lado, que este cientista, em 1749 na sua obra «*Histoire Naturelle*» já associava a sua obra, embora apenas muito parcelarmente, ao contributo que havia recebido de um cientista português, Ribeiro Sanches. Referia então Buffon acerca de nosso compatriota: «homem distinto pelo seu mérito e pela extensão dos seus conhecimentos, ele teve a amabilidade de me comunicar por escrito as observações que fez enquanto viajava pela Tartária (Rússia)».

Mas se nesta secção do congresso da EAA votada à Morfologia e à Paleontologia o estudo do prof. Carlos Almaça nos veio evocar a genialidade de Buffon, outros investigadores de acentuado carisma científico internacional ali deram testemunho das suas investigações. De referir, entre outros, os trabalhos de investigadores como M. Pickford, Day e Garralda que focaram aspectos da vida do «*Australopithecus*», do «*Homo Erectus*» e da «Antropologia do período Neolítico na Europa».

Ainda neste âmbito, importa situar a comunicação do prof. O. da Veiga Ferreira, subordinada ao tema «Os concheiros de Muge, no vale do Tejo — um contributo histórico-arqueológico». Aludindo o autor à descoberta deste importante achado arqueológico no século passado, referiu que tais «concheiros foram descobertos em 1863 por Carlos Ribeiro e Pereira da Costa». Desse significativo «levantamento» deu Carlos Ribeiro cabal divulgação, numa comunicação apresentada em Lisboa na nona sessão do «Congresso Internacional de Arqueologia e de Antropologia Pré-Histórica», de 1884, trabalho científico esse que intitulou «*Les Kjökkenmøedings de la vallée du Tage*».

Da Auxologia e da Gerontologia ao Dismorfismo Sexual

Outras preocupações já manifestaram, no entanto, os intervenientes neste congresso na secção «Da Auxologia à Gerontologia», ocorrida no dia 30. Aí esteve em equação, sobretudo, todo o vasto processo da vida (biológica) do Homem que vai desde a fase de concepção à idade adulta.

A introdução aos trabalhos desta secção foi levada a cabo pelo prof. Francisco Sobral, do Laboratório de Cineantropometria, do Instituto Superior de Educação Física de Lisboa. Numa comunicação subordinada ao tema «Ordem de nascimento e variação de estatura... em machos e fêmeas adolescentes das Ilhas dos Açores», este pesquisador aludiu ao facto de que as suas pesquisas incidiram em 523 rapazes e 490 raparigas, de idades compreendidas entre os 10 e os 15 anos, daquele arquipélago.

Nesta secção participaram outros investigadores de renome nesta área das Ciências Antropológicas (Antropologia Física, entenda-se), tais como o prof. Bittles, do «King's College», de Londres, ou o prof. Susanne, do Laboratório de Antropogenética da Universidade de Bruxelas e que é um dos actuais membros do corpo directivo desta Associação Antropológica Europeia. Uma das tónicas da comunicação deste investigador (levada a efeito em colaboração com outros investigadores belgas e polacos), incidiu no problema do crescimento do corpo humano entre as idades dos primeiros meses de vida e os vinte anos.

No campo do «dismorfismo sexual» — a secção deste congresso que funcionou no dia um de Setembro — cabendo a introdução ao prof. M. F. Mesquita, as intervenções que maior relevo alcançaram foram, entre outras, as dos profs. Phillip Tobias da Universidade (Escola Médica) de Witwatersrand, Parktown, África do Sul e Olcay Neyzi. Enquanto o primeiro subordinou a sua comunicação ao tema «A Guerra e a tendência secular negativa nos negros sul-africanos», o segundo falou sobre os seus estudos, no âmbito da Antropometria, entre os recém-nascidos. Estas pesquisas do prof. Neyzi foram levadas a efeito no âmbito dos seus serviços no Departamento de Pediatria, da Faculdade de Medicina de Istambul, na Turquia, país de onde proveio.

Da Genética às Interações Bioculturais

Tendo o prof. Machado Cruz iniciado, com uma sua intervenção, a sessão votada a debater os problemas da «Genética Humana e Evolução», duas comunicações ali apresentadas (entre outras) conquistaram a aderência dos participantes. Foram elas as subscritas pelos profs. Salzanno e Rueff.

O trabalho do prof. F. Salzanno, sobre a «compreensão das variações genéticas», mostra quanto, ao longo destes últimos anos, esta eminente autoridade no domínio da Genética europeia tem avançado nas suas pesquisas laboratoriais. O prof. Rueff, por sua vez, apresentou um trabalho sobre o «Polimorfismo DNA». Uma das suas últimas pesquisas que conhecíamos no âmbito da Genética dizia respeito ao estudo da «Cagerigénese e transfecção de células eucariotas» e havia sido publicado em 1980 na «Brotéria Genética», publicação da especialidade em Portugal, superiormente dirigida por um outro especialista português neste domínio, o prof. Luís Archer. De destacar ainda, neste âmbito, um poster apresentado pelos investigadores nacionais António Amorim e M. J. Prata, do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto, subordinado ao tema «Human leucocyte genetic markers in NW Portugal». Amorim, aliás, já havia recentemente efectuado pesquisas sobre o sangue, entre os descendentes da velha comunidade judaica de Belmonte.

Na sexta-feira, o programa deste «5.º Congresso da Associação Antropológica Europeia» atingiu um dos momentos mais altos com uma sessão votada à discussão das «Interações Bioculturais». Tendo o programa científico, deste dia sido iniciado como uma intervenção do prof. João Pereira Neto, a ela se seguiram outras intervenções como «As potencialidades das fontes históricas na pesquisa antropológica» (Carlos Lopes Bento), «Alguns aspectos simbólicos nos peitos de mulher» (Mesquitela Lima), «Algumas notas sobre Costumes e Antropobiologia» (Vermelho Curral), além de «Os Parnes em Damão (antiga Índia Portuguesa, uma Minoria Étnica em Vias de Extinção)» (o nosso próprio contributo a este encontro).

Uma palavra ainda para a organização deste encontro que, em termos de comité nacional, foi presidido pela prof.^a Maria Emília Castro e Almeida, secundada pela dr.^a Maria Cristina Neto. A não esquecer, também, a feliz intervenção científica do prof. Xavier da Cunha, da Universidade de Coimbra, que na sessão de abertura dos trabalhos deste quinto encontro da EAA, realçou o papel do grande antropólogo português de oitocentos, Bernardino Machado.

MANUEL CADAFAZ DE MATOS

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

2.º CONGRESSO INTERNACIONAL DE PALEONTOLOGIA HUMANA

Turim, 28 de Setembro a 3 de Outubro de 1987

O 2.º Congresso Internacional de Paleontologia Humana realizar-se-á, de 28 de Setembro a 3 de Outubro do próximo ano, na cidade de Turim (Itália). Trata-se de uma importante realização científica que reunirá os maiores especialistas mundiais de Paleontologia Humana.

O programa do Congresso inclui comunicações distribuídas por seis mesas-redondas:

— *Os pré-hominídeos* (coord. por Martin Pickford, Paris). Inclui comunicações de Y. Coppens (Paris), Hidemi Ishida (Osaka), Martin Pickford (Paris), Brigitte Senut (Paris), Roscoe Stanyon (Firenze).

— *Os Australopitecos* (coord. por Donald C. Johanson, Berkley). Comunicações de W. K. Kimbel (Berkley), Owen C. Lovejoy (Cleveland), Phillip Tobias (Johannesburg), Donald C. Johanson (Berkley), Alan Walker (Baltimore), Timothy White (Berkley).

— *O Homo habilis* (coord. por Phillip Tobias, Johannesburg). Comunicações de Yves Coppens, Donald C. Johanson, Timothy White, Marcello Piperno (Roma), Yoel Rak (Tel Aviv), Phillip Tobias, Alan Walker, Bernard Wood e A. T. Chamberlain (Liverpool).

— *O Homo erectus* (coord. por Marie-Antoinette de Lumley, Paris). Comunicações de Michael Day (Londres), Teuku Jacob (Yogyakarta), Richard Leakey (Nairobi), Alan Walker, Henry de Lumley (Paris), Marie-Antoinette de Lumley, Francesco Mallegni (Pisa), Woo Ru Kang (Pequim), Arun Sonakia (Nagpur).

— *O Homem de Neandertal e os seus contemporâneos* (coord. por Giacomo Giacobini, Turim). Comunicações de Jean-Louis Heim (Paris), Henry de Lumley, Marie-Antoinette de Lumley, Chris Stringer (Londres), Erik Trinkaus (Albuquerque), Bernard Vandermeersch (Bordéus), Giacomo Giacobini.

— *O Homo sapiens sapiens do Paleolítico Superior* (coord. por Jan Jelinek, Brno). Comunicações de A. Alexeev (Moscovo), Silvana Borgognini Tarli (Pisa), Alberto Broglio (Ferrara), Jacques Hublin (Paris), Jan Jelinek e Marcel Otte (Liège).

São também admitidas comunicações livres, que poderão revestir a forma de «poster» (100 × 100 cm), distribuídas pelas seguintes secções: Generalidades e Metodologia; os primatas não humanos e os pré-hominídeos; os Australopitecos e o *homo habilis*; *homo erectus* / Anteneandertalenses / *homo sapiens* arcaico; os Neandertalenses e os seus contemporâneos; o *homo sapiens sapiens* do Paleolítico Superior e do Mesolítico; o *Homo s. sapiens* do Neolítico e da Idade dos Metais; as populações sub-actuais e actuais.

Durante a realização do Congresso serão projectados filmes em sessões especiais; será também organizada uma visita de estudo aos principais sítios paleolíticos da Itália Central (Castel di Guido, Grotta (Monte Circeu), Isernia e Montepoggiolo).

Secretariado do Congresso: Prof. Giacomo Giacobini — Lab. de Paleontologia Humana — Dept.º de Anatomia e Fisiologia Humana — Corso M. d'Azeglio, 52 — 10126 Turim (Itália).

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

Faculdade de Letras de Coimbra

PUBLICAÇÕES

* *Conimbriga*—Vol. 18 (1979) a 24 (1985) cada, 1.000\$ (1.500\$ estrang.º)

* *Cadernos de Arqueologia e Arte*

1. J. d'Encarnação, *Introdução ao Estudo da Epigrafia Latina* 350\$
3. J. M. Cordeiro de Sousa, *Apontamentos de Epigrafia Portuguesa* 350\$
4. J. Alarcão, *Introdução ao Estudo da Casa Romana* ... 500\$

* *Ficheiro Epigráfico*

Fasc. 1 (1982) a 20 (1986) — cada, 150\$ (250\$ estrang.º)

* J. d'Encarnação, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* ... 400\$

Pedidos a: Instituto de Arqueologia
R. de Sub-Ripas
3000 COIMBRA



ACTIVIDADES DA SPAE

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

Relatório de Actividades e Contas de 1986 (*)

1 — Eleições dos Corpos Gerentes para o Triénio 1986/88

Depois de um adiamento, motivado pela não apresentação de qualquer lista candidata aos Corpos Gerentes da SPAE, e de novo processo eleitoral desencadeado pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, houve que constituir uma lista que assegurasse a continuidade das tarefas encetadas pela anterior Direcção.

A Assembleia Eleitoral decorreu no dia 10 de Janeiro do corrente ano, tendo a lista A (única concorrente) sido eleita por 98 % dos votos expressos.

A tomada de posse foi conferida pelo Presidente da Mesa da A.G. em 17 de Janeiro.

2 — Institucionalização e Diligências Burocrático-Legais

A Direcção da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, durante o ano de 1986, desenvolveu as seguintes diligências com vista à sua institucionalização:

- a) Escritura pública da reformulação dos seus Estatutos (1.º Cartório Notarial do Porto), aprovação do texto definitivo pela Procuradoria Geral da República e sua publicação no «Diário da República» (III série, n.º 102, de 5-5-1986, p. 4761);
- b) Inscrição da SPAE no Registo Nacional de Pessoas Colectivas (contribuinte n.º 501663614);
- c) Requerimento ao Governo (Setembro de 1986) do reconhecimento da utilidade pública da Instituição.

3 — Sessões Científicas e Conferências

Foram realizadas as seguintes sessões científicas e conferências, que tiveram lugar no Anfiteatro de Zoologia da Faculdade de Ciências do Porto e nos Auditórios da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto e da Secretaria de Estado da Cultura (Delegação do Norte):

(*) Aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 26 de Fevereiro de 1987.

Sessões Científicas

7 de Março — «Impressões de uma viagem de estudo ao Sudeste de Espanha», pelos drs. Vítor Oliveira Jorge e Susana Oliveira Jorge, arqueólogos e docentes da Faculdade de Letras do Porto. Anfiteatro de Zoologia da Faculdade de Ciências do Porto, às 18 horas.

14 de Março — «A Cultura de El Argar (Espanha)», pela dr.^a Maria de Jesus Sanches, arqueóloga e assistente da Faculdade de Letras do Porto. Anfiteatro de Zoologia da Faculdade de Ciências do Porto, às 18 horas.

8 de Maio — «Jogos Tradicionais Portugueses», pelo dr. António Cabral, escritor e antropólogo, professor da Escola Superior de Educação de Vila Real. Apresentação do livro com o mesmo título. Auditório da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, às 18 horas.

16 de Maio — «As pinturas rupestres da «Fraga do Gato», Poiares, Freixo-de-Espada-à-Cinta», pelos drs. Nelson Henrique de Campos Rebanda e Fernando Ochoa Morgado, arqueólogos e professores do Ensino Secundário. Auditório da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, às 21,30 horas.

23 de Maio — «Ocupações paleolíticas da bacia do Lis (primeiras impressões)», pelo dr. João Pedro Ribeiro, arqueólogo e assistente da Faculdade de Letras do Porto. Anfiteatro de Zoologia da Fac. de Ciências do Porto, às 18 horas.

13 de Junho — «A área arqueológica do Freixo, Marco de Canaveses», pelo dr. Lino Augusto Tavares Dias, arqueólogo e técnico superior do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte. Auditório da Secretaria de Estado da Cultura (Delegação do Norte), às 21,30 horas.

20 de Junho — «Trabalhos arqueológicos no concelho de Sabrosa», pelo dr. António Alberto Huet de Bacelar Gonçalves, arqueólogo e técnico superior do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto. Anfiteatro de Zoologia, às 18 horas.

12 de Novembro — «De Arrifana de Sousa a Penafiel», pelo etnógrafo Manuel Ferreira Coelho. Auditório da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, às 18,15 horas.

21 de Novembro — «O Românico Português: situação actual, inventário e «Centro de Estudos», pelo Eng.^o Joaquim Fernandes Ribeiro dos Santos. Auditório da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, às 18,15 horas.

5 de Dezembro — «O Freixo como espaço colectivo», pelo dr. Lino Augusto Tavares Dias, arqueólogo e técnico superior do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte. Auditório da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, às 18 horas.

Conferências

1 de Abril — «Monumentos megalíticos da Grã-Bretanha», pelo dr. Evan Mackie, Conservador de Arqueologia e Etnografia do Museu Hunterian (Universidade de Glasgow, Escócia, Grã-Bretanha). Auditório da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, às 21,30 horas.

27 de Maio — «Os sepulcros megalíticos da Irlanda: o complexo de Knowth», pelo doutor George Eogan, Director do Departamento de Arqueologia da Universidade

de Dublin (Irlanda). Auditório da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, às 21,30 horas.

4 — «Trabalhos de Antropologia e Etnologia»

No corrente ano foi distribuído o vol. XXV (fasc. 1) da publicação «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», referente ao 1.º semestre de 1985, e editado o vol. XXV (fasc. 2-4), referente ao 2.º semestre do mesmo ano e em distribuição. Encontra-se em preparação o vol. XXVI (fasc. 1-4) da referida publicação, respeitante ao ano de 1986, cuja distribuição se prevê para Abril do próximo ano.

Os «Trabalhos de Antropologia e Etnologia» concluíram, com o vol. XXV, o 67.º ano de publicação ininterrupta.

5 — Biblioteca

A Direcção da SPAE iniciou no corrente ano a actualização dos ficheiros e reformulação da Biblioteca tendo, para o efeito, contratado, em regime de tempo parcial, dois técnicos auxiliares de catalogação e adquirido mobiliário, nomeadamente ficheiros (1 horizontal e 2 verticais) e 1 armário. Findo o trabalho de inventariação e fichagem é também sua intenção proceder à informatização da Biblioteca, procurando-se, assim, tornar mais eficiente este serviço.

Além do serviço de consulta de publicações, local e domiciliária, utilizado por alunos e investigadores da Universidade do Porto, foram também fornecidos dados ao Centro de Documentação Científica e Tecnológica do INIC, microfilmes de algumas publicações a instituições estrangeiras e fotocópias de artigos seleccionados, ao Museu do Mar.

Procedeu-se à inventariação de trezentos e cinquenta títulos portugueses. Adquiriram-se trinta e três fechaduras para os móveis da Biblioteca.

6 — Serviço de Intercâmbio

Actualização do ficheiro de intercâmbio com entidades estrangeiras e nacionais. A publicação «Trabalhos de Antropologia e Etnologia» é remetida, em regime de intercâmbio, a cerca de 600 instituições, revistas, etc. Esta troca de publicações, embora dispendiosa, constitui a base da Biblioteca da Sociedade.

7 — Equipamento

Foi adquirido diverso equipamento, principalmente audio-visual, além do atrás referido e destinado à Biblioteca. Destacam-se dois projectores de diapositivos e respectivos «ecrans» e um retroprojector. Este material destina-se a apoiar as sessões científicas e conferências.

Foi ainda adquirida uma máquina de escrever, bem como o selo branco da SPAE.

8 — Ciclo do Filme Etnológico

Prosseguem os contactos com o Instituto Francês do Porto com vista à realização de um «Ciclo de Cinema» dedicado ao filme Etnológico. Tal iniciativa não pôde ainda concretizar-se por alguns dos filmes se encontrarem no circuito comercial e ser dispendioso o seu aluguer.

9 — Prémio «Sociedade Portuguesa de Antropologia»

Foi institucionalizado o Prémio acima referido, a atribuir pela SPAE, de dois em dois anos, a trabalhos inéditos sobre Antropologia, nos seus diferentes domínios. Esta iniciativa visa incrementar a investigação antropológica no país.

10 — Entidades que Apoiaram a SPAE

Foram várias as entidades que apoiaram a actividade da SPAE, quer na atribuição de verbas, quer na cedência de espaços, a quem se agradece:

- Governo Civil do Porto;
- Instituto Nacional de Investigação Científica;
- Direcção-Geral do Ensino Superior;
- Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica;
- Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto;
- Secretaria de Estado da Cultura — Delegação do Norte;
- Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Corrêa»;
- Instituto de Zoologia «Dr. Augusto Nobre».

11 — Contactos com Entidades Universitárias e Outras

Foram efectuados contactos com o Director do Instituto de Antropologia, com o objectivo de se resolverem alguns problemas logísticos, relativos à sede social da SPAE e com o Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal do Porto.

12 — Entrada de Sócios

Até 31 de Dezembro de 1986, registou-se a entrada de 44 sócios efectivos e 3 sócios correspondentes.

Porto, 31 de Dezembro de 1986.

O Presidente da Direcção,
Eduardo Jorge Lopes da Silva

CONTAS DE GERÊNCIA

Despesas		Receitas	
1. <i>Administração</i>		1. <i>Resultado do exercício anterior:</i>	
1.1 Expediente	53.481\$50		632.730\$40
1.2 Portes de Correio	32.601\$00		<u>632.730\$40</u>
1.3 Emolumentos e Selos		2. <i>Quotas</i>	
Fiscais	20.549\$00	2.1 Em atraso	7.430\$00
1.4 Gratificações	26.000\$00	2.2 Ano de 1986	81.850\$00
1.5 Diversos	7.382\$00	2.3 Antecipação	3.300\$00
	<u>140.013\$50</u>	2.4 Quotas voluntárias	—\$—
			<u>92.580\$00</u>
2. <i>Actividade Científica e Cultural</i>		3. <i>Venda de Publicações</i>	8.990\$00
2.1 Edição de «programas»	3.682\$00		<u>8.990\$00</u>
2.2 Expedição	11.286\$00	4. <i>Subsídios</i>	
2.3 Enc. c/ deslocações	8.399\$00	4.1 I.N.I.C.	300.000\$00
	<u>23.367\$00</u>	4.2 Gov. Civil Porto	50.000\$00
3. <i>Trabalhos de Antropologia</i>		4.3 J.N.I.C.T.	200.000\$00
3.1 Publicação	411.639\$00	4.4 D.-G.E.S.	50.000\$00
3.2 Expedição	59.062\$00		<u>600.000\$00</u>
	<u>470.701\$50</u>	5. <i>Juros</i>	
4. <i>Biblioteca</i>		B.B.I.	60.179\$10
4.1 Assinaturas e Aquisições	7.915\$80	C.G.D.	617\$00
4.2 Encadernações	8.549\$00		60.796\$10
4.3 Intercâmbio	—\$—		
4.4 Remunerações	59.875\$00		
	<u>76.399\$80</u>		
SALDO			
	<u>684.674\$70</u>		
	<u>1.395.096\$50</u>		<u>1.395.096\$50</u>

BALANÇO DO EXERCÍCIO DE 1986

Activo			
1. Caixa	2.536\$30	<u>2.536\$30</u>	1. Situação:
2. Depósitos			1.1 Do exercício anterior
2.1 À Ordem			
B.B.I.	68.640\$20		632.730\$40
C.G.D.	24.392\$90		1.2 Do exercício
2.2 A Prazo			51.944\$30
B.B.I.	<u>380.313\$30</u>	<u>473.346\$40</u>	
3. Móveis e Utensílios	208.792\$00	<u>208.792\$00</u>	
		<u>684.674\$70</u>	<u>684.674\$70</u>

Porto, 31 de Dezembro de 1986.

O Presidente,
Eduardo Jorge Lopes da Silva

O Tesoureiro,
António A. Huet de Bacelar Gonçalves

Relatório Financeiro do Exercício de 1986

A análise do Balanço do Exercício de 1986 permite retirar, como primeira conclusão, que o ano económico transacto constituiu, de uma forma clara, o início do relançamento da S.P.A.E..

Na realidade verifica-se que, em relação ao ano económico de 1985, houve um aumento significativo de todas as rubricas — receitas e despesas —, sendo de destacar o montante dos subsídios atribuídos e o da quotização. Estas receitas reflectiram-se na possibilidade de publicação e expedição do Vol. XXV — fasc. 1 dos «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», cujas despesas montaram a 470 contos e na aquisição de Móveis e Utensílios no valor de 200 contos.

O facto de a Tesouraria apresentar em 31-XII-1986 um saldo positivo de 680 contos justifica-se pela necessidade de satisfazer os compromissos resultantes da edição (560 contos) e expedição (80 contos) do Vol. XXV — fasc. 2-4 dos «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», entregue para distribuição na sede social da S.P.A.E. nos últimos dias do mês de Dezembro de 1986.

O montante do saldo com que se encerra o ano económico de 1986 seria seguramente mais elevado se tivessem dado entrada na Tesouraria da S.P.A.E. as importâncias relativas a subsídios pedidos a diversas entidades, mas ainda não atribuídos.

Assim, o saldo de 680 contos é, pelas razões atrás referidas, manifestamente insuficiente para permitir satisfazer as despesas correntes da actividade da S.P.A.E. em 1987.

Torna-se necessário obter novos subsídios que permitam manter não só a actividade normal da S.P.A.E. como satisfazer o Projecto de Actividades para 1987, traçado pela Direcção:

- Edição e expedição do Vol. XXVI — fasc. 1-4 dos «Trabalhos de Antropologia e Etnologia».
- Conferências e comunicações científicas realizadas por investigadores nacionais e estrangeiros.
- Semana do Filme Etnológico Francês.
- Aquisição de material.

Porto, 31 de Dezembro de 1986.

O Tesoureiro,

António A. Huet de B. Gonçalves

Parecer do Conselho Fiscal

Dando cumprimento rigoroso ao preceituado nos Estatutos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, vem o Conselho Fiscal prestar contas da sua actividade e dar Parecer sobre o Relatório e Conta de Gerência apresentados pela Direcção e referentes ao ano de 1986.

Informamos que o Conselho Fiscal, no desempenho das suas funções, acompanhou durante o ano em apreço as actividades da Sociedade; procedeu às verificações que entendeu serem necessárias ao desempenho da sua função, nomeadamente junto do seu Tesoureiro, que sempre nos dispensou a maior atenção; analisou toda a documentação de suporte dos movimentos contabilísticos, verificando que estes se dispunham na melhor ordem, catalogados com rigor e devidamente arquivados, satisfazendo em plenitude aos quesitos legais.

Considerando, por conseguinte, que o Relatório e o Mapa das Contas descrevem de forma clara o estado e a grande evolução registada pela nossa Sociedade; exprimem de forma adequada a situação patrimonial; satisfazem as disposições legais estatutárias e não nos levantaram a mais pequena dúvida, propomos o seguinte:

Parecer

- 1.º — Que aproveis o Relatório e Conta de Gerência do exercício de 1986.
- 2.º — Que seja louvada a Direcção desta Sociedade pela forma criteriosa como a administrou no ano referido.
- 3.º — Que louveis a Mesa da Assembleia Geral pela forma inteligente como tem desempenhado as suas funções.
- 4.º — Que a todas as pessoas ou organismos que têm contribuído para o desenvolvimento da nossa Sociedade lhes seja manifestado o preito da maior gratidão.

Porto, 23 de Fevereiro de 1987.

O Conselho Fiscal,

Manuel Ferreira Coelho

Mário Jorge Lopes Neto Barroca

Mário Armando N. Pereira Brito

Sessões Científicas e Conferências

Sessão de 7 de Março de 1986

A sessão foi preenchida com uma comunicação dos Drs. Susana e Vítor Oliveira Jorge, da Faculdade de Letras do Porto, intitulada *Impressões de uma viagem de estudo ao Sudeste de Espanha*. Tal viagem, realizada em Dezembro de 1985, resultou de um convite, feito àqueles investigadores pelo Departamento de Pré-história da Universidade de Granada, para ali proferirem duas conferências. No decorrer dessa deslocação, foram visitadas estações arqueológicas e museus, e feitos contactos com a equipa daquele Departamento, do que resultou todo um conjunto de reflexões que os autores da comunicação quiseram partilhar com os restantes elementos da S.P.A.E., através desta comunicação, ilustrada com diapositivos relativos aos locais e objectos observados. A Dr.^a Susana Oliveira Jorge centrou-se no famoso complexo arqueológico de Los Millares (Almeria), em curso de escavação, cujos resultados principais descreveu, tecendo considerações sobre o Calcolítico do SE., com os seus característicos povoados fortificados e necrópoles anexas. Por seu turno, o Doutor Vítor Oliveira Jorge debruçou-se sobre o povoado de Peñas de los Gitanos, Montefrío (Granada), ocupado entre o Neolítico pleno («Cultura de las Cuevas») e a época ibero-romana, abordando também o conjunto megalítico que se situa nas suas proximidades, e que está relacionado com a ocupação calcolítica daquele habitat. Ambos os autores equacionaram a problemática da evolução técnico-económica e social subjacente à Pré-história do Sudeste, entre o Neolítico e a Idade do Bronze (*exclusive*), sem dúvida uma das regiões da Península Ibérica culturalmente mais ricas durante o período considerado.

Sessão de 14 de Março de 1986

A Dr.^a Maria de Jesus Sanches, assistente da Faculdade de Letras da Univ. do Porto, apresentou nesta sessão a sua anunciada comunicação sobre a *Cultura de El Argar*, cujo resumo se publica na secção de *Vária* deste volume.

Sessão de 8 de Maio de 1986

A sessão foi preenchida com uma comunicação do Dr. António Cabral, conhecido escritor e antropólogo, sobre os *Jogos Tradicionais Portugueses*. Esta sessão decorreu no Auditório da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto e, na oportunidade, foi feita a apresentação do livro com o mesmo título.

Sessão de 16 de Maio de 1986

Nesta sessão científica, que decorreu no Auditório da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, os Drs. Nelson Henrique de Campos Rebanda e Fernando Ochoa Morgado, apresentaram os resultados preliminares dos seus trabalhos

de investigação na estação de pinturas rupestres da «Fraga do Gato» (Poiares, Freixo-de-Espada-à-Cinta), importante estação rupestre recentemente descoberta. Referindo-se aos diversos abrigos pintados e gravados da bacia do Douro, aqueles investigadores fizeram a sua integração no contexto peninsular.

Sessão de 23 de Maio de 1986

A sessão esteve a cargo do Dr. João Pedro Paiva da Cunha Ribeiro, assistente da Faculdade de Letras da Univ. do Porto. O palestrante fez um balanço da sua actividade de investigação na bacia do rio Lis revelando a descoberta, naquela região, de novos sítios paleolíticos.

Sessão de 20 de Junho de 1986

O Dr. António Huet de Bacelar Gonçalves apresentou nesta sessão uma comunicação denominada *Trabalhos arqueológicos no concelho de Sabrosa*. O autor referiu-se, inicialmente, aos resultados das prospecções arqueológicas realizadas de forma sistemática e a partir de 1983 nos *plateaux* graníticos das serras de N.^a S.^a da Azinheira e do Criveiro. A identificação de 20 mamoa e os indícios da existência de outras em áreas ainda não prospectadas, permitem admitir a hipótese do aparecimento de mais uma necrópole megalítica em Trás-os-Montes. Salientaria, entretanto, o estado de ruína e violação profunda evidenciada por todos os megálitos cartografados; estes, além de se encontrarem agrupados em núcleos, evidenciam, igualmente, um acentuado polimorfismo das respectivas mamoa. No decurso dos trabalhos de campo foram também identificados outros monumentos arqueológicos, de cronologias distintas: fossa aberta no saibro, castros e sepulturas escavadas na rocha.

A comunicação — sempre acompanhada com a projecção de diapositivos — terminaria com uma referência à escavação em curso na mamoa I das Madorras, grande monumento megalítico situado na freguesia de S. Lourenço de Riba Pinhão. Após algumas considerações sobre aspectos estruturais do *tumulus*, onde foi observado um possante solo antigo enterrado (0,50 m), o autor apresentaria o espólio mais significativo entretanto recolhido. O aparecimento de cerâmica campaniforme é, até ao momento, um dos mais importantes dados científicos obtidos nesta estação, de onde provêm também vários vasos tronco-cónicos, parcialmente reconstituídos. A quantidade e a qualidade do espólio cerâmico não têm equivalente no espólio lítico, que é extremamente reduzido: 1 micrólito e 2 fragmentos de lâminas de sílex.

Sessão de 12 de Novembro de 1986

Manuel Ferreira Coelho, conhecido etnógrafo e investigador, apresentou nesta sessão um relance etnográfico e histórico da região de Penafiel intitulado *De Arrifana de Sousa a Penafiel*. A comunicação foi ilustrada com diapositivos de alguns monumentos e a leitura de textos sobre pessoas e situações pitorescas da região.

Sessão de 21 de Novembro de 1986

Nesta sessão foi apresentada uma comunicação do Eng.º Joaquim Fernandes Ribeiro dos Santos sobre o Românico português, particularmente desenvolvida na

avaliação da sua situação actual e inventário parcial. Foram referidos os principais monumentos românicos portugueses e sugeridas algumas soluções que permitam a sua conservação, estudo e divulgação. Por fim, o palestrante propôs a criação de um «Centro de Estudos» do Românico português.

Sessão de 5 de Dezembro de 1986

O Dr. Lino Augusto Tavares Dias, do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte fez, nesta sessão, um balanço dos seus trabalhos de escavação na *Área Arqueológica do Freixo* (Marco de Canaveses), iniciados em 1980. Esta importante estação arqueológica revelou a existência de uma zona de fruição social (de que se destacam as termas Romanas), de zonas habitacionais e de uma necrópole de incineração. Situada junto da estrada que, a partir do séc. I d.C., ligava Bracara Augusta (Braga) a Emerita Augusta (Mérida), tratar-se-ia de uma importante povoação romana.

Conferência de 1 de Abril de 1986

Esta conferência esteve a cargo do Doutor Evan Mackie, Conservador de Arqueologia e Etnografia do Hunterian Museum da Universidade de Glasgow (Escócia, Grã-Bretanha), que abordou o tema «Monumentos Megalíticos da Grã-Bretanha», ilustrando-o com excelentes diapositivos. O autor desenvolveu a teoria difusionista do megalitismo, na linha de Savory, já exposta em dois livros de divulgação que publicou. A conferência valorizou os chamados «dólmens de corredor», que, segundo aquela perspectiva, seriam uma espécie de «denominador comum» do megalitismo europeu. O autor discutiu sobretudo monumentos das ilhas Órcades e do grupo do Boyne, na Irlanda, comparando-os com exemplares da Bretanha e da Península Ibérica. Por fim, referiu-se à problemática dos «círculos líticos», compostos por menires, tão frequentes na Grã-Bretanha, abordando as questões referentes a uma «unidade de medida megalítica» (na sequência dos trabalhos de A. Thom) e ao significado astronómico de tais monumentos.

Conferência de 27 de Maio de 1986

Foi palestrante o Prof. Doutor George Eogan, Director do Departamento de Arqueologia da Universidade de Dublin (Irlanda), que tratou do tema «Os Sepulcros Megalíticos da Irlanda: o Complexo de Knowth». Este complexo, constituído por um enorme *tumulus* com 11 m de altura, e c. de 90 e 78 m de eixo maior e menor, respectivamente, e por, pelo menos, 17 pequenos monumentos periféricos, tem sido estudado pelo autor desde há mais de duas décadas. Trata-se de um dos estudos mais sistemáticos do megalitismo europeu, de que resultaram numerosos trabalhos e dois livros recentemente dados à estampa pelo autor. Descrevendo os dados fornecidos pelas escavações, G. Eogan integrou-os na problemática do megalitismo irlandês, defendendo a sua conhecida proposta cronológica e de evolução arquitectónica, contrária à de outros investigadores irlandeses, como M. O'Kelly (o escavador de New Grange), por ex., e mesmo estrangeiros, como G. Burnhult, que realizou escavações na necrópole irlandesa de Carrowmore. O conjunto de documentos apresentado, e a problemática por eles suscitada, foram seguidos com enorme interesse pela numerosa assistência.

Assembleias Gerais

Assembleia Geral Extraordinária 2 de Dezembro de 1986

A Assembleia Geral da Sociedade, reunida em sessão extraordinária, e em segunda convocação, no dia 2 de Dezembro de 1986, pelas 21h30, na sede da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, ratificou as alterações introduzidas no texto dos Estatutos, por força do preceituado no Código Civil, e já consideradas no texto publicado no vol. 25 (2-4) dos *Trabalhos* e, com pequenas alterações, o Regulamento Eleitoral, aprovado em reunião da Direcção de 31 de Outubro de 1985, que se publica neste volume.

Foi também aprovada uma jóia de admissão para as categorias de sócios efectivos, correspondentes e colectivos, de mil escudos, beneficiando os estudantes de uma redução de 50 %, e instituído um Prémio, a atribuir pela Sociedade, de dois em dois anos, a trabalhos inéditos que versem a Antropologia, nos seus diferentes domínios, nos termos que vierem a ser definidos em Regulamento próprio.

Por fim, a Assembleia deliberou criar um Fundo-Reserva destinado à eventual aquisição, aluguer ou manutenção da sede da Sociedade, revertendo para este Fundo o saldo da Conta de resultados de exercício, na percentagem de 20 %, os juros provenientes das importâncias do próprio Fundo, a totalidade das jóias de admissão, os donativos e subsídios que lhe forem especialmente destinados e os rendimentos da aplicação do próprio Fundo.

Assembleia Geral Ordinária 26 de Fevereiro de 1987

No dia 26 de Fevereiro de 1987 reuniu-se a Assembleia Geral Ordinária da Sociedade, em segunda convocação, pelas 21h30, na sede da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto.

A sessão foi iniciada com a leitura das actas das reuniões anteriores, aprovadas com as alterações introduzidas pela Assembleia, passando-se à leitura e discussão do Relatório de Actividades e Contas relativo ao ano de 1986. Depois de apreciado e discutido foi aprovado por unanimidade. Para conhecimento de todos os associados se publica neste volume dos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*.

Biblioteca

Registo de entradas — 1986

- Açoreana*, vol. VI, fas. 3 (1984), Ponta Delgada (Açores).
- Adeha*, n.º 5 (1984), Buenos Aires (Argentina).
- Agrikultúra*, n.º 20 (1985), Nitra (Checoslováquia).
- Almonsor*, n.º 1 (1983); n.ºs 2-3 (1984-1985), Montemor-o-Novo (Portugal).
- American School of Prehistoric Research*, n.º 64-1 (1972), Cambridge (E.U.A.).
- Ampurias*, n.º 44 (1982), Barcelona (Espanha).
- Anales de Arqueologia y Etnologia*, n.ºs 36-37 (1981-1982), Mendoza (Argentina).
- Annuaire Roumain d'Anthropologie*, tomo 21 (1984); tomo 22 (1985), Bucareste (Roménia).
- Antropologia Portuguesa*, vol. 3 (1985), Coimbra (Portugal).
- Antropologie*, vol. XXII, n.º 3 (1984); vol. XXIII, n.ºs 1-3 (1985), Brno (Checoslováquia).
- Anthropology International Journal of Science of Man*, vol. XXII, n.º 3 (1984), Brno (Checoslováquia).
- Anthropology Today*, vol. II, n.ºs 1 a 6 (1986), Londres (Inglaterra).
- Antropologiczne*, n.º 106 (1985), Wrocław (Polónia).
- Archéocivilisation*, n.ºs 14-15 (1975), Paris (França).
- Archéologie en Languedoc*, n.º 3 (1980), Sete (França).
- Archaeologica Historica*, n.º 10 (1985), Nitra (Checoslováquia).
- Archéologie Suisse*, vol. 7, n.ºs 1-4 (1984); vol. 8, n.ºs 1-4 (1985); vol. 9, n.ºs 1-3 (1986), Bâle (Suíça).
- Archeologicke Vyskumy*, 1984, Nitra (Checoslováquia).
- Archeologicke Rozhledy*, vol. 37, n.ºs 5-6 (1985); vol. 38, n.ºs 1-4 (1986), Praga (Checoslováquia).
- Archäologische Beriche und Informationen*, vol. 23, n.ºs 1-6 (1978); vol. 25, n.º 5 (1980), Berlim (R.D.A.).
- Archäologische Nachrichten aus Baden*, n.ºs 35-36 (1985-1986), Freiburg (Alemanha).
- Archives d'Écologie Préhistorique*, n.º 7 (1984), Toulouse (França).
- Archives Suisses d'Anthropologie Générale*, vol. 48, fasc. 1-2 (1984), Genève (Suíça).
- Archivi di Arte Preistorica*, n.º 2 (1968); n.º 8 (1982), Valcamonica (Itália).
- Archivo per l'Antropologia e la Etnologia*, vol. CXV (1985), Firenze (Itália).
- Arqueologia*, n.º 12 (1985), Porto (Portugal).
- Arqueólogo Português (O)*, vol. IV, n.ºs 2-3, Lisboa (Portugal).

- Arqueologia na Região de Tomar*, n.º 1 (1985), Tomar (Portugal).
- Arquivos de História da Medicina Portuguesa*, vols. I-IV (1968-70), Porto (Portugal).
- Arquivos do Museu do Bocage* — Série B, vol. II, n.ºs 15-18 (1985), Lisboa (Portugal).
- Arquivos do Museu do Bocage* — Série C, vol. I (1981/82)—Índices, Lisboa (Portugal).
- Arquivos do Museu do Bocage* — Série D, vol. II, n.º 2 (1984), Lisboa (Portugal).
- Athens Annals of Archaeology (AAA)*, vol. XVI, fasc. 1-2 (1983); vol. XVII, fasc. 1-2 (1984), Atenas (Grécia).
- Aveiro e o seu Distrito*, n.ºs 33-35 (1984/85), Aveiro (Portugal).
- Barcelos-Revista*, vol. II, n.º 1 (1984), Barcelos (Portugal).
- Bayerische Vorgeschichts — Blätter*, vol. 50 (1985), Munique (R.F.A.).
- Biblioteka Archeologiczna*, tomo 30 (1985), Warszawa (Polónia).
- Bibliothèques et Musées* — Conseil Communal de la Ville de Neuchâtel, n.ºs 78-86 (1978/86), Neuchâtel (Suíça).
- Biblos*, vol. LX (1984), Coimbra (Portugal).
- Bolleti de la Societat Arqueològica Luliana*, tomo XL, ano C, n.º 838 (1984); tomo XLI, ano CI, n.º 839 (1985), Palma de Maiorca (Espanha).
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, vol. 102, n.ºs 1-12 (1984), Lisboa (Portugal).
- Boletim Cultural*, Fundação Calouste Gulbenkian, série VI, n.º 4 (1985), Lisboa (Portugal).
- Boletim Cultural*, Câmara Municipal de Matosinhos, n.º 30 (1986), Matosinhos (Portugal).
- Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. LIX (1983), Coimbra (Portugal).
- Boletim*, n.ºs 37-38 (1980/81), Santiago (Espanha).
- Boletim de Antropologia*, vol. 2, n.º 2 (1986), Bogotá (Colômbia).
- Boletim de la Real Sociedad Española de Historia Natural*, tomo 79 (1984); tomo 80, n.ºs 3-4 (1984-1985); tomo 81, n.ºs 1-4 (Biologia, 1986); n.ºs 1-4 (Geologia, 1986); tomo 82, n.ºs 1-4 (Biologia, 1986); Relatório (1985); Índices Gerais (1972-1945), Madrid (Espanha).
- Boletim Auriense*, tomo XI, ano XI (1981), Orense (Espanha).
- Bulletin de l'Institut d'Archéologie*, vol. 35 (1979), Sofia (Bulgária).
- Bulletino del Centro di Studi Preistorici*, n.ºs 1-22 (1964-1985), Capo di Ponte (Itália).
- Bonner Jahrbücher*, vol. 185 (1985), Bona (R.F.A.).
- Berkshire Archeological Journal (The)*, n.º 69 (1977/78), Berkshire (Inglaterra).
- Budkaulen*, n.º 62 (1983); n.º 64 (1985), Abo (Finlândia).
- Boletim del Museo Provincial de Lugo*, tomo I (1983), Lugo (Espanha).
- Bulletin Annuel* — Musée d'Éthnographie de la Ville Genève, n.º 27 (1984), Genève (Suíça).
- Bulletin d'Archéologie Marocaine*, n.º 14 (1981/82), Rabat (Marrocos).
- Bulletin de la Société Préhistorique Française*, tomo 81, n.ºs 10-12 (1984); tomo 82, n.ºs 7-12 (1985); tomo 83, n.ºs 1-12 (1986), Paris (França).
- Bulletin de la Société Royale Belge d'Anthropologie et de Préhistoire*, tomo 96 (1985), Liège (Bélgica).
- Bulletin of the International Committee on Urgent Anthropological and Ethnological Research*, n.º 26 (1984), Viena (Áustria).

- Bulletino di Paletnologia Italiana*, vol. 82 (1975/80), Roma (Itália).
- Cadernos de Arqueologia*, série II, vol. I (1984), Braga (Portugal).
- Cadernos de Epigrafia*, n.ºs 3-8 (1980/81), Castelo Branco (Portugal).
- Caesaraugusta*, n.ºs 57-58 (1983), Zaragoza (Espanha).
- Cahiers d'Anthropologie et Biometrie Humaine*, vol. II, n.ºs 3-4 (1984); vol. III, n.ºs 1-4 (1985), Paris (França).
- Caminiana*, ano VII, n. 12 (1985), Caminha (Portugal).
- Comunicaciones Antropologicas* — Museo Nacional de Historia Natural, vol. II, n.º 2 (1985), Montevideo (Uruguai).
- Comunicações*, Serv. Geológicos, vol. 70 (1984); vol. 71 (1985), Lisboa (Portugal).
- Concelho de Paredes (O)*, n.º 4 (1981), Paredes (Portugal).
- Conimbriga*, vol. 22 (1983), Coimbra (Portugal)
- Cuadernos de Arqueologia de Deusto*, n.º 9 (1984), Bilbao (Espanha).
- Cuadernos de Estudios Galegos*, vol. 32, n.ºs 96-97 (1981); vol. 34, n.º 99 (1983), Santiago de Compostela (Espanha).
- Cultures Populaires/Peuples Méditerranéens*, n.º 34 (1986), Paris (França).
- Daccia*, vol. 29, n.ºs 1-2 (1985), Bucarest (Roménia).
- Dédalo*, n.º 23 (1984), S. Paulo (Brasil).
- Die Braut*, n.ºs 1-2 (1985), Colónia (R.F.A.).
- El Museo de Pontevedra*, vols. XIV-XXIX (1960-1975), Pontevedra (Espanha).
- Enquêtes du Musée de la Ville Wallone*, vol. XV, n.ºs 173-176 (1982-1983).
- Estudios de Arqueologia Alavesa*, n.º 12 (1985), Vitória (Espanha).
- Estudos e Materiais*, Dep. Etnologia do I.P.P.C., vols. 1-7, Lisboa (Portugal).
- Estudos Transmontanos*, n.ºs 1-2 (1983-1984), Vila Real (Portugal).
- Études et Travaux d'Archéologie Marocaine*, n.º 9 (1981), Rabat (Marrocos).
- F. F. Communications*, vol. CI, n.º 236 (1985); vol. CII, n.º 235 (1985), Helsínquia (Finlândia).
- Factos e Ideias*, ano I, n.ºs 1-2 (1985); ano II, n.º 3 (1986), Braga (Portugal).
- Filosofia*, vol. XXIII, n.ºs 57-58 (1985), San José (Costa Rica).
- Folia Anatomica Universitatis Conimbrigensis*, vol. XLIX (1984), Coimbra (Portugal).
- Folia Praehistorica Poznaniensia*, vol. I (1984), Marchlewskiego (Polónia).
- Folklore*, vol. 38, n.ºs 197-200 (1985); vol. 39, n.º 201 (1986), Carcassone (França).
- Gaya*, n.ºs 1-3 (1983-1985), V. N. Gaia (Portugal).
- Genus*, vol. XLI, n.ºs 1-4 (1985); vol. XLII, n.ºs 1-2 (1986), Roma (Itália).
- Germania*, vol. 63 (1985); vol. 64, n.ºs 1-2 (1986), Frankfurt (R.F.A.).
- Herperis Tamuda*, vol. XX-XXI (1982-1983), Rabat (Marrocos).
- Historicas*, n.ºs 16-19 (1985-1986), Coyocán (México).
- Humanística e Teologia*, tomo VII, fas. 2 (1986), Porto (Portugal).
- Information Bulletin/World Cultural Heritage*, n.º 18 (1982), Paris (França).
- Institute of Archeology/Bulletin*, n.ºs 21-22 (1984-1985) Londres (Inglaterra).
- Instituto de Antropologia*, vol. 38 (1982); vol. 41 (1983), Cordoba (Argentina).
- Jahrbuch des Museums für Völkerkunde zu Leipzig*, vols. XXV-XXVI (1984-1985), Leipzig (R.D.A.).
- Jahresschrift für Mitteldeutsche Vorgeschichte*, vols. 68-69 (1985-1986), Halle (R.D.A.).
- Kañina*, vol. X, n.º 1, São José (Costa Rica).

- Kleine Beiträge*, n.º 41 (1984), Dresden (R.D.A.).
- Kobie*, n.º 1 (1984); n.º 14 (1984), Bilbao (Espanha).
- Les Fouilles Protohistoriques*, n.º 5 (1977), Paris (França).
- Lucentum*, n.ºs 1-3 (1982-1984), Alicante (Espanha).
- Lud*, tomo LXIX (1985); tomo LXX (1986), Wrocław (Polónia).
- Madrider Mitteilungen*, vol. 25 (1984); vol. 26 (1985), Madrid (Espanha).
- Mélanges de la Casa Velasquez*, tomo XX-XXI (1984-1985), Madrid (Espanha).
- Memoirs van die Nasionale Museum Bloemfontein*, n.ºs 20-21 (1985-1986), Bloemfontein (África do Sul).
- Mercury Series* — National Museum of Man — Archeological Survey of Canada, n.ºs 130-133 (1985), Ontário (Canadá).
- Mercury Series* — National Museum of Man — Canada Centre for Folk Culture Studies, n.ºs 54-59 (1985), Ontário (Canadá).
- Mercury Series* — National Museum of Man — Canadian Ethnology Service, n.ºs 98-102 (1985), Ontário (Canadá).
- Mitteilungen aus dem Museum für Völkerkunde Leipzig*, n.ºs 48-50 (1985), Leipzig (R.D.A.).
- Mitteilungen der Anthropologischen Gesellschaft in Wien*, vol. 144 (1984), Viena (Áustria).
- Memorias de Escavações*; n.ºs 5-6 (1983), Santiago de Compostela (Espanha).
- Monografias*, n.º 112 (1983), Jaca (Espanha).
- Monografias de Arqueologia*, n.º 2, Santiago de Compostela (Espanha).
- Movimento Cultural*, n.ºs 1-2 (1985-1986), Setúbal (Portugal).
- Munibe*, vol. 38 (1986), San Sebastian (Espanha).
- Museo Municipal «Quiñones de Leon»*, n.º 8 (1985), Vigo (Espanha).
- Museo Nacional de Historia Natural*, n.ºs 276-309 (1979-1982), Santiago (Chile).
- Museo de Zaragoza*, n.ºs 1-3 (1982-1984), Zaragoza (Espanha).
- Museo del Oro*, n.º 15 (1986), Bogotá (Colômbia).
- Narodopisne Aktuality*, vol. 22, n.ºs 1-4 (1985); vol. 23, n.ºs 1-2 (1986), Straznice (Checoslováquia).
- Narodopisny Casopis*, n.ºs 1-4 (1985), Praga (Checoslováquia).
- Navorsinge van Nasionale Museum Bloemfontein* — Natural Sciences, vol. 4, n.ºs 15-17 (1985); vol. 5, n.ºs 1-11 (1985-1986), Bloemfontein (África do Sul).
- Newsletter*, vol. 13, n.ºs 1-14 (1985); vol. 14, n.ºs 1-3 (1986), Turku (Finlândia).
- Paideuma*, n.º 3 (1985), Frankfurt (R.F.A.).
- Panorama*, n.º 4 (1985), Paris (França).
- Penafiel* — Boletim Municipal de Cultura, 31.ª série, n.º 1 (1984), Penafiel (Portugal).
- Petroglifos*, n.º 8 (1985), Vigo (Espanha).
- Pirineos*, n.º 119 (1983); n.º 126 (1985), Jaca (Espanha).
- Póvoa de Varzim*, vol. XXIV, n.º 1, Póvoa de Varzim (Portugal).
- Préhistoire Ariègeoise*, tomo 40 (1985), Foix (França).
- Préhistoire et Protohistoire*, vol. 39, n.º 4 (1985), Paris (França).
- Preistoria Alpina*, n.ºs 19-20 (1983-1984), Trento (Itália).
- Principe de Viana*, ano 45, n.º 17 (1984), Navarra (Espanha).
- Pyrenae*, n.ºs 15-16 (1979-1980), Barcelona (Espanha).
- Revista Cubana de Ciências Sociais*, n.ºs 7-9 (1985), Habana (Cuba).

- Revista da Faculdade de Letras*, 5.^a série, n.º 4 (1985), Lisboa (Portugal).
- Revista de Antropologia*, vols. 27/28 (1984/85), S. Paulo (Brasil).
- Revista de Estudios Extremeños*, tomo XLI, n.ºs 2-3 (1985); tomo XLII, n.ºs 1-2 (1986) Badajoz (Espanha).
- Revista de Guimarães*, vol. XCIV (1984), Guimarães (Portugal).
- Revista de Pré-História*, vol. VI, S. Paulo (Brasil).
- Revista di Studi Liguri*, vols. 48-51 (1982-1985), Bordighera (Itália).
- Revista Española de Antropología Americana*, n.º 13 (1983), Madrid (Espanha).
- Revista Penal y Penitenciaria*, n.ºs 191-194 (1984), Buenos Aires (Argentina).
- Revue Anthropologique Polonaise*, tomo L, n.º 1 (1984), Fredry (Polónia).
- Révues Archéologique Sites*, n.º 26 (1985), Avignon (França).
- Rivista di Scienze Preistoriche*, vol. 38, n.ºs 1-2 (1983), Firenze (Itália).
- Saalburg Jahrbuch*, vol. 42 (1986). Saalburg (R.F.A.).
- Sautuola*, vol. IV (1985), Santander (Espanha).
- Schweizerisches Landes Museum*, n.ºs 93-94 (1984-1985), Zurique (Suíça).
- Serie de Trabajos Varios/Archivo de Prehistoria Levantina*, n.º 83 (1986), Valencia (Espanha).
- Silesia Antiqua*, n.º 28, Wroclaw (Polónia).
- Slovenska Archeologia*, vols. 33-34 (1985-1986), Nitra (Checoslováquia).
- Slovenski Etnografski*, vol. XXXII (1980/82), Presernova (Jugoslávia).
- Slovensky Narodopis*, n.º 33, fasc. 2-4 (1985); n.º 34, fasc. 1-4 (1986), Bratislava (Checoslováquia).
- Smithsonian Contributions to Anthropology*, n.º 32 (1986), Washington (E.U.A.).
- Smithsonian Year*, 1984-1985 (relatórios anuais), Washington (E.U.A.).
- Sobreviver*, n.º 4, 5.^a série (1986), Lisboa (Portugal).
- Social Sciences*, n.ºs 85-86, Surrey (E.U.A.).
- Socialize Veznice a Promeny Lidové Kultury*, vol. II (1984), Checoslováquia.
- Société d'Études et Recherches Préhistoriques des Eyzies*, n.º 34 (1986), Paris (França).
- Scritti Minori*, n.º 12 (1983), Catânia (Itália).
- Storia e Medicina Popolare*, vol. IV, n.ºs 1-2 (1986), Roma (Itália).
- Studi Camuni*, vols. 3-5 (1968-1975), Valcamonica (Itália).
- Studia Fennica*, vols. 28-30 (1985), Helsínquia (Finlândia).
- Studia Folkloristica et Ethnographica*, vols. 10-14 (1984), Debrecen (Checoslováquia).
- Studien Über Frühe*, n.º 9 (1985), Madrid (Espanha).
- Tésis Doctorales*, n.º 55 (1984), Zaragoza (Espanha).
- Trabajos de Antropologia*, vol. XIX, n.ºs 3-4 (1985); vol. XX, n.º 1 (1986), Barcelona (Espanha).
- Travaux de l'Institut d'Art Préhistorique*, n.º 23 (1981), Toulouse (França).
- Trebarvna*, vol. I (1984), Castelo Branco (Portugal).
- Universidad* — *Revista de Cultura y Vida Universitaria*, n.ºs 31-33 (1985-1986), Zaragoza (Espanha).
- Wiener Beiträge zur Ethnologie und Anthropologie*, vol. II (1985), Viena (Áustria).
- Zbornik*, vol. 79 (1985), Martin (Checoslováquia).
- Zephyrus*, vol. 36 (1983), Salamanca (Espanha).

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

Regulamento Eleitoral

I — DAS ELEIÇÕES

- Art.º 1.º — Os membros da Mesa da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal são eleitos em Assembleia Geral eleitoral, constituída por todos os sócios efectivos no pleno gozo dos seus direitos.
- Art.º 2.º — Consideram-se no pleno gozo dos seus direitos os sócios que tenham o pagamento das suas quotas regularizado até 30 dias antes da data das eleições.
- Art.º 3.º — A organização e a direcção do processo eleitoral compete à Direcção da SPAE.
- Art.º 4.º — A Direcção da SPAE participará nos encargos eleitorais, num montante igual por cada lista, de acordo com as suas disponibilidades financeiras.
- Art.º 5.º — A Assembleia Geral eleitoral será convocada pelo Presidente da Assembleia Geral com a antecedência mínima de 30 dias.
- Art.º 6.º — A convocatória da Assembleia Geral eleitoral será enviada pelo correio a todos os associados.

II — DAS CANDIDATURAS

- Art.º 7.º — A apresentação de candidaturas deverá ser feita até 20 dias do acto eleitoral.
- Art.º 8.º — A apresentação de candidaturas consiste na entrega à Mesa da Assembleia Geral de:
- a) lista contendo a identificação pessoal e profissional, morada e número de sócio dos candidatos, sendo obrigatória a indicação da composição dos três órgãos sociais:
Direcção, Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal;
 - b) termo individual ou colectivo de aceitação da candidatura;
 - c) indicação dos representantes da lista na Comissão Eleitoral.
- Art.º 9.º — As listas de candidatura terão de ser subscritas por, pelo menos, 10 sócios efectivos, no pleno gozo dos seus direitos.
- Art.º 10.º — Os subscritores serão identificados pelo nome completo, bem legível, número de associado e local de trabalho.
- Art.º 11.º — As listas candidatas serão designadas pela Mesa da Assembleia Geral por uma letra do alfabeto, a partir de A, pela sua ordem de apresentação.
- Art.º 12.º — A Mesa da Assembleia Geral verificará a regularidade das candidaturas nos 2 dias subsequentes ao fim do prazo fixado para a entrega das listas de candidatura.
- Art.º 13.º — Com vista ao suprimento das irregularidades encontradas, toda a documentação será devolvida ao 1.º subscritor ou mandatário da lista em causa,

com a indicação das irregularidades e normas estatutárias e regulamentares infringidas, o qual deverá saná-las no prazo de três dias a contar da data de entrega. Findo esse prazo, a Mesa da Assembleia Geral decidirá, nas 24 horas seguintes, pela aceitação ou rejeição definitiva das candidaturas.

III — DA COMISSÃO ELEITORAL

Art.º 14.º — A Comissão Eleitoral será constituída por 3 elementos da Mesa da Assembleia Geral em funções e por um representante de cada lista e terá por atribuições:

- a) promover a verificação dos cadernos eleitorais;
- b) garantir a divulgação dos programas das listas candidatas em igualdade de condições;
- c) assegurar a todas as listas igual acesso aos meios técnicos e recursos da SPAE;
- d) fiscalizar o normal curso da campanha eleitoral e do acto eleitoral;
- e) promover a elaboração dos boletins de voto;
- f) fixar o número de mesas de voto e promover a sua constituição;
- g) deliberar sobre o horário de funcionamento da Assembleia eleitoral e localização das mesas de voto;
- h) presidir ao acto eleitoral;
- i) apurar os resultados eleitorais e assegurar a sua divulgação após a realização do acto eleitoral;
- j) julgar das reclamações ao exercício dos direitos dos eleitores.

Art.º 15.º — A Comissão Eleitoral entra em efectividade de funções no dia seguinte ao da aceitação definitiva das candidaturas.

Art.º 16.º — Todas as decisões da Comissão Eleitoral são tomadas por maioria simples de votos, estando presente a maioria dos seus membros.

Art.º 17.º — Caso não exista o «quorum» definido no art.º anterior, a Comissão Eleitoral funcionará 30 minutos depois com qualquer número de presenças.

IV — DA CAMPANHA ELEITORAL

Art.º 18.º — A Campanha Eleitoral decorrerá desde o dia da tomada de posse da Comissão Eleitoral e termina na antevéspera do acto eleitoral.

Art.º 19.º — A Campanha Eleitoral decorrerá num período de, pelo menos, 8 dias.

V — DOS CADERNOS ELEITORAIS

Art.º 20.º — Os cadernos eleitorais serão organizados pela Direcção da SPAE e obedecerão às seguintes fases de preparação:

- a) informação individual aos sócios, cuja situação seja irregular, quanto aos seus direitos eleitorais;
- b) regularização da situação de sócio até um período de 30 dias antes da data da eleições;
- c) elaboração dos cadernos eleitorais nos 5 dias após o período de regularização referido em b);
- d) consulta dos cadernos eleitorais por parte dos associados a partir do período referido em c).

Art.º 21.º — As eventuais reclamações deverão ser dirigidas à Mesa da Assembleia Geral até 10 dias após a sua divulgação, a qual disporá de um prazo máximo de 3 dias para decidir da sua aceitação ou rejeição definitivas.

VI — DAS MESAS DE VOTO

Art.º 22.º — As mesas de voto funcionarão nos locais determinados pela Comissão Eleitoral.

Art.º 23.º — As mesas de voto serão compostas por um representante da Mesa da Assembleia Geral, que presidirá, e por um representante devidamente credenciado de cada uma das listas, ao qual competirá as funções de secretário.

Art.º 42.º — A Mesa de Voto terá como atribuições:

- a) fiscalizar o acto eleitoral;
- b) proceder à descarga dos votos nos cadernos eleitorais;
- c) proceder à contagem pública dos resultados e elaborar a respectiva acta, devidamente assinada pelos elementos da mesa;
- d) afixar uma cópia da acta referida em c) no local onde se realizou a assembleia de voto;
- e) pronunciar-se sobre qualquer reclamação apresentada, sendo a sua decisão tomada por maioria simples dos seus membros.

VII — DO EXERCÍCIO DE VOTO

Art.º 25.º — O voto é individual e secreto.

Art.º 26.º — Não é permitido o voto por procuração.

Art.º 27.º — É permitido o voto por correspondência, desde que, cumulativamente:

- a) o boletim de voto esteja dobrado em quatro e contido em sobrescrito fechado;
- b) do referido sobrescrito conste o nome, número e assinatura do associado;
- c) este sobrescrito, introduzido noutra, seja endereçado e remetido pelo correio, ou entregue em mão, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Art.º 28.º — Só serão considerados os votos por correspondência recebidos até à hora de encerramento da votação.

Art.º 29.º — Os votos por correspondência só serão abertos depois de recebidas todas as actas das mesas de voto e de se verificar, pela descarga nos cadernos eleitorais, não ter o associado votado directamente em nenhuma delas, sendo eliminado o voto por correspondência, se tal tiver acontecido.

VIII — DOS BOLETINS DE VOTO

Art.º 30.º — Os boletins de voto, executados pela Direcção da SPAE, sob fiscalização da Comissão Eleitoral, terão forma rectangular, com as dimensões adequadas para neles caber a indicação de todas as listas submetidas à

votação, e serão impressas em papel liso, não transparente, sem qualquer marca ou sinal exterior.

- Art.º 31.º — Em cada boletim de voto serão impressas as letras, seguidas das denominações ou siglas das listas concorrentes, dispostas horizontalmente, umas abaixo das outras, pela ordem que lhes caiba, seguindo-se a cada uma delas um quadrado.
- Art.º 32.º — Os boletins de voto e a constituição de cada uma das listas serão enviados pelo correio a todos os sócios da SPAE, até 5 dias antes da data da Assembleia Geral Eleitoral e, ainda, distribuídas no local onde se realize o acto eleitoral.
- Art.º 33.º — São nulos os boletins que não obedeçam aos requisitos dos artigos 30.º e 31.º.

IX — DO APURAMENTO DOS RESULTADOS

- Art.º 34.º — Finda a votação, proceder-se-á, em cada Mesa, à contagem dos votos e à elaboração da Acta correspondente.
- Art.º 35.º — Após a recepção das Actas de todas as Mesas, a Comissão Eleitoral procederá ao apuramento final, elaborando a respectiva Acta, e proclamará a lista vencedora.
- Art.º 36.º — Com base nos elementos da Acta referida no art.º anterior, o Secretário da Mesa da Assembleia Geral lavrará no respectivo livro a Acta da Assembleia Geral Eleitoral.
- Art.º 37.º — No caso de verificação de irregularidades no processo eleitoral, poderá ser interposto recurso até 5 dias após a afixação dos resultados.
- Art.º 38.º — O recurso será apresentado à Mesa da Assembleia Geral, a qual, com base em parecer da Comissão Eleitoral, julgará, em 1.ª instância, da sua procedência ou improcedência.
- Art.º 39.º — A Mesa da Assembleia Geral deverá apreciar o recurso no prazo de 3 dias, sendo a decisão comunicada, por escrito, ao recorrente.
- Art.º 40.º — Da decisão da Mesa da Assembleia Geral cabe recurso para a Assembleia Geral que será convocada expressamente para o efeito nos 15 dias seguintes ao seu recebimento.
- Art.º 41.º — O recurso da decisão da Mesa da Assembleia Geral terá de ser interposto no prazo de 48 horas após a comunicação da decisão referida no n.º 5 deste capítulo.

X — DA POSSE

- Art.º 42.º — O Presidente da Mesa da Assembleia Geral conferirá posse, elaborando o respectivo Auto, aos membros eleitos, no prazo máximo de 20 dias após a eleição, salvo se tiver havido recurso, caso em que a posse será conferida no prazo de 5 dias após a decisão da Assembleia Geral.

Aprovado na reunião da Direcção de 31 de Outubro de 1985 e ratificado na Assembleia Geral Extraordinária de 2 de Dezembro de 1986.

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

Lista de Sócios

Sócios Efectivos (*)

- 52 — José Barroso da Fonte — Guimarães.
- 193 — Luís Manuel Alves Lopes — Cascais.
- 194 — Fátima Cacilda Duarte da Rocha — Porto.
- 195 — Isabel Alexandra Gradim Rocha Casais de Oliveira — Porto.
- 196 — Isabel Maria dos Santos Silva — Faro.
- 197 — Maria José Cardoso Bento — Entroncamento.
- 198 — António Augusto da Cunha Marques — Lisboa.
- 199 — Idalina Vidinha Ferreira Granada — Coimbra.
- 200 — Sérgio Manuel Bernardo Pereira — Viseu.
- 201 — Maria Helena Mourão Coelho de Moura — Coimbra.
- 202 — Maria Miguel Marques da Silva Ferrão Lucas — Coimbra.
- 203 — Jorge Adolfo de Meneses Marques — Viseu.
- 204 — Virgílio António Martins Lopes — Porto.
- 205 — Maria João Nunes Oliveira — Coimbra.
- 206 — Ana Isabel Soares Nunes de Moura e Silva — Lisboa.
- 207 — Maria Fernanda dos Santos Pinto Moreno Lapa — Coimbra.
- 208 — Paula Sofia Duarte Barros da Costa — Porto.
- 209 — Maria Adelaide de Aguiar Bernardo — Barcelos.
- 210 — Maria Margarida Monteiro da Silva Salvador — Lisboa.
- 211 — Manuel Joaquim A. Silva Pinto — S. Mamede de Infesta.
- 212 — Ilda Batista Gonçalves Germano — Matosinhos.
- 213 — António Manuel dos Santos Pinto da Silva — V. N. de Gaia.
- 214 — João Paulo Nogueira de Sousa Santos — V. N. de Gaia.
- 215 — Rogério Pires Carvalho — Mação.
- 216 — António Pedro de Albuquerque Peixoto Guimarães — Porto.
- 217 — Arnaldo Pedro de Azevedo Martins — Matosinhos.
- 218 — Carlos Manuel Oliveira Mesquita — V. N. Famalicão.
- 219 — Luís Miguel Belo Bento da Silva Pinho — Arrifana.

(*) Em 31 de Dezembro de 1986.

- 220 — Rui Filipe Monteiro Rocha — V. N. de Gaia.
 221 — Margarida Maria Oliveira dos Santos Silva — Paços de Brandão.
 222 — Crisanda Tavares Urbano Unsworth — Matosinhos.
 223 — Romero Manuel Bandeira Gandra — Gondomar.
 224 — Ricardo Miguel Lafaia Machado Abranches — Maia.
 225 — Teresa Maria Pereira Guedes da Fonseca — Porto.
 226 — Olímpia Maria da Cunha Loureiro — Porto.
 227 — Maria Luísa Vieira Rocha — Viana do Castelo.
 228 — Fernando Augusto Rodrigues Coimbra — Porto.
 229 — Maria Manuela Marques Baptista — Lisboa.
 230 — Manuel Cadafaz de Matos Marques Baptista — Lisboa.
 231 — Manuel Augusto Saleiro de Barros — Porto.
 232 — Paulo Alexandre do Nascimento Carlos Seixas — Porto.
 233 — José Carlos de Almeida Oliveira — Beja.
 234 — Rodrigo de Araújo Martins Banha da Silva — Lisboa.
 235 — Evaristo Vicente Fernandes — Porto.
 236 — Luís Manuel Coutinho Gomes Amaral — Porto.
 237 — José Daniel Araújo Ribeiro — Porto.

Sócios Honorários

- Raymond Dart — Joanesburgo (África do Sul).
 Gilberto Freire — Recife (Brasil).
 George Olivier — Paris (França).

Correspondentes

- Maria Covadonga Carreiro Gascu — Oviedo (Espanha).
 Antonio Rodriguez Colmenero — Oviedo (Espanha).
 Francisco Calo Lourido — Pontevedra (Espanha).

COLÓQUIO DE ARQUEOLOGIA DO NOROESTE PENINSULAR

Porto - Baião, de 22 a 24 de Setembro de 1988

Organização da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
 e do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto

Secretariado: Apartado 4225

4003 PORTO Codex (Portugal)

Regulamento da Revista

1. A revista *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* é uma publicação anual, em fascículos ou não, editada pela Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Publica artigos de fundo, pequenos apontamentos, notas e outros trabalhos de Antropologia, nas suas diferentes áreas e especialidades.

2. Os artigos de fundo podem ser de carácter teórico e metodológico, sínteses temáticas, e apresentação de resultados de pesquisas recentes. Os textos curtos, de cariz noticioso, serão incluídos na rubrica *Vária*.

3. Só serão publicados artigos e ilustrações originais; os textos, de que deverão ser enviados original e cópia, poderão ser redigidos em português, francês, inglês ou espanhol, acompanhados de um breve resumo (15 a 20 linhas) na língua do próprio trabalho, traduzido em duas das seguintes línguas: francês, inglês, espanhol ou alemão. Os textos destinados à rubrica *Vária* não incluirão resumos.

4. Os originais serão submetidos à *Comissão de Leitura* da revista (ou, na sua falta, ao *Conselho Científico* da SPAE), que julgará do seu interesse e oportunidade de publicação. A sua decisão é soberana.

5. Os artigos que não sejam apresentados segundo as presentes normas serão devolvidos para a necessária revisão antes de serem publicados.

6. Os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo e opiniões expressas nos respectivos trabalhos.

7. Os artigos de fundo não deverão, em princípio, ultrapassar as 25 páginas, dactilografadas a dois espaços, em papel A4, com uma margem de 4 cm, no lado esquerdo; nesta margem lateral o autor indicará, aproximadamente, o local onde devem ser introduzidas as ilustrações e quadros.

8. As fotografias, desenhos e quadros deverão ser apresentados separadamente em formato passível de redução para a mancha da revista (185 x 117 mm). Recomenda-se a limitação do número de ilustrações, sobretudo fotografias, ao essencial e absolutamente necessário.

9. Os textos destinados à impressão, bem como as ilustrações, devem ser definitivos, não sendo, de modo algum, admitidas alterações profundas quando da revisão das primeiras provas.

10. As referências bibliográficas incluídas no texto resumir-se-ão ao nome do autor, em maiúsculas, seguido do ano de publicação e, eventualmente, da página, entre parêntesis (BORDES, 1973: 105).

11. No cabeçalho do artigo mencionar-se-á o nome do autor (ou autores) e o da instituição onde trabalha ou a que se encontre ligado. O nome e endereço da instituição onde foram elaborados os trabalhos, ou o endereço pessoal do autor, para possíveis contactos, será indicado no fim do texto.

12. As legendas, bem como as notas de roda-pé, numeradas sequencialmente, deverão ser remetidas em folha separada, e as ilustrações, identificadas, no verso, com o respectivo número (numeração árabe, tratando-se de figuras a inserir no corpo do texto, e romana, sendo estampas) e o título do respectivo trabalho.

13. A lista de referências bibliográficas deve ser organizada por ordem alfabética dos nomes dos autores, e cronológica, para cada autor, segundo a *Norma Portuguesa 405*:

a) *Livros*: sobrenome do autor e iniciais do nome, entre vírgulas, ano de publicação, entre parêntesis, seguido de *a*, *b*, ..., no caso de haver vários trabalhos publicados no mesmo ano, título da obra, número da edição, do volume e editor.

Ex.: COLES, J. M., HARDING, A. F. (1979), *The Bronze Age in Europe*, London, Methuen.

b) *Artigos em periódicos*: autor, ano de publicação, título do artigo, título do periódico, lugar de publicação, número do volume e do fascículo, primeira e última página do artigo.

Ex.: DIAS, A. J. (1959), *Ambiente natural e história*, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Porto, 17 (1-4), pp. 103-116.

Obs.: os nomes dos autores deverão ser apresentados em maiúsculas e o título dos livros e artigos, sublinhados. O nome dos periódicos, trabalhos colectivos, miscelâneas, etc., aparecerão entre aspas.

14. Os autores terão direito a fazer até ao máximo de duas revisões para correcção de provas.

15. Os autores dos artigos de fundo recebem gratuitamente 50 separatas e 1 exemplar da revista, podendo encomendar, a título pessoal, separatas suplementares (com ou sem capa) na altura da primeira revisão; os autores de notas e pequenos apontamentos, incluídos na rubrica *Vária*, receberão 2 exemplares da revista podendo também, se o desejarem, encomendar separatas.

16. Toda a correspondência relativa à redacção dos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* deve ser enviada para:

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
Faculdade de Ciências do Porto
Praça Gomes Teixeira
4000 PORTO

«Trabalhos de Antropologia e Etnologia»

Errata do vol. XXV (2-4)

<i>pág.</i>	<i>linha</i>	<i>onde se lê</i>	<i>deve ler-se</i>
205	27	lages	lajes
209	12	<	>
219	16	à	há
244	7	páramo	Páramo
246	18	Succisa	Succias
252	1	Mand	Man
293	17	podreses	poderes
300	36	agronecuarios	agropecuários
320	4	grandao	ganado
324	2	raxós	roxós
325	15	térmico	término
357	25	quando	quanto
389	13	analizadas	analisadas
406	13	1985	1895
408	34	compreensão	compreensão
411	33	<i>que</i>	<i>que</i>
414	40	novo	povo
429	23/24	poliformismo	polimorfismo
434	15	Janeiro de 1985	Janeiro de 1986
436	4	Junho	Julho
436	7	Junho	Julho
436	36	compreensão	compreensão
456	7	exiga	exija
457	12	presidi-las	presidi-las
457	16	redação	redacção

«Trabalhos de Antropologia e Etnologia»

Preçário

Vol. XVII (1-4), 1959	1.800\$00
Vol. XVIII (1-2), 1960-61	600\$00
Vol. XVIII (3-4), 1961-62	600\$00
Vol. XIX (1), 1963	500\$00
Vol. XIX (2), 1963	500\$00
Vol. XIX (3-4), 1964	600\$00
Vol. XX (1-2), 1965-66	1.000\$00
Vol. XX (3-4), 1967-68	800\$00
Vol. XXI (1-4), 1969	1.500\$00
Vol. XXII (1), 1971	500\$00
Vol. XXII (2), 1973	Esgotado
Vol. XXII (3), 1973	»
Vol. XXII (4), 1975	1.200\$00
Vol. XXIII (1), 1977	800\$00
Vol. XXIII (2-3), 1978	600\$00
Vol. XXIII (4), 1980	1.200\$00
Vol. XXIV (1), 1981	600\$00
Vol. XXIV (2), 1982	600\$00
Vol. XXIV (3), 1983	600\$00
Vol. XXIV (4), 1984	500\$00
Vol. XXV (1), 1985	500\$00
Vol. XXV (2-4), 1985	600\$00
Índice geral dos vols. I a X	300\$00

